



CERILAC

CACAO

ANO
25

DESENVOLVIMENTO
E PARTICIPAÇÃO

Série Desenvolvimento Institucional nº 16
ISSN - 0304-0097

CEPLAC/CACAU

ANO 25

Editor:
Jefferson F. Rangel



Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura
Escritório no Brasil
Unidade de Informação e Documentação
Brasília, 1982

2110

B50

E14

11CA0300997

ex. 2

IICA
DI/16

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Brasília (Brasil)

CEPLAC. Cacau. Ano 25. Desenvolvimento e Participação.
(Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira).

Editor: Jefferson F. Rangel. Brasília. 1982

XLI + 178 (Desenvolvimento Institucional, nº 16)

ISSN - 0304 - 0097

1. cacau- histórico 2. cacau-produção 3. cacau-economia
4. cacau-comercialização 5. CEPLAC - desenvolvimento
institucional 6. cacau-pesquisa e extensão.

I. IICA - BRASIL II. Série.

AGRIS. 2110/B50/E15/E70/D10 CDU. 061.633.74(81)

SUMÁRIO

Administração Geral do Instituto
Interamericano de Cooperação para
a Agricultura (IICA) V

Conselho Deliberativo da Comissão
Executiva do Plano da Lavoura
Cacaueira (CEPLAC) VI

Administração Geral da Comissão
Executiva do Plano da Lavoura
Cacaueira (CEPLAC) VII

Nota Prévia IX

Relação de Siglas XVI

Índice Cronológico dos Fatos
Principais Relacionados com o
Cacau e a CEPLAC IXX

Introdução XXIII

Lições da Experiência da CEPLAC XXX

Agenda para o Futuro XXXVIII

O CACAU E O COMPLEXO CACAEIRO

1

1. O manjar dos deuses 1
2. O cacau no mundo 2
3. O cacau na Amazônia 3
4. O cacau na Bahia 5
5. O cacau no Espírito Santo 5

A PROBLEMÁTICA DA ECONOMIA CACAEIRA

2

1. Um decênio de crises 13
2. O Instituto de Cacau da Bahia 14
3. As crises se repetem 16
4. A política agrícola e a cacauicultura 17
5. Os produtores de cacau 18
6. Os políticos e a cacauicultura 18
7. A crise de 1956/1957 20

A CEPLAC E SEU DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL **3**

1. CEPLAC: solução temporária ou permanente? 23
2. A Luta pela sobrevivência 25
3. "Feliz do Brasil se tivesse vinte ou trinta CEPLAC's!" 28
4. A vinculação ao Ministério da Agricultura. 28
5. A CEPLAC 25 anos depois. 29
 - 5.1 A estrutura organizacional 29
 - 5.2 Os recursos humanos. 32
 - 5.3 Os recursos financeiros 34

CRÉDITO PARA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA REGIONAL **4**

1. A primeira composição de dívidas (1957) . 37
2. A segunda composição de dívidas (1962) . 39
3. A terceira composição de dívidas (1971) . 40
4. O crédito para a recuperação da lavoura . . 41
5. O crédito na Amazônia 42
6. O Fundo Suplementar de Expansão da Cacaucultura (FUSEC) 43
7. O crédito para diversificação agropecuária. 43

PESQUISA A SERVIÇO DO AGRICULTOR **5**

1. O apoio à pesquisa - primeiros esforços. . . 45
2. Um centro de pesquisas para o cacau 46
3. A pesquisa do cacau na Bahia 55
4. A pesquisa do cacau na Amazônia 60
5. A pesquisa para diversificação agropecuária no sudeste da Bahia 61

TECNOLOGIA A SERVIÇO DO AGRICULTOR **6**

1. A evolução de um modelo de assistência técnica. 65
2. O funcionamento do modelo 70
3. A metodologia da assistência técnica 72
4. O apoio ao pequeno produtor. 74
5. A assistência técnica na Bahia e no Espírito Santo. 75
6. A assistência técnica na Amazônia. 80

INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO **7**

1. A educação no processo de inovação tecnológica. 87

2. As escolas médias de agropecuária 88
3. A universidade da região cacauzeira. 92

ESFORÇO CONJUGADO FAZ CRESCER A PRODUÇÃO **8**

1. Aumenta a produção 97
2. Melhora a produtividade 101
3. O cacau em expansão 102
4. Seis anos de PROCACAU 104
5. A produção diversificada 105

COMERCIALIZAÇÃO DO CACAU **9**

1. A comercialização por cooperativas. . . . 107
2. A CEPLAC e a industrialização do cacau 108
3. A CEPLAC e a melhoria da qualidade do cacau. 110
 - 3.1 Fermentação do cacau. 110
 - 3.2 Secagem do cacau. 111
 - 3.3 Armazenagem do cacau e seus derivados. 112
 - 3.4 Classificação do cacau. 113

ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES **10**

1. Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau 115
2. Sindicatos Rurais Patronais 117
3. Sistema Cooperativista 119
 - 3.1 Sistema COPERCACAU na Bahia . . 119
 - 3.2 Sistema COPERCACAU na Amazônia 122
4. Cooperativas de pesca 123
5. Cooperativas de eletrificação rural. 124

INFRA-ESTRUTURA REGIONAL **11**

1. Metodologia de ação 127
2. Ações setoriais. 128

TITULAÇÃO DE TERRAS **12**

1. Posse da terra - retrospectiva histórica . . 135
2. Regularização fundiária das terras do cacau. 137

**ADMINISTRAÇÃO GERAL DO INSTITUTO INTERAMERICANO
DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA)**

Diretor-Geral	José Emilio G. Araujo (até 15/1/82) Francisco Morillo Andrade (atual)
Subdiretor-Geral	Manuel Rodríguez Zapata (até 30/9/81) José Alberto Torres (até 15/1/82) Quentin West (atual)
Diretor do IICA no Brasil	J. Irineu Cabral

This One



4E5J-XHB-BP6R

Digitized by Google

v

**CONSELHO DELIBERATIVO DA COMISSÃO EXECUTIVA
DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (CEPLAC)**

PRESIDENTE

Angelo Amaury Stábile - Ministro de Estado da Agricultura

VICE-PRESIDENTE

Benedicto Fonseca Moreira - Diretor da CACEX, Banco do Brasil S/A

SECRETÁRIO-GERAL

José Haroldo Castro Vieira

REPRESENTANTES

Ministério da Indústria e do Comércio - Carlos Pereira Filho

Banco Central do Brasil - Mario Roberto Trompowsky do Amaral

Estado da Bahia - Renato de Pinho Pereira

Estado do Espírito Santo - Emir de Macedo Gomes

Produtores de Cacau - Onaldo Xavier de Oliveira

**ADMINISTRAÇÃO GERAL DA COMISSÃO EXECUTIVA
DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (CEPLAC)**

SECRETARIA-GERAL

Secretário-Geral
José Haroldo Castro Vieira

Secretário-Geral Adjunto
Emo Ruy de Miranda

Coordenador Científico
Paulo de Tarso Alvim

COORDENADORIA REGIONAL

Coordenador Regional
Fernando Vello

Chefe do Centro de Pesquisas do Cacau
João Manuel de Abreu

Chefe do Departamento de Extensão
Antonio Manoel Freire de Carvalho

Chefe do Departamento de Educação
João Luiz de Souza Calmon

Chefe do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento
Ivan da Costa Pinto Gramacho

Chefe do Departamento Administrativo
Lício de Almeida Fontes

DEPARTAMENTO ESPECIAL DA AMAZÔNIA

Chefe do Departamento
Frederico Monteiro Álvares-Afonso

NOTA PRÉVIA

A presente edição comemorativa está baseada na análise histórica e interpretativa da CEPLAC, realizada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura com o objetivo de reconstituir e documentar a criação e o desenvolvimento daquele organismo, bem como as suas ações dirigidas no sentido de promover o desenvolvimento da região cacauera da Bahia, estendendo-se, mais recentemente, a outras áreas de produção de cacau no País.

Foi preparada com o propósito de divulgar uma experiência que, por suas características peculiares e acertos, representa um caso válido de desenvolvimento institucional, cujo conhecimento poderá ser de grande interesse, tanto no Brasil como em outros países.

Para a elaboração dos diversos capítulos, foram feitos o levantamento e a análise dos dados pesquisados na documentação existente nos arquivos e bibliotecas da CEPLAC, bem como em outras fontes de informação. A coleta de dados foi logo completada por meio de entrevistas com dirigentes e pessoal técnico da CEPLAC, assim como com os produtores de cacau, representantes de entidades de classe e pessoas conhecedoras da história e da problemática do cacau e a evolução da economia cacauera da Bahia e da Amazônia. Os textos dos capítulos, redigidos pelos diversos Especialistas da equipe técnica do Instituto, foram ajustados pelo Coordenador do Projeto e revisados em forma preliminar por autoridades superiores e técnicos da CEPLAC, bem como pelo Diretor do IICA no Brasil.

COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E REDAÇÃO

Os estudos de análise histórica e interpretativa da CEPLAC estiveram a cargo da seguinte equipe técnica:

I - COORDENAÇÃO:

IICA

Malcolm MacDonald, Subdiretor-Geral Adjunto de Desenvolvimento Rural
Coordenação Geral

José Eugenio Herrera, Coordenador do Comitê de Política Agrária e Gestão
Coordenação Técnica

J. Irineu Cabral, Diretor do IICA no Brasil
Supervisão no Brasil

Jefferson F. Rangel, Consultor
Coordenador do Projeto e Editor

CEPLAC

Geraldo Borges dos Santos, Assessor de Administração, na Coordenação
Regional da CEPLAC na Bahia

Maria Helena Alencar, Assessora de Programação e Avaliação, na
Secretaria-Geral da CEPLAC, em Brasília

II- ESPECIALISTAS DO IICA

José Eugenio Herrera, Coordenador do Comitê de Política Agrária e Gestão,
Direção Geral, IICA, Costa Rica

Ernani Maria da Costa Fiori, Diretor do IICA no Chile

Jorge Soria, Diretor de Ciências Agrícolas, Direção Geral, IICA, Costa Rica

Dora G. Lodwick, Socióloga, Michigan State University, Consultora

Daniel John Gustafson, Especialista em Desenvolvimento Rural, Escritório
do IICA no Brasil

Juan Lopez Machado, Especialista em Desenvolvimento Rural, Escritório do
IICA no Brasil

Basil Bartley, Geneticista, Escritório do IICA no Brasil

III - REVISÃO EDITORIAL

Marília Alvarez de Souza Guise, Especialista em Informação Pública,
Escritório do IICA no Brasil

Zita Machado Salazar Pessôa

IV - COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Sóbrindes Ltda. Linha Gráfica, Brasília, Brasil

RECONHECIMENTOS

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) agradece o apoio e a colaboração que, para a realização da análise histórica e interpretativa, lhe foram prestados na forma de entrevistas, suprimento de dados, informações e material informativo e ilustrativo, bem como a revisão preliminar dos textos de capítulos. Neste sentido manifesta seu maior reconhecimento às seguintes pessoas e instituições:

1. CEPLAC

SECRETARIA-GERAL

José Haroldo Castro Vieira, Secretário-Geral

Carlos Brandão, ex-Secretário-Geral

Emo Ruy de Miranda, Secretário-Geral Adjunto

James R. La Fleur, Assessor

Jorge Raymundo Castro Vieira, Assessor-Chefe, Assessoria de Assuntos Internacionais

Levy Cruz, Assessor

Marcelo Nóbrega Camara Torres, Coordenador, Sistema de Comunicação Social

Paulo de Tarso Alvim, Coordenador Científico

Ricardo Rodolfo Tafani, Assessor-Chefe, Assessoria de Economia e Estatística

Rosa Pazos, Bibliotecária

COORDENADORIA REGIONAL

Fernando Vello, Coordenador Regional

José Carlos Castro de Macedo, Coordenador Regional Adjunto

Adelino Kfoury, Chefe, Assessoria de Relações Públicas

Antonio Pinheiro Vasconcelos Filho, Encarregado, Programa de Diversificação de Cultivos

CENTRO DE PESQUISAS DO CACAU

João Manuel de Abreu, Chefe

Luiz Ferreira da Silva, ex-Chefe

Adeum Hilário Sauer, Pesquisador Assistente

Airton Pinheiros Romeu, Pesquisador Assistente

Edison Pires do Prado, Chefe, Divisão de Bio-Engenharia

Jairo Cunha, Pesquisador Adjunto

Pedrito Silva, Chefe, Serviço de Introdução de Plantas

Rogério dos Santos Seródio, Pesquisador Principal

Salvador del Pozzo Trevisan, Chefe, Divisão de Ciências Sociais e Estatística

DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO

Antonio Manoel Freire de Carvalho, Chefe

Cloildo Guanaes Mineiro, Assessor

Guilherme Antonio de Campos Bastos, Assessor

Hyperides da Silva Magalhães, Agrônomo, Escritório Local de Buerarema

Iraci Batista Cerqueira, Assistente Social

Irineu Alves de Lima, Assessor

João Manuel Afonso, Assessor de Planejamento da Extensão

José Pereira da Silva, Sociólogo

Ubaldo Santos, Assessor de Metodologia

DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

Ivan da Costa Pinto Gramacho, Chefe

Edson Menezes dos Santos, Chefe Adjunto

Alfredo Dantas Landim, Técnico de Planejamento e Administração

Edivaldo Fernandes de Souza, Enumerador

Elizabeth Rodrigues Silva, Economista

Enio de Aguiar Góes, Assessor

Fernando Rios do Nascimento, Técnico de Planejamento e Administração

Jesus Bahamonde Palacios, Chefe, Divisão de Cooperativismo

Orlins Ferreira, Técnico de Planejamento e Administração

Ricardo Cunha Lima, Técnico de Planejamento e Administração

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

João Luiz de Souza Calmon, Chefe

Oscar Luiz Figuera, Assessor

ESCRITÓRIO ESPECIAL DE SALVADOR

José Luciano da Silveira Libório, Assessor Jurídico

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Milton Cortes do Rosário, Chefe

Isaias Alves de Souza, Fotógrafo

Aguido Ferreira dos Santos, Fotógrafo

DEPARTAMENTO ESPECIAL DA AMAZÔNIA

Frederico Monterio Alvares-Afonso, Chefe

2. CONSELHO CONSULTIVO DOS PRODUTORES DE CACAU

Irio Athanásio dos Santos, Ex-Presidente

Clodomir Xavier de Oliveira, Diretor, Secretário

José de Quadros Filho, Diretor, Setor Sindical

3. ITABUNA INDUSTRIAL S/A

Antonio Carlos Mesquita Pimentel, Gerente

Agradecimentos muito especiais a Geraldo Borges dos Santos, Assessor de Administração, COREG, e Maria Helena Alencar, Assessora de Programação e Avaliação, Secretaria-Geral, CEPLAC, pela contribuição de seus conhecimentos e pela excelente colaboração prestada na coordenação das relações de trabalho da equipe do Instituto com os diversos setores da CEPLAC.

Agradecimentos ao Sr. Antonio Caraballo Barreira, Coordenador de Comunicação Social do Ministério da Agricultura, por haver permitido ao Instituto utilizar ilustrações desenhadas por Percy Lau, extraídas do Documentário da Vida Rural nº 7, "Fazenda de Cacau na Bahia", de autoria de Clovis Caldeira, editado pelo Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, Brasil, 1954.

RELAÇÃO DE SIGLAS

ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ACRI	American Cocoa Research Institute
ASSEC	Assessoria de Economia e Estatística , CEPLAC
ASTECCA	Serviço de Assistência Técnica Creditícia de Cametá
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CACEX	Carteira de Comércio Exterior, Banco do Brasil
CAMTA	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú
CATIE	Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza, IICA
CCPC	Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau
CEPEC	Centro de Pesquisas do Cacau, CEPLAC
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLUS	Instituto CEPLAC de Seguridade Social
CERCA	Cooperativa de Eletrificação Rural da Região Cacaueira
CIRAMA	Cooperativa Integral de Reforma Agrária de Monte Alegre
CIRA-OP	Cooperativa Integral de Reforma Agrária de Ouro Preto
CIRA-PICOP	Cooperativa Integrada de Reforma Agrária do Projeto Integrado de Colonização de Ouro Preto
CISBATEL	Consórcio Intermunicipal Sulbaiano de Televisão
COAMB	Cooperativa Agrícola Mista de Batéia
COBER	Companhia Baiana de Eletrificação Rural
COCAM	Cooperativa Agrícola de Camacã
COCIP	Cooperativa dos Cacaucultores de Ipiaú
COELBA	Companhia de Eletricidade da Bahia
COFABA	Cooperativa dos Fazendeiros de Cacau da Bahia
COOGRAP	Cooperativa Grapiúna de Criadores de Bovinos
COOPERI	Cooperativa Mista dos Pescadores de Ilhéus
COOPMAC	Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense;
COPAMAR	Cooperativa Agropecuária Mista de Ariquemes
COPERCACAU	Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacaueira da Bahia

COPERCACAU	
CENTRAL	Cooperativa Central de Cacau, do Sistema COPERCACAU
COPERCAL	Copercacau Calcáreo
COPERFERTIL	Copercacau Fertilizantes
COPERFRONT	Cooperativa Mista Nova Fronteira
COPESSBA	Cooperativa Mista dos Pescadores do Extremo Sul da Bahia
COPERSULBA	Cooperativa Mista dos Pescadores do Sul da Bahia
COREG	Coordenação Regional, da CEPLAC na Bahia
DEADE	Departamento de Apoio ao Desenvolvimento, CEPLAC
DECEX	Departamento de Crédito e Extensão Rural, CEPLAC
DECRI	Departamento de Crédito e Incentivos, CEPLAC
DEPAD	Departamento Administrativo, CEPLAC
DEPEX	Departamento de Extensão, CEPLAC
DERBA	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Bahia
DICOM	Divisão de Comunicação, CEPLAC
DIMAT	Divisão de Material, CEPLAC
DINCE	Divisão de Infra-estrutura e Incentivos, CEPLAC
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
EMARC	Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira, atualmente Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESCELSA	Espírito Santo Companhia de Eletrificação S.A.
ESSAL	Escritório Especial de Salvador, CEPLAC
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
FAO	Food and Agriculture Organization
FECOERBASE	Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural da Bahia e Sergipe
FESPI	Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna
FUNGECAU	Fundo Geral do Cacau
FUNRURAL	Fundo Social Rural
FUSEC	Fundo Suplementar de Expansão da Cacaicultura

GEER	Grupo Executivo de Eletrificação Rural
GEIPOT	Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBDF	Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Cacau da Bahia
IICA	Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, atual Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERBA	Instituto de Terras da Bahia
IPEAN	Instituto de Pesquisas Agronômicas do Norte
ITAISA	Itabuna Industrial S.A.
MOBRAL	Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PACCE	Projeto de Atividades Culturais Cacau
POLAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PROAM	Programa Especial da Amazônia
PROCACAU	Programa Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura Nacional
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste
SECRE	Secretaria-Geral, CEPLAC
SEMAR	Serviço Nacional de Formação Profissional Rural
SESEB	Superintendência do Ensino Superior do Estado da Bahia
SUDHEVEA	Superintendência da Borracha
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SULBA	Companhia Viação Sulbaiana S.A.
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito, Banco Central
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TELEBAHIA	Telecomunicações da Bahia S.A.
WACRI	West African Cocoa Research Institute

ÍNDICE CRONOLÓGICO DOS FATOS PRINCIPAIS RELACIONADOS COM O CACAU E A CEPLAC

- 1679 Expedida a Carta Régia da Coroa Portuguesa, autorizando os colonizadores do Brasil a plantarem cacau e participarem no seu comércio de exportação.
- 1746 Introdução do cacau na Bahia por meio de sementes de cacau trazidas do Pará que, presenteadas por Louis Frederic Warneau a Antônio Dias Ribeiro, foram plantadas na Fazenda Cubículo, no atual município de Canavieiras.
- 1752 Iniciado o plantio do cacau em Ilhéus, Bahia.
- 1904-13 Construção da estrada de ferrò Ilhéus a Itabuna.
- 1923 Criada a primeira estação experimental de cacau na localidade de Água Preta, atual município de Uruçuca, Bahia.
- 1923-26 Construção das docas de Ilhéus.
- 1926 Primeiro embarque de cacau para o exterior, pelo Porto de Ilhéus.
- 1929-30 Repercussão do debacle econômico mundial na região cacauera da Bahia.

- 1931 Criado o Instituto de Cacau da Bahia (ICB), pelo Governo do Estado.
- 1932 Reajuste financeiro e moratória de ajuda aos cacauicultores da Bahia.
- 1940-45 Segunda Guerra Mundial – brusco declínio de produção e preços; desorganização dos transportes marítimos; fechamento das bolsas de New York e de Londres.
- 1943-46 Monopólio da exportação, transporte, armazenagem e industrialização do cacau atribuído ao Instituto de Cacau da Bahia, segundo a Portaria nº 63 de 19/05/43, da Coordenação da Mobilização Econômica.
- 1947 Iniciado o programa de cacau no Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza, mantido pelo IICA em Turrialba, Costa Rica.
- 1953 Criado o Fundo dos Ágios – confisco cambial (Lei nº 2.145, de 29/12/53). Estabelecida a estação experimental de Juçari, Bahia, pelo Ministério da Agricultura. Criada pelo Ministério da Agricultura a Junta Executiva de Combate às Pragas e Doenças do Cacau, na Bahia.
- 1956 Grave crise na economia cacaueira. Visita do Ministro da Fazenda, José Maria Alkimin, a Ilhéus para analisar a crise da lavoura cacaueira. Proposta de Tosta Filho para a instituição do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira. Criado o primeiro programa de extensão em cacau em Linhares, Espírito Santo. Criado um Centro de Treinamento de Capatazes na Estação Experimental de Uruçuca, Bahia.
- 1957 Instituído o Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira e criada a CEPLAC (Decreto nº 40.987, de 20/02/57). Garantia de preço mínimo para o cacau (15/05/57). Primeira composição de dívidas de cacauicultores da Bahia. Organizado o primeiro programa de extensão em cacau na Bahia.
- 1958 Criado o Dia Internacional do Cacau.

- 1958-61 Intervenção da CACEX na comercialização do cacau e derivados.
- 1961 Abolido o confisco cambial sobre o cacau (13/03/61). Criada a cota de contribuição cambial sobre as exportações de cacau para constituir o Fundo de Defesa do Cacau (Instrução nº 204, de 13/03/61, da SUMOC).
- 1962 Autorizada a criação do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC) (Decreto nº 1.960, de 27/12/62). Segunda composição de dívidas de cacauicultores da Bahia.
- 1963 Iniciados os trabalhos do CEPEC em casas residenciais adaptadas na área destinada à construção desse centro de pesquisas. Criado o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (CCPC) (Decreto nº 52.190, de 28/06/63).
- 1964 Criado o Departamento de Extensão (DEPEX), da CEPLAC.
- 1965 Inaugurada a Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira (EMARC), em Uruçuca. Criado o Serviço Experimental de Belém, da CEPLAC.
- 1970 Criado o Serviço Experimental de Manaus (SEMA), da CEPLAC. Iniciado o Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira da Bahia pela CEPLAC e o IICA.
- 1971 Terceira composição de dívidas de cacauicultores da Bahia (Decreto, nº 68.688, de 27/05/71). Inaugurado o Porto do Malhado, em Ilhéus. Criado o Serviço Experimental de Rondônia.
- 1972 Inaugurada a sede da Coordenadoria Regional e do CEPEC, na Rodovia Ilhéus-Itabuna, Bahia (05/06/72). Entrada em vigência do primeiro Acordo Internacional do Cacau (10/05/72).

- 1974 Vinculação da CEPLAC ao Ministério da Agricultura e modificação do seu nome para “Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira” (Decreto nº 73.960, de 18/04/74). Criado o Programa Especial da Amazônia (PROAM). Criado o Fundo Suplementar de Expansão da Cacaucultura (FUSEC), por decisão do Conselho Monetário Nacional.
- 1975 Entrada em vigência do Segundo Acordo Internacional do Cacau. (01/10/75).
- 1976 Criado o Departamento Especial da Amazônia (DEPEA).
- 1977 Aprovado pelo Governo Federal o Programa “Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura – 1976/85” (PROCACAU). Inaugurado o edifício-sede do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, em Itabuna, Bahia.
- 1978 Implantado o Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacaueira da Bahia (COPERCACAU). Criado o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento (DEADE), da CEPLAC.
- 1979 Inaugurado o edifício-sede da CEPLAC em Brasília (08/03/79).
- 1980 Criado o Departamento de Educação (DEPED), da CEPLAC. Criadas as Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC em Valença, Itapetinga e Teixeira de Freitas, na Bahia. Criada a COPERCACAU – Amazônia S.A.
- 1981 Criado o Fundo Geral do Cacau (FUNGECAU) (Decreto nº 86.179, de 06/07/81). Inaugurada a Itabuna Industrial S.A. (ITAISA), em Ilhéus. Entrada em vigência do Terceiro Acordo Internacional do Cacau (01/08/81).

INTRODUÇÃO

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) iniciou sua assistência técnica às atividades cacauceiras do Brasil no começo da década de 50. Naquela época, o IICA mantinha, no atual Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE, Turrialba, Costa Rica), o Programa Interamericano de Cacau, que realizava atividades de pesquisa e ensino em cacau.

O Centro de Turrialba constituía o principal pólo, na América Latina, em matéria de pesquisas e atividades de capacitação em cacau e outras culturas tropicais. Na década de 50 aquele Centro contava com especialistas de grande reputação, como os Drs. Luis Siller, Jurgén Hansen, Rodrigo Orellana, em Fitopatologia; Paul Oesly, em Agronomia do Cacau; Gordon Havord e Frederick Hardy, em Solos; Paulo de Tarso Alvim, Eduardo Jiménez e Marcial Machicado, em Fisiologia Vegetal; F. G. Bowman, Francisco Garcia e Alfredo Paredes, em Horticultura, e Jorge Soria, em Fitomelhoramento. Como parte de suas atividades de pesquisa, esses especialistas viajavam aos países, a fim de conhecer a experiência de cada um deles em suas áreas respectivas.

As atividades de ensino consistiam em estudos a nível de pós-graduação (mestrado) nas áreas de Fitotecnia, Solos, Zootecnia e Dasonomia. Também eram organizados cursos de nível pós-graduado em áreas-problema específicas. Um dos cursos mais importantes e concorridos era o de Cacau que, anualmente, reunia os especialistas no ramo vindos da América Latina e do Caribe. O Programa de Cacau tinha, ainda, a seu cargo a Secretaria Executiva do Programa Interamericano de Cacau e a tarefa de organizar as Conferências Interamericanas de Cacau. Até 1958, haviam sido realizadas sete Conferências Interamericanas de Cacau e cinco Cursos Internacionais sobre cacau. A V Conferência teve lugar no Centro de Turrialba em 1954 e a VI em Salvador, Bahia, no ano de 1958. Em ambas, tanto os técnicos do IICA como os do Instituto de Cacau da Bahia (ICB) tiveram oportunidade de conhecer o que um e outro grupo desenvolvia em matéria de cacau.

O Programa de Pesquisas em Cacau do Centro de Turrialba mantinha projetos de pesquisa e experimentação, cujos resultados, especialmente em Melhoramento e Horticultura, foram de grande transcendência. Em Turrialba havia uma valiosa coleção de cacauzeiros originários da Amazônia e de clones híbridos, que constituíam o material genético para os trabalhos de melhoramento do cacauzeiro.

Dezenas de técnicos brasileiros que trabalhavam no Instituto de Cacau da Bahia estudaram no Centro de Turrialba e participaram em vários cursos internacionais de cacau ou em conferências.

Um convênio celebrado com a Organização dos Estados Americanos permitiu ao IICA, em 1955, nomear alguns de seus especialistas para programas de apoio a grupos de países latino-americanos. Nesse ano, o IICA estabeleceu a Direção Regional para a Zona Andina, com sede em Lima, na qual foram sediados vários de seus especialistas, dentre os quais se encontrava o Secretário do Programa Interamericano de Cacau, Dr. Paulo de Tarso Alvim, com a responsabilidade de organizar conferências e cursos interamericanos de cacau e dar apoio à cacauicultura em países do Continente, particularmente, no Brasil.

Antes da criação da CEPLAC, o IICA, especialmente através da assessoria técnica de Paulo Alvim, prestou importantes serviços aportando recomendações e estudos básicos para fortalecimento, inicialmente, da Estação Experimental de Uruçuca e capacitação de técnicos que atuavam no sudeste da Bahia. Dos estudos e observações sobre o estado da tecnologia do cacau, àquela época, se pôde concluir que a maior parte das explorações era bastante rudimentar e com mais de 50 anos de existência, comprovando-se baixos rendimentos e pouca resistência a pragas e doenças. As novas lavouras que iam sendo implantadas se faziam com o mesmo material botânico, e, portanto, com baixos índices de rendimento econômico.

Por outro lado, podia-se observar que as condições das Estações Experimentais de Uruçuca e Cruz das Almas e outros campos experimentais não eram adequados nem contavam com os recursos suficientes para produzir a necessária tecnologia e a recuperação das plantações de cacau. Sugeriu-se, então, a criação de uma moderna estação experimental nas imediações de Itabuna. A idéia básica seria a implantação de um Centro que tivesse algumas características dos trabalhos que se realizavam em Turrialba.

Ao ser criada a CEPLAC, o IICA contava com um acervo técnico-científico e gerencial que podia ser aproveitado, em boa parte, pelos países na área de cacau. Atendendo às solicitações do Governo Brasileiro foi possível que Paulo Alvim dedicasse grande parte de seu tempo trabalhando com a CEPLAC. Por outro lado, vários profissionais nacionais, ao regressarem ao País, dos cursos da Turrialba, se enga-

jaram nas atividades de implantação da CEPLAC em Itabuna, já com mais preparação acadêmica e científica para o desenvolvimento da cacauicultura do Brasil.

Nessa época, o Instituto começava a definir sua estratégia de cooperação com os Estados Membros no fortalecimento de instituições nacionais, que viriam a desempenhar papel importante na introdução de transformações na agricultura e no setor rural, em áreas, em que o IICA se sentia com capacidade de transferir experiências bem-sucedidas entre os seus Estados Membros.

O propósito da Direção-Geral do IICA era, além de colaborar na criação e implementação de uma instituição nacional que promovesse mudanças na cacauicultura do Brasil, estender e testar, fora de Turrialba, os resultados das pesquisas e estudos realizados no Centro.

Vários técnicos do IICA viajaram à Itabuna, contribuindo com seus conhecimentos para orientação dos programas técnicos da CEPLAC. O Dr. Frederick Hardy, por exemplo, realizou um estudo pioneiro sobre os solos de cacau da Bahia, quando recomendou a utilização do método Hardy-Bazán, de testes rápidos de fertilidade de solos, os quais vieram a ser empregados pela CEPLAC no inventário de fertilidade dos solos da região sudeste da Bahia. O Dr. Gordon Havord participou dessa tarefa e André Helfenberger estudou os problemas de fermentação e secagem do cacau, enquanto Jorge Soria dedicou-se à área de fitomelhoramento.

Para o IICA, naquela ocasião, a relação que se estava estabelecendo com a CEPLAC era a primeira séria experiência no manejo de recursos de fontes externas no sentido de reforçar programas com instituições nacionais.

Em fins de 1962, foram definidos entre o American Cocoa Research Institute (ACRI), a CEPLAC e o IICA o tipo de cooperação que permitiria colaborar com a CEPLAC e o Governo do Brasil na criação e desenvolvimento de uma organização destinada a promover profundas modificações na atividade cacauera e na região sudeste da Bahia.

O primeiro convênio de cooperação entre o IICA e a CEPLAC, com a participação do ACRI, foi celebrado em junho de 1963. Contudo, antes dessa data, o Instituto, com seus próprios recursos, já havia designado Paulo Alvim para colaborar nos estudos para a seleção da área onde se localizaria o Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC) e delinear os primeiros programas de atividades técnicas daquela instituição. Com recursos do convênio, três técnicos do IICA foram localizados em Itabuna, trabalhando em regime de dedicação integral (Paulo Alvim, Jorge Soria e Eduardo Jiménez). Ampliou-se o programa de bolsas de estudo para capacitação de técnicos da CEPLAC em Turrialba e foram organizadas diversas atividades adicionais de treinamento e estudos com a CEPLAC.

Os técnicos do IICA legaram à CEPLAC toda a experiência de mais de 15 anos de trabalho em pesquisa e ensino sobre cacau e em funções técnicas diretivas adquiridas em seus próprios países. Incorporaram-se, integralmente, à CEPLAC, participando de todo o penoso processo de legitimação da entidade em seu papel institucional e técnico.

A presença de técnicos do IICA na CEPLAC, além da contribuição específica que cada um deu em sua área, permitiu que muitos dos próprios técnicos nacionais (alguns ex-alunos de Turrialba) pudessem desenvolver melhor sua capacidade de aptidões científicas e gerenciais. Por outro lado, possibilitou consolidar grupos de trabalho com métodos e disciplinas comuns.

Parece-nos que esses foram fatores importantes na estruturação e implantação da organização técnica da CEPLAC, como o Banco do Brasil o foi na organização administrativa. Também o foram no rigor científico com que se programaram, controlaram e avaliaram as atividades técnicas; na introdução, no Brasil, de metodologias para melhorar a produção de híbridos e na seleção e teste destes; no desenvolvimento e introdução de melhores práticas de manejo (redução de sombreamento, aplicação de fertilizantes, controle de pragas, etc.).

Um bom número dos atuais líderes da CEPLAC, participantes do Programa de Capacitação desta Comissão, estudaram no Centro de Turrialba e no Centro Interamericano de Reforma Agrária, em Bogotá, ambos mantidos pelo IICA, de onde regressaram preparados para o exercício de suas funções. Recordamos, assim, dos nomes de Emo Ruy de Miranda, Jorge Raymundo Castro Vieira, Fernando Vello, Antonio Henrique Mariano, José Antonio Ventocilla Gonzalez, Ubaldino Dantas Machado, Frederico Monteiro Alvares-Afonso, Manuel Malheiros Tourinho, Charles José Leondy Santana, Fructuoso Percy Cabala Rosand, Miguel Roeder, Ivan Carvalho, Weber Alufio, Ivan da Costa Pinto Gramacho, Antonio Manoel Freire de Carvalho, Hermínio Rocha Maia e João Reis García. Outros participaram de cursos internacionais no CATIE, já à época do antigo Instituto de Cacau da Bahia, como, por exemplo, Idelbrando Ferraro do Nascimento, Manoel Leal, Alexander Grangier, Euro Tourinho, José Alves Sobrinho, Waldemar Tobias Lellis e Geraldo Adami Carletto.

Posteriormente, quando já havia consolidado sua equipe técnica em cacau, a CEPLAC buscou novos horizontes para onde projetar sua atuação. Novamente o Instituto voltou a colocar parte de seu grupo de técnicos, especialistas em ditas matérias, a serviço da CEPLAC para cooperar nessas novas áreas. O Centro de Turrialba preparou e capacitou técnicos da CEPLAC, agora em áreas tais como Extensão Agrícola, Recursos para o Desenvolvimento e Planejamento Regional.

A cooperação do Instituto não parou aí. Mediante convênio, equipes conjuntas do IICA e da CEPLAC realizaram um dos mais completos diagnósticos sócio-econômicos de uma região do País (1970 a 1974) com o objetivo de fornecer à administração da CEPLAC as informações básicas, indispensáveis para prosseguir no seu esforço, agora mais racional e ordenado, de promoção do desenvolvimento da região do sudeste da Bahia. Posteriormente a estes importantes e detalhados levantamentos, manteve o IICA a continuidade de sua assistência técnica, especialmente na elaboração de estudos específicos de tipo "pré-inversão", visando a possíveis investimentos em projetos de infra-estrutura, agroindústria, fomento à pecuária, diversificação de culturas, recursos genéticos, etc.

No ano de 1982 o IICA ainda mantém convênio de cooperação com a CEPLAC em áreas técnicas requeridas pelo CEPEC.

Assim, o Instituto vem cooperando com a CEPLAC praticamente desde o seu início e em cada uma das suas etapas de desenvolvimento. Acreditamos que, de certa forma, contribuímos para que a CEPLAC tenha podido alcançar níveis de excelência em várias áreas. Porém, também o IICA, como organismo internacional de cooperação técnica, beneficiou-se das relações com a CEPLAC.

No transcurso desses anos o IICA pôde observar quanto tempo, esforço e recursos são necessários para estruturar uma instituição e recuperar uma atividade agropecuária em estado precário, como se apresentava o cacau no sudeste da Bahia. Quando alguns membros de nossa organização questionam a longa duração das relações do IICA com a CEPLAC e perguntam quando será finalizada, apenas respondemos que ajudar a construir, manter e desenvolver uma organização como a CEPLAC é uma empreitada de longo prazo e como a organização, seus meios e suas demandas estão em constante mudança, essa relação é sempre progressiva.

O nosso relacionamento com a CEPLAC já não é simplesmente de apoio, mas, também, de efetiva cooperação recíproca para explorar áreas de excelência, implantar estratégias de ação e gerar tecnologias agropecuárias, das quais tanto o IICA como a CEPLAC se beneficiam. A CEPLAC cresceu tanto que agora pode apoiar e cooperar com o IICA no cumprimento dos seus próprios objetivos.

A experiência do IICA com a CEPLAC reforça nossa convicção de que, quando uma instituição tem objetivos definidos, específicos e factíveis, mediante o uso adequado dos recursos disponíveis, grande parte do êxito de sua tarefa está assegurado. Não confundir objetivos com meios e, portanto, ter a clarividência para, em determinados momentos, descartar mecanismos ou meios que eram úteis sob certas condições, mas não em outras, ou ajustá-los quando necessário, é um ensinamento que, para o IICA, tem sido de grande valia.

A CEPLAC começou trabalhando, tal como o IICA, sob uma política de marcante apoio ao aumento da produção e melhoria da produtividade. Da mesma forma que o IICA, deu-se conta de que, quando se está essencialmente preocupado com os produtores e com a população rural, esse enfoque não basta e terá que ser ampliado e diversificado. A CEPLAC iniciou suas atividades somente em cacau, no sudeste da Bahia, e principalmente com segmentos dos produtores de cacau. Agora, sem perder de vista nem descartando a prioridade do cacau, a CEPLAC está promovendo o seu cultivo não só no sudeste da Bahia, mas, também, em vários outros Estados e está procurando diversificar com outras culturas as áreas produtoras de cacau na Bahia, visando a alcançar, com seus programas, todos os estratos da população rural. Por ser uma entidade especializada num produto, passa, por um processo de evolução natural, a ser uma instituição de grande significado para o desenvolvimento agropecuário e regional de toda uma extensa área do Brasil.

A CEPLAC tem sido uma organização marcada por grandes êxitos, seja em seus esforços para estancar a tendência de decadência que vinha demonstrando a atividade cacaujeira brasileira desde a década de quarenta, seja em seus esforços para lograr a recuperação e o desenvolvimento dessa atividade, propiciando aumentos significativos de produção, produtividade e renda dos produtores de cacau.

No ano 1957/58, a produção de cacau do Brasil alcançou 160 mil toneladas, obtida de cacauais velhos e pouco produtivos, com rendimento médio de 381 kg/ha. O valor do cacau exportado resultou naquele período numa receita da ordem de US\$ 100 milhões para a economia do País; nos anos subseqüentes, contudo, baixou em quase a metade. Cabe assinalar que na década de 50 (antes da criação da CEPLAC) e até começos dos anos sessenta, os produtores de cacau do Brasil recebiam somente 36% do valor FOB do produto.

Em 1981, a produção brasileira de cacau alcançou 354 mil toneladas, numa área de produção de 500 mil hectares e 196 mil em desenvolvimento. Isso significa rendimentos médios de 708 kg/ha. O valor da exportação de cacau do Brasil em 1979/80 chegou a US\$ 710 milhões. Grande parte da área atual em produção e todas as áreas em desenvolvimento estão formadas com híbridos de alto rendimento, havendo, portanto, grandes perspectivas de elevação dos índices de produtividade. Atualmente, mais de 60% do valor FOB do cacau são repassados aos produtores.

Mas talvez o êxito mais notável da CEPLAC seja sua contribuição para a mudança de atitude dos produtores quanto ao cultivo, e da população do sudeste da Bahia ante o desenvolvimento e a introdução de um novo estilo de trabalho de uma instituição do setor público.

Essa ação institucional tem sido possível face ao trabalho e participação de muitas pessoas: os produtores e a população do sudeste da Bahia, que são os protagonistas; as autoridades do Governo Federal, que desde o começo compreenderam a importância e as possibilidades do cacau; as autoridades e lideranças políticas estaduais e locais da Bahia, do Espírito Santo e da Amazônia, que, com sua atitude vigilante e crítica, não permitiram que a CEPLAC se afastasse de sua missão básica. Mas, parte importante do êxito cabe também aos funcionários e dirigentes da CEPLAC, que, com grande mística e dedicação, têm defendido, promovido e lutado por sua entidade e, sobretudo, pelo direito dos cacauicultores de poder contar com uma instituição dinâmica e eficiente.

Mantendo-se fiel aos seus propósitos e empenhando-se em bem servir à causa da economia cacaueteira, a CEPLAC logrou grandes êxitos, contribuindo de forma relevante para o desenvolvimento econômico e social de extensas regiões produtoras de cacau, com base no soerguimento de um cultivo que se encontrava em estado decadente. Havendo testemunhado e colaborado, em boa medida, para a evolução da CEPLAC, é para o IICA muito grato poder registrar o seu processo evolutivo, como um caso muito especial de desenvolvimento institucional com um alto grau de criatividade e participação.

A CEPLAC deverá continuar aumentando sua contribuição nos aspectos de produção de cacau no País e de desenvolvimento sócio-econômico no sudeste da Bahia. Para tanto, conta com estrutura, recursos humanos e financeiros, apoio e reconhecimento, tanto das autoridades políticas como dos produtores de cacau; uma doutrina institucional entendida e aceita por seu pessoal, que se traduz em ações e resultados concretos de serviços e influência.

Brasília, Maio de 1982

J. Irineu Cabral
Diretor do IICA no Brasil

LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA DA CEPLAC

Da história e análise da origem, desenvolvimento e estado atual da CEPLAC é possível recolher uma série de conhecimentos a respeito não só do produto agrícola — o cacau — como da própria instituição — a CEPLAC.

Alguns desses conhecimentos são aplicáveis tanto aos cultivos perenes, como o cacau, quanto a entidades semelhantes à CEPLAC. Outros, porém, serão de aplicação geral, prestando-se a qualquer tipo de entidade ou produto, levadas em conta, naturalmente, características particulares do cultivo objeto do esforço de determinada organização.

I. Lições sobre o produto agrícola

Com relação ao produto agrícola, o cacau, uma das principais lições obtidas refere-se à diferença existente entre recuperar lavouras de cultivos perenes e lavouras de cultivos temporários. Naturalmente, quando se trata de recuperar ou mesmo de introduzir um cultivo perene, a estratégia, a clientela, os prazos, as necessidades de capital e outras variáveis diferem muito daqueles para a introdução ou recuperação de um cultivo temporário. A variável "tempo necessário" passa a ter relevância e significado diferentes daquela própria dos cultivos temporários. Em outras palavras, a perspectiva de tempo para criar e testar variedades de cultivos perenes e observar os efeitos das práticas agrônômicas tem uma dimensão "tempo" muito maior que aquela dos cultivos temporários.

Associa-se a essa observação o fato de que o sudeste da Bahia, onde a maior parte das plantações está localizada, é uma das regiões do mundo mais aptas ao cultivo do cacau e, para ela, praticamente inexistia melhor alternativa econômica. Por

essa razão, manteve-se ali a tradição monocultora, de grande influência no desenvolvimento da área.

Ante o estado de decadência em que se encontravam as plantações e a economia do cacau na região, à época da criação da CEPLAC, alguns consideravam sua recuperação só possível com a adoção de melhoramentos tecnológicos. Mas, para a maioria dos responsáveis pelas decisões relacionadas com o cacau, o problema não tinha solução à vista, só restando a alternativa da adoção de medidas a curto prazo, de tipo creditício e comercial, para atenuar a situação precária dos cacaucultores. Estes, entretanto, mostravam-se muito descrentes quanto à ação do poder público e, a princípio, viam a CEPLAC como mero instrumento de apoio financeiro. Assim, as medidas iniciais destinadas a recuperar a cacaucultura acabaram revelando-se uma tática bem adequada, ao orientarem-se para a composição de dívidas dos produtores em situação mais crítica e para o desenho de ações muito específicas, passíveis de granjearem a confiança e o apoio dos cacaucultores, enquanto se realizavam os estudos e pesquisas que lastreariam, a médio prazo, a recuperação efetiva da lavoura.

O conhecimento da situação do cultivo e da sua economia permitiu, por sua vez, identificar vários mitos existentes e, em conseqüência, traçar estratégias adequadas de mudança. De imediato foi possível constatar que o cultivo era recuperável e que o seu melhoramento só se produziria depois de um longo e penoso processo durante o qual não se obteriam resultados expressivos e de impacto.

Os estudos de solos, genética e outros, realizados pelo CEPEC com rigor científico, refletiram o trabalho sério e constante que foi necessário empreender para recuperar um cultivo em estado de decadência. A própria integração dos serviços de pesquisa, extensão, crédito e educação sob um mesmo comando que a CEPLAC tratou de proporcionar ao cacau e aos cacaucultores, se constitui numa experiência muito válida.

II. Lições sobre a instituição

A CEPLAC foi criada em decorrência de uma crise, numa conjuntura muito especial com que se defrontou o desenvolvimento da atividade cacauera no Brasil. Por isso, foi-lhe confiado o papel de mecanismo do Governo Federal destinado a recuperar uma lavoura até então tradicionalmente atendida por instituições de nível estadual.

As autoridades do Governo Federal, compreendendo a natureza do problema e a necessidade de grandes mudanças, ofereceram, durante longo tempo, irrestrito apoio à CEPLAC, para que esta orientasse o processo de modernização. Muitos dos que não acreditavam nessa estratégia, ou não a consideravam da competência de um órgão federal, opunham-se tenazmente às suas ações. Todavia, o respaldo do Governo Federal permitiu que a entidade se mantivesse e que seus esforços de modernização fossem levados a bom termo. Os resultados dos trabalhos da CEPLAC, entretanto, apesar das nítidas tendências para o aumento da produção conseqüentes da implantação dos serviços de assistência técnica aos agricultores (1964-1965), só se tornaram mais patentes a partir dos anos setenta. O Governo Federal teve a visão de apoiar durante longo tempo esse esforço de modernização. A CEPLAC, por sua

vez, agindo com clarividência, manteve-se fiel ao seu objetivo básico, nele persistindo, não obstante as diferentes estratégias que foi levada a adotar, em momentos específicos, para melhor lidar com a problemática existente.

Aparentemente, teve importância estratégica a vinculação da CEPLAC ao Ministério da Fazenda, ao Banco do Brasil e ao Banco Central (SUMOC), importantes entidades federais, com suficiente peso político e financeiro para proteger o novo organismo. Além de fortalecer relações ao nível de Governo Federal, a CEPLAC também cuidou de cultivar relações com outras entidades do meio institucional em que lhe cabe interagir. Esses vínculos se ampliaram e se fortaleceram, à medida que a entidade cresceu e ingressou em áreas mais competitivas e conflitantes, e serviram para apoiar suas ações em momentos críticos.

Para esse relacionamento muito tem contribuído o objetivo-meta da ação da CEPLAC que, de certa forma, também tem orientado o nível de interação que esta desenvolve no seu meio, apesar das diferentes concepções que, por vezes, componentes desse meio fazem do papel que lhe cabe desempenhar. Para as entidades do Governo Federal, por exemplo, a CEPLAC é aparentemente vista como uma instituição que deve assegurar que o cacau, na condição de produto de interesse nacional, continue a aumentar a sua contribuição para o fortalecimento da balança comercial do País. Outros, ao contrário, entendem que a CEPLAC deveria colaborar para a satisfação das necessidades públicas das áreas produtoras de cacau, financiando obras de infra-estrutura e atendendo, entre outros, aos aspectos sociais da região. Ademais, para algumas autoridades, a CEPLAC deveria dedicar-se exclusivamente ao cacau, sem desviar recursos para fora do sudeste da Bahia e de áreas do Espírito Santo.

Na cultura do cacau, no entanto, está envolvido um grande número de produtores que, participando com a cota de contribuição cambial, se constituem nos mantenedores e beneficiários da CEPLAC. Por isso, a questão da representação e participação dos cacauicultores na instituição adquire grande relevância. Não obstante a resistência oposta por alguns deles na etapa inicial de seus trabalhos, a CEPLAC logo percebeu que a grande maioria estaria de acordo com seus objetivos e estratégias, se tivesse oportunidade de conhecê-los, discuti-los e aprová-los. Por outro lado, como os cacauicultores não estavam suficientemente organizados, grupos de produtores ou mesmo pessoas mais influentes atuavam, às vezes, como seus porta-vozes. A CEPLAC empenhou-se, então, em promover e apoiar a organização dos cacauicultores, a fim de contar com um mecanismo de interação com a classe — o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau. Este tem desempenhado papel de fundamental importância, como mecanismo de aglutinação dos anseios e reivindicações da lavoura cacauieira, guardião dos interesses de uma lavoura mais forte e mais acatada. O Conselho, diretamente ou através de sua participação no Conselho Deliberativo da CEPLAC, tem representado importante ponto de apoio na orientação da instituição, estimulando-a em momentos críticos e acompanhando o desenvolvimento de suas ações. Até o momento não houve maiores conflitos entre os interesses imediatos dos cacauicultores da Bahia e os globais do Governo Federal e da CEPLAC na promoção do cultivo do cacau no País. A administração da CEPLAC tem tido a habilidade de conciliar ambas as áreas de interesse.

Outro fator importante, no caso da CEPLAC, é a especificidade do objetivo—meta — o cacau, que lhe tem dado grande identidade e força doutrinária, facilitando a seleção da clientela e das estratégias para a consecução dos seus propósitos. Mesmo quando foi levada a estender seu campo de ação a outros objetivos e produtos, a CEPLAC o fez com prudência e habilidade, dando-lhes uma atenção complementar. Diante da freqüente insistência para que atue como organismo de desenvolvimento regional, a CEPLAC, reconhecendo a necessidade de cooperar nesse sentido, adota a estratégia de apoiar os organismos diretamente envolvidos no desenvolvimento da infra-estrutura da região, com a preocupação de não desvirtuar os seus objetivos imediatos e maiores de fortalecimento da economia cacauaieira. A deliberação, por exemplo, de não envolver a instituição diretamente na área de comercialização do cacau e, também, de transferir para a rede bancária a responsabilidade de administrar o financiamento aos produtores, não obstante ser esta uma área que poderia fortalecer o seu prestígio, demonstram a capacidade dos seus dirigentes.

Naturalmente, a decisão de trabalhar fundamentalmente com o cacau na Bahia não tem correspondido aos interesses de muitos daqueles com quem a CEPLAC interatua. Até o momento, foi possível controlar a situação, mas à medida que a produção se expande além da Bahia e aumenta o número de produtores fora do Estado, antevê-se que, nos próximos anos, serão intensificadas as pressões para que a CEPLAC amplie e reforce mais uniformemente suas ações nas diversas áreas produtoras de cacau. Novamente, a entidade terá que tomar uma difícil decisão de ordem político-institucional em seu processo de crescimento.

Importantes elementos propulsores da CEPLAC têm sido a capacidade de liderança, a criatividade e a continuidade administrativa daqueles que até então tiveram maior projeção em sua concepção e desenvolvimento institucional.



Joaquim Ignácio Tosta Filho, com sua personalidade e seu grande conhecimento da problemática do cacau, particularmente nos aspectos econômicos e mercantis, contribuiu decisivamente para que fosse concebida e aceita a engenhosa fórmula que permitiu a utilização do Fundo dos Ágios na composição de dívidas dos produtores e a subsequente recuperação da lavoura cacauaieira do sudeste da Bahia e do Espírito Santo.



Também Carlos Brandão, quando Secretário-Geral (1957-1969), com seu senso de oportunidade, firmeza nas decisões e perseverança na busca de soluções para as situações difíceis que a CEPLAC teve de enfrentar, soube imprimir novos e oportunos rumos à entidade, institucionalizando-a, estruturando-a e encontrando uma base financeira permanente para o custeio e ampliação dos seus serviços de apoio à economia cacauceira e à região.



Quanto à José Haroldo Castro Vieira, como Secretário-Geral desde 1969, com sua disciplina de trabalho, capacidade de negociação e habilidade no trato das relações humanas, aliada à sua dedicação à causa da CEPLAC, pôde contornar obstáculos e imprimir um rumo firme aos seus trabalhos, logrando ampliar sua ação, consolidá-la como instituição e reafirmar, mais recentemente, seu fortalecimento financeiro.



Na área técnica, entre vários especialistas nacionais e internacionais, Paulo de Tarso Alvim, consciente do estado de precariedade em que se encontrava a cacauicultura baiana, propugnou, durante anos, a criação de um grande centro de pesquisas do cacau. Com capacidade de liderança, espírito de equipe e aguda percepção dos problemas agrônômicos que afetam o cacau, foi um dos idealizadores e propulsores do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC), que tem dado o indispensável apoio técnico-científico aos serviços de assistência à cacauicultura e desfruta de grande prestígio nos meios científicos internacionais.

É evidente que essas lideranças não teriam sido tão relevantes se não tivessem contado com a colaboração das equipes técnicas e administrativas que esses próprios líderes souberam integrar dentro da CEPLAC.

No início dos seus trabalhos, a CEPLAC baseou suas ações em diagnósticos elaborados por especialistas altamente qualificados, de acordo com a concepção que estes faziam da situação econômica e tecnológica do cacau no País e no mundo e das perspectivas favoráveis do Brasil no prazo imediato de dez a vinte anos. Essa estratégia de planejamento foi de grande importância para orientar as ações da organização e assegurar seu funcionamento nos primeiros anos de existência, mostrando que efetivamente o conhecimento e a análise qualitativos podem ser métodos tão acertados e úteis quanto os baseados em outros princípios.

Posteriormente, quando a entidade estendeu seu raio de ação a áreas temáticas nas quais seu pessoal não tinha a mesma experiência e vivência, a CEPLAC teve a habilidade de reformular seu método de planificação, levantando informações básicas e elaborando diagnósticos mais quantificados. Ao propor que o Brasil se convertesse no maior produtor de cacau do mundo, as metas e estratégias tornaram-se mais explícitas e para sua consecução se fez necessária a cooperação de outras entidades.

Durante quase quinze anos a CEPLAC viveu sem um regime legal estável que a definisse e protegesse. Não era órgão autônomo, nem autarquia. Essas circunstâncias, entretanto, não constituíram sério obstáculo às suas grandes e positivas realizações.

Por outro lado, a capacidade de autofinanciamento, através de uma cota de contribuição cambial arrecadada de uma fonte permanente de recursos — as exportações de cacau e derivados, tem-se constituído certamente em um dos fatores essenciais para assegurar a sobrevivência da CEPLAC, sua estabilidade financeira,

seu elevado grau de autonomia e a eficiência de suas operações. Na medida em que for positiva sua atuação, haverá o incentivo do aumento da própria receita proporcionalmente aos maiores índices de produção e produtividade que a lavoura cacau-eira alcançar.

Não obstante a precária situação em que se encontrava na década de 1960, o cacau foi capaz de financiar sua própria recuperação e desenvolvimento, através de contribuições diretas.

Ao iniciar suas atividades, a CEPLAC contava com um número muito reduzido de especialistas em cacau. No momento, possui cerca de 700 profissionais, grande parte com formação a nível de pós-graduação, habilitação e experiência no cultivo do cacau. Soma-se a eles um expressivo número de técnicos de apoio operacional, treinados em práticas culturais, que também trabalham no cultivo.

Para criar essa força de trabalho, foi preciso desenvolver uma vigorosa política de recursos humanos. Para integrar os quadros da CEPLAC foram recrutados engenheiros agrônomos jovens, que se especializaram em cacau, grande número deles a nível de mestrado e doutorado. Também foi valiosa a contribuição da Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira (EMARC), de Uruçuca, criada para ministrar treinamento a nível médio em práticas agrícolas de cacau, cujos formandos foram em grande parte absorvidos pela própria CEPLAC e arregimentados por produtores de cacau da região. A EMARC desenvolveu ainda atividades de treinamento de capatazes, administradores de fazenda e trabalhadores rurais. Esse trabalho foi ampliado a partir de 1980, por intermédio das Escolas Médias de Agropecuária Regionais de Valença, Itapetinga e Teixeira de Freitas.

Ainda, para contar com um quadro técnico condizente com suas complexas responsabilidades, a CEPLAC tem adotado rigorosos critérios de seleção e desenvolvimento de pessoal técnico e proporcionado estímulos para conservá-lo. A política de recursos humanos desenvolvida pela CEPLAC, tanto em seu âmbito interno como em relação à atividade cacaueira em geral, constitui, pois, outra de suas grandes e bem-sucedidas contribuições para o desenvolvimento da economia cacaueira.

A CEPLAC está identificada com o ambiente, a clientela, as entidades e os programas com os quais lhe cabe atuar. Uma vez conhecida a demanda imediata e a futura, estruturou uma oferta de serviços ajustada aos seus objetivos imediatos — o cacau e o cacauicultor. A trilogia pesquisa-extensão-educação vem-se mantendo há quase vinte anos como as funções básicas da CEPLAC, integradas a nível de fazenda. Ações paralelas em crédito, comercialização e apoio à infra-estrutura foram acrescentadas à organização básica, ou dela excluídas, mas essa trilogia manteve-se como a mais importante e fundamental.

Na Bahia, mais de 80 por cento do pessoal da CEPLAC trabalham em cerca de 60 unidades de extensão, junto dos produtores, em 15 estabelecimentos experimentais, realizando pesquisa e experimentação, em fazendas de produtores ou ainda em atividades de capacitação nas quatro escolas médias de agricultura. A descentralização das ações da CEPLAC contribuiu para que se ampliasse substancialmente a cobertura oferecida pela entidade, que já atinge cerca de 80 por cento das unidades de produção de cacau e de outros produtos agrícolas no sudeste da Bahia.

O crescimento das ações da CEPLAC foi gradual e a entidade teve o bom senso de não crescer desordenadamente.

Dentre os importantes elementos que contribuíram para o desenvolvimento da CEPLAC, alguns poderão ser postos em relevo:

a. A instituição nasceu para cumprir propósitos muito específicos de apoio à cacauicultura da Bahia, inicialmente, recompondo as dívidas dos cacauicultores e, posteriormente, estimulando a expansão e a racionalização do cultivo do cacau. Mantendo-se leal a esses propósitos, fortaleceu-se com o apoio do Governo e do próprio meio em que atuou.

b. A concentração de esforços em busca de soluções dos problemas do cacau e dos cacauicultores e a consideração de que esses problemas somente poderiam ser resolvidos mediante um enfoque integral, no qual fossem considerados seus aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e institucionais, orientaram todas as ações da entidade e transformaram-se numa doutrina institucional que permeou todo o funcionamento da instituição.

c. Sua liderança, estável e comprometida com tais propósitos, desenvolveu estratégias gerenciais, internas e externas, que lhe permitiram lograr o que a instituição definiu como necessário para cumprir com um mínimo de compromissos perante os interesses do País e dos produtores.

d. A CEPLAC foi capaz de captar recursos suficientes para lograr seus propósitos.

e. O pessoal que a CEPLAC recrutou foi treinado, doutrinado e comprometido com os objetivos institucionais.

f. A organização, as estratégias de planificação, as relações externas e outros elementos administrativos foram sempre considerados como meios para a obtenção de metas concretas, ajustando-se, pouco a pouco, às condições sobre as quais teve que atuar a instituição.

g. A estratégia gerencial da CEPLAC foi sempre orientada para as ações visando ao produto principal, ou seja, o cacau e os cacauicultores. Dessa forma, cada ação representou o meio, a curto ou médio prazo, para a obtenção dos resultados desejados.

h. A clara percepção dos objetivos a serem alcançados, a orientação de todos os elementos institucionais para a sua obtenção e a atitude aberta da gerência e do pessoal da CEPLAC, de maneira a ajustar suas ações às circunstâncias e condições impostas pelas mudanças do meio, mantendo sempre a coerência com o fim proposto, representaram papel de fundamental importância para o seu êxito nestes 25 anos.

i. A CEPLAC, com o apoio do IICA, criou um modelo institucional peculiar para o trópico, com a liderança e participação de pessoal nacional e a colaboração de especialistas internacionais, possibilitando a execução de um programa de desenvolvimento de um produto de grande significação econômica para o País, com o conseqüente impacto no desenvolvimento das áreas produtoras.

AGENDA PARA O FUTURO

Atualmente a cacauicultura brasileira encontra-se plenamente recuperada e em fase de grande expansão, podendo-se, mesmo, constatar que é uma das atividades do setor agrícola mais eficientes e modernizadas no Brasil. Conceito igualmente favorável deve ser formulado em relação à CEPLAC, que teve uma auspiciosa evolução, sendo hoje uma prestigiosa entidade da Administração Pública Federal.

Nestas condições, a cacauicultura nacional e a CEPLAC estão suficientemente fortalecidas e ajustadas para prosseguirem numa trajetória firme, desempenhando relevante papel no contexto da economia do País. Será, pois, oportuno, neste Jubileu de Prata, reflexionar sobre a ação da CEPLAC no futuro, face ao seu crescimento, à expansão de suas atividades e áreas de atuação e às contingências do ambiente em que exerce interação.

- a. Sob o ponto de vista institucional, será indispensável que se mantenha um esforço permanente de apoio ao desenvolvimento da capacidade gerencial e de lideranças, em todos os escalões, tanto nas áreas administrativas como nas técnicas, bem como à capacitação e motivação do pessoal para que, animado de uma mística institucional – o “espírito ceplaquiano”, se cumpram, com exatidão, os propósitos perseguidos pela CEPLAC.
- b. No tocante ao desenvolvimento da cacauicultura, conta a CEPLAC com o

programa "Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura Nacional 1976-1985" (PROCACAU), no qual estão delineadas as metas e linhas de ação para a expansão das áreas de cultivo do cacau e a melhoria dos índices de produtividade, com vistas ao aumento da produção. Os expressivos êxitos alcançados na racionalização e expansão da cacaucultura com base no PROCACAU são demonstração da conveniência de haver um plano de mais longo prazo, com metas definidas para orientar a ação da CEPLAC e a alocação de recursos financeiros para tais fins.

- c. Além da promoção do aperfeiçoamento econômico-social da lavoura cacaueira, incumbe à CEPLAC "incentivar a introdução e desenvolvimento de alternativas agroindustriais nas tradicionais regiões produtoras de cacau e participar do fortalecimento da infra-estrutura das regiões produtoras de cacau".* Tal como presentemente, a CEPLAC continuará sendo pressionada por demandas adicionais, especialmente de agricultores do sudeste da Bahia, para que apóie outras atividades agropecuárias. Embora haja várias opiniões entre os próprios cacaucultores quanto à oportunidade de maior envolvimento na diversificação agropecuária e no apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura regional, esforços vêm sendo realizados pela CEPLAC, na medida da disponibilidade de recursos financeiros, para o fortalecimento econômico e social das áreas produtoras de cacau, em estreita cooperação com entidades dos governos federal, estadual e municipal. O cultivo do cacau ocupa menos de dez por cento da área de jurisdição da CEPLAC na Bahia, que abrange uns nove milhões de hectares, concentrando-se sua maior parte na Micro-região Cacaueira. O Diagnóstico Sócio-Econômico levado a efeito naquela área revelou que a mesma é dotada de tipos de solos e fatores climáticos diversos, bem como de relevo e condições de infra-estrutura favoráveis, que lhe conferem grande potencialidade agrícola para não só incrementar a produção de cacau, como, também, permitir a maximização dos recursos naturais e a diversificação agropecuária, com base em agrossistemas integrando produtos de exportação e de alimentação com uma intensiva atividade pecuária. Dessa forma, foram caracterizados 35 agrossistemas em termos físicos e sócio-econômicos, que deveriam suprir os elementos básicos para o planejamento da economia em geral e da agricultura como uma de suas partes integrantes.
- d. O desenvolvimento da infra-estrutura regional constitui-se em fator preponderante para a melhoria das condições de vida das populações e a integração econômica e social do meio rural. Por isso, haverá necessidade de que se intensifiquem as ações nesse setor, atuando a CEPLAC como agente catalizador e de apoio para atrair e capitalizar investimentos dos órgãos federais, estaduais e municipais pertinentes, com base em planos setoriais com eles coordenados.
- e. A CEPLAC está empenhada, basicamente, no fortalecimento da cacaucultura; contudo, dentro de um conceito de desenvolvimento integrado, não poderá estar alheia ao tratamento dos aspectos econômicos e sociais inerentes à própria cacaucultura como, também, das regiões produtoras de cacau, para que os cacaucultores e as populações rurais sejam partícipes e beneficiários dos frutos dos esforços realizados.

* Decreto nº 73.960, de 18/04/74, que assegurou a autonomia administrativa e financeira da CEPLAC e vinculou-a ao Ministério da Agricultura.

- f. Por não haver, ainda, uma decisão política mais precisa quanto ao grau e forma de seu envolvimento nessas áreas e as estratégias de ação e diretrizes sobre sua participação e seu relacionamento com as entidades pertinentes, para melhor aproveitamento e fortalecimento dos recursos técnicos e institucionais disponíveis, não existe um claro comprometimento da instituição com essas áreas. Assim é que os programas de diversificação agropecuária necessitam do indispensável apoio da pesquisa, para que esta, por sua vez, contribua com os conhecimentos tecnológicos e econômicos necessários para respaldar a ação da extensão junto aos agricultores, bem como para nortear e intensificar a aplicação do crédito orientado.

Todas estas circunstâncias indicam que seria oportuno adotar-se um "Plano Diretor" para a instituição como um todo, envolvendo, com alta prioridade, o programa de expansão da cacauicultura nacional, já em marcha. Nesse "Plano Diretor" seriam definidos os objetivos, metas e procedimentos para sistematizar os esforços da CEPLAC na promoção e apoio à diversificação agropecuária e ao desenvolvimento da infra-estrutura regional, a serem executados com base em programas setoriais de médio e curto prazos, tendo em conta as diretrizes e estratégias estabelecidas.

- g. A implementação do "Plano Diretor" requererá a manutenção de um sistema de planejamento consolidado, dotado das necessárias estrutura e autoridade de coordenação, para que através desse mecanismo sejam exercidos a supervisão e o controle da elaboração e execução dos planos de ação e programas nos diversos setores de trabalho e nos distintos níveis hierárquicos e operacionais. Nesse esquema de planejamento, também deverá ser realizado um esforço de coordenação interinstitucional na busca do aproveitamento máximo de instituições nacionais e estaduais de pesquisa, extensão rural, crédito, desenvolvimento regional e rural, e outras, para que, complementando-se ou reforçando-se, reciprocamente, seja lograda a mais eficiente utilização dos recursos humanos, financeiros e outros disponíveis.
- h. Apoiando ou integrando o sistema de planejamento deveria ser mantido um centro de processamento de informações com um banco de dados para que se possa contar com uma fonte centralizada de informações fidedignas e uniformes nas quais sejam respaldados os planos e programas futuros.
- i. Para manter o ritmo de desenvolvimento da cacauicultura e contribuir, efetivamente, para fortalecer as economias regionais e do País, faz-se mister que os serviços da CEPLAC sejam conduzidos a nível de excelência. A pesquisa e a extensão constituem instrumentos essenciais da CEPLAC. O trabalho científico e de assistência técnica deve ser a grande meta da instituição; por isso, o alto nível de competência e de dedicação das equipes de trabalho nessas áreas, como nas demais, deverá ser preservado para benefício da economia cacauieira e da própria CEPLAC. Muito foi realizado nos 25 anos de sua existência; todavia, existem muitas questões pendentes e, além do mais, a evolução das ciências é um processo contínuo. No campo da genética, a seleção e avaliação de combinações híbridas quanto ao tamanho da semente e do fruto, resistência a doenças e pragas, adaptação a diferentes tipos de solos, etc., permitirá, ainda, desenvolver material de propagação muito valioso para a melhoria da qualida-

de do cacau a par de sua maior produtividade. Em relação à sanidade vegetal, as pesquisas sobre e epidemiologia da "podridão parda" e da "vassoura de bruxa" e o desenvolvimento de métodos de controle, combinando o combate químico com o manejo das plantações e o uso de fertilizantes e combinações híbridas resistentes, muito contribuirão para o melhoramento da produção de cacau.

- j. Esses poucos exemplos servem para ilustrar a complexidade dos problemas a serem abordados, que se referem não somente ao cacau e outros cultivos, como também, aos aspectos sociais e econômicos de interesse da cacauicultura e das regiões produtoras. Nesse sentido, deverá ser desenvolvido um modelo programático sistêmico ou integrado, tendo em conta a problemática regional, para que haja uma ação interdisciplinar no tratamento dos interesses prioritários, respaldada por um adequado embasamento financeiro e a necessária liderança técnica.
- l. A ampliação da assistência à cacauicultura em oito Estados da Federação, geograficamente distantes e ecologicamente diferentes, tornarão ainda mais variados e complexos os problemas de administração e operacionalização da CEPLAC e seus programas. Com a incorporação dessas novas áreas, com tendência a serem bem extensas, envolvendo grande número de cacauicultores, a participação destes e de autoridades políticas daquelas áreas será cada vez maior e poderá ter reflexos nas questões de representação e de defesa de interesses da economia cacaueira como um todo, pelos entrecosques que poderão ocorrer entre as regiões produtoras, tanto no órgão de representação da classe de produtores — o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, como no órgão superior da CEPLAC - o Conselho Deliberativo.

A ação catalítica e promotora da CEPLAC deverá continuar intensa e cuidadosa, de tal maneira que o País, realmente, alcance no menor prazo possível a posição sólida que o destaca como um dos maiores produtores mundiais de cacau.

Essas reflexões, do ponto de vista do IICA, poderiam constituir-se em uma base para a elaboração de uma "Agenda para o Futuro" destinada a guiar as grandes ações da CEPLAC.

O CACAU E O COMPLEXO CACAUEIRO

1

1 O manjar dos deuses

Originário das florestas equatoriais situadas na confluência das bacias do Orinoco e do Amazonas, na vertente atlântica da Cordilheira dos Andes, desde épocas remotas o cacauero era cultivado na América Central e no México pelos índios maias, chichimecas e seus sucessores imediatos, os astecas e os toltecas, que muito apreciavam as suas virtudes. Tendo-o em conta de planta de origem divina, os astecas revestiam o seu cultivo de grande solenidade religiosa. Essa particularidade teria levado o botânico sueco Carolus Linnaeus, inspirado pela mitologia asteca, a dar-lhe em 1753 a denomi-

nação científica de **Theobroma cacao**, significando o vocábulo **Theobroma** “manjar dos deuses”.

Os indígenas davam à árvore o nome de **cacahua-quahuitl**, de origem asteca — no México o fruto é chamado de **caca-huatl** — e preparavam uma bebida refrigerante conhecida por **xoccatl** (bebida amarga), de origem maia¹¹, ou **tchocolatl** dos astecas, obtida de uma pasta composta de polpa misturada com amêndoas trituradas entre duas pedras e aromatizada por várias plantas, entre as quais baunilha e pimenta-da-jamaica.⁴⁰ É interessante assinalar que, no Brasil, os aborígenes contemporâneos desses indígenas aproveitavam apenas a polpa do



cacau, que fermentavam para produzir uma bebida hoje chamada de "vinho de cacau"⁴⁰

O **tchocolatl** era muito apreciado pelos astecas, e particularmente pelo Imperador Montezuma, que, demonstrando grande gentileza, fez servi-lo a Hernán Cortez em 1519, quando da visita deste à corte, após ter conquistado Tenochtitlán, a capital asteca. Cortez não mostrou grande interesse pela beberagem, por lhe parecer amarga e desagradável, porém pôde observar o alto valor nutritivo das amêndoas quando consumidas por suas tropas nas longas marchas.

Os espanhóis, entretanto, que já conheciam a cana-de-açúcar, logo começaram a cultivá-la no México e a usá-la para adoçar o chocolate, que se tornou um alimento muito apreciado. Introduzido na Espanha em 1528, só muitos anos depois foi ele conhecido no resto da Europa, tornando-se uma bebida muito bem aceita pela aristocracia européia. Mas seu consumo somente se difundiria com mais intensidade após o casamento do futuro Rei Luiz XIV, da França, com Maria Tereza, Infanta da Espanha, que insistiu em levar para a França uma criada muito hábil na preparação do chocolate.

A idéia que tiveram os ingleses, em 1700, de misturar o chocolate ao leite

tornou a bebida ainda mais apetecível e aumentou o consumo de cacau. Foram os holandeses, entretanto, que assentaram em 1828 os fundamentos da indústria chocolateira, ao lograrem fabricar o chocolate em pó, que misturado com água ou leite deu origem à bebida quente até hoje muito apreciada. Mais tarde, em 1847, outro passo importante foi por eles dado com a produção do chocolate em barra, obtido da mistura do chocolate em pó com manteiga de cacau e açúcar. Estava assim definitivamente consolidada a indústria do chocolate, que se desenvolveu na segunda metade do Século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, dando ensejo a um consumo sempre crescente do cacau.

2 O cacau no mundo

O navegador Cristóvão Colombo poderá ser tido como o precursor da difusão do cacau no mundo, já que em 1502, de volta de sua última viagem à América, levou algumas amostras de cacau para a Espanha, ainda que tal fato não tivesse imediatas repercussões. Foram efetivamente os espanhóis os primeiros a introduzirem o cacau na Europa e a desenvolverem, a partir do Século XIX, sua cultura em muitas das regiões tropicais da América Central e do Sul e em várias ilhas do Caribe. Nessa árdua tarefa coube também um papel importante aos portugueses, holandeses, ingleses e franceses, e mais tarde aos negros libertos da escravidão.

No século XVIII, os espanhóis, holandeses e portugueses levaram o cacau para as ilhas do Golfo da Guiné. A partir daí foi ele introduzido em países da costa ocidental da África, dando origem às grandes plantações hoje florescentes no Continente Africano, tal como ocorre

em Gana, para onde o cacau foi levado da Ilha de Fernando Pó, em 1879. Pouco depois o cacau era introduzido em outros países da África Ocidental. Coube aos ingleses e aos espanhóis introduzi-lo no sudeste da Ásia nos séculos XVI e XVII; por sua vez, o cultivo do cacau nas Ilhas de Samoa e Nova Guiné, no Pacífico, deve-se aos alemães no século XIX.

A Venezuela foi o principal país produtor de cacau até cerca de 1830, quando o Equador assumiu a liderança, colocando-se Trinidad e Tobago como o terceiro maior produtor. O volume de cacau produzido mundialmente era então de pouca monta, não ultrapassando as 13.500 toneladas, nas quais o Brasil participava com cerca de 2.900 toneladas procedentes, na sua quase totalidade, do Estado do Pará.⁵³

Embora sua difusão tenha se estendido a algumas dezenas de países situados na faixa de clima tropical e seu cultivo tenha tido grande incremento, parcela ponderável da produção cacauífera está hoje concentrada em alguns poucos países — Brasil, Costa do Marfim, Gana e Nigéria, que respondem por aproximadamente 80 por cento da produção mundial. No momento, o Brasil ocupa a segunda posição entre os produtores de cacau, depois da Costa do Marfim, mas há perspectivas de que venha em breve a conquistar definitivamente a liderança da produção mundial, com o desenvolvimento do plano de incremento da produção cacauífera, sob a orientação e coordenação da CEPLAC, previsto no Programa Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional — PROCACAU.

3. O cacau na Amazônia

Na sua qualidade de planta originária da Região Amazônica, o cacau vegetava de forma desordenada em suas florestas, em consorciação com palmeiras, seringueiras e um sem-número de essências florestais.

Tendo presente a adaptação natural do cacauífera às condições de solo e cli-

ma da Amazônia, a Coroa Portuguesa adotou, entre os anos de 1678 e 1681, uma série de medidas no sentido de estimular a exploração econômica desse produto. Assim, em 1679 foi expedida a Carta Régia que autorizava os colonizadores a plantarem o cacau em suas terras e a participarem no comércio de exportação; em 1680, foi publicado o alvará que conferia prêmios e favores aos que se dedicassem ao seu plantio; e em 1681, a exportação de cacau foi isentada de todos os direitos alfandegários pelo prazo de seis anos e sujeita à metade desses direitos nos quatro anos seguintes. Por sua vez, os membros das ordens religiosas foram autorizados a enviar ao Reino quantidades substanciais de cacau livres de qualquer direito.

Apesar desses incentivos, a exploração racional do cacau foi muito pouco estimulada, enquanto que se intensificava a atividade extrativista, a ponto de tornar-se o cacau o principal produto de exportação da Amazônia no início da década de 1730, posição essa que se mante-

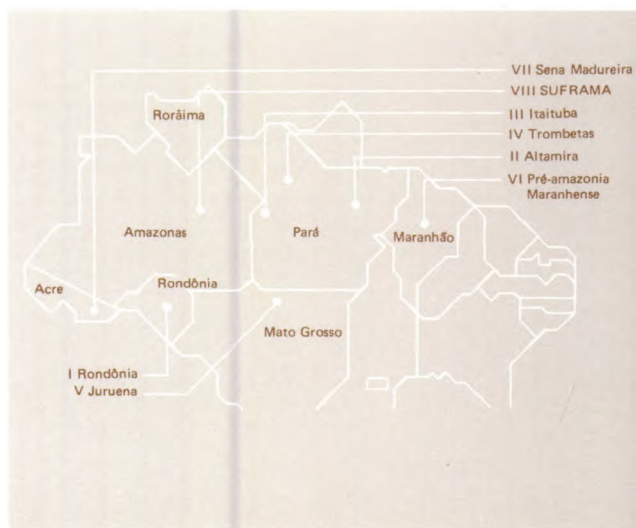
O cacauífera —
a árvore dos frutos de ouro



ria por mais de um século.² As plantações estabeleceram-se preferentemente em solos de aluvião ao longo da margem direita do Rio Amazonas, acima do nível normal das águas, para escaparem às enchentes fluviais que, não obstante tais precauções, causaram em diferentes oportunidades grandes prejuízos. Em 1749 já se contavam setecentos mil cacauzeiros plantados, os quais produziam cerca de mil toneladas de cacau. Este, porém, pouco significava como produto de exportação brasileiro. Entre os anos de 1730 e 1822 os volumes exportados sofreram grande flutuação, passando de 14 toneladas em 1769 para o recorde de três mil toneladas em 1806.

A produção de cacau, entretanto, continuou a aumentar lentamente, com a relativa abundância de trabalho escravo, e chegou a atingir o volume de aproximadamente sete mil toneladas. Com a abolição da escravatura, em 1888, a produção na Amazônia sofreu um rude golpe, entrando em um período de decadência que, até o final do século XIX, foi entrecortado por ocasionais recuperações decorrentes de condições excepcionalmente favoráveis de preço do produto. Essa precária situação agravou-se entre os anos de 1900 e 1913, em virtude da crescente importância da borracha como produto de exportação, favorecida por melhor cotação e maior colocação nos mercados internacionais. Assim é que na Amazônia, particularmente nos Estados do Pará e Amazonas, a exploração do cacau até meados da última década pouco passava de uma atividade extrativa. Hoje, a produção cacauzeira da região representa cerca de 1,59 por cento da produção nacional, com perspectivas de rápido incremento, com a entrada em produção dos novos cacauais implantados em cumprimento das metas fixadas no PROCACAU. O cultivo de cacau na Amazônia concentra-se sobretudo nos Estados do Pará e Rondônia, nos quais, com base nos levantamentos pedológicos feitos pela CEPLAC, existem 120 mil e 750 mil hectares, respectivamente, de

terras aptas para esse fim.² Em conjunto, esses dois Estados contribuem com mais de 80 por cento da produção de cacau do Norte do País.



A cacauicultura expande-se em vários pólos cacauzeiros na Amazônia.

O Estado do Pará ainda lidera a produção regional, com 2.514 toneladas produzidas em 1980, provenientes na sua maior parte de áreas tradicionais, estimando-se em 27,8 mil hectares o total da área cultivada, distribuída nos pólos cacauzeiros de Altamira, Trombetas e Itaituba.

Em Rondônia, o cultivo do cacau por métodos racionais iniciou-se no ano agrícola de 1971-1972, com a participação de 38 agricultores que plantaram 42,5 hectares com o apoio da CEPLAC, em colaboração com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através do Projeto de Colonização Ouro Preto. Hoje, já estão estabelecidos 32.917 hectares de cacauais no Estado, graças a esse esforço pioneiro. A produção em 1980 foi de 2.242 toneladas, mas Rondônia deverá assumir gradualmente a hegemonia da produção cacauzeira na Amazônia, à medida que entrarem em produção os 100 mil hectares de cacauais que serão plantados de acor-

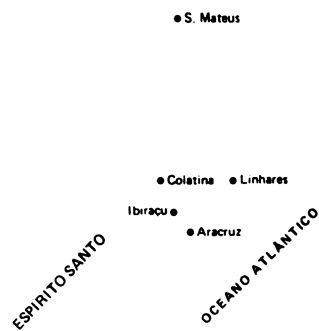
do com as metas fixadas no PROCACAU. O Pólo Cacaueiro de Rondônia, que compreende quatro áreas de produção, está centrado no Município de Jiparaná, na Rodovia BR-315 (Porto Velho-Cuiabá), e alcança, de um lado, o Município de Cacoal e, do outro, o Município de Ariquemes, passando por Ouro Preto e Jaru.

No Estado do Amazonas o cultivo do cacau está sendo estimulado no Distrito Agropecuário da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e no Maranhão o desenvolvimento do cultivo do cacau está centrado no Pólo Cacaueiro Santa Inês. Em Mato Grosso, sua promoção se desenvolve em torno do Pólo Cacaueiro Alta Floresta, enquanto no Acre, só recentemente foram iniciados os trabalhos de incentivo à produção do cacau em uma área de 200 hectares.

4 O cacau no Espírito Santo

A introdução do cultivo cacaueiro no Espírito Santo ocorreu por volta de 1919, no vale do Rio Doce, por iniciativa de Filogônio Peixoto e outros pioneiros, com o apoio do Governo do Estado. À falta, porém, das condições propícias de solo e clima existentes no Estado da Bahia, a exploração do cacau no Espírito Santo não chegou a converter-se em atividade das mais florescentes.

Na sua qualidade de segundo maior produtor de cacau, com cerca de 3,12 por cento da produção nacional, o Espírito Santo contribuiu no ano agrícola de 1978-1979 com 12 mil toneladas de cacau, produzidas em aproximadamente 21 mil hectares de área de colheita. Essa produção provém na sua quase totalidade do Município de Linhares, onde o cacau é o principal produto, participando com 70 por cento da produção agrícola total. Mais recentemente, com a assistência da CEPLAC, vem se desenvolvendo o cultivo do cacau em outros municípios produtores do Estado — Aracruz, Colatina, Ibiracú e São Mateus.



Alguns municípios do Espírito Santo são produtores de cacau.

5. O cacau na Bahia

A origem do cultivo do cacaueiro na Bahia tem sido objeto de várias versões. A primeira notícia que se tem de uma possível introdução do cacau na Bahia data de 1665, anterior, portanto, à Carta Régia de 1679 que autorizava o seu cultivo na Amazônia. Todavia, não se sabe de qualquer documento que comprove essa ocorrência. A versão mais aceita é a de que, em 1746, tendo sido presenteado pelo botânico franco-suíço Louis Frederic Warneaux com sementes de cacau trazidas do Pará, Antônio Dias Ribeiro plantou-as na Fazenda Cubículo, às margens do Rio Pardo, no atual Município de Canavieiras. Dos poucos exemplares que vicejaram, sementes teriam sido colhidas e levadas, em 1752, para o atual Município de Ilhéus, onde deram início a pequenas roças de cacau. Para Leo Zehntner, o cultivo do cacau na Bahia ter-se-ia iniciado entre 1755 e 1760, no Município de Ilhéus, mas sem grandes progressos. Uma quarta versão propõe que o cacau foi plantado pela primeira vez no Estado da Bahia por volta de 1780, em diferentes pontos da antiga Capitania de São Jorge dos Ilhéus.²⁸

As roças de cacau eram estabelecidas graças à pertinácia de obstinados desbravadores, geralmente em terras ribeirinhas

sujeitas a periódicas enchentes, já que os rios constituíam as vias naturais de penetração nas terras inóspitas. O plantio seguia o sistema de "mata cabrocada", que consiste em eliminar a vegetação de menor porte deixando de pé as árvores maiores, que são raleadas para permitir a aeração e iluminação mais regulares das plantações.

A fase de implantação do cultivo do cacau na Bahia, que não foi das mais bem-sucedidas, ampliou-se muito lentamente. Por volta de 1780 o plantio expandira-se para diferentes pontos da Capitania de São Jorge dos Ilhéus e já atingia os atuais Municípios de Canavieiras, Belmonte, Valença e Camamu. A cacauicultura, entretanto, ainda era um empreendimento modesto e descontínuo, que chegou, no final do século, em franca decadência.

Esse fracasso inicial pode ser atribuído às bases empíricas em que a cultura foi estabelecida, ao desconhecimento por parte dos agricultores dos métodos de cultivo e à pouca demanda do produto tanto no País como nos mercados internacionais. Outro fator negativo seria o recrudescimento do cultivo da cana-de-açúcar, beneficiada por condições favoráveis da conjuntura internacional provocadas pelas guerras napoleônicas que desorganizaram a produção açucareira tradicional, ao mesmo tempo em que aumentava sensivelmente o consumo do produto. Tudo isso fez com que se transferisse para o mercado açucareiro o principal interesse das forças produtoras da então Capitania da Bahia, e mesmo da região sul, ainda que esta não fosse uma área muito propícia à produção da cana-de-açúcar.

Um episódio ocorrido em 1822 teria contribuído para que a cultura do cacau se estabelecesse definitivamente no sul da Bahia. Nesse ano, aportou em Ilhéus um grupo de 28 famílias alemãs totalizando 160 pessoas, trazidas para os trabalhos de uma sesmaria situada às margens do Rio Almada. Não tendo, porém, ali encontrado condições adequadas de

alojamento e alimentação e faltando-lhes instrumentos de trabalho, esses colonos dirigiram-se para Ilhéus a cujas autoridades solicitaram ajuda. Com o amparo do Governo fundaram a "Colônia de São Jorge dos Ilhéus", à margem esquerda do Rio Cachoeira, onde iniciaram pequenas plantações de cacau em terras férteis, contando com uma via fluvial favorável ao escoamento da produção. Essas plantações seriam os núcleos de expansão da cacauicultura na região. Na época, a produção cacaueteira representava uma atividade esparsa, integrada na policultura, quase ao nível de subsistência, desenvolvida paralelamente às culturas de mandioca, fumo, café, arroz, amendoim e cana-de-açúcar, e à pequena criação de bovinos, suínos, muares, caprinos e ovinos.²⁸

Somente a partir de 1860 iniciou-se a exploração econômica do cacau na Bahia, sob o estímulo da crescente demanda do produto no exterior, como só foi acontecer com os produtos primários de exportação. A grande expansão que sobreveio deveu-se à ampla disponibilidade de terras férteis adequadas ao cultivo, em boa parte devolutas, bem como à abundante oferta de mão-de-obra emigrada do norte da Bahia, de Sergipe e de zonas áridas do Nordeste, em busca de emprego e remuneração oferecidos pelo trabalho nas lavouras que se estabeleciam. Com a abolição da escravatura, em 1888, os negros emancipados deslocaram-se das áreas tradicionais de exploração açucareira do Recôncavo Baiano e passaram a constituir um grande contingente de mão-de-obra na zona cacaueteira, onde os salários eram menos aviltados.²⁸ A almejada perspectiva de um dia formarem suas próprias lavouras de cacau, acalentada tanto por sertanejos como por ex-escravos, também serviu de forte incentivo para que se engrossasse a corrente migratória em direção à nova e promissora zona cacaueteira, então em franca expansão e que para eles se afigurava como o Eldorado.

As remessas de cacau da Bahia para o

exterior, anteriormente ao século XIX, eram esporádicas e inexpressivas. Só a partir de 1834-1835 é que se tem notícia de exportações regulares, com um embarque de aproximadamente 26,8 toneladas²⁸ pelo Porto de Salvador. Na última década do século XIX, entretanto, o cacau distinguiu-se entre os demais produtos, atingindo o primeiro lugar na economia baiana no princípio deste século. A partir de 1903 suplantou o café, até então o principal produto da pauta de exportação do Estado, e em 1905 já contribuía com 19,45 por cento de sua renda tributária.

Não obstante as grandes e irreparáveis perdas sofridas pela lavoura em consequência das terríveis inundações dos vales dos Rios Pardo e Jequitinhonha, ocorridas nos anos de 1914 e 1919, e da grande estiagem que castigou a safra de 1921-1922, graças à sua expansão para terras férteis não-ribeirinhas, a cultura do cacau teve vigoroso impulso na década de 1920, fazendo com que a Bahia se convertesse no grande Estado brasileiro produtor de cacau, responsável, no momento, por 95,29 por cento da produção nacional.

O cultivo e a comercialização do cacau, assim como o desenvolvimento da pecuária, que são as atividades básicas da região cacauceira da Bahia, têm condicionado preponderantemente o desenvolvimento do sudeste do Estado. A vulnerabilidade da economia dessa região, essencialmente dependente da exportação de um produto primário — o cacau — sujeito às oscilações de preços e às flutuações da demanda no mercado internacional, levou a CEPLAC a tomar, em 1973, a iniciativa de proceder, com a colaboração do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (hoje, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura — IICA), a um “diagnóstico sócio-econômico da região cacauceira”, abrangendo não só a área tradicionalmente produtora de cacau, como também outras circunvizinhas, à vista da possibilidade de sua interdependência em termos de fluxo de bens e serviços e de fatores de produção.

A delimitação do “Polígono do Diagnóstico”, como ficou conhecida a área do estudo, foi feita com base na conceituação do Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia, segundo a qual

Uma próspera fazenda de cacau no Sudeste da Bahia



a região cacauera baiana não compreende apenas os municípios onde a cacauicultura predomina, mas engloba outros "circunvizinhos que têm economia vinculada à área de cacauicultura, ainda que seu plantio não chegue a ocupar posição de destaque na vida da municipalidade."²⁸

A área do diagnóstico abrangeu uma superfície de 91.819 km², localizada entre a linha da costa atlântica e o meridiano 41º30' de longitude oeste, e limitada pelos paralelos 13º00' e 18º15' de latitude sul. No Polígono estão compreendidos 89 municípios, integrados em sete microrregiões homogêneas assim classificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: MRH 145 – Planalto da Conquista; 146 – Pastoril de Itapetinga; 152 – Tabuleiros de Valença; 153 – Encosta do Planalto da Conquista; 154 – Cacauera; 155 – Interiorana do Extremo-Sul; 156 – Litorânea do Extremo-Sul e parte da 144 – Jequié, atingindo 10 dos 23 municípios que a compõem. Segundo o Censo de 1980, o Polígono do Diagnóstico abrigava uma população de 2.395.770 habitantes, correspondendo a 25 por cento da população do Estado da Bahia.

No Polígono estão concentrados aproximadamente 95 por cento da produção de cacau do Brasil, sendo que 70 por

cento desse volume, ou seja, em torno de 65 por cento da produção brasileira, provêm de uma área cultivada de cerca de seis mil km² que faz parte da chamada microrregião cacauera. Nessa área, o Diagnóstico revelou que o valor bruto da produção dos estabelecimentos agrícolas, quer familiares ou patronais, se compõe quase exclusivamente da receita gerada pelo cacau, fazendo com que a microrregião dependa fundamentalmente de outras regiões do Estado e de outros Estados da Federação para o atendimento de suas necessidades básicas. Verificou-se que as lavouras de cacau ocupam mais de 85 por cento da área dedicada às culturas permanentes, gerando mais de 90 por cento do valor bruto da produção do setor agropecuário. Além disso, o Diagnóstico revelou que a área do Polígono é dotada de tipos de solos e fatores climáticos diversos, bem como de relevo e condições de infra-estrutura favoráveis, que lhe conferem grande potencialidade agrícola para não só incrementar a produção de cacau, como também permitir a maximização dos recursos naturais e a diversificação, com base em agrossistemas integrando produtos de exportação e de alimentação com uma intensiva atividade pecuária.

No tocante à estrutura fundiária, cerca de 87 por cento das unidades de pro-

ÁREA CACAU (hectares)	Nº EMPRESAS	%	CLASSE PRODUÇÃO (arroba/ano)	Nº EMPRESAS	%
< 10	5.836	44,0	Abaixo de 400	5.703	43,4
10 – 50	5.588	43,0	400 – 1.500	4.616	35,2
50 – 100	1.109	8,6	1.500 – 4.000	2.038	15,5
100 – 200	451	3,0	4.000 – 8.000	587	4,5
200 – 1.000	143	1,0	8.000 – 12.000	112	0,8
> 1.000	2	0,4	Acima de 12.000	73	0,6
TOTAL	13.129	100,0	TOTAL	13.129	100,0

FONTE: CEPLAC/DEPEX

É grande a
proporção de pequenos
produtores de cacau na Bahia

dução da subárea cacaeira têm superfície inferior a 50 hectares, evidenciando a presença de grande número de pequenas propriedades exploradas por modestos produtores e por microprodutores ou "burareiros".²⁸

Um aspecto que se destaca, com relação à estrutura fundiária, é o de certa concentração da propriedade, particularmente das pequenas propriedades, que ocorre com maior frequência nos períodos de crise econômica na região. Em 1944-1945, por exemplo, existiriam 23.216 estabelecimentos produtores de cacau, hoje reduzidos a 21.633 propriedades.¹ Paradoxalmente, a abertura de vias de acesso a áreas de terras férteis, aptas para a cultura do cacau, tem de certa forma contribuído para a concentração fundiária, uma vez que, com a súbita valorização das terras, os pequenos proprietários ofuscados por ofertas que lhes parecem vantajosas transferem seus direitos de propriedade para produtores dotados de maior capacidade financeira. Essa concentração fundiária manifesta-se seja pela expansão da área do estabelecimento agrícola, através da incor-

poração de terras adjacentes, seja pelo que se caracteriza como múltipla propriedade, mediante o exercício do direito de propriedade sobre dois ou mais imóveis, que podem ser confinantes ou isolados.²⁸

Ainda no Estado da Bahia, porém fora do Polígono do Diagnóstico, o cultivo do cacau expande-se em pequena escala, com apoio da CEPLAC, em onze municípios da Microrregião Homogênea 151 – Recôncavo, em três municípios da MRH 144 – Jequié, em um município da MRH 143 – Feira de Santana, e em quatro municípios da MRH 150 – Salvador. No mapa "Área de produção de cacau da Bahia" estão representadas as microrregiões homogêneas, distribuídas em cinco estratos de concentração da produção, abrangendo os 90 municípios produtores, dos quais 71 estão compreendidos na área do Polígono do Diagnóstico. Aproximadamente 45,6 por cento do cacau produzido no Estado provém dos dez municípios de maior volume de produção – Ilhéus, Camacã, Una, Itabuna, Uruçuca, Canavieiras, Itajuípe, Coaraci, Ipiaú e Ibirapitanga, nesta ordem, todos situados na microrregião cacaeira.



O cacaeiro é uma planta nativa da região amazônica, mas somente após muitos anos de sua introdução na Bahia veio a tornar-se o esteio econômico de extensa região daquele Estado. Atualmente, o cacau é cultivado em noventa municípios situados no sudeste da Bahia e no Recôncavo Baiano, respondendo por 95,3 por cento da produção nacional. Cultiva-se em menor escala em cinco municípios do Estado do Espírito Santo, com cerca de 3,12 por cento da produção do País.

Mais recentemente, o cultivo do cacau vem tendo grande incremento na Amazônia, já estando implantados 76.870 hectares (em 1981), dos quais 32.292 em produção, distribuídos em diversos pólos cacaeiros localizados nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso e Acre. A maior concentração do plantio do cacaeiro encontra-se no Estado de Rondônia, que, em futuro próximo, poderá se tornar o maior produtor de cacau da região e o segundo do País.

ANEXO I

MUNICÍPIOS PRODUTORES DE
CACAU NA BAHIA

A. Dentro do Polígono do Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira:

- MRH 144 - **Jequié:** Aiquara, Cravolândia, Itaquara, Itagi, Jaguaquara, Jequié, Jequiricá, Jitaúna, Mutuípe e Ubaíra.
- MRH 145 - **Planalto de Conquista:** Boa Nova, Caatiba, Dário Meira e Nova Canaã.
- MRH 146 - **Pastoril de Itapetinga:** Itambé.
- MRH 152 - **Tabuleiros de Valença:** Camamu, Ibirapitanga, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença.
- MRH 153 - **Encosta do Planalto de Conquista:** Firmino Alves, Floresta Azul, Ibicuí, Iguai, Itajibá, Itagimirim, Itaju do Colônia, Itapebi, Itororó, Pau Brasil, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória.
- MRH 154 - **Cacaueira:** Almadina, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibirataia, Ipiaú, Ilhéus, Itabuna, Itacaré,

Itajuípe, Itamari, Itapé, Itapitanga, Mascote, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Una, Uruçuca e Veneslau Guimarães.

MRH 155 - **Interiorana do Extremo Sul:** Guaratinga, Itamaraju e Itanhém.

MRH 156 - **Litorânea do Extremo Sul:** Alcobaca, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz de Cabralia.

B. Fora do Polígono do Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira:

MRH 143 - **Feira de Santana:** Elísio Medrado.

MRH 144 - **Jequié:** Amargosa, Lage e São Miguel das Matas.

MRH 150 - **Salvador:** Candeias, Mata de São João, São Francisco do Conde e Simões Filho.

MRH 151 - **Recôncavo:** Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Jaguaripe, Muniz Ferreira, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Sebastião do Passé, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

A PROBLEMÁTICA DA ECONOMIA CACAUEIRA

2

1. Um decênio de crises

No decênio de 1920-1930 a lavoura cacauzeira atravessou um período de muita agitação e inquietude, advindo em grande parte das mudanças nas condições políticas, econômicas e sociais produzidas após a Primeira Guerra Mundial e agravadas pela depressão econômica de 1929 que envolveu os Estados Unidos, com profundas repercussões em todo o mundo e, conseqüentemente, desastrosos efeitos na economia cacauzeira baiana.⁴⁷

Houve, no início do decênio em foco, grande redução nas safras, causada por condições climáticas extremamente

adversas, à qual se seguiram sucessivos incrementos de produção, até o nível recorde alcançado em 1927-1928, colocando-se o cacau como a principal atividade agrícola do Estado da Bahia. Seguiu-se um período de retração, caracterizado por queda das safras, baixa acentuada dos preços internacionais do cacau e redução à metade do valor das exportações, entre 1927 e 1930.⁴⁷ Viu-se a lavoura cacauzeira a braços com sérias dificuldades econômicas, que levaram centenas de produtores a perderem suas lavouras, envolvidos que foram em ruinosas operações financeiras a curto prazo, feitas em bases extorsivas com onzenários. Um sem-número de lavradores ti-

veram suas propriedades e bens hipotecados e eventualmente entregues aos credores.⁴⁷ Centenas de ações executivas tramitavam nos cartórios, lavouras eram destruídas e atos de desatino se multiplicavam. Em agitados comícios de protesto e em reuniões a situação era analisada. Memoriais dirigidos às autoridades governamentais ressaltavam a gravidade da crise.⁴⁷

2. O Instituto de Cacau da Bahia

Incumbido pelo Interventor Federal no Estado da Bahia de examinar a angustiada situação da lavoura cacaueteira e propor soluções, Joaquim Ignácio Tosta Filho, então Secretário Estadual de Agricultura, elaborou o projeto de criação de um “instituto de defesa do cacau e fomento agrícola”. Depois de discutido com produtores e comerciantes de cacau, e feitos alguns ajustes finais, foi o projeto convertido em realidade pelo Interventor Federal mediante o Decreto nº 7.430, de 8 de junho de 1931, que estabeleceu a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada — Instituto de Cacau da Bahia — ICB.⁴⁷ Sua criação constituiu-se na primeira iniciativa governamental de maior envergadura destinada a amparar a lavoura cacaueteira. Em 1923 o Ministério da Agricultura criara a Estação Experimental da Água Preta, posteriormente Uruçuca, que se concentrava sobretudo no trabalho de melhoramento genético do cacau e em alguns estudos nos campos da entomologia e da fitopatologia, sem entretanto produzir maior impacto em matéria de aumento da produção e melhoria dos índices de produtividade devido à insuficiência de recursos para o seu funcionamento.⁴⁷

Com base nos estudos que realizou sobre a problemática da economia cacaueteira, Tosta Filho mostrou que a situação comportava dois tipos de solução, um dos quais de caráter emergencial, compreendendo a recomposição das dívidas

dos cacauicultores e seu resgate, mediante operações hipotecárias a longo prazo e juros módicos. Embora tais medidas fossem essenciais ao saneamento financeiro da lavoura, à normalização dos negócios e ao restabelecimento da tranquilidade social na região, Tosta Filho também estava convicto de que era indispensável empreender ações permanentes destinadas a recuperar a economia cacaueteira e assentá-la sobre bases estáveis. Segundo ele, “pela primeira vez na história da lavoura cacaueteira buscava-se coordenar e sistematizar sob a égide de uma única direção, de que deviam participar os produtores numa base de cooperação, muito embora não ainda em moldes cooperativos propriamente ditos, todos os elementos de ordem específica de que carecia a lavoura para alicerçar o seu poderio econômico, coordenar as suas atividades produtoras e enfrentar com vantagem os seus concorrentes nos mercados mundiais”.⁶

Dentro desse contexto foram definidos amplos objetivos para o Instituto, os quais incluíam a promoção da prosperidade da lavoura; a geração e difusão das técnicas modernas relativas ao cultivo, trato e beneficiamento do cacau e ao aproveitamento dos seus subprodutos; a promoção do desenvolvimento, na zona cacaueteira, de outras culturas e indústrias, a fim de concretizar a adequada organização de sua economia rural e evitar os malefícios da monocultura; a ajuda aos agricultores associados na aquisição de insumos; a concessão de empréstimos hipotecários a longo prazo e juros módicos e de empréstimos de custeio de entressafras; a organização de serviços de informação comercial, de estatísticas e de propaganda do cacau tanto no País como no exterior; a construção e manutenção de armazéns para o adequado beneficiamento e estocagem do produto; a venda do cacau recebido em consignação; a organização de cooperativas rurais de produção e crédito; o levantamento cadastral nos municípios da zona cacaueteira; a melhoria das condições de in-

fra-estrutura, especialmente no tocante a um sistema mais eficiente de transporte, à educação e higiene rural, à colonização e ao melhoramento das condições do trabalho rural; e a sugestão aos poderes públicos das medidas necessárias ao progresso e amparo da lavoura e à comercialização da produção.⁶

Estavam assim delineadas as bases para as ações que deveriam levar ao fortalecimento da economia da região cacauêira da Bahia, abrangendo tanto as providências emergenciais, como as medidas de caráter permanente. É interessante notar que já se manifestava, nos objetivos do Instituto, a preocupação com o caráter monocultor da economia cacauêira, que se procuraria atenuar diversificando a produção da zona e promovendo a industrialização, tendo em vista assegurar uma base econômica mais estável.

Para levar a cabo tão ambiciosos objetivos, o Instituto de Cacau da Bahia contava com recursos provenientes de: participação dos associados em cotas de capital limitadas ao máximo de 5 por cento sobre o valor da propriedade agrícola; adiantamento de dez milhões de cruzeiros antigos; emissão de letras hipotecárias, limitadas a 80 por cento das dívidas hipotecárias contraídas pelos lavradores com a Carteira de Empréstimo Hipotecário, e taxa de Cr\$ 2,50 incidente sobre cada saco de cacau exportado da Bahia. Àquela época esses recursos eram consideráveis, a ponto de dois anos e meio depois da fundação do Instituto corresponderem a mais de 80 por cento do valor da safra de cacau de 1933-1934, permitindo que o seu Presidente, Dr. Joaquim Ignácio Tosta Filho, realizasse uma obra meritória, graças ainda à sua extraordinária capacidade de trabalho e ao seu grande conhecimento da economia cacauêira.

Nos seus primeiros oito anos de funcionamento, o I.C.B. desenvolveu uma ação pioneira na oferta de serviços à lavoura e no estabelecimento de melhores condições econômicas e sociais na zona

cacauêira. Prestando assistência creditícia para a recomposição de dívidas, introduziu o crédito hipotecário a longo prazo e juros módicos, salvando da falência milhares de produtores e restabelecendo a tranqüilidade na região. Também realizou importantes obras públicas, dotando a região de extenso sistema rodoviário, o qual contribuiu para que melhorassem as comunicações e o escoamento da produção. Além disso, desempenhou um importante papel na garantia de preços mínimos para o cacau, medida de grande benefício, pois livrou o mercado cacauêiro interno dos processos empregados na comercialização antes da crise de 1929.⁶ Lamentavelmente, porém, logo depois o Instituto começou a desacelerar seu ritmo de ação, devido principalmente à deterioração da sua fonte de receita, evidenciando o desacerto de depender esta de uma taxa fixa com a qual eram financiadas as atividades por ele desenvolvidas.⁶

Várias medidas foram tentadas para a recuperação do ICB. Em 1941, foi transformado em entidade autárquica estadual, cujo caráter já possuía, não obstante ter sido criado como sociedade cooperativa. Em 1952, foi reformulada a sua estrutura organizacional e elevada para dez cruzeiros por saco de 60 quilos de cacau produzido no Estado a cota de fomento econômico da lavoura cacauêira estabelecida em 1938. Nessa ocasião, ao lado da Companhia Viação Sul Bahiana S.A. já existente, foram criadas, como empresas subsidiárias do Instituto, a Companhia de Armazéns Gerais da Bahia S.A. e a Companhia Comercial Intercacau S.A. Esta última deveria tomar a seu cargo as atividades de caráter comercial desempenhadas pelo Instituto através do seu Departamento Comercial. Na realidade, porém, o Instituto jamais transferiu para a Intercacau suas funções de natureza comercial.⁶

Não obstante todos esses esforços, o Instituto de Cacau da Bahia não conseguiu recuperar-se. Continuou com deficiência de recursos e sem uma programa-

ção que correspondesse às necessidades mais prementes da lavoura.

3. As crises se repetem

Entre os anos de 1930 e 1940 expandiu-se a área cultivada na Bahia, com sucessivos recordes de produção, graças às safras dos plantios feitos no início da década. Ao final do período sobreveio a Segunda Guerra Mundial, que refletiu adversamente em todas as áreas produtoras de cacau no mundo, devido ao sensível decréscimo no consumo mundial provocado pelo fechamento dos mercados. Essa contingência crítica levou os países produtores a intervirem no controle da comercialização interna e externa, enquanto nos países consumidores se estabeleciam o controle de preços, como nos Estados Unidos da América, e o racionamento do consumo, como no Reino Unido e em outros países.⁴⁷ A adoção dessas medidas motivou o fechamento da Bolsa de Nova York durante três anos e o da Bolsa de Londres por prazo mais longo.

Tão desfavoráveis circunstâncias afetaram, como não podia deixar de ser, a cacauicultura nacional e desencadearam a forte crise que motivou a Portaria nº 63, de 19 de maio de 1943, da Coordenação da Mobilização Econômica, que atribuiu ao Instituto de Cacau da Bahia o monopólio da exportação, transporte, armazenagem e industrialização do cacau durante as safras de 1943-1944, 1944-1945 e 1945-1946. Com a revogação dessa Portaria, em 1947, o Instituto sofreu consideráveis prejuízos, pois havia negociado a descoberto, em operações "futuro", um grande volume de cacau que esperava receber dos produtores. Entretanto, extinto o privilégio monopolista do ICB, os produtores não lhe entregaram o cacau, o que forçou o Instituto a comprar por preços bem mais altos o produto necessário ao cumprimento dos contratos de venda no exterior.⁴⁷ Nos Estados Unidos, por exemplo, o preço-teto fixado em oito centavos de dólar por libra-

peso estava muito aquém do valor real do produto. Em consequência, houve grande contenção dos preços pagos no mercado interno brasileiro, vendo-se os produtores forçados a receber por conta do produto entregue ao Instituto o irrisório adiantamento de treze cruzeiros por arroba. Por sua vez, o Instituto de Cacau da Bahia não dispunha de organização e infra-estrutura para manipular a produção de toda a região cacauífera que, devido à inacessibilidade aos mercados externos, estava sujeita a permanecer longo tempo estocada nos seus armazéns. O cacau encalhado nos depósitos sofreu grande deterioração pela ação de insetos, roedores e mofo, o que prejudicou a qualidade do produto e dificultou sua aceitação nos mercados internacionais.⁴⁷ Para agravar ainda mais a situação, o processo inflacionário elevou os custos de produção, enquanto condições climáticas irregulares provocavam visíveis quedas na produtividade das lavouras, contribuindo para aumentar os prejuízos dos agricultores.

Confrontados por tantas adversidades, os produtores de cacau entraram em pânico. Muitos deixaram de colher a safra; outros lançaram no mato ou nas ruas as cargas de cacau. Um número grande de desgostosos e desesperados vendeu suas propriedades, enquanto os comerciantes que tiveram suas transações tolhidas pelo monopólio estatal dedicavam-se a outras atividades para sobreviverem. Como é fácil supor, não faltaram especuladores para tirar proveito dessa caótica situação. Houve, entretanto, um fato auspicioso ocorrido nesse período: o início da semi-industrialização do cacau em países produtores, para exportação sob a forma de manteiga, massa e torta, destinada a suprir a demanda consequente do fechamento da indústria de manteiga de cacau na Holanda.⁵⁵

Felizmente, terminada a conflagração mundial em meados de 1940, a economia cacauífera pôde restabelecer-se com a venda do produto a preços compensadores, em quantidades apreciáveis, a fim de

satisfazer à grande demanda de um mercado totalmente carente. Sob o estímulo dos preços altos do cacau, reorganizou-se o processo produtivo na Bahia. Não obstante, entre os anos de 1950 e 1954 ocorreram enormes variações nos volumes de produção, ocasionadas pela grande irregularidade das condições climáticas, além de forte incidência da "podridão parda" que nos anos mais chuvosos infligia pesadas perdas às lavouras, que tampouco recebiam tratamento fitossanitário. Em 1951 e 1952 especialmente, em consequência de prolongada estiagem, houve forte queda na produção, que se reduziu a um milhão e quinhentos mil sacos de cacau. Embora esse fenômeno tenha alarmado os produtores e destruído muitas árvores, não chegou a configurar uma situação de crise.

Com o advento da guerra da Coréia e o prenúncio de um terceiro conflito mundial, deu-se uma vigorosa reação nos mercados e uma excepcional alta de preços, que atingiram índices sem precedentes. No ano de 1954 a produção alcançou o nível de dois milhões e quinhentos mil sacos de cacau e o produto chegou a ser vendido por quinhentos cruzeiros a arroba, preço muito vantajoso para a época.

4. A política agrícola e a cacauicultura

Na década de 1950, no Brasil, como em outros países latino-americanos, a agricultura via-se relegada a segundo plano, no pressuposto de que os problemas do subdesenvolvimento se corrigiria com a promoção do desenvolvimento industrial.⁴⁸ Acordes com tal princípio, as políticas do Governo Brasileiro foram prioritariamente dirigidas para o setor industrial.

No tocante ao cacau, prevalecia o julgamento de que não se devia expandir a sua produção, uma vez que, na qualidade de produto de exportação, depen-

dia da demanda e das cotações que os mercados externos controlavam. Havia consenso no Brasil e em outros países produtores no sentido de que a demanda do produto estava satisfeita, sendo impossível expandi-la, visto que qualquer aumento no volume de cacau disponível somente provocaria baixa nos preços, com o consequente prejuízo dos produtores.⁵⁴ Por outro lado, nos círculos influentes do setor financeiro público predominava a impressão de que o nível tecnológico da cacauicultura nacional era tão bom quanto o de outros países produtores, que os problemas com pragas e doenças não eram tão sérios quanto em outros países e que os custos de produção eram competitivos.⁵⁴ A opinião dos que insistiam em que a produção cacauieira devia ser fortalecida não tinha maior peso na tomada das grandes decisões. Além disso, as soluções técnicas propostas eram pouco atraentes para os políticos, os produtores e aqueles que de algum modo se beneficiavam da situação vigente.*

Em consequência da adoção dessa política de **status quo** em relação à atividade cacauieira, as entidades públicas encarregadas de apoiar os esforços dos produtores não recebiam a necessária atenção. Por conseguinte, não havia crédito para ampliar as áreas de produção, enquanto os serviços de pesquisa, extensão e comercialização deixavam muito a desejar. Por sua vez, a própria experiência do Instituto de Cacau da Bahia não fora das mais felizes. Todas essas circunstâncias favoreciam a resistência à canalização para essas entidades de recursos que, se devidamente aplicados, poderiam resultar no aumento da produção, com o risco de que, na eventualidade de não ser esta escoada para os mercados internacionais a preços justos, as próprias entidades seriam forçadas a se responsabilizarem pelos excedentes. Sobrepondo-se a essa situação, foi criado em 1953 o Fundo dos Ágios, que num período de

*Paulo de Tarso Alvim. Entrevista, 1981.

quatro anos oneraria o setor cacaeiro em quase 300 milhões de dólares. As divisas produzidas pela exportação de cacau e outros produtos sofriam uma dedução que na época os produtores apelidaram de "confisco cambial", uma vez que era pago um valor diferencial do dólar.

Predominava então um clima de profundo pessimismo em relação ao futuro do setor cacaeiro. Várias plantações foram destruídas para receberem outras culturas ou para servirem à exploração pecuária. A sensação reinante era de que a cacauicultura desapareceria. Os problemas do cacau eram tidos como insolúveis. Muito poucos pensavam em renovação ou modernização.⁵⁸ A cacauicultura permanecia uma atividade quase extrativa, contando a maioria das plantações mais de cinquenta anos de idade; as lavouras mais novas, plantadas com variedades de baixo rendimento, eram afligidas por doenças e pragas; havia excessivo sombramento nos cacauais, devido à falta de poda e à superpopulação de árvores de sombra; não se dispunha de conhecimento sobre a fertilidade dos solos e tampouco se praticava a adubação; não se combatiam as pragas e doenças responsáveis por grandes perdas econômicas.⁵⁸

Em resumo, eram poucos os conhecimentos disponíveis sobre esses e outros aspectos da tecnologia de produção do cacau nas frágeis instituições existentes. Enfim, a política cacaeira orientava-se para não estimular a tecnificação, pelo temor de aumentar a produção sujeita a uma demanda inelástica, tanto mais que o Brasil exportava 97 por cento do cacau produzido.

5. Os produtores de cacau

De aproximadamente vinte mil produtores de cacau existentes na década de 1950, quase 90 por cento produziam me-

nos de mil arrobas, ou seja, eram "pequenos produtores". Os dois mil restantes supriam 80 por cento da produção e ocupavam 80 por cento da área cultivada. Os grandes proprietários, muitos deles absenteístas, residiam em Salvador, no Rio de Janeiro e em outras metrópoles. Apesar do ônus do Fundo dos Ágios, as rendas que suas extensas e pouco capitalizadas plantações produziam eram suficientes para que vivessem confortavelmente nas grandes cidades, enquanto esperavam que suas propriedades se valorizassem. Com muita freqüência o crédito obtido contra a garantia das terras ou da produção não era investido no melhoramento da propriedade, sendo-lhe dado outro destino. Na falta de programas de crédito orientado ou supervisionado, quase sempre o proprietário tinha ampla liberdade para decidir sobre o destino dos empréstimos contraídos.⁴²

Entretanto, conforme Tosta Filho* assinalou, a escassa capitalização da atividade cacaeira, devida, de um lado, a esse desvio de capital e, do outro, ao gravame imposto ao cacau, caracterizava a situação então vigente. Os produtores, insuficientemente organizados, viam os líderes ou próceres políticos estaduais ou locais arvorarem-se em representantes da classe produtora ou em "donos" do cacau. Entretanto, apesar dessa situação, esses mesmos produtores conseguiram deflagrar, em fins de 1956, um movimento de tamanha magnitude que levou o Governo Federal a intervir no sentido de assentar as bases para a reformulação completa da estrutura institucional da produção cacaeira.

6. Os políticos e a cacauicultura

Muitos dos políticos baianos que militavam no âmbito federal ou no estadual possuíam fortes vínculos com o cacau, na qualidade de produtores, de comerciantes ou de ambos. Quando surgiam

*Ofício ao Ministro da Fazenda datado de 18 de dezembro de 1956.

problemas na esfera cacauera, os círculos políticos procuravam promover sua rápida solução e fazer com que o Instituto de Cacau da Bahia se colocasse imediatamente a serviço dos produtores (ou comerciantes) para resolvê-los. Na opinião de alguns, esse desmedido afã em colocar o Instituto a serviço dos produtores (e também dos comerciantes), sem levar em conta os danos que poderiam ser causados à entidade, foi um dos principais fatores de sua decadência.⁴²

As respostas para os problemas eram fundamentalmente de tipo creditício ou mercantil. A composição de dívidas dos produtores e a garantia de preços mínimos eram freqüentes. Só com o início das atividades do ICB se pensara em soluções tecnológicas para o problema da produção, mas talvez por terem elas menor impacto político e exigirem prazo mais longo não foram aceitas com grande entusiasmo.

A solução política de curto prazo e muito efeito, cujo custo fosse assumido pelo Governo Estadual (ou Federal) e não envolvesse a estrutura da produção e da comercialização era, aparentemente, o instrumento preferido dos políticos da Bahia.⁴² Fora da "bancada do cacau", o conhecimento que outros políticos e autoridades do Governo Federal possuíam sobre o cacau era muito limitado. Havia como que um entendimento tácito de que a exploração cacauera pertencia aos baianos e por eles devia ser conduzida e equacionada.

7. A crise de 1956-1957

A inusitada elevação dos preços do cacau nos mercados externos, no período de outubro de 1953 a maio de 1954, deveu-se em grande parte ao nervosismo dos compradores internacionais que passaram a adquirir grandes volumes do produto. Mesmo depois de desfeito o receio em relação à sua falta, os preços internacionais, embora mais baixos, mantiveram-se em nível bastante alto no segun-

do semestre de 1964 e no ano de 1955, a ponto de não estimularem o consumo mundial. Em conseqüência, o consumo de 820 mil toneladas registrado em 1953 declinou para 720 mil toneladas, em média, no biênio 1954-1956, coincidentemente com as duas maiores safras mundiais de cacau até então alcançadas, de 825 e 819 mil toneladas, respectivamente, nos anos agrícolas internacionais de 1954-1955 e 1955-1956. Essas circunstâncias provocaram um **carry over**, isto é, uma retenção de estoque, da ordem de 200 a 300 mil toneladas, responsável pela queda vertiginosa dos preços, do nível médio de US\$ 1.212,00 a tonelada, em 1954, para cerca de US\$ 500,00 nos últimos meses de 1956.

O aumento crescente dos custos de produção, que em 1956 eram aproximadamente três vezes superiores aos vigentes em 1952, contribuiu para agravar a situação. A convergência da queda vertiginosa dos preços, que em 1956 representavam cerca da metade dos índices alcançados em 1954, e do acentuado aumento dos custos de produção resultou em sensível decréscimo da receita líquida do produtor de cacau que alimentava a esperança de continuar auferindo grandes margens de lucro. Com a diminuição da renda os cacauicultores tiveram sérios transtornos, pois os altos preços pagos pelo cacau os havia estimulado a realizarem grandes desembolsos ou a contraírem dívidas, para fins de melhoramento das benfeitorias, aquisição, expansão ou instalação de novas lavouras de cacau, investimentos imobiliários, ou ainda, pagamento de despesas exorbitantes nem sempre justificáveis.⁴² Como no decorrer de 1956 as cotações do cacau não reagiram na desejada medida, gerou-se um clima de inquietação e descontentamento na classe produtora, que, pela escassez das rendas e pela falta de assistência creditícia, se sentia incapaz de honrar seus compromissos e de atender aos gastos de manutenção e melhoramento das lavouras. Em conseqüência, estabeleceu-se um processo de endividamen-

to aparentemente sem solução.

A semelhança da crise que irrompeu no início da década de 1930, viu-se a economia cacaueteira novamente mergulhada em grave situação de emergência, que segundo o Secretário-Geral da CEPLAC, José Haroldo Castro Vieira⁵⁷, se caracterizava por este elenco de dificuldades:

- a economia cacaueteira encontrava-se imersa em profunda crise;
- mais de 60 por cento das plantações se achavam em franco envelhecimento;
- as pragas e doenças que atacavam as plantações não eram combatidas;
- a inexistência de tratamentos culturais era patente na maioria das fazendas;
- a grande debilidade dos programas de pesquisa e experimentação representava mais um sério problema;
- os órgãos de assistência à cacauicultura mostravam-se inoperantes;
- a tendência a longo prazo da receita de exportação do cacau afigurava-se decrescente;
- a poupança eventualmente gerada pelo cacau era investida em outras atividades;
- a inexistência de um sistema de crédito orientado para o cacau ou de serviços de extensão rural evidenciava a precariedade da assistência prestada ao produtor;
- a infraestrutura das regiões cacaueteiras era das mais frágeis;
- a região não possuía um porto capaz de operar economicamente;
- a eletrificação rural era absolutamente nula;
- as plantações existentes foram formadas com material de baixa qualidade botânica;
- a inexistência de uma coleção mínima de variedades genéticas impedia a realização de um trabalho de melhoramento e a produção de sementes selecionadas, apesar de ser a Bahia o maior Estado produtor de cacau do mundo;

- a ausência de dados sobre solos, fertilidade e clima era absoluta;
- o despreparo da mão-de-obra, as precárias condições de vida do trabalhador rural e a desvalorização do seu trabalho predominavam na exploração cacaueteira;
- o sistema cooperativista de comercialização do cacau apresentava sintomas de total descapitalização;
- a venda antecipada da produção era prática comum;
- os insumos necessários não eram oferecidos aos produtores nem pelos órgãos públicos, nem pelo comércio local;
- o Governo aplicava o confisco cambial sem nada devolver à economia;
- os produtores não se congregavam através dos órgãos de classe;
- o cacau era considerado, nas esferas federais, um produto-problema, superado e sem futuro;
- o desânimo total e absoluto entre os produtores era constatado com amargor no sul da Bahia.

Tudo isso configurava a situação aflitiva e calamitosa da produção cacaueteira, com suas lavouras envelhecidas, carentes da aplicação de práticas racionais de cultivo, exploradas em bases quase extrativas e com baixos índices de produtividade, incapazes de oferecer perspectivas de recuperação e de melhor nível de vida à população, mostrando, ao contrário, tendência à estagnação, visto que na época a região cacaueteira era dominada pela monocultura.

A agiotagem passou a campear desenfreadamente e os economistas prognosticavam o esfacelamento da economia cacaueteira. Para o Governo o cacau era um produto problema. Poucos acreditavam na recuperação da cacauicultura. Em conseqüência, algumas lavouras foram derrubadas e suas terras convertidas em pastagem para a pecuária. Ao Instituto de Cacau da Bahia faltavam as necessárias condições estruturais e financeiras para socorrer os agricultores e solucionar problemas tão diversificados e

graves. No decorrer de 1956 acentuou-se progressivamente o estado de tensão, até que no final desse ano o quadro de inquietação e descontentamento se converteu em clima de agitação. Desfechou-se, então, um movimento coletivo em busca de uma saída para tão angustiante situação.

Agitadas reuniões de associações de produtores realizavam-se seguidamente. Reclamações eram dirigidas ao Governo contra a falta de crédito e a imposição do confisco cambial, com o argumento de que desde 1953 a União vinha tirando dos cacauicultores, sem nada lhes devolver, a possibilidade de disporem de margem mais segura de poupança para reinvestir nas próprias fazendas, ou pelo menos equilibrar seus orçamentos, evitando o estado de endividamento generalizado a que havia chegado a maioria da classe produtora. Em memoriais dirigidos às autoridades, os cacauicultores insistiam em que os seguidos anos de desgaste e decapitalização causados pelo confisco cambial os havia levado à precária e humilhante condição de pedintes da ajuda do poder público a fim de minorar a calamitosa situação da cacauicultura, para cuja incidência o próprio poder público havia contribuído.

No dia 16 de outubro de 1956, o cacauicultor Antônio Olímpio da Silva, na companhia do deputado Aziz Maron, foi recebido pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando tiveram oportunidade de fazer uma longa e minuciosa exposição dos problemas da cacauicultura baiana e solicitar providências urgentes.⁴⁷ Quinze dias depois esteve em Ilhéus o Ministro da Agricultura, Mário Meneghetti, que discutiu os problemas do cacau com os representantes da classe produtora e deles recebeu um memorial consubstanciando as reivindicações da classe.⁴⁷ Passados alguns dias o Presidente da República, em consonância com sua política agressiva de exportações, determinava que a questão do cacau, o segundo produto na pauta de exportações, fosse

encarada como um problema de grande interesse nacional. Por determinação do próprio Presidente, chegava a Ilhéus, no dia 10 de dezembro de 1956, importante missão de altas autoridades dos setores financeiros do País, chefiada pelo Ministro da Fazenda, José Maria Alkimin. Era um dos seus integrantes o então Diretor da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil, Tosta Filho, que, reiterando sua atuação em 1930-1931, novamente contribuía com seus profundos conhecimentos para o equacionamento e a solução de tão complexos problemas.

Em memorável e dramática reunião realizada na Associação Comercial de Ilhéus, sob a presidência de José Maria Alkimin e com a participação de membros do Parlamento Nacional, diretores do Banco do Brasil e grande número de cacauicultores e representantes das associações de classe, foram apresentadas as reivindicações dos produtores, centradas nos seguintes pontos:

- extinção do confisco cambial;
- consolidação das dívidas, que seriam transferidas para o Banco do Brasil sob a forma de financiamentos a longo prazo e juros módicos;
- concessão de financiamento a longo prazo para fins de recuperação das lavouras, em função do valor da produção estimada para a safra de 1957-1958, através de recursos gerados pelos ágios cambiais;
- garantia de preço mínimo para o cacau na base de Cr\$ 350,00 por arroba, como medida transitória e de emergência, e um trabalho de divulgação do cacau nos centros consumidores externos;
- encampação do Porto de Ilhéus e seu reaparelhamento.

Após ouvir a leitura dos memoriais e uma seqüência de acalorados discursos e debates, o Ministro da Fazenda assumiu, em nome do Chefe da Nação, o compromisso de atender aos reclamos da lavoura com a maior presteza e amplitude. Nessa oportunidade, Tosta Filho foi incum-

bido de estudar os problemas da cacauicultura e de propor as medidas pertinentes para sua solução. Tratava-se de unificar as dívidas vencidas em 30 de novembro de 1956, estimadas em torno de um milhão e meio de cruzeiros, contraídas com o Banco do Brasil, bancos privados, casas bancárias, cooperativas e firmas exportadoras que operavam normalmente na região cacaueira.

No estudo elaborado por Tosta Filho foi proposta a criação de um "plano de recuperação econômico-rural da lavoura cacaueira", financiado por um "fundo de recuperação econômico-rural da lavoura cacaueira", também a ser criado, no montante de um bilhão de cruzeiros antigos (3,5 bilhões de 1981), constituído com recursos do Fundo dos Ágios. O estudo também sugeria que o fundo de recuperação fosse administrado segundo normas da SUMOC; que a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil fosse o órgão executor do plano, e que fossem utilizados os serviços técnicos do ICB para prover assistência, tanto nos aspectos da composição das dívidas como na supervisão das atividades de melhoramento da produtividade cacaueira, que caberia aos produtores executar após a composição de suas dívidas.

Para compatibilizar o plano com o espírito da Lei nº 2.145 que instituiu o Fundo dos Ágios, Tosta Filho propunha que o produtor, ao receber o empréstimo para compor suas dívidas, deveria comprometer-se a contrair, à medida que pagasse as amortizações devidas, um novo empréstimo para aplicação no melhoramento de sua lavoura.*

A proposta de Tosta Filho teve, porém, de ser modificada, pois, tratando-se da recomposição de dívidas de cacauicultores contra terceiros, os regulamentos do Banco do Brasil não lhe permitiam atuar diretamente como agente refinanciador, ainda que utilizando recursos repassados do Fundo dos Ágios. Foi preciso encontrar uma solução engenhosa, que consistiu na criação de uma comissão à qual seriam repassados os recursos. Dessa forma, os empréstimos seriam com ela contraídos, ao invés de com o Banco do Brasil, através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, conforme inicialmente proposto. Estava assim equacionada uma fórmula para atender às reivindicações dos produtores e impulsionar a restauração financeira e o fortalecimento econômico e social da região cacaueira, até então desamparada e afligida por sucessivas crises.

Sucessivas crises, causadas por condições climáticas adversas, o debacle econômico de 1929, a grande conflagração mundial, a queda de preços nos mercados internacionais, o confisco cambial, a falta de apoio técnico, econômico e creditício, afligiram a lavoura cacaueira da Bahia, anteriormente à criação

da CEPLAC.

Várias tentativas foram feitas para dar-lhe estabilidade econômica, como a criação do Instituto de Cacau da Bahia, sem maiores êxitos, culminando com a grande crise de 1956, que levou à instituição do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira.

* Ofício ao Ministro da Fazenda datado de 18 de dezembro de 1956.

1. CEPLAC: solução temporária ou permanente?

No dia 20 de fevereiro de 1957 era assinado o Decreto nº 40.987, que deu forma legal ao Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, a ser executado sob a coordenação da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e financiado pelo Fundo de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, constituído com recursos provenientes do Fundo de Modernização da Lavoura Nacional, criado pela Lei nº 2.145.

Em 18 de março de 1957 instalava-se

no Ministério da Fazenda, então sediado no Rio de Janeiro, a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, com a responsabilidade de coordenar as medidas de caráter financeiro e técnico previstas nesse Plano. Sob a presidência do Ministro da Fazenda, José Maria Alkimin, sua composição incluía os seguintes membros: Diretor da CACEX, Joaquim Ignácio Tosta Filho; Representante do Instituto de Cacau da Bahia, Sosthenes Miranda; Representante da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, Joviano Jardim; Representante do Ministério da Agricultura, Wanderbilt Duarte de Barros, e Representante da

Comissão de Financiamento da Produção, José Maria de Araújo.

Grande parte da literatura da CEPLAC destaca ter sido ela concebida como um mecanismo de caráter temporário destinado a solucionar o problema financeiro que afligia os produtores de cacau da Bahia, e que não podia ser solucionado diretamente pelo Banco do Brasil.^{5,7} Há, porém, outro segmento da literatura que sustenta ter sido a Comissão criada como um organismo permanente incumbido de assegurar a recuperação da lavoura cacauzeira.⁷ Nos primeiros relatórios anuais da CEPLAC e em outras oportunidades, Tosta Filho a ela referia-se como um mecanismo que, sem ter caráter meramente transitório ou de emergência, deveria constituir-se em uma série de medidas para “proceder à execução de uma obra econômica de profundidade e longo alcance, visando a assegurar a continuidade dessa nova fonte de riqueza em bases sadias, garantindo-lhe a possibilidade de enfrentar, vitoriosamente, a crescente competição internacional”.⁷

Dado, porém, que o Plano era financiado com recursos do Fundo dos Ágios, que se destinavam especificamente a operações de financiamento a longo prazo e juros baixos, não parece que a CEPLAC tenha sido criada com caráter permanente, tanto mais que os recursos financeiros que lhe foram alocados correspondiam ao montante aproximado das dívidas a serem recompostas. Por outra parte, não contava ela com dotações orçamentárias próprias para o custeio dos seus serviços, na qualidade de organismo executor do Plano. Aparentemente, a existência da CEPLAC limitar-se-ia ao tempo necessário à concessão de financiamento aos cacauicultores para o reescalonamento das dívidas e à utilização desses recursos no melhoramento da lavoura. Sua concepção, portanto, bem como a missão confiada ao Plano, ao Fundo e à Comissão, de “recuperação da lavoura cacauzeira”, afiguram-se como uma engenhosa forma encontrada para enquadrá-los no espírito da Lei 2.145, tal como Tosta

Filho deixou entrever na sua proposta de criação do Plano submetida ao Ministro da Fazenda.

A análise do Regulamento da CEPLAC, aprovado pelo Decreto nº 41.243 de 3 de abril de 1957, mais uma vez destaca o caráter de “mecanismo” com que foi concebida a Comissão, à qual, segundo esse Regulamento, foi atribuída competência para estabelecer com o Banco do Brasil os acordos ou convênios necessários à execução dos serviços de natureza bancária previstos, bem como realizar convênios com o Instituto de Cacau da Bahia e outras organizações governamentais ou entidades privadas de caráter técnico que poderiam participar ou colaborar na execução do Plano. Quanto à Secretaria-Geral, esta apenas se encarregaria dos “serviços de expediente, coordenação de informes, registro de operações e outros elementos de caráter estatístico, indispensáveis ao perfeito controle da marcha dos serviços e operações do Plano”. Não lhe foi dada uma organização operacional técnica e administrativa para a execução direta do Plano. Ao que tudo indica, representava ela sobretudo um artifício para possibilitar o repasse de recursos destinados ao refinanciamento de dívidas que, de outra forma, não poderia ser atendido diretamente pelo Banco do Brasil.

Não contando com uma estrutura operacional própria, como foi dito, a CEPLAC, em sua fase inicial, contratou com o Banco do Brasil a execução dos serviços bancários relacionados com a composição das dívidas dos produtores. Mais tarde, à medida em que diminuía o fluxo de empréstimos e crescia o apoio financeiro para a recuperação das lavouras, eram tomadas medidas básicas para a execução dos serviços técnico-agrícolas do Plano, mediante convênios com entidades de pesquisa e extensão existentes. Através de convênio celebrado com a Companhia Viação Sul Bahiano S.A., foi contratado o pessoal administrativo e auxiliar de várias categorias posto à disposição da CEPLAC.

Infrutíferos foram, entretanto, os esforços da CEPLAC no sentido de levar a cabo os trabalhos de pesquisa, experimentação e assistência técnica através de outras entidades, com o repasse de recursos via convênios. A estratégia aparentemente boa revelou-se inviável após três anos de tentativas.

Encontrava-se então a lavoura cacauera em franca decadência. Para recuperá-la era indispensável que o poder público assumisse a responsabilidade de realizar programas técnico-científicos de larga envergadura no campo agrônomico, de apoio aos esforços para esse fim. Posta nesses termos a questão, não restava ao Governo Federal senão a alternativa de modificar as diretrizes da CEPLAC para que esta assumisse a responsabilidade da execução direta dos trabalhos de promoção da recuperação da lavoura, ocupando os espaços que as outras organizações não conseguiram preencher.

O primeiro passo nesse sentido foi dado com a criação, pela Instrução nº 204 da SUMOC, de 13 de março de 1961, de uma taxa sobre as exportações de cacau e derivados destinada a constituir o Fundo de Reserva de Defesa do Cacau. Pela Instrução nº 217, de 4 de outubro de 1961, também da SUMOC, a cota de contribuição cambial foi fixada em 15 por cento sobre as divisas provenientes da exportação do cacau em amêndoas ou massa. Todavia, somente a metade do montante de recursos gerados seria transferida à CEPLAC, enquanto a outra metade ficaria à disposição da CACEX para atender as eventuais operações de defesa da cotação do cacau nos mercados interno e externo, ou seja, para financiar a complementação de preços, quando necessária.

Com a garantia de recursos de caráter permanente para financiar suas atividades, a ação da CEPLAC tornou-se irreversível. A partir de 1962, sob o regime das Leis Trabalhistas, foi contratado o pessoal indispensável à execução dos seus serviços técnicos e científicos. Essa mudança de diretriz significou a definição

da autonomia da Comissão para o cumprimento dos objetivos do Plano e a sua libertação, na área técnica, dos vínculos de um trabalho supletivo. Os primeiros passos concretos nesse sentido foram o convênio com o Instituto de Cacau da Bahia, segundo o qual a CEPLAC assumiu a responsabilidade de recuperar a Estação Experimental de Uruçuca, a criação do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC) e, mais tarde, do Departamento de Extensão (DEPEX).

Com os trabalhos de assistência à racionalização da lavoura cacauera sob a responsabilidade direta da CEPLAC, várias providências administrativas fizeram-se necessárias ao desempenho de tão ingente tarefa, tais como: a criação e instalação do Escritório Central de Coordenação, em Itabuna, e das superintendências regionais, em Ipiaú, Ubaitaba e Canavieiras, na Bahia, e Linhares, no Espírito Santo; o estabelecimento de escritórios locais em Ilhéus, Coaraci, Itajuípe, Uruçuca, Buerarema, Gandu, Ubatã, Ibirataia, Camacã, Itamaraju, Porto Seguro, Prado, Itapebi e Belmonte, e a criação da Escola Média de Agricultura da Região Cacauera (EMARC). Dentro ainda do objetivo de obter o apoio técnico de outras entidades, com vistas à formação das equipes técnicas, a CEPLAC, mediante convênio com o Ministério da Agricultura, passou a financiar a operação das estações experimentais de Juçari e Una e a manter vínculos estreitos de trabalho com o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Leste (IPEAL), em Cruz das Almas.

No mês de junho de 1963 era assinado o primeiro convênio com o IICA, que formalizou as relações de cooperação técnica que já vinham se desenvolvendo entre ambas as instituições.

2. A luta pela sobrevivência

A saída de Tosta Filho da CACEX, a mudança de estratégia da CEPLAC, o estabelecimento da taxa de retenção e o ressentimento latente contra a ingerên-

cia do Governo Federal em assuntos do cacau, "um negócio dos baianos",⁴³, serviram de pretexto para que grupos influentes da Bahia, ligados sobretudo ao Governo do Estado e ao ICB, comessem uma campanha aberta de crítica e resistência à CEPLAC. Os ataques foram desfechados logo que Tosta Filho deixou a CACEX e continuaram até a saída de Carlos Brandão da Secretaria-Geral da CEPLAC.

A "guerrilha do cacau" inicia-se praticamente com a proposta de reforma do ICB feita em 1961 por Carlos Brandão. Não sendo esta do seu agrado, Tosta Filho apresenta seu próprio plano de reforma do Instituto, que, no entanto, é arquivado pela Assembléia Legislativa do Estado. Em setembro de 1961 é realizada em Salvador a Conferência do Cacau, presidida por Tosta Filho, na qual são aprovadas recomendações para o fortalecimento da ação do Estado na região cacauífera, inclusive a extinção da CEPLAC, a transferência do seu acervo para o ICB e o financiamento deste com os recursos a ela alocados*. Tudo isso sob a alegação de que a CEPLAC não tinha personalidade jurídica, era um órgão transitório e seus recursos financeiros, oriundos do Fundo dos Ágios, provinham da economia baiana.⁴²

Em 1963 o Governador Antônio Lomanto Júnior cria um grupo de trabalho para estudar os problemas relacionados com a lavoura cacauífera. Esse grupo também recomenda o fortalecimento do ICB e que a CEPLAC seja a ele incorporada. O Vice-Governador do Estado propõe que a CEPLAC seja transformada em "banco do cacau".⁴² Nesse mesmo ano, Lomanto Júnior, a bancada parlamentar da Bahia e outras personalidades da região, em visita ao Presidente da República, João Goulart, solicitam que a CEPLAC seja transferida para o Governo do Estado, o cargo de Secretário-Geral exercido por um baiano e a cota de con-

tribuição cambial reduzida e entregue ao Governo da Bahia. Ouvido o Ministério da Fazenda, este opina que os recursos destinados à CEPLAC não eram fiscais e por isso não podiam ser transferidos ao Estado da Bahia. O Conselho da SUMOC aprova esse parecer, nada é modificado, e Carlos Brandão permanece no cargo de Secretário-Geral**.

Em julho de 1965, em vista do fracasso das negociações para o estabelecimento de um acordo internacional do cacau, com a conseqüente queda do preço do produto e as pressões no sentido da extinção da cota de contribuição cambial e da paralisação da CEPLAC, o Governo Federal cria a Comissão de Estudos da Política do Cacau, na qual participa Tosta Filho como representante do Governo da Bahia. Após analisar os problemas da cacauicultura, a Comissão conclui seus trabalhos com a emissão de um documento sobre a política global do cacau, cobrindo as áreas de produção, comercialização, transporte, comunicações, acordos internacionais e outras. Seu relatório final, redigido pelo próprio Carlos Brandão, recomenda o fortalecimento e apoio dos programas da CEPLAC.⁵⁰ Um detalhe importante é que esse relatório é firmado por Tosta Filho, que assim reconhece o papel desempenhado pela CEPLAC e a conveniência de se manterem federalizadas as ações de apoio à cacauicultura.

Ainda em 1965 a Câmara Federal cria uma Comissão Parlamentar de Inquérito para "apurar as causas da crise por que atravessa o cacau". Depois de várias reuniões realizadas em Brasília, Ilhéus, Itabuna, Salvador, Vitória e Rio de Janeiro e de ter ouvido quarenta pessoas ligadas às atividades cacauíferas, inclusive Carlos Brandão, a Comissão recomenda que a CEPLAC deve continuar o seu trabalho e, para tanto, ser fortalecida.⁵⁰

Por sua vez a Confederação Nacional de Agricultura lutava há anos para a abo-

*Jornal "A Tarde", Salvador, 3-8-61 e 17-8-61.

**Carlos Brandão. Entrevista, 1981.

lição do confisco cambial e dos impostos e taxas oriundos da agricultura. Em 1966, publica um documento, "Análise da conjuntura cacauífera", em que critica a forma pela qual o Governo Federal vinha financiando as atividades nesse campo. O documento é analisado e respondido pela CEPLAC. Replicando, a Confederação elabora o documento "Análise da conjuntura cacauífera - II", que é encaminhado ao Conselho Nacional de Comércio Exterior. Este, entretanto, conclui pela falta de fundamento das críticas formuladas.⁵⁰

Inconformada, a Confederação não pára aí sua ferrenha oposição à CEPLAC. Em julho de 1967 promove e organiza o Primeiro Congresso Brasileiro do Cacau, em Itabuna, tendo como tema básico a extinção da CEPLAC. Para surpresa de muitos, em lugar de criticar e destruir a CEPLAC, o Congresso declara que "a taxa de retenção deve ser mantida" e a CEPLAC "institucionalizada como órgão autônomo, nos termos do artigo 172 do Decreto-Lei nº 200, de 20 de maio de 1967". É oportuno destacar a importância que teve para o futuro da CEPLAC esse apoio maciço dos produtores de cacau em defesa de sua instituição, por eles definida como intocável.³²

Quase simultaneamente com a realização do I Congresso Brasileiro do Cacau, um grupo de produtores da Bahia e do Espírito Santo dirige um memorial ao Conselho de Segurança Nacional formulando sérias críticas e denúncias envolvendo a CEPLAC e seus dirigentes. Esta, mais uma vez, sai incólume, com o arquivamento das denúncias, em abril de 1968, por falta de fundamento.

Não obstante as várias demonstrações de apoio recebidas pela CEPLAC, o assédio político continua. Em julho de 1968 o Governo da Bahia propõe ao Governo Federal "a reformulação da política de amparo à lavoura cacauífera", para permitir que a cota de contribuição cambial que mantém a CEPLAC seja dividida en-

tre essa entidade e o Instituto de Cacau da Bahia. Em longa e detalhada análise da proposta, Carlos Brandão, no documento "Reformulação do sistema de amparo à lavoura cacauífera - Análise da proposta feita pelo Governador da Bahia", refuta cada um dos argumentos apresentados, demonstrando a impropriedade da medida sugerida, no que é apoiado pelo Banco Central e pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, que concluíram pela manutenção da integridade da CEPLAC.⁵⁰

Serenado esse longo período de questionamento, que serviu para afirmar a existência da CEPLAC, transcorreram alguns anos de relativa tranquilidade, que recentemente viria a ser rompida com a apresentação, em junho de 1981, pelo senador Luiz Vianna Filho, do Projeto de Lei nº 178/81 isentando o cacau do pagamento de qualquer imposto ou taxa. A questão foi objeto de acirrada polêmica nas regiões cacauíferas, uma vez que a aprovação do projeto significava, entre outras coisas, a extinção da CEPLAC, que na falta da cota de contribuição cambial, sua principal fonte de recursos, não teria como manter-se. Contra o projeto e em defesa da CEPLAC tomaram posição o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, as associações de classe e outras entidades da Bahia, do Espírito Santo e da Amazônia, expressando, assim, um significativo reconhecimento tácito da atuação da CEPLAC. Por sua vez, a própria CEPLAC analisou exaustivamente o projeto em parecer encaminhado por seu Secretário-Geral ao Ministro da Agricultura, em julho de 1981, no qual era sugerida a retirada do projeto por ser ele inconstitucional, não atender aos interesses nacionais, contrariar o interesse dos Estados e Municípios produtores de cacau, não ter a aceitação dos próprios cacauicultores, pagantes da cota, sendo, portanto, prejudicial ao fortalecimento da infra-estrutura das principais regiões produtoras, o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo.⁵⁹

3. "Feliz do Brasil se tivesse vinte ou trinta CEPLACs!"

Em novembro de 1973, o Presidente da República eleito, General Ernesto Geisel, por iniciativa própria, visita a CEPLAC e passa três dias em Itabuna. Nessa oportunidade, não só visita as estações experimentais e laboratórios, como conversa com seus técnicos e com agricultores e políticos do sul da Bahia. Ao terminar sua visita está de posse de amplo conhecimento da problemática do cacau, passada e presente. Ao externar sua impressão sobre o que havia visto, pronuncia esta frase, hoje famosa na CEPLAC e motivo de orgulho para os "ceplaquianos": "Feliz do Brasil se tivesse vinte ou trinta CEPLAC's!". O Presidente eleito anuncia então seu propósito de vincular ao Ministério da Agricultura todas as entidades relacionadas com o setor agropecuário.

4. A vinculação ao Ministério da Agricultura

Apenas transcorrido um mês de sua posse, o Presidente Ernesto Geisel assina, no dia 18 de abril de 1974, o Decreto nº 73.960, vinculando a CEPLAC ao Ministério da Agricultura na qualidade de órgão autônomo, dotado portanto de autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 172 do Decreto-Lei nº 200 que dispõe sobre a organização da Administração Federal. Terminava assim a associação da CEPLAC com o Ministério da Fazenda, que se prolongou por dezessete anos e exerceu, como foi dito antes, grande influência sobre sua estrutura, sua filosofia de trabalho, sua sobrevivência e seu fortalecimento.

No tocante a suas atribuições, ficou explícito que incumbe à CEPLAC promover o desenvolvimento da lavoura cacauera, inclusive a implantação de novos pólos de produção no País, bem como

incentivar alternativas agroindustriais nas tradicionais regiões produtoras de cacau e participar no fortalecimento da infraestrutura dessas regiões. Foram, portanto, formalmente ampliadas as atribuições da CEPLAC e definido o seu papel no desenvolvimento das regiões produtoras. Todavia, o mesmo decreto dispõe que "a atuação da CEPLAC ficará restrita aos Estados produtores de cacau, na proporção do volume por eles exportados e aos novos pólos de produção que vierem a ser implantados".

A interpretação desse dispositivo tem dado margem a controvérsias. Alguns reclamam que parcela substancial dos recursos produzidos pelo cacau na Bahia está sendo desviada para promover a cacauicultura em outras áreas do País. Na opinião de outros, o cacau é um produto de interesse nacional, como importante gerador de divisas, e que portanto interessa ao Governo Federal estimular e promover sua produção onde quer que se ofereçam condições ecológicas favoráveis. Há ainda quem argumente que a cláusula restritiva não impedirá a implantação de novos pólos de produção, de vez que, pela simples razão de não existirem, não lhes seria possível gerar os recursos necessários a esse fim. Contra-argumentam terceiros que as atividades de apoio à implantação de novos pólos de produção deveriam ser financiadas "com os recursos que venham a ser consignados no orçamento da União", alocados à CEPLAC segundo prevê o próprio Decreto.

Em 1974, entretanto, a notícia de que a supervisão superior da CEPLAC seria transferida do Ministério da Fazenda para o da Agricultura provocou certa tensão, motivada pelo receio de que a autonomia administrativa e financeira do órgão fosse afetada, ou alteradas as suas estratégias de ação. Felizmente, tal mudança transcorreu tranqüilamente, passando a CEPLAC a integrar o setor da Administração Federal mais ajustado à sua finalidade imediata, o fortalecimento da lavoura cacauera.

5 A CEPLAC 25 anos depois

Ao completar 25 anos de vida, a CEPLAC é hoje uma sólida instituição no âmbito da administração pública federal. A frase pronunciada pelo ex-Presidente Geisel, amiúde reconhecida, é para ela motivo de orgulho e estímulo. Todavia, para chegar a esse avançado estágio de desenvolvimento e dar importante contribuição à cacauicultura, contou a CEPLAC com o decidido apoio do Governo Federal, uma liderança administrativa e técnica de grande mérito, uma equipe formada por pessoal competente, dedicado e identificado com a instituição, assim como o indispensável apoio e interesse do produtor, por vezes combativo e crítico. Tudo isso, entretanto, não impediu que, na sua longa trajetória, sérias crises tivessem de ser enfrentadas, fazendo supor que a instituição poderia desaparecer. Esta, ao contrário, delas saiu cada vez mais fortalecida e, no momento, representa uma das entidades mais importantes entre as vinculadas ao Ministério da Agricultura.

5.1 A estrutura organizacional

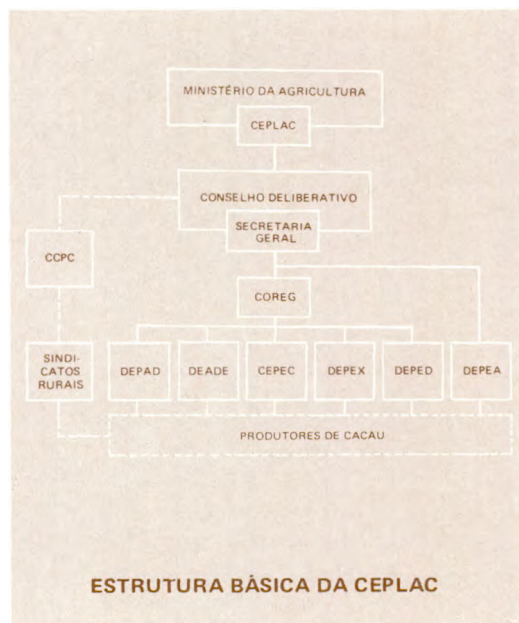
O órgão de orientação superior da CEPLAC é o Conselho Deliberativo, presidido pelo Ministro da Agricultura e formado pelo Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, pelo Secretário-Geral da CEPLAC, e por representantes do Ministério da Indústria e do Comércio, do Governo do Estado da Bahia, do Governo do Estado do Espírito Santo, do Banco Central e dos produtores de cacau — por indicação do Conselho Consultivo dos produtores de Cacau —; sendo os cinco últimos membros designados pelo Presidente da República

O titular da Secretaria-Geral, também nomeado pelo Presidente da República, é o responsável direto pela administração da CEPLAC. No desempenho de suas funções, conta com a colaboração de um

Secretário-Geral Adjunto, que o substitui nos seus impedimentos e coordena as atividades de planejamento, programação, coordenação e controle da execução dos programas aprovados. Para o cumprimento de suas funções, o Secretário-Geral é assistido pela Coordenadoria Técnico-Científica e por várias assessorias, que cooperam com apoio administrativo e técnico. A área administrativa compreende as assessorias em matéria de finanças, serviços gerais, administração e pessoal. A área técnica compreende as assessorias em assuntos internacionais, economia e estatística, orçamento e finanças, planejamento, organização e atividades-meio. Também conta com assessores para assuntos jurídicos, comunicação social e engenharia.

Um Conselho de Administração, de que participam o Secretário-Geral adjunto, o Coordenador Técnico-Científico, o Coordenador Regional, os Chefes de departamento e assessores especialmente convidados, assiste o Secretário-Geral no planejamento, organização e coordenação das atividades da CEPLAC.

Na qualidade de órgão acessório da CEPLAC, o Conselho Consultivo dos Pro-

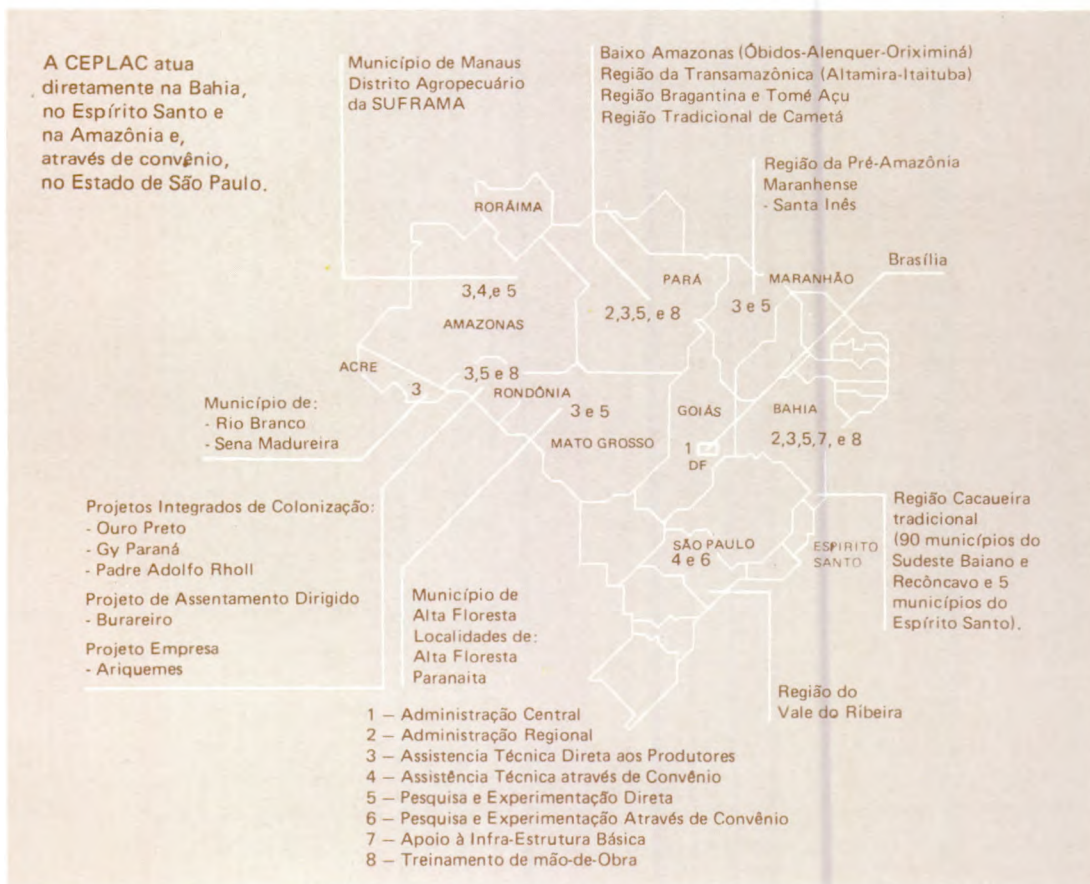




A Sede da CEPLAC está localizada em Brasília.

dutores de Cacau (CCPC), organismo representativo da lavoura cacaueteira formado por delegados de 90 sindicatos rurais, sendo 82 da Bahia, 5 do Espírito Santo, 1 de Rondônia, 1 do Amazonas e

1 de Mato Grosso, propicia estreito relacionamento com a classe produtora, além de acompanhar e fiscalizar o trabalho da CEPLAC em defesa dos interesses dos cacauicultores.



Subordinadas diretamente à Secretaria-Geral funcionam duas grandes unidades de organização regional, através das quais são descentralizadas as ações da CEPLAC:

a. a **Coordenadoria Regional (COREG)**, encarregada de coordenar as atividades e as relações político-administrativas da CEPLAC nos Estados da Bahia e do Espírito Santo, com sede no Município de Ilhéus, Bahia.

b. o **Departamento Especial da Amazônia (DEPEA)**, encarregado da execução das atividades de pesquisa, experimentação e assistência técnica relativas ao cacau, assim como do relacionamento político-administrativo da CEPLAC na Amazônia, abrangendo os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, com sede em Belém, Pará.



A COREG está sediada num conjunto arquitetônico localizado na rodovia Ilhéus — Itabuna, Bahia

A **Coordenadoria Regional**, dirigida por um Coordenador Regional designado pelo Secretário-Geral, conta com um Conselho Regional (órgão colegiado presidido pelo Coordenador Regional e formado pelo Coordenador Regional Adjunto e Chefes de departamento com assessorias especializadas, escritórios especiais e os seguintes Departamentos: Departamento Administrativo (DEPAD), Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC) Departamento de Extensão (DEPEX), Departamento de Educação (DEPED) e Departamento de Apoio ao Desenvolvimento (DEADE).

O **Departamento Administrativo** responde pelos serviços de contabilidade, pessoal, assistência social, comunicações, métodos operativos, programação administrativa, material, manutenção, transporte e serviços gerais.

O **Centro de Pesquisas do Cacau** promove pesquisa e experimentação nas áreas de cacau, diversificação agropecuária, produção de alimentos e sócio-economia da região cacauzeira. É dirigido por um chefe de departamento designado pelo Secretário-Geral e conta com doze divisões, doze estações experimentais, granjas e uma biblioteca. A esse Centro

deve-se em grande parte o prestígio granjeado pela CEPLAC no Brasil e no mundo.

O **Departamento de Extensão** tem a responsabilidade de prestar assistência técnica e desenvolver extensão rural nas áreas de jurisdição da CEPLAC na Bahia e no Espírito Santo, com vistas ao aumento da produção e da produtividade cacaueteira, mediante a introdução de novas técnicas e práticas, bem como a diversificação agropecuária no sudeste da Bahia. Cabe-lhe também assistir os agricultores na elaboração dos projetos de produção a serem submetidos aos bancos e na execução dos projetos financiados. Sob a direção de um Chefe de departamento designado pelo Secretário-Geral, o DEPEX conta, para a organização e supervisão de suas atividades, com a assistência de um conselho departamental e das assessorias de Planejamento da Extensão, nos aspectos técnicos da extensão e da administração. A execução dos programas do DEPEX nos municípios assistidos na Bahia e no Espírito Santo é feita por doze divisões de extensão que coordenam sessenta escritórios locais, além de dois escritórios especiais.

O **Departamento de Educação** tem a atribuição de executar os programas de ensino profissionalizante e as atividades de treinamento de mão-de-obra rural nas zonas produtoras de cacau da Bahia e do Espírito Santo. É dirigido por um Chefe de departamento, designado pelo Secretário-Geral, e conta com a assistência de um conselho departamental e das assessorias de Planejamento, Ensino e Administração. Opera fundamentalmente por intermédio de quatro escolas médias de agropecuária regional localizadas em Uruçuca, Valença, Itapetinga e Teixeira de Freitas, na Bahia.

O **Departamento de Apoio ao Desenvolvimento** tem por objetivo estudar e elaborar planos globais e setoriais de desenvolvimento e apoiar as ações de infraestrutura de outras entidades nas áreas produtoras de cacau na Bahia e no Espírito Santo. Através dele é prestada

cooperação técnica a cooperativas nas áreas de atuação da CEPLAC. É dirigido por um Chefe de departamento, com o apoio de assessorias, e conta com as divisões de Administração, Infra-estrutura e Incentivos, Cooperativismo, Estudos Especiais e Engenharia.

A **Divisão de Estudos Especiais** elabora estudos setoriais (caminhos vicinais, pecuária e outros) que, sendo de interesse para o desenvolvimento da região, eventualmente possam receber apoio financeiro da CEPLAC ou de outras fontes para sua execução por entidades federais ou estaduais.

O **Departamento Especial da Amazônia** é dirigido por um Chefe de departamento, designado pelo Secretário-Geral, e conta com o apoio de assessorias especializadas. A área de pesquisa é orientada pela Coordenadoria de Pesquisa, da qual dependem as divisões de Agrologia, Entomologia, Fitopatologia, Genética, Solos e Nutrição Mineral, além da Divisão Executiva de Pesquisas à qual compete coordenar as estações e campos experimentais com a orientação técnica das outras divisões. A área de extensão é dirigida pela Coordenadoria de Extensão, da qual dependem as assessorias de Programação da Extensão, Mão-de-Obra Rural, Crédito Rural, Comunicação Técnica, Cooperativismo e Metodologia. As operações de campo são realizadas através das divisões do Pará, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Maranhão, que por sua vez coordenam escritórios regionais, escritórios locais, estações experimentais e postos de classificação de cacau. Note-se que o DEPEA não executa programas relacionados com educação e infra-estrutura.

5.2 Os recursos humanos

Ao caráter de temporariedade de que se revestia o Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueteira, quando da sua instituição, pode dever-se o fato de que a CEPLAC, ao ser criada, não contava com um quadro próprio de pessoal. Durante

algum tempo, portanto, os recursos humanos a seu serviço procederam de várias fontes. Do Banco do Brasil vieram os funcionários administrativos e de direção, bem como os engenheiros agrônomos para o trabalho de processamento das propostas de composição de dívidas submetidas pelos produtores. Posteriormente, mediante seleção prévia feita pela CEPLAC, o Instituto de Cacau da Bahia contratou engenheiros agrônomos, para os serviços de assistência técnica aos agricultores na execução dos planos de recuperação da lavoura, e a Companhia Viação Sul Bahiano S.A., o pessoal de administração e de outras categorias auxiliares.

Com o estabelecimento da cota de contribuição cambial sobre o valor das exportações de cacau e derivados, que lhe assegurava uma fonte permanente de recursos, passou a contratar diretamente os serviços do seu pessoal. Assim, a partir de 1963 já contratava funcionários e técnicos para o Centro de Pesquisas do Cacau.

Até o ano de 1964 o recrutamento de pessoal, especialmente técnico, era feito com base em entrevistas e estudo dos currículos. Nesse ano, começaram a ser aplicadas as primeiras normas para o ingresso por concurso, a classificação de cargos, a promoção e a penalidade. Desde então essas normas vêm sendo aperfeiçoadas pela própria administração da CEPLAC e por recomendação de firmas consultoras por ela contratadas. Por volta de 1966 os funcionários contratados pelo Instituto de Cacau da Bahia e pela Companhia Viação Sul Bahiano S.A. optaram pela permanência definitiva nos quadros da CEPLAC. Quanto aos elementos cedidos pelo Banco do Brasil, apenas alguns permaneceram, enquanto outros, que se aposentaram como funcionários do Banco, foram contratados diretamente pela CEPLAC.

De modo geral, mantém-se certa estabilidade de pessoal na CEPLAC. A maioria dos seus dirigentes há mais de quinze anos presta serviços à entidade; nela in-

gressou como pessoal administrativo ou técnico, devendo-se sua ascensão às posições atuais a mérito, competência e antiguidade.

Não obstante ser um órgão da Administração Pública Federal, a CEPLAC recruta e administra todo o seu pessoal segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, o que lhe tem permitido oferecer níveis de remuneração e benefícios adicionais um pouco superiores aos de outras entidades da administração direta do Governo Federal e aos do mercado de trabalho no sul da Bahia. Com a instituição do Instituto CEPLAC de Seguridade Social (CEPLUS) é proporcionada a concessão de empréstimos e subsídios vários ao pessoal e, mais importante ainda, é assegurada uma suplementação aos proventos de aposentadoria ao pessoal inativo, proporcionando-lhe mais tranquilidade de vida e melhor bem-estar, contribuindo, ainda, para a renovação de quadros com ascensão mais rápida do pessoal na escala funcional. Ainda, em Convênio celebrado com o Banco Nacional de Habitação e outros bancos foi instituído o Programa Habitacional que visa a proporcionar financiamentos imobiliários. Também são oferecidos serviços de assistência médica e hospitalar, exames clínicos e radiológicos e serviços de assistência social, para atender as necessidades básicas do funcionário e seus dependentes. Essas políticas têm possibilitado recrutar e manter pessoal capacitado nos seus quadros, apesar das condições de vida pouco atraentes oferecidas em algumas áreas de trabalho.

Entre 1971 e 1980 o quadro de pessoal da CEPLAC cresceu 22,4 por cento. O pessoal profissional aumentou 31,1 por cento, passando a representar 16,3 por cento do quadro geral. Em 1980, a CEPLAC contava com um total de 4.410 funcionários, compreendendo 673 funcionários de nível profissional, 1.303 de apoio administrativo, 1.050 de apoio operacional e 1.084 operários de campo.

Empenhada em manter seus serviços

técnicos e administrativos em nível condizente com os altos interesses dos produtores, a CEPLAC desenvolve vigoroso programa de capacitação de pessoal, que cobre tanto as áreas técnicas como as administrativas. Nesse sentido, estimula e ajuda o seu pessoal a completar cursos regulares, em todos os níveis, inclusive pós-graduação, bem como a participar de cursos de aperfeiçoamento ou de adestramento de curta duração. São poucos os funcionários técnicos e administrativos que não tomaram parte em atividades de capacitação. Entre os profissionais, quase todos são portadores de graus de mestrado ou doutorado, obtidos com o apoio do Programa de Capacitação. Muitos deles são antigos funcionários administrativos ou auxiliares que foram estimulados pela entidade a melhorar seu nível educacional em centros de estudos no País e no exterior.

5.3 Os recursos financeiros

Nos primeiros quatro anos de funcionamento da CEPLAC, as despesas com a execução do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, mais especificamente com a composição das dívidas dos produtores, foram custeadas por recursos destacados do Fundo de Modernização da Lavoura Nacional, provenientes de sobretaxas de câmbio impostas segundo a natureza e o grau de essencialidade das mercadorias exportadas, entre as quais o cacau. Com os recursos destinados à CEPLAC foi criado o Fundo de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, com o qual foram feitos os empréstimos aos produtores de cacau, ao juro de oito por cento ao ano. Dessa taxa, dois por cento destinavam-se ao reembolso dos serviços bancários prestados pelo Banco do Brasil no processamento das propostas de composição das dívidas e o saldo de seis por cento, ao custeio das despesas de funcionamento da própria Comissão e ao apoio financeiro às instituições existentes, para que melhor prestassem assistência técnica

ca aos produtores na recuperação de suas lavouras.

Em 1961, ao assumir a CEPLAC a responsabilidade da execução direta do Plano de Recuperação, suas atividades passaram a ser financiadas pelo Fundo de Reserva de Defesa do Cacau constituído com o produto da cota de contribuição cambial que, em substituição à sobretaxa cambial, passou a incidir sobre o valor das exportações de cacau e derivados. No momento, a cota de contribuição situa-se no nível de dez por cento. Ao contrário da sobretaxa cambial, a cota de contribuição cambial tem destinação específica, revertendo toda ela para a própria economia cacaueira. Dado o seu caráter meramente cambial, pôde ser aplicada durante muitos anos com grande flexibilidade e autonomia, permitindo que valiosa soma de serviços fosse prestada à lavoura cacaueira, não obstante o longo período de fragilidade jurídica em que a CEPLAC funcionou. Somente em 1974, com sua vinculação ao Ministério da Agricultura, foi-lhe dado formalmente o caráter de órgão autônomo, de acordo com o Decreto-Lei nº 200 que assegura autonomia financeira aos chamados órgãos de administração indireta, como as autarquias e empresas estatais. Paradoxalmente, ao efetivar-se tal vinculação, pretendeu-se sujeitar a aplicação dos recursos financeiros da CEPLAC às normas do Código de Contabilidade Pública da União, medida que, contrariando dispositivos legais, certamente levaria ao entorpecimento dos trabalhos da CEPLAC se tivesse sido efetivada. Entretanto, com a expedição do Decreto nº 86.179, em julho de 1981, essa matéria ficou definida, contando hoje a CEPLAC com o Fundo Geral do Cacau (FUNGECAU) constituído pelos recursos provenientes da cota de contribuição cambial sobre as exportações de cacau e de outras receitas e operações de crédito. Desse modo, pode a CEPLAC exercer a autonomia financeira que sua condição de órgão autônomo da administração pública federal lhe assegura, sujeita, porém,

a certos controles sobre sua programação e desembolsos e à prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, que já se fazia desde a criação da CEPLAC, em 1957.

O estabelecimento de uma cota de contribuição cambial proporcional ao valor das exportações permitiu que os recursos financeiros arrecadados pela CEPLAC não se deteriorassem por efeito da inflação e que houvessem anos muito favoráveis de arrecadação, quando se registraram altas cotações do cacau no mercado internacional.

Nos seus vinte e cinco anos de existência (1957 a 1981), a CEPLAC arrecadou e aplicou, em valores correntes, a quantia de Cr\$ 17.449.800.902,32

(Cr\$ 88.791.937.000,00, em valores constantes de 1981), da qual a parcela de Cr\$ 14.270.398.251,45 (Cr\$ 70.329.731.000,00, em valores constantes de 1981), ou seja 81,7 por cento do total, foi proveniente da cota de contribuição cambial.

Esses números demonstram de forma expressiva que a recuperação e desenvolvimento da cacauicultura se deveu, na sua quase totalidade, à contribuição da própria economia cacauera, permitindo, ainda, a partir da Bahia, principal Estado produtor, promover a expansão do cultivo em outras Unidades da Federação, a diversificação agropecuária no sul daquele Estado e o fortalecimento da infraestrutura das regiões produtoras de cacau da Bahia e do Espírito Santo.



A evolução da CEPLAC foi entrecortada por sérios obstáculos de natureza política e institucional, que puderam ser vencidos graças ao decidido apoio do Governo Federal, à capacidade de liderança dos seus dirigentes e à vocação de serviço da instituição.

Após vinte e cinco anos de existência, a CEPLAC é hoje uma entidade institucionalizada, dotada de uma sólida estrutura técnica e

administrativa, tendo estendido a sua área de influência a várias unidades da Federação e ampliado o seu âmbito de ação para a diversificação agropecuária e o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura regional, realizando uma vigorosa ação catalítica, inovadora e coordenadora para a expansão e fortalecimento da economia cacauera nacional.

As características peculiares de organização e funcionamento que lhe foram atribuídas, por certo, constituem fatores relevantes para que os seus objetivos venham sendo alcançados e seja reconhecida como uma conceituada instituição da administração pública federal.

Como órgão autônomo da administração indireta, a CEPLAC goza de relativa autonomia administrativa e financeira, que lhe tem assegurado a continuidade administrativa e a disponibilidade de recursos financeiros em tempo oportuno, com a necessária flexibilidade de aplicação.

Estando a sua atenção dirigida mais especificamente a um determinado produto — o cacau, que inicialmente estava centrado em uma área definida do Estado da Bahia, permitiu à CEPLAC concentrar e dirigir seus esforços, organizando, em forma integrada, os seus serviços técnicos e de crédito para amparo da cacauicultura.

A trilogia pesquisa-extensão-crédito, integrando-se dentro de uma mesma entidade, tem contribuído para que os conhecimentos científicos e tecnológicos gerados pela pesquisa atendam mais diretamente aos problemas da cacauicultura e sejam a esta transferidos mais pronta e adequadamente com o apoio do crédito provido pela rede bancária atuando em estreita articulação com a CEPLAC.

Outro fator de êxito tem sido a participação dos produtores através do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, que, aglutinando os anseios e reivindicações da classe produtora, propicia estreito relacionamento desta com a CEPLAC no acompanhamento e orientação do seu trabalho e também tem atuado como importante elemento de apoio em momentos críticos da instituição.

Desde 1976, vem sendo desenvolvido o Programa Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional — PROCACAU, aprovado pelo Governo Federal, que tem resultado em expressivos índices de expansão da cacauicultura e de aumentos da produção e produtividade do cacau.

Todavia, a falta de uma definição de política da instituição em relação aos aspectos de diversificação agropecuária e de apoio ao fortalecimento da infra-estrutura regional tem entravado uma ação mais concertada e vigorosa da CEPLAC, que se reflete no processo de planejamento, na coordenação do relacionamento com o ambiente, no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa e de extensão, na captação de recursos externos e no apoio do crédito.

Pareceria oportuno que a instituição contasse com um "Plano Diretor" para orientar as ações a médio e longo prazos, dando base à formulação e execução dos diversos programas setoriais.

CRÉDITO PARA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA REGIONAL

4

1 A primeira composição de dívidas (1957)

Criada a CEPLAC como mecanismo para atender às reivindicações dos cacauicultores baianos afligidos por uma grave crise econômica e financeira, a diretriz básica de suas ações seria, inicialmente, a assistência financeira para compor as dívidas dos produtores de cacau, muitos dos quais se encontravam em situação de insolvência. Para esse fim, foi-lhe alocada a quantia de um bilhão de cruzeiros antigos (3,5 bilhões de 1981), proveniente do Fundo de Modernização da Lavoura Nacional. Essa quantia, no ano de 1957, representava cerca de 25 por cento do valor das exportações de cacau,

soma certamente expressiva para apoiar a economia cacauceira. Àquela época o cacau respondia por 6,66 por cento do valor das exportações brasileiras.

Cabia à CEPLAC executar, com esses recursos, um esquema financeiro ajustado à realidade da lavoura, com juros e comissão de oito por cento ao ano, períodos variáveis de carência e um cronograma de reembolso que poderia estender-se até o décimo segundo ano, no caso dos empréstimos para financiar a implantação de novas lavouras. Jamais um esquema de financiamento tão favorável fora oferecido aos agricultores. Só anos depois o Governo Federal voltaria a utilizá-lo, em bases semelhantes, ao ser instituído o PROTERRA.

Pelo Decreto nº 41.243, de 3 de abril de 1957, a CEPLAC assumiu o controle e a administração do programa de refinanciamento da lavoura cacaujeira. As dívidas a serem sanadas consistiam, em sua maior parte, em compromissos contraídos pelos cacauicultores com bancos, empresas comerciais, compradores e exportadores de cacau, e outros, a juros altos e curto prazo. Era comum o endividamento por força de contratos de compra e venda antecipada da produção. Com frequência esses contratos tinham a clara intenção de lesar o produtor, ao serem utilizados como instrumento de usurpação das propriedades. Muitas vezes os compradores estimulavam os produtores a celebrarem contratos vultosos, em que estes se comprometiam a entregar volumes de cacau muito superiores à sua capacidade de produção, a um preço pré-fixado. Caso não entregassem a produção comprometida ou se o valor do produto fosse inferior ao contratado, eram forçados a contrair dívida com o comprador e a assinar promissórias envolvendo a hipoteca de suas terras que, em última instância, eram entregues ao comprador por inadimplemento dos compromissos contratados. Esses contratos de compra por antecipação ainda são feitos, porém não têm as mesmas características do passado.

Cumprir destacar que o estabelecimento do fundo para a composição de dívidas sob a égide da CEPLAC deveu-se em parte ao fato de que um grande número de débitos fora contraído informalmente, já que muitos produtores não podiam oferecer garantias reais, pela falta de título de posse de suas propriedades. Também o fato de tratar-se da recomposição de dívidas contra terceiros impedia o Banco do Brasil, segundo suas normas regulamentares, de financiar diretamente as dívidas consolidadas. Por conseguinte, a CEPLAC foi constituída como o mecanismo através do qual se repassariam os recursos para saldar os débitos, muitos dos quais contraídos com o próprio Banco do Brasil.

A primeira providência para o funcionamento do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaujeira foi elaboração e assinatura de um convênio com o Banco do Brasil para a execução dos serviços bancários necessários à composição das dívidas. No dia 6 de julho de 1957, por aviso do Ministro da Fazenda, o Banco do Brasil era autorizado a transferir para a conta do Fundo de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaujeira a importância de um bilhão de cruzeiros antigos, que lhe haviam sido alocados, e em 2 de agosto de 1957, colocou à disposição da Comissão Executiva a primeira parcela de 150 milhões de cruzeiros antigos (530,3 milhões de 1981), a ser destacada daquele montante.

No dia 16 de julho de 1957 o convênio com o Banco do Brasil foi registrado pelo Tribunal de Contas e logo se estabeleceram os critérios para a escolha e requisição do pessoal técnico-bancário que seria cedido pelo Banco à Secretaria-Geral da CEPLAC, no Rio de Janeiro, e à sua Superintendência Regional em Itabuna. Entre os primeiros funcionários requisitados encontrava-se Carlos Brandão, que já vinha colaborando muito estreitamente com Tosta Filho na condução, no âmbito da CACEX, dos assuntos relacionados com a CEPLAC, antes da instalação definitiva de sua Secretaria-Geral. Ao terminar o ano de 1957, 23 funcionários do Banco do Brasil prestavam serviços à CEPLAC, sediados na sua quase totalidade na Superintendência Regional em Itabuna, instalada provisoriamente na agência local do Banco do Brasil.

Apesar do empenho no sentido de pôr o Plano de Recuperação em marcha no mais curto prazo, as sucessivas e indispensáveis providências para tal fim fizeram com que o início efetivo de sua execução fosse retardado até a segunda quinzena de setembro de 1957, gerando entre os produtores um clima de impaciência e pessimismo. No decorrer de 1957, enquanto se preparava a execução do Plano, muitas dívidas tiveram de ser

renovadas ou reformadas, uma vez que os credores não se dispunham a esperar indefinidamente pelo eventual resgate de seus créditos através das operações do Plano. Em outros casos, as dívidas existentes em 30 de novembro de 1956 tiveram de ser resgatadas mediante novas operações creditícias com terceiros, dada a impossibilidade da anuência dos antigos credores à simples novação ou reforma desses créditos.

À vista desses fatos e da dificuldade e mesmo impossibilidade, em muitos casos, de comprovação da dívida, somente foi possível deferir 29 financiamentos das 503 propostas apresentadas até 31 de dezembro de 1957. Além do atraso com que foram iniciadas as operações de crédito, três causas contribuíram para o pequeno número de financiamentos efetivados: a escassez de pessoal para o processamento das propostas recebidas, a deficiência da documentação apresentada pelos interessados e a falta de cooperação dos próprios credores.⁷ Em fins de 1958, apenas 774 propostas haviam sido recebidas, na sua grande maioria de pequenos produtores de cacau, das quais 440 foram contratadas e 66 aprovadas para contratação subsequente. Ao findar o ano de 1959, registrava-se o total de 540 financiamentos contratados, no montante de Cr\$ 338.431.804,50 (Cr\$ 746,8 milhões de 1981).

No período inicial de operação da CEPLAC, compreendido entre 1957 e 1961 (mais propriamente até abril de 1962), foram beneficiados 1.907 produtores, 68,38 por cento dos quais eram produtores de menos de 2.000 arrobas de cacau (45,95 por cento produziam até 1.000 arrobas e 22,43 por cento, de 1.001 a 2.000 arrobas). Na sua grande maioria (73 por cento) esses empréstimos destinavam-se à unificação de dívidas, enquanto os 26 por cento restantes ao melhoramento da cultura do cacau.⁷

Admite-se que a falta de maior interesse dos produtores pelo refinanciamento das dívidas se deveu, em parte, às normas um tanto complexas para a composição

dos débitos e, ainda, à possibilidade de que a crise financeira não fosse realmente tão grave quanto o proclamavam os produtores. Por outro lado, a garantia de "preço mínimo" instituída em maio de 1957 e os bons preços obtidos nas safras de cacau de 1957-1958 e 1958-1959 contribuíram efetivamente para que os produtores saldassem grande parte dos seus compromissos, livrando-os da necessidade de incorrerem em novas obrigações a longo prazo.

2 A segunda composição de dívidas (1962)

Mal se concluía a primeira etapa de composição de dívidas e já a cacauicultura baiana sofria novo revés em 1961. Um período de condições climáticas adversas causara graves perdas de produção, enquanto as excelentes safras de cacau na África provocavam forte baixa nos preços internacionais, levando os produtores a nova situação de insolvência. Diante dessa conjuntura, a CEPLAC voltou a ser um mecanismo importante na composição dos novos débitos. Praticamente não houve solução de continuidade entre as duas operações de composição de dívidas iniciadas, respectivamente, em 1957 e 1962.

Cabia à CEPLAC celebrar os empréstimos à taxa de oito por cento ao ano, dos quais dois por cento se destinavam ao pagamento dos serviços contratados por convênio com o Banco do Brasil, e o diferencial de seis por cento, ao custeio de suas despesas de manutenção. Por outro lado, o processo inflacionário e a imobilização de capital em estações experimentais do Instituto de Cacau da Bahia e do Ministério da Agricultura, entre outras, haviam reduzido a dotação recebida em 1957 a 12,5 por cento do seu valor inicial.⁵⁰ Foi-lhe, então, destinado um segundo adiantamento de recursos da ordem de Cr\$ 2.604.706.000 antigos (2.092,6 milhões de 1981), para financiar o novo programa de composição de

dívidas. Como desde 13 de março de 1961 fora instituída a taxa de retenção de 15 por cento sobre as exportações de cacau e derivados destinada ao Fundo de Defesa do Cacau, a própria economia cacauzeira passou a financiar as dívidas consolidadas e a assegurar os recursos necessários ao desenvolvimento institucional da CEPLAC que, por sua vez, prestava relevantes serviços à estabilidade dessa economia.

Nos primeiros seis anos de atuação da CEPLAC, o insumo tecnológico resumia-se praticamente em recomendações sobre o controle de pragas e da "podridão parda". Por conseguinte, o refinanciamento das dívidas e a reaplicação das parcelas amortizadas pelos produtores orientavam-se para o financiamento da infra-estrutura de beneficiamento do cacau (barcaças) e o melhoramento da casa dos trabalhadores e da sede das fazendas. No decorrer da década de 1960, entretanto, a CEPLAC passou a desenvolver cada vez mais tarefas de natureza não bancária, à medida que estabelecia seus serviços de pesquisa, extensão, educação, etc. Em consequência, eram cada vez maiores as necessidades de recursos para mantê-los. Iniciou-se, então, uma certa disputa pelos recursos orçamentários da CEPLAC, para que esta não só continuasse a bem desempenhar suas funções bancárias, como paralelamente prestasse serviços de assistência à produção. Por sua vez, nos anos 70, a cultura do cacau já apresentava solvência tanto técnica como econômico-financeira, oferecendo garantia e atrativo para os financiamentos tradicionais supridos pela rede bancária. Além disso, enquanto em 1966 os créditos concedidos à cacauicultura haviam consumido cerca de 14 por cento do orçamento da organização, quatro anos depois, em 1970, já absorviam 49,6 por cento dos recursos da CEPLAC e tendiam a aumentar sensivelmente esse índice. Essas circunstâncias levaram a que, a partir de 1971, os empréstimos já não fossem financiados diretamente pela CEPLAC e passassem a ser negociados

com o Banco do Brasil e a rede bancária em geral. Em 1978, confirmando as previsões, os financiamentos negociados pela rede bancária oficial privada já haviam ultrapassado de muito a capacidade financeira da CEPLAC, alcançando o índice de 188,3 por cento do seu orçamento.⁵⁰

Foi, portanto, oportuna a transferência das funções de natureza bancária da CEPLAC para os bancos comerciais. Caso contrário, chegar-se-ia logo à situação paradoxal de uma demanda de recursos para custear os financiamentos em muito excedente às suas disponibilidades orçamentárias, que provocaria a deterioração dos serviços de apoio à cacauicultura, com a conseqüente desmoralização da instituição, à semelhança do ocorrido no passado com outras entidades. A partir daí, mediante convênios de operação com a CEPLAC, vários agentes financeiros vêm atendendo às demandas de crédito da cacauicultura nacional, desempenhando a CEPLAC o papel de interveniente no processo de financiamento, ou seja, o de preparar e avaliar os projetos de crédito a nível do produtor e de encaminhá-los aos agentes financeiros pertinentes. Uma vez aprovado o projeto e contratado o financiamento entre o produtor e o agente financeiro, a CEPLAC passa a prestar assistência técnica por intermédio do seu corpo técnico de extensão agrícola, com o apoio da pesquisa.

3 A terceira composição de dívidas (1971)

Em 1971 registrou-se uma terceira composição de dívidas, nos termos do Decreto nº 68.688, de 27 de maio de 1971, que autorizou a CEPLAC a conceder assistência financeira aos cacauicultores mediante refinanciamento de dívidas resultantes de conciliação e reajustamento de preços entre produtores e entidades comercializadoras, em consequência da conjuntura desfavorável de 1968-1969.

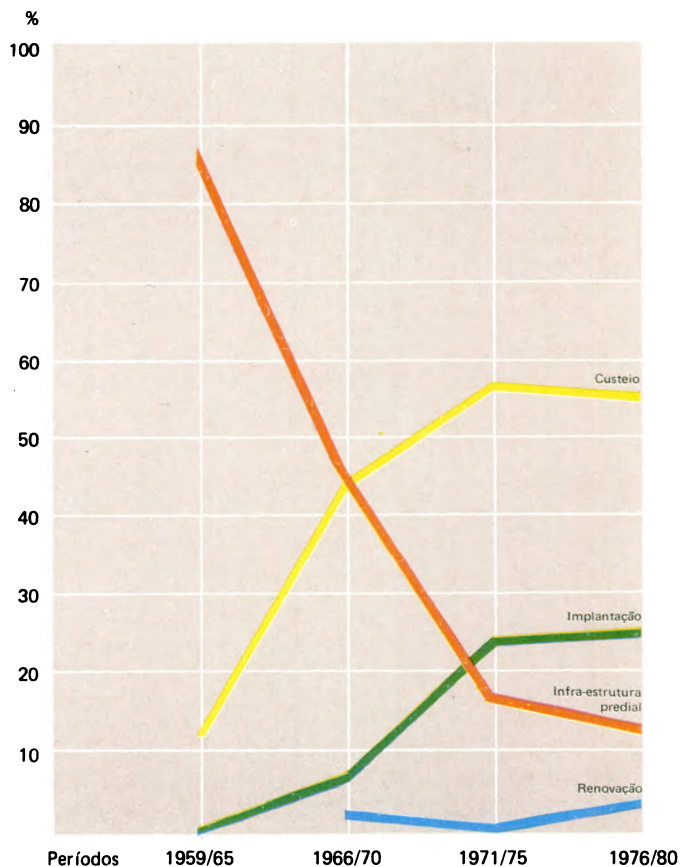
Apesar da diretriz já firmada no sentido de transferir as questões creditícias para a rede bancária, foi a CEPLAC chamada a intervir no novo programa de refinanciamento das dívidas. Para esse fim o Governo Federal abriu-lhe um crédito por intermédio do Banco Central, com o caráter de empréstimo, cujo resgate se faria à medida que fossem amortizados os financiamentos concedidos aos produtores. Foram contratadas 3.524 operações de crédito, no valor de Cr\$ 191.972.488,84 (Cr\$ 7,74 bilhões de 1981), incluindo os saldos de operações anteriores da própria CEPLAC. Essas operações beneficiaram 4.367 cacauicultores, dos quais 3.763 eram pequenos produtores de até duas mil arrobas, correspondendo a 86,2 por cento de todos os atendidos. A produção global beneficiada elevou-se a 78,7 mil toneladas, ou seja, cerca de 43,5 por cento da produção do País naquele ano.

Pôde assim a CEPLAC, mais uma vez, aliviar a crise financeira da cacauicultura da Bahia e do Espírito Santo, sem debilitar seus esforços, já expressivos, nas áreas de pesquisa, extensão e revenda de insumos, entre outras.

4. O crédito para a recuperação da lavoura

Analisando o papel da CEPLAC como agente e depois como interveniente nas operações de crédito, vê-se que, nos seus primeiros anos de atuação, os recursos financeiros orientaram-se mais especificamente para o financiamento de obras de infra-estrutura nas fazendas de cacau. Assim, no período de 1959-1965, o volume total de crédito contratado foi de Cr\$ 1.329.736.000,00 (valor de 1981), na Bahia e no Espírito Santo; dos quais 87,5 por cento se destinaram a obras de

Com o apoio da assistência técnica da CEPLAC, o crédito orientou-se para o custeio, a expansão e a renovação da lavoura cacauieira.



infra-estrutura e, apenas 12 por cento, a despesas de custeio da lavoura.

No período subsequente (1966-1970) foram investidos aproximadamente Cr\$ 2.956.881.000,00 (valor de 1981), ou seja, 2,22 vezes mais do que no período anterior. Desse total, 45,68 por cento foram utilizados no financiamento da infra-estrutura nas fazendas, 44,59 por cento no custeio da lavoura, 7,3 por cento na implantação de novas áreas e 2,43 por cento na renovação de plantações decadentes. Houve nesse período uma reorientação do financiamento, com substancial aumento das aplicações nas despesas de custeio, bem como na implantação e renovação das lavouras, graças ao aprimoramento das bases tecnológicas decorrente dos avanços e resultados produzidos no Centro de Pesquisas do Cacau e transferidos aos produtores pelo Departamento de Extensão, ambos órgãos integrantes da CEPLAC.

No período de 1971-1975, o movimento de crédito na Bahia e no Espírito Santo teve forte ascensão, chegando ao nível de Cr\$ 19.753.792.000,00 (valor de 1981) o total dos financiamentos contratados e acentuando-se ainda mais a participação relativa, nesse total, das despesas com o custeio e implantação de lavouras.

Finalmente, no último período, 1976-1980, o montante dos financiamentos foi três vezes e meia superior ao do período precedente, ascendendo a Cr\$ 67.480.322.000,00 (valor de 1981), mantendo-se a maior participação relativa das despesas com o custeio e implantação de lavouras. É oportuno assinalar que, a partir de 1976, o grande avanço registrado nas operações de financiamento e na expansão da produção cacaujeira se deveu ao Programa de Expansão da Cacaucultura Nacional (PROCACAU), que promoveu e apoiou esse trabalho.

Ao fim dos vinte e um anos de evolução do crédito nas regiões cacaujeiras da Bahia e do Espírito Santo, o total aplicado ascendia a 91,5 bilhões de cruzeiros

(valor de 1981), utilizados predominantemente nos gastos de custeio e de implantação de lavouras, correspondentes a 82,85 por cento, números bastante expressivos e que indicam o progresso alcançado na economia cacaujeira com o apoio técnico-científico da CEPLAC.

5. O crédito na Amazônia

A Amazônia, incorporada aos esforços nacionais de desenvolvimento da cacaucultura, beneficiou-se da assistência creditícia desde 1971, quando o Governo do Estado do Pará implantou o programa inicial do Projeto Cacau do Pará. Entretanto, o crédito à cacaucultura com a intervenção direta da CEPLAC só se fez realmente presente na Amazônia a partir de 1975-1976, ao ser implantado o PROCACAU, com o apoio financeiro aos Estados do Amazonas e Rondônia, que depois se estenderia ao Pará.

Não obstante de ter o cacau brasileiro sua origem na Região Amazônica, quando em 1971 a CEPLAC aí chegou para equacionar o seu cultivo na região, praticamente inexistia uma cacaucultura com expressão comercial e em nível tecnológico comparável ao existente na Bahia e no Espírito Santo. Por esse motivo, as operações de crédito na região têm-se orientado principalmente no sentido do apoio à implantação ou fundação de novas lavouras (99,2 por cento), sendo insignificantes as aplicações em despesas de custeio (0,6 por cento) e em infra-estrutura nas fazendas (0,2 por cento).

Esse comportamento em relação ao crédito à cacaucultura na Amazônia deve-se ao fato de que as lavouras são novas e por isso não requerem gastos de custeio nos níveis necessários nas zonas tradicionais da Bahia e do Espírito Santo. Por sua vez, o crédito de investimento na Amazônia pôde manter seu ritmo praticamente inalterado, graças aos recursos do PROTERRA, que financiava à taxa de 14 por cento ao ano, enquanto que os

outros programas de crédito operavam com taxas de juro variando entre 26 e 35 por cento ao ano, em 1980.

6. O Fundo Suplementar de Expansão da Cacaucultura (FUSEC)

Outro instrumento básico para o suprimento de crédito à cacaucultura nacional, especialmente na Amazônia, é o Fundo Suplementar de Expansão da Cacaucultura (FUSEC), criado em 1974 por decisão do Conselho Monetário Nacional. O seu objetivo é prover fundos para acelerar a expansão da cacaucultura, mediante a constituição ou suplementação das garantias exigidas no lastreamento de empréstimos destinados a financiar o aumento de capital das cooperativas que comercializam o cacau ou a garantir os financiamentos que estas contraem para esse fim, bem como apoiar os pequenos agricultores que necessitam constituir ou suplementar a garantia exigida no lastreamento de empréstimos.

Com os recursos do FUSEC, a CEPLAC desempenha fundamentalmente o papel de avalista de certas operações creditícias típicas, como a abertura de novas áreas, na Amazônia, e a diversificação de culturas, na Bahia. Na Amazônia, o FUSEC apoiou 46,5 por cento das operações de crédito à cacaucultura no período 1975-1980, constituindo-se em fator decisivo para a implementação do PROCACAU na região. Na Bahia e no Espírito Santo, seu papel foi menos preponderante, dadas as características pró-

Estados	Financiamentos (Cr\$ 1.000 de 1981)*		
	Total	FUSEC	%
Pará	3.288.465	1.764.907	53,7
Rondônia	10.064.386	4.988.031	49,6
Amazonas	319.865	28.141	68,7
Mato Grosso	1.327.872	13.074	1,0
Maranhão	270.818	122.163	45,1
Acre	28.251	2.280	8,1
TOTAL	15.280.860	7.108.598	46,5

* Período 1975-1980.

O FUSEC apoia os pequenos agricultores na expansão da cacaucultura na Amazônia.

prias da região, que não é tão carente desse tipo de aval.

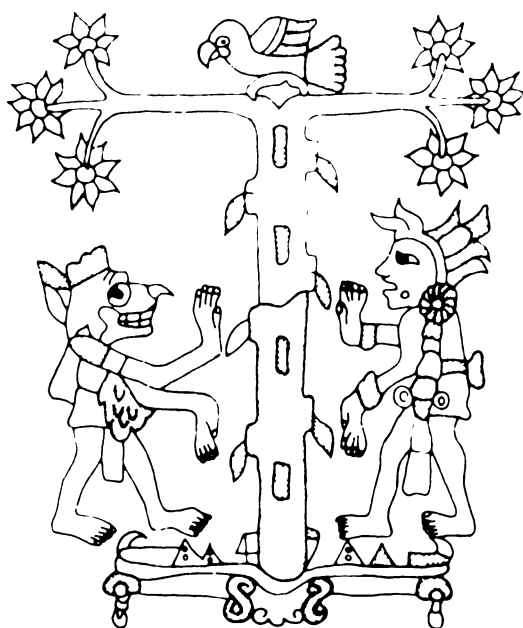
7. O crédito para diversificação agropecuária

O programa de diversificação de culturas na Bahia e no Espírito Santo também necessita do estímulo do crédito agrícola. Por isso, a rede bancária em geral abriu linhas especiais de financiamento e a CEPLAC iniciou um programa de extensão e assistência técnica para apoiar essa atividade. No período de 1974-1980 os financiamentos concedidos às atividades agropecuárias, com base em projetos elaborados pela CEPLAC, atingiram os seguintes montantes:

CULTURAS	VALOR (em Cr\$1.000 de 1981)
Seringueira	1.852.538
Pecuária	4.382.288
Dendê	68.659
Côco	178.573
Cravo-da-índia	43.518
Pimenta-do-reino	904.563
Guaraná	6.020
TOTAL	7.436.159

Com relação ao montante dos créditos canalizados para o cacau, o apoio financeiro à diversificação na Bahia e no Espírito Santo correspondeu a apenas 8,25 por cento do total concedido. Por conseguinte, trata-se de um esforço ainda incipiente, não obstante representar um importante objetivo dos serviços de crédito e extensão da CEPLAC, do qual muito se espera, tanto sob o ponto de vista econômico-regional como sócio-político, sobretudo porque a grande maioria dos produtores envolvidos no programa de diversificação é constituída por pequenos produtores.

Transcorridos 25 anos de trabalho, com a economia cacaeira assentada em bases estáveis, com o apoio da pesquisa e da extensão, o crédito já não é um fim, como nos idos de 1959, senão um meio de impulsionar o fortalecimento da cacaucultura nacional.



A assistência financeira proporcionada aos cacauicultores, mediante o refinanciamento de dívidas para enfrentar as crises econômicas ocorridas nos anos de 1957, 1962 e 1971, permitiu o restabelecimento da estabilidade econômica da lavoura cacauieira, dando base ao grande impulso logrado no seu desenvolvimento com o apoio da CEPLAC.

Os empréstimos outorgados aos produtores pelos agentes financeiros com os quais a CEPLAC mantém convênios têm sido de importância transcendental para o êxito dos programas de recuperação, expansão e renovação da cacauicultura no País. Nesse sentido, a CEPLAC, através da extensão rural, promove, orienta e supervisiona a utilização dos financiamentos,

assegurando o seu uso adequado e o retorno dos investimentos, beneficiando, assim, tanto aos produtores como aos agentes financeiros. Desta forma, mediante a coalizão da extensão, transferindo as inovações tecnológicas, e o crédito, reforçando o lastro financeiro necessário para a sua adoção, a lavoura cacauieira tem respondido com expressivos índices de produção e produtividade. A concessão de avales pela CEPLAC, através do Fundo Rotativo Suplementar para a Expansão da Cacauicultura (FUSEC), para pequenos produtores carentes de garantia real, tem permitido que estes tenham acesso ao crédito para expandirem as suas lavouras e contarem com a infra-estrutura básica necessária para maior participação na economia cacauieira.

1 O apoio à pesquisa — primeiros esforços

À medida que se intensificava a atividade creditícia do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, acentuava-se a percepção de que a simples assistência financeira que a CEPLAC vinha proporcionando não seria suficiente para restaurar a estabilidade econômica das lavouras de cacau. Isso porque as dificuldades financeiras inerentes se achavam profundamente enraizadas no estado precário das plantações, que em grande proporção eram de idade avançada e tinham baixo índice de produtividade.

Havia grande carência de trabalhos de

pesquisa e experimentação que gerassem novos conhecimentos e tecnologias necessários para dar à lavoura cacaueira o embasamento econômico indispensável à sua recuperação financeira. Tornava-se cada vez mais evidente que, sem a racionalização da lavoura, os objetivos mais imediatos do Plano não seriam alcançados de maneira duradoura. Para esse fim, era essencial contar com uma estrutura de pesquisa que, dotada dos adequados recursos financeiros e humanos, em quantidade e qualidade, pudesse suprir o apoio técnico e científico necessário à eficiente prestação de serviços de assistência técnica à cacauicultura.

Acorde com a regulamentação traçada para a execução do Plano e ante a pre-

mência dos problemas de ordem agrônômica que afligiam a lavoura, a CEPLAC, durante sua fase "bancária", envidou grandes esforços no sentido de apoiar financeiramente a restauração e o funcionamento dos serviços de pesquisa que então atuavam no âmbito da cacauicultura baiana. Para tanto, firmou com o Ministério da Agricultura e o Escritório Técnico de Agricultura o Convênio Projeto E.T.A.- 26, destinado a dar apoio financeiro ao funcionamento da Estação Experimental de Juçari e a manter estreito entrosamento de serviço com o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agronômica do Leste, sediado na cidade de Cruz das Almas, tendo em vista desenvolver trabalhos de seleção de cacauzeiros de alta produtividade e proceder à multiplicação vegetativa desse material, para uso na recuperação de lavouras decadentes ou no estabelecimento de novas lavouras em bases mais produtivas. Ainda com o Ministério da Agricultura e entidades estaduais foi firmado outro convênio para financiar o fortalecimento das atividades da Junta de Combate às Doenças e Pragas do Cacau, que desde 1953 vinha desenvolvendo na zona cacauzeira uma campanha de demonstração de métodos de combate à "podridão parda", à formiga de enxerto, à formiga caçarema e ao monalônio ou chupança. Além disso, mediante convênio com o Escritório Técnico de Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo, a CEPLAC apoiou o projeto E.T.A. — 21 que, ademais de prestar serviços de extensão agrícola, realizava na Estação Experimental de Goitacazes trabalhos de seleção e competição de cacauzeiros, bem como de multiplicação vegetativa, para fins de distribuição aos agricultores.

Infelizmente, porém, transcorridos cerca de três anos da vigência desses convênios, as instituições neles envolvidas, por deficiência de estrutura e de recursos humanos e financeiros, mostraram-se incapazes de cumprir satisfatoriamente os compromissos assumidos.

Quanto ao Instituto de Cacau da Bahia, várias tentativas foram feitas pela CEPLAC no sentido da melhoria dos serviços técnicos dessa entidade, particularmente os de pesquisa e experimentação. A primeira delas constou da aprovação, em 17 de novembro de 1960, de um financiamento para reaparelhar totalmente a Estação Experimental de Uruçuca, que não chegou a ser contratado por não ter o Instituto apresentado os planos e programas de trabalho necessários à alocação desses recursos. Em 1961, foi elaborado por Carlos Brandão e levado à consideração da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia um plano visando à reforma geral do Instituto, que envolvia sua reestruturação e a previsão de um financiamento de cem milhões de cruzeiros antigos (Cr\$ 121,85 milhões de 1981) destinado a fortalecer os trabalhos de pesquisa na Estação Experimental de Uruçuca, para colocá-la em pé de igualdade com as melhores congêneres de outras partes do mundo. Essa proposta, entretanto, foi arquivada na Assembléia Legislativa, anulando mais esse esforço da CEPLAC. ⁶

2 Um centro de pesquisas para o cacau

Dentro dos esforços no sentido de fazer a economia cacauzeira recuperar-se da crise crônica em que se debatia, em consequência do emprego de métodos tradicionais e obsoletos de exploração da terra, na reformulação das diretrizes da CEPLAC feita em 1961, o setor de pesquisa, dada a sua relevante finalidade de melhorar a eficiência dos métodos de produção, aumentar a rentabilidade da empresa agrícola e tornar a relação custo/benefício mais favorável ao produtor, passou a constituir-se no componente de primeira grandeza da instituição. Muito antes, porém, da criação da CEPLAC já era reconhecida a importância da pesquisa, sendo o seu fortalecimento com vistas a soerguer a economia cacauzeira motivo de grande preocupação.

Em janeiro de 1953 chega à Bahia o Dr. Paulo de Tarso Alvim, especialista do então Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, para prestar assessoramento ao Instituto de Pesquisa e Experimentação Agrônômica do Leste no planejamento de uma estação experimental em Juçari, onde cacauzeiros de alta produtividade seriam selecionados e propagados vegetativamente para fins de distribuição de clones aos agricultores. Após quatro meses de trabalho, aquele especialista apresentou um relatório no qual mostrava a necessidade da criação de um centro de pesquisa do cacau nas proximidades da cidade de Itabuna.

Em 1957 o Dr. Alvim volta à Bahia para ministrar, na Escola para Capatazes em Uruçuca, o primeiro curso de atualização de conhecimentos sobre o cacau, oferecido aos agrônomos da região cacauzeira, cujo número àquela época era pequeno. Ao término do curso, os quatorze agrônomos dele participantes, juntamente com o Dr. Paulo Alvim, elaboraram e assinaram um memorial encarecendo a necessidade da criação de um centro de estudos sobre o cacau, que contasse com infra-estrutura e condições técnicas e financeiras mais adequadas do que as disponíveis na Estação Experimental de Uruçuca. Esse memorial foi levado pelos próprios agrônomos firmantes ao Vice-Presidente da CEPLAC, Dr. Tosta Filho, que se encontrava em visita à agência do Banco do Brasil em Itabuna. Nessa entrevista, foi ressaltada a dificuldade para encontrar-se um técnico suficientemente capacitado e experimentado que assumisse a grande responsabilidade de organizar um centro de pesquisa à altura de responder aos complexos problemas agrônômicos da lavoura cacauzeira. Perguntado se poderia assumir esse difícil encargo, o Dr. Paulo Alvim declinou da insinuação invocando seus compromissos para com a organização internacional à qual estava vinculado.

Em janeiro e fevereiro de 1960 o Dr. Paulo Alvim esteve novamente na Bahia, a convite do Presidente do Instituto de

Cacau da Bahia, para colaborar na revisão dos programas de pesquisa e planejar o reaparelhamento dos laboratórios da Estação Experimental de Uruçuca, que a CEPLAC tinha a intenção de utilizar no apoio técnico-científico à cacauicultura do Estado. Ao concluir sua missão, assinalou em seu relatório que o principal obstáculo ao desenvolvimento de trabalhos mais amplos e efetivos naquela instituição era a falta de recursos financeiros para sanar deficiências e intensificar os poucos estudos levados a efeito em áreas importantes, tais como genética e melhoramento do cacauzeiro, solos e fertilizantes, controle de pragas e doenças, e práticas agrônômicas em geral, inclusive sombreamento, tratamentos culturais, espaçamento, poda, etc. Em apoio à sua opinião, citava que o West African Cocoa Research Institute, em Gana, dispunha de uma dotação orçamentária anual vinte vezes superior à da Estação de Uruçuca e que mesmo a Estação Experimental de Goitacazes, mantida pelo Estado do Espírito Santo, possuía melhores condições financeiras do que a de Uruçuca para atender a uma produção de cacau vinte vezes inferior à da Bahia. Também reforçava seu ponto de vista afirmando que "a região cacauzeira da Bahia, apesar de ser uma das mais antigas e sem dúvida uma das mais prósperas sob o aspecto social e econômico, encontra-se, infelizmente, entre as mais atrasadas do mundo no que se refere à técnica de produção de cacau".³

Inspirando-se no Instituto Agrônômico de Campinas, o Dr. Alvim renovava, nesse relatório, sua sugestão feita em 1953 no sentido de que se criasse, nas proximidades de Itabuna, um centro moderno de estudos do cacau de proporções muito superiores às da Estação de Uruçuca, a chamar-se "Instituto Agrotécnico do Cacau", para coordenar uma rede de estações experimentais distribuídas na região cacauzeira. Dando forma a essa sugestão, apresentava um esboço das características, organização, composição do corpo técnico e outras particularidades

do centro proposto. Para justificar sua recomendação de sede para o Centro, mencionava que "Itabuna conta com excelentes meios de comunicação e oferece as condições necessárias para o funcionamento de um grande centro de estudos, inclusive para seu desenvolvimento social, fator sem dúvida importante para a continuidade dos programas de trabalho, por solucionar o problema de fixação de técnicos na instituição".³

Numa viagem a Gana realizada em abril de 1961, representando o Governo Brasileiro na Quarta Sessão do "Cocoa Study Group", da FAO, o Secretário-Geral da CEPLAC, Carlos Brandão, teve oportunidade de conhecer o ambicioso programa de pesquisas mantido pelos ingleses naquele país. Enquanto no Brasil existiam então apenas duas modestas estações experimentais dedicadas ao cacau (Uruçuca e Juçari), Gana contava com uma rede de vinte estações coordenadas por uma estação central, o West African Cocoa Research Institute (WACRI), situado em Tafo, a cerca de 150 km de Accra, a capital do país.

Esse importante centro de pesquisa iniciou suas atividades em 1944 como um instituto de âmbito interterritorial a serviço de Gana e da Nigéria. Bem aparelhado, dispunha em 1961 de uma área de aproximadamente 583 hectares para os trabalhos de campo. Nele trabalhavam vários pesquisadores ingleses, entre os quais grandes autoridades em cacau, nas respectivas especialidades, formando o que se poderia chamar de "cérebro" da lavoura cacauera. Contando com o apoio maciço, inclusive financeiro, dos governos de Gana e Nigéria, eram nele realizados experimentos com adubação, sombreamento, espaçamento, híbridos de cacau, seleções de alta produtividade, beneficiamento do cacau, combate a doenças e pragas, e outros, enquanto que no Brasil nada havia de parecido.⁶ Para se ter uma idéia do grau de atenção ali dispensado à pesquisa, basta considerar os grandes investimentos feitos no período de oito anos (1952-1960), no total de

4,5 milhões de libras esterlinas, e o fato de que os recursos para a manutenção dos serviços de pesquisa no ano de 1960-1961 chegavam às oitocentas mil libras esterlinas.⁶ Enquanto no período de 1957-58 a 1960-61, houve em Gana e Nigéria, apesar dos enormes prejuízos causados pela doença **Swollen Shoot**, um aumento de produção da ordem de 80 por cento, no Brasil, devido à falta de uma estrutura técnico-científica, registrou-se uma redução de dez por cento.²

A eloquência desses fatos levou Carlos Brandão a manifestar que "se o Brasil não adotar uma política muito agressiva nos setores acima apontados (melhor técnica para o nosso cacau e muito maior produtividade para as áreas já plantadas), nossa economia poderá sofrer prejuízos imprevisíveis, num futuro não muito distante, pois não poderemos concorrer em condições de igualdade com os países africanos, cujo custo de produção é mais baixo do que o nosso e se tornará mais baixo ainda no futuro".⁶

Assim, chegado o ano de 1961, já se havia despertado a consciência para a importância da pesquisa no desenvolvimento da cacauicultura, que uma vez mais se manifestaria na Conferência do Cacau realizada em agosto de 1961, por iniciativa do vespertino "A Tarde", de Salvador, ao serem aprovadas várias moções no sentido de atribuir-se prioridade à pesquisa na proposta de reforma do Instituto de Cacau da Bahia, proceder-se à unificação de todos os trabalhos de pesquisas realizados pelos diversos órgãos, e ampliar-se o quadro de pesquisadores desse Instituto e do Instituto de Pesquisas Agronômicas do Leste, em Cruz das Almas.

Não obstante os quase quatro anos de trabalho decorridos desde que se iniciara a composição das dívidas, a situação da lavoura cacauera da Bahia, em 1961, ainda era muito precária, por faltar o lastro técnico indispensável à sua racionalização. Por esse motivo, em resposta às pressões exercidas por entidades e grupos de interesse vinculados à cacauicultura,

o Presidente do Conselho de Ministros do Brasil, Sr. Tancredo Neves, instituiu, por ato publicado no Diário Oficial da União de 1º de novembro de 1961, o Grupo de Trabalho do Cacau, por proposta do Ministro da Agricultura.

Criado para estudar em profundidade os problemas da cacauicultura brasileira e elaborar uma ampla programação de melhoria das condições gerais dessa lavoura, nos seus diversos aspectos, o Grupo de Trabalho do Cacau era formado por representantes do Ministério da Agricultura, do Governo do Estado da Bahia, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Carteira de Crédito Geral e da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, ambas do Banco do Brasil, do Sindicato dos Empregados Rurais de Ilhéus e Itabuna, e pelo Sr. Carlos Grandão, Secretário-Geral da CEPLAC, tendo como presidente o engenheiro agrônomo Oswaldo Bastos de Menezes, representante do Ministério da Agricultura.

No dia 13 de fevereiro de 1962 foi divulgado o relatório geral do Grupo de Trabalho, contendo suas sugestões e conclusões, dentre as quais uma que desaconselhava a criação de um órgão federal para coordenar os assuntos do cacau e recomendava que não somente essa tarefa permanecesse na esfera estadual, como também que o Instituto de Cacau da Bahia, para desempenhá-la, fosse reestruturado em bases mais amplas. Entretanto, Carlos Brandão, consócio da relevância da pesquisa para a recuperação definitiva da cacauicultura nacional e apoiado por sua longa vivência dos problemas institucionais e econômicos relacionados com a produção caqueira, conseguiu que o Grupo de Trabalho acolhesse uma proposta de sua autoria, de criação de um centro de pesquisa sob a égide da CEPLAC, e formulasse uma recomendação nesse sentido. Chegou mesmo a redigir um anteprojeto de decreto instituindo o centro de pes-

quisa, que foi inserido no relatório geral apresentado pelo Grupo de Trabalho.*

A inclusão dessa recomendação e do anteprojeto de decreto gerou uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que contra-indicava uma solução federal para os problemas da cacauicultura, o Grupo de Trabalho apoiava a federalização dos serviços de pesquisa do cacau, outro passo decisivo para que a CEPLAC, tendo o centro de pesquisa como núcleo central, afirmasse o seu caráter institucional, processo que, de resto, já fora deflagrado com o estabelecimento de sua base financeira permanente mediante a instituição de uma taxa de retenção sobre o valor das exportações de cacau.

Como era de se esperar, a ambigüidade do Relatório Geral do Grupo de Trabalho ao recomendar a criação de um centro de pesquisa no âmbito da Administração Federal, como parte integrante da CEPLAC, encontrou forte oposição naqueles que lutavam por uma solução de nível estadual. Por isso, só vários meses depois era assinado o Decreto nº 1.960, em 27 de dezembro de 1962, autorizando a CEPLAC a criar o Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC) na zona caqueira da Bahia, no município de Itabuna ou em suas imediações. Esse instrumento legal também autorizava a CEPLAC a criar as estações experimentais que fossem necessárias.

A assinatura do Decreto nº 1.960 representa um marco histórico na evolução institucional da CEPLAC, que a partir daí se entregou com afinco à tarefa de instalação do centro de pesquisa, ao estabelecimento do serviço de assistência à lavoura e ao fortalecimento da estrutura administrativa e de serviços afins.

Autorizada a aquisição da área necessária à instalação do CEPEC, sua escolha coube a uma Comissão Técnica formada por representantes do Ministério da Agricultura, do Instituto de Cacau da Bahia, do Instituto Biológico da Bahia e da CEPLAC, assim como por técnicos ou

*Carlos Brandão. Entrevista, 1981.

representantes de outras entidades, a critério desta última. A convite do Secretário-Geral da CEPLAC e por deferência do IICA pôde a Comissão Técnica contar com a colaboração do Dr. Paulo de Tarso Alvim, que atuou com destaque na formulação dos critérios para a escolha da área destinada à sede do CEPEC. Iniciava-se, assim, uma duradoura e frutífera relação de cooperação técnica entre a CEPLAC e o Instituto, que perdura até hoje.

Tendo presente as exigências de um centro de pesquisas agronômicas do cacau, cujas instalações abrigariam grande número de pesquisadores, técnicos, funcionários e servidores, a Comissão Técnica, como primeiro passo, estabeleceu rigorosos critérios para seleção da área, relacionados com os seguintes aspectos:

- A. **Localização:** A área devia distar de 5 a 15 quilômetros do centro da cidade de Itabuna, para:
- atender às necessidades sociais, médicas e educacionais do seu pessoal e dependentes;
 - facilitar a compra e o transporte de bens de consumo e de materiais necessários às pesquisas e ao pessoal e suas famílias;
 - oferecer condições de vida mais atraentes para a permanência de colaboradores e interessados nos trabalhos da instituição,
 - contar com recursos de mão-de-obra mais amplos;
 - situar-se a razoável distância da residência do pessoal, mas sem sujeitar-se às pressões de desenvolvimento da área urbana e aos danos causados pela invasão de terceiros.
- B. **Tamanho:** A figura de um polígono regular foi considerada a mais conveniente à economia na instalação e manutenção da infra-estrutura e à locomoção e transporte, em vista da menor distância a percorrer entre os locais de trabalho dentro da área.
- C. **Disponibilidade de água:** A consideração dos recursos hídricos disponíveis nas áreas elegíveis, sob a forma, por

exemplo, de rios ou córregos para atender a um consumo médio diário superior a 600 metros cúbicos de água potável, representou importante item.

- D. **Relevo:** Os aspectos de capacidade de drenagem e de topografia do terreno, com vistas a assegurar a disponibilidade de áreas adequadas à experimentação de campo, foram enfatizados.
- E. **Área em cacau:** A existência de uma área cultivada com cacau, de tamanho satisfatório para atender aos requisitos dos desenhos experimentais para fins de estudos sobre a recuperação de cacauais e outros trabalhos de experimentação de campo, foi objeto de consideração.
- F. **Erosão:** A ocorrência de fenômenos erosivos, que constituem sério problema na exploração das propriedades, particularmente em áreas de experimentação agrônômica, foi estudada com especial atenção.
- G. **Benfeitorias:** A existência de benfeitorias dentro de razoável limite foi admitida, a fim de possibilitar o funcionamento mais rápido do CEPEC, ainda que em instalações provisórias, e facilitar a acomodação dos operários durante as obras de construção do Centro.

Após a definição das exigências para a escolha da área, a Comissão Técnica publicou um edital solicitando a apresentação de propostas para venda de propriedades ajustadas aos critérios estabelecidos. As doze propostas recebidas foram rejeitadas pela Comissão Técnica por não atenderem aos requisitos mínimos para seleção. Cinco outras foram recebidas em resposta a um segundo edital e igualmente recusadas pelas mesmas razões. Em vista desses resultados, passou-se à escolha direta das glebas, por meio inclusive de vãos de reconhecimento.

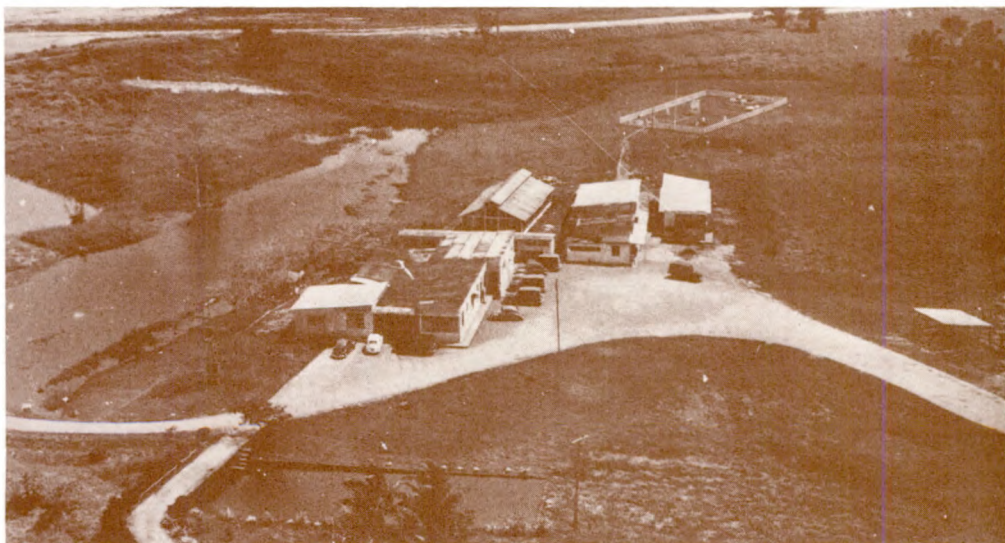
Finalmente, foi localizada uma área à margem esquerda do Rio Cachoeira, entre os quilômetros 5 e 11 da Rodovia Ilhéus-Itabuna (a partir do centro de Itabuna). Após sua prospecção, foi feito um minucioso laudo técnico das condi-

ções dos espaços considerados mais convenientes. Também foi elaborado um anteprojeto de decreto considerando de utilidade pública a área escolhida e autorizando a CEPLAC a proceder à sua desapropriação, sem excluir a possibilidade de um acordo amigável entre as partes para a compra da área pelo Governo Federal.

A divulgação do relatório da Comissão Técnica teve enorme impacto na região. Pressões políticas se fizeram sentir, retardando uma decisão do Presidente da República, João Goulart, aconselhado a não assinar o decreto. Ocorreu, então, um fato inusitado. Ausentando-se do País o Presidente João Goulart, assumiu a Presidência da República o Sr. Ranieri Mazzili, que, desavisado dos entrescoques de interesses, assinou em 28 junho de 1963 o Decreto nº 52.175 consubstanciando as medidas propostas.* Pôde então o Secretário-Geral da CEPLAC designar uma Comissão para avaliar as fazendas compreendidas na área selecionada, para fins de compra mediante acordo amigável ou de desapropriação judi-

cial. Após rigoroso estudo, uma área de 761 hectares foi finalmente definida na bacia hidrográfica do Ribeirão das Alegrias, afluente da margem esquerda do Rio Cachoeira, situado no Distrito Banco da Vitória, Município de Ilhéus, à altura do quilômetro 22 da Rodovia Ilhéus—Itabuna (BR-415) e distante cinco quilômetros do centro da cidade de Itabuna.¹⁴ Por não ter sido possível conciliar a aquisição dessa área, várias propriedades sofreram processo de desapropriação.

Durante os trâmites para a aquisição e posse definitiva das terras destinadas à instalação do CEPEC, sua sede provisória funcionou, a partir de junho de 1963, no Escritório Central da CEPLAC, em Itabuna. Para coordenador técnico do novo órgão foi designado o Dr. Paulo de Tarso Alvim, cedido à CEPLAC por convênio firmado entre o Governo Brasileiro e o IICA, com o apoio financeiro do American Cocoa Research Institute (ACRI). A partir daí, os trabalhos de pesquisa e experimentação com cacau na Bahia passaram a ser conduzidos pelo



Os primeiros laboratórios de pesquisa funcionaram em casas residenciais existentes na área destinada ao CEPEC, na Bahia.

Centro de Pesquisas do Cacau.

Para planejar a organização geral do CEPEC, conceituados especialistas no

* Carlos Brandão. Entrevista, 1981.

campo da agricultura, especialmente convidados, reuniram-se em Itabuna no período de 10 a 17 de julho de 1963. Com base nas recomendações por eles formuladas foi estabelecida uma estrutura técnica para o CEPEC. Infelizmente, por falta de especialistas, esta não pôde operar plenamente nos primeiros anos de vida do Centro.

Em 13 de novembro de 1963 começaram a funcionar os primeiros escritórios e laboratórios, instalados em casas residenciais sumariamente adaptadas e tiveram início as primeiras experiências de campo na área recém-adquirida ⁷, embora grande parte dos trabalhos de laboratório e de campo prosseguisse nas estações experimentais de Uruçuca e Juçari até o mês de maio de 1964. No mês de junho, os laboratórios de Fisiologia Vegetal, Entomologia, Fitopatologia e Bioquímica passaram a funcionar na área do CEPEC. ⁷

Em 3 de abril de 1964 era contratada com o renomado arquiteto Sérgio Bernardes a elaboração do projeto de arquitetura da sede regional da CEPLAC, a ser construída na mesma área. Esse conjunto arquitetônico, do qual faz parte a sede do CEPEC, foi inaugurado em 5 de junho de 1972, em solenidade presidida pelo Ministro da Fazenda e Presidente da CEPLAC, Dr. Antônio Delfim Neto.

Em contraste com a quase absoluta carência de uma fonte geradora de conhecimentos e recomendações tecnológicas para apoiar o melhoramento progressivo da lavoura cacaueteira, que prevalecia em 1957, o Brasil conta hoje com o Centro de Pesquisas do Cacau — CEPEC, altamente conceituado no País e no exterior como uma das maiores instituições de estudos agrônômicos do mundo tropical. Criado com o objetivo de assegurar o embasamento técnico-científico necessário ao fortalecimento e solidez da economia cacaueteira, o CEPEC realiza pesquisas físico-biológicas e sócio-econômicas de forma interdisciplinar, com vistas ao aumento da produção e produtividade do cacau e à melhoria de sua qualidade, à diversificação agropecuária para o fortalecimento da economia da região cacaueteira e ao melhoramento das condições sócio-econômicas da região.

A sede do CEPEC, onde se alojam laboratórios, escritórios para o pessoal técnico, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditório com duzentos lugares e salas de reunião, além de um centro de processamento de dados, ocupa uma área construída de 15.126 metros quadrados, em dois pavimentos. Conta, ainda, com casas de vegetação e uma fazenda experimental de 170 hectares para os trabalhos de experimentação de campo, além de uma área comercial de 196 hectares.

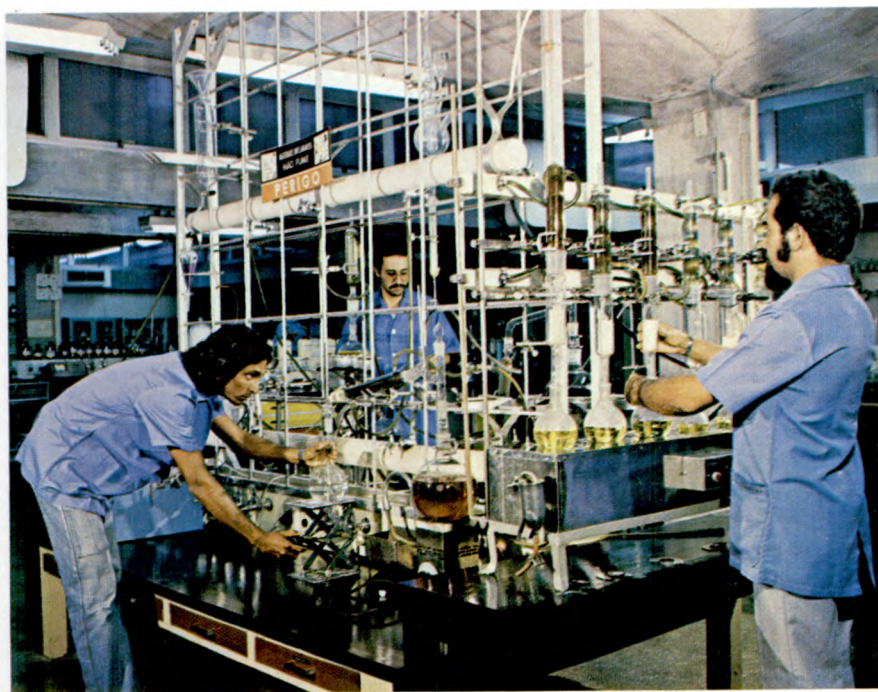
O Dr. Paulo Alvim abre, pela primeira vez, a sede provisória do CEPEC, na presença do Secretário-Geral, Carlos Brandão (o quarto da esquerda)

O CEPEC funciona em moderna e bem aparelhada sede



Toda a tecnologia aplicada na cacauicultura se desenvolve em modernos e bem aparelhados laboratórios especializados, que colocam ao alcance dos agricultores, através dos serviços de assistência da CEPLAC, conhecimentos técnicos ligados ao cultivo e beneficiamento do cacau, desde a produção de sementes

híbridas, plantio, combate a doenças e pragas, sombreamento, poda, adubação, tratos culturais e colheita, até os processos de fermentação, secagem e armazenamento do produto. As pesquisas são realizadas nos laboratórios de botânica, fisiologia vegetal, entomologia, nematologia, fitopatologia, bioquímica, química



Os laboratórios do CEPEC contam com os mais modernos equipamentos

e física de solos, bioquímica de tecidos vegetais, patologia de insetos, microbiologia e qualidade organoléptica do cacau, além de envolverem duas câmaras de crescimento e uma unidade captadora de imagens de satélites meteorológicos. Há, ainda, laboratórios de apoio aos serviços de assistência técnica ao agricultor, compreendendo análise de solos e fertilidade, análise de insumos agrícolas, taxonomia vegetal, taxonomia de insetos, diagnóstico fitossanitário, diagnóstico de patologia animal, toxicologia e resíduos de defensivos agrícolas, bem como diagnóstico da qualidade do cacau e subprodutos.

O CEPEC desenvolve um complexo de atividades de pesquisas nas principais áreas de estudos relacionadas com os problemas agrônômicos do cacau e de outros produtos da região. São doze as divisões especializadas: Botânica, Genética, Agronomia, Fitopatologia, Zoologia Agrícola, Zootecnia, Diversificação de Culturas, Bioquímica, Engenharia Rural, Geociências, Climatologia, Ciências Sociais, Matemática e Bibliografia e Documentação.

A rede de pesquisas do CEPEC compõe-se das seguintes unidades:

A. Pesquisas do cacau:

- Estação Experimental Arnaldo Medeiros – CEPEC, Ilhéus, Bahia;
- Estação Experimental Sosthenes Miranda – Recôncavo Baiano;
- Estação Experimental Filogônio Peixoto – Linhares, Espírito Santo;
- Estação Experimental Gileno Amado – Juçari, Bahia;
- Estação de Produção de Sementes Joaquim Bahiana – Itajuípe, Bahia;
- Serviço de Introdução de Plantas – Salvador, Bahia.

B. Diversificação de culturas:

- Estação Experimental Gregório Bondar – Belmonte, Bahia;
- Estação Experimental Lemos Maia – Canavieiras, Bahia;
- Estação Experimental de Canavieiras – Canavieiras, Bahia;
- Estação Ecológica de Pau-Brasil – Porto Seguro, Bahia.

C. Pecuária:

- Granja Experimental Carlos Brandão – CEPEC, Ilhéus, Bahia;
- Estação de Zootecnia de Itaju do



A Estação Experimental Filogônio Peixoto, em Linhares, Espírito Santo, integra a rede de pesquisas do CEPEC

- Colônia — Itaju do Colônia, Bahia;
— Estação Experimental do Extremo-Sul — Itabela, Bahia.

D. Piscicultura:

- Estação de Piscicultura — CEPEC, Ilhéus, Bahia.

A pequena disponibilidade de profissionais de nível superior, devidamente capacitados e experientes para comporem a equipe de pesquisadores do CEPEC, fez com que desde logo fosse estabelecido um vigoroso programa de desenvolvimento de recursos humanos no País e no exterior. A escolha dos candidatos a cursos de pós-graduação, a nível de mestrado e doutorado, era precedida de um período de trabalho desses técnicos ao lado dos especialistas do Centro e da comprovação de seu bom desempenho e de sua vocação para o trabalho de pesquisa.

Enquanto no ano de 1957 o corpo técnico da Estação Experimental de Uruçuca congregava apenas sete agrônomos que, trabalhando em condições precárias, realizavam modesto trabalho de pesquisa, a lavoura cacauera da Bahia conta hoje com o apoio técnico-científico de 121 especialistas — 15 de nível doutorado, 52 de mestrado e 54 agrônomos, veterinários e economistas — que têm contribuído significativamente para melhorar a cacauicultura.

O Centro dispõe de uma boa biblioteca, organizada segundo técnicas modernas e conduzida por uma equipe qualificada. Entre os serviços que presta incluem-se a divulgação seletiva de informação, os levantamentos bibliográficos, a normalização de referências, o empréstimo de material bibliográfico, o fornecimento de publicações, a cópia de documentos e o envio de informações sobre trabalhos de pesquisa científica para inclusão no sistema nacional de informação agrícola.

Desde 1966 é editada uma revista científica trimestral, "Theobroma", na qual já foram publicados mais de duzentos trabalhos de cunho científico que

têm contribuído para projetar a imagem do CEPEC e da CEPLAC no exterior. Também são publicados boletins, folhetos e volantes contendo informações técnicas para uso dos extensionistas e de agricultores de cacau e outros produtores com os quais a CEPLAC trabalha.

Na biblioteca estão devidamente classificados e catalogados 12.346 livros, 10.131 folhetos, 1.200 títulos de publicações técnicas e científicas periódicas, 1.952 títulos não seriados e 400 mapas. Por seu intermédio é mantido serviço de intercâmbio de publicações e informações com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais. Também são preparadas bibliografias especializadas sobre as culturas de interesse da região, bem como sobre temas específicos relacionados com esses cultivos. Recentemente foi concluído o "Repertório bibliográfico dos técnicos da CEPLAC", em que estão catalogadas 946 referências de publicações emanadas de pesquisas levadas a efeito pelo pessoal técnico-científico vinculado à CEPLAC. Além da Biblioteca Central, no CEPEC, a CEPLAC mantém quatro bibliotecas nas Escolas Médias de Agropecuária Regional e sete núcleos de documentação instalados na Secretaria-Geral, nas estações experimentais e no Departamento Especial da Amazônia.

3 A pesquisa do cacau na Bahia

Em 1960 previa-se a necessidade de renovar, na Bahia, uma área aproximada de 150 mil hectares de plantações decadentes, de mais de quarenta anos de idade. Mais tarde, em 1976, foi aprovado o Programa Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional — PROCA-CAU, através do qual serão implantados 182 mil hectares de novas lavouras de cacau, na Bahia e no Espírito Santo, e renovados 99 mil hectares de cacaueiros com baixa produtividade, naqueles Estados.

Esse grande esforço de expansão e renovação da cacauicultura impôs ao



Híbridos de alto valor genético são produzidos por meio da polinização manual das flores de cacau

CEPEC um trabalho intenso de pesquisa, que inicialmente consistiu na seleção de cacauzeiros de alta produção. Tendo presentes as limitações práticas da produção de material clonal para atender a uma renovação de lavouras de tamanho porte, assim como a experiência dos centros de pesquisas de Turrialba, Costa Rica, e de Trinidad e Tobago na produção de famílias híbridas selecionadas, como solução mais prática para o cacauicultor, o CEPEC iniciou, em 1963, seus primeiros trabalhos de hibridação e avaliação de híbridos. Para esse fim, reuniu clones locais selecionados pelas estações experimentais do Ministério da Agricultura e do Instituto de Cacau da Bahia e deu início ao seu programa de introdução de clones promissores procedentes do exterior (Costa Rica, Equador e Trinidad e Tobago). Em 1967 a CEPLAC instalou o Serviço de Introdução de Plantas (SIPLA), em Salvador, a fim de receber e quarentenar material genético procedente do exterior ou de expedições realizadas pelo CEPEC para a coleta de cacau nativo em várias áreas da Amazônia e em outros países. No momento,

o CEPEC possui uma coleção de 338 genótipos de diferentes origens genéticas, que propiciam ampla base para o programa de melhoramento genético do cacau no Brasil. Até 1980 foram produzidas e avaliadas 271 combinações híbridas.

O programa de melhoramento genético revelou-se de primordial importância, pois dele resultam as recomendações feitas aos agricultores sobre os híbridos com melhores atributos de produção e produtividade para as várias condições ecológicas, a reação destes a diferentes doenças e pragas, bem como as características físicas e químicas das amêndoas. Híbridos com rendimentos de 1.500 a 2.000 kg de cacau/ano por hectare, aos seis anos de idade do cacauzeiro, obtidos nos campos experimentais do CEPEC, têm sido recomendados para os programas de renovação de lavouras decadentes ou para novos plantios.

Com base nos dados registrados nos ensaios de campo, particularmente em função da precocidade e da produção inicial, o CEPEC instalou campos biclonais para a produção de sementes dos melhores híbridos, com fins de distri-

buição aos agricultores. À medida que se obtêm dados sobre o comportamento dos híbridos nas lavouras, são feitos ajustes nas combinações híbridas recomendadas. Para aumentar a produção de sementes foi adotada pelo CEPEC a técnica da hibridação manual. Dessa forma, até o ano de 1980 foram produzidos e distribuídos pelo CEPEC 515 milhões de sementes melhoradas dos híbridos mais eficientes. Merece destaque o fato de que a partir da implementação do PROCA-CAU se acentuou o incremento da produção desse material, que somente no ano de 1980 superou a marca dos cem milhões de sementes.

Devido à existência na Amazônia da doença do cacauzeiro conhecida por "Vassoura de Bruxa" e à possibilidade da sua introdução através do transporte de material vegetal, hipótese que representa grave risco para a cacauicultura da Bahia e do Espírito Santo, a CEPLAC e o Ministério da Agricultura lançaram em 1978 a "Campanha de Controle da Vassoura de Bruxa", para evitar a disseminação da doença a áreas indenes, fora da Amazônia, em especial da Bahia e do Espírito Santo, Estados responsáveis pela quase totalidade da produção brasileira de cacau. Os serviços da Campanha consistem no controle permanente do trânsito de vegetais, mudas envasadas e terço que possam propagar a doença. Ergueu-se em torno da região cacauzeira da Bahia e do Espírito Santo um cinturão fitossanitário, mediante rigorosa fiscalização exercida nos aeroportos de Belém, Manaus, Porto Velho, Ilhéus e Salvador, e em postos de fiscalização estrategicamente localizados na estação rodoviária e no Porto de Salvador, em Senhor do Bonfim (BR-264), na divisa dos Estados da Bahia e de Minas Gerais (BR-116), em Serra, Espírito Santo (BR-101), e em Cristianópolis, Sergipe (BR-101).

O melhoramento das práticas culturais, desde a semeadura nos viveiros até a produção, constitui um dos aspectos práticos mais valiosos para o agricultor. Por essa razão, o CEPEC vem-se empe-

nhando na busca de conhecimentos sobre a preparação das mudas para plantio, os espaçamentos mais convenientes na lavoura e os métodos de poda destinados a assegurar maior produção. O sombreamento nas diversas etapas da formação e cultivo dos cacauais tem sido objeto de grande cuidado, registrando-se expressivos aumentos de produção com a simples melhoria das condições de sombreamento.

Dada a grande influência dos fatores climáticos sobre o desenvolvimento e o rendimento econômico das plantações, o CEPEC estuda as inter-relações das condições climáticas com o comportamento fenológico do cacauzeiro. Essas informações, por sua vez, são de vital importância no tocante aos problemas de incidência e controle de doenças e pragas e à escolha da melhor época de execução das práticas culturais. Assim sendo, a Divisão de Climatologia do CEPEC mantém em operação 16 estações meteorológicas instaladas na Bahia e no Espírito Santo, para estudar as variações climáticas e, a partir dos dados obtidos, proceder ao zoneamento edafo-climático para o cacau e outras culturas, além de participar de projetos de pesquisa em que o microclima constitui um dos fatores.

Sendo o solo outro fator fundamental para a produção agrícola, o CEPEC tem atribuído prioridade aos estudos pedológicos, em especial aos ligados à fertilidade e manejo dos solos da região cacauzeira. A Divisão de Solos tem trabalhado ativamente no levantamento de solos e no estudo dos problemas de fertilidade, como base para recomendações sobre o uso adequado da terra e o emprego mais eficiente e econômico de fertilizantes. Como parte do estudo de recursos naturais foi feito o levantamento de solos de toda a região cacauzeira da Bahia, abrangendo aproximadamente 9,1 milhões de hectares, que foram classificados e mapeados de acordo com seu potencial de uso agrícola. Mais de 150 mil amostras de solos foram analisadas para fertilidade, durante o levantamento,

revelando que mais de cem mil hectares do sudeste da Bahia estão aptos a receber novas plantações de cacau. Essa informação de caráter geral, juntamente com os dados dos estudos de climatologia, permitiu a elaboração de um sistema de classificação de solos para cacau e um mapa de zoneamento edafo-climático da região cacauera da Bahia, de grande utilidade para orientar a expansão das áreas de produção.

Como o uso de fertilizantes constitui importante prática para melhorar a produção e a produtividade do cacau, no biênio 1963-1964 o CEPEC procedeu a um rápido diagnóstico da fertilidade dos solos cultivados com cacau no sudeste da Bahia e no Espírito Santo, instalando um grande número de microparcels, a fim de determinar os níveis preliminares de adubação dos principais tipos de solo para cacau. Esses dados, assim como a análise química dos solos, serviram de base para experimentos de fertilização em plantações novas e adultas e para recomendações sobre o uso de fertilizantes segundo a natureza do solo. Tais recomendações são periodicamente ajustadas

para corrigir possíveis efeitos residuais nas áreas que recebem fertilizantes. Esses aspectos são de grande relevância, em face da elevação constante e acelerada dos custos dos fertilizantes.

A aplicação de fertilizantes associada ao raleamento de árvores de sombra, limitadas a 25-30 por hectare, tem propiciado aumentos substanciais de produção, chegando a alcançar índices de até 100 por cento.

Estudos sobre a eficiência econômica dos sistemas de renovação de cacauais, pelos métodos de derruba total e de plantio entre os cacaueiros velhos, forneceram dados importantes para orientar as campanhas de implantação e renovação de cacauais realizadas através do PROCACAU.

Grande parte dos trabalhos de pesquisas no campo da Fitopatologia volta-se para o controle da "podridão parda", principal doença do cacau na Bahia. Métodos melhorados de controle durante a sua fase mais aguda têm sido investigados e introduzidos nas zonas produtoras, com resultados positivos representados por melhor índice de controle da doença e grande economia no uso de fungicidas.

Na Bahia, a produção de cacau é afetada pela ocorrência de algumas pragas que, se não forem combatidas, causam sérias perdas. Os primeiros estudos sobre esse problema realizados pelo CEPEC concentraram-se na determinação dos danos causados pelas diferentes espécies de insetos, no exame da sua incidência relativa nas diferentes áreas ecológicas e na dinâmica populacional dessas espécies. As medidas de combate investigadas e postas em prática pelos agricultores têm contribuído para o significativo incremento dos índices de produtividade registrados nos últimos anos. Paralelamente, são realizados estudos para determinar os defensivos mais adequados, a dosagem apropriada e a melhor época de aplicação, tendo em conta a incidência das diversas pragas e o estado vegetativo do cacauero.

A podridão parda é a mais grave doença do cacau na Bahia



As pragas do cacau armazenado também têm merecido a atenção do CEPEC, cujos estudos identificaram cinco espécies de insetos responsáveis pelos maiores danos. Os estudos cobrem a determinação de métodos de captura e monitoragem de insetos, bem como as medidas de controle químico para minorar os prejuízos por eles causados no cacau armazenado.

Atenção especial tem sido dispensada aos estudos de taxonomia, biologia, comportamento e ecologia dos insetos polinizadores do cacau, por desempenharem papel muito relevante na consecução de maiores índices de frutificação do cacau e no conseqüente aumento da produção de cacau. As taxas de polinização natural estão intimamente relacionadas com a intensidade da floração e com os níveis populacionais dos insetos polinizadores, permitindo prognosticar a produtividade do cacau. Também são realizadas pesquisas sobre a identificação e distribuição das espécies de nematóides e ácaros economicamente mais importantes, a fim de determinar os respectivos métodos de controle.

Ao programa da Divisão de Bio-Engenharia estão afetos o controle de qualidade do produto e o desenvolvimento de métodos de processamento e armazenamento do cacau. Tais estudos envolvem os métodos de colheita, fermentação e armazenagem, bem como a secagem do cacau em secadores solares e nos secadores a lenha tradicionais na região.

Estudos da bioquímica da fermentação são realizados no sentido de melhorar a qualidade do produto, já se tendo ensaiado vários métodos de fermentação e tipos de fermentadores, sem que fosse possível superar a eficiência da fermentação tradicional em grandes caixas de madeira (cochos).

Os estudos sobre o tradicionalmente usado sistema de secagem do cacau mostraram que a presença de cheiro de fumaça ou de presunto deve-se à contaminação das amêndoas pela fumaça que se

desprende dos secadores artificiais defeituosos e dos fogões a lenha colocados junto deles ou sob os lastros das plataformas de madeira com telhados móveis (barcaças) destinadas à secagem do cacau ao sol. A eliminação desses defeitos está sendo conseguida com melhor traçado e construção dos secadores, afastando-os das fontes de fumaça. Foi aperfeiçoada a construção de um modelo de secador tubular, com a introdução de modificações nas áreas de combustão da lenha e no fluxo de ar quente. Também foi projetado e desenvolvido um secador rotativo que, tal como o secador tubular, está sendo utilizado pelos produtores de cacau. Para uso pelos pequenos produtores foi desenvolvido um mini-secador tubular e introduzidas modificações nos secadores solares.

A acidez do cacau tem sido objeto de grande interesse das pesquisas do CEPEC. Ainda que esse problema não tenha sido plenamente solucionado, já foi possível reduzir em até 20 por cento o grau de acidez, mediante a aeração da massa de cacau durante a fermentação.

Tendo em vista melhorar a aceitação do cacau da Bahia, tornando-o mais competitivo nos mercados internacionais, o CEPEC realiza estudos sobre os elementos condicionantes da sua qualidade e estabelece padrões para a classificação oficial do produto. O processo da fumação do cacau também é estudado pelo CEPEC e vem sendo utilizado para a desinfestação das partidas exportadas.

Nos últimos anos, a Divisão de Sócio-Economia vem pesquisando vários problemas econômicos e sociais a nível macro e micro nas áreas de atuação da CEPLAC. Alguns dos estudos realizados envolvem a avaliação econômica das práticas de produção, o retorno econômico dos investimentos em pesquisa e extensão agrícola em vários níveis de demanda do cacau brasileiro, a rentabilidade das plantações, as vantagens comparativas dos métodos de renovação dos cacauais, o exame da conjuntura econô-

mica da zona cacauieira, a análise periódica dos custos de produção e o desenvolvimento de métodos de previsão de safras. Mais recentemente, vem-se desenvolvendo um programa de estudos com um enfoque mais social, sobre adoção de novas tecnologias, nível de vida familiar da população rural da região, mão-de-obra e vários outros aspectos relacionados com os pequenos cacauicultores.

A Divisão opera uma Fazenda Unitária, no CEPEC, que serve como laboratório de administração rural. Nela os economistas agrícolas conduzem estudos sobre a administração de fazendas, particularmente nas áreas de organização e operação, com o objetivo de melhorar a rentabilidade e a eficiência econômica das unidades de produção. A Divisão também teve grande participação no Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacauieira e foi responsável pela coordenação dos trabalhos junto às unidades do CEPEC na preparação do PROCACAU.

4. A pesquisa do cacau na Amazônia ⁷

Os trabalhos de pesquisa e experimentação cacauieira na Amazônia foram iniciados pela CEPLAC em dependências do Instituto de Pesquisas Agronômicas do Norte (IPEAN), em Belém, mediante acordo firmado em 1965 estabelecendo as bases da cooperação técnica com o Departamento de Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura. As primeiras atividades constaram de uma série de expedições botânicas à Bacia Amazônica, empreendidas por técnicos do CEPEC para a coleta e seleção de material genético nos cacauais nativos, o qual era localmente multiplicado para efeito do programa de hibridação do cacau na Bahia. Evitava-se assim o risco de introdução de doenças, particularmente a "Vassoura de Bruxa", na cacauicultura baiana.

Com a evolução das atividades na região, a CEPLAC instalou no Estado do Amazonas, em 1970, o Serviço Experi-

mental em Manaus, em convênio com o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias da Amazônia Ocidental, para desenvolver atividades semelhantes às empreendidas no Estado do Pará.

No momento, os trabalhos de pesquisas na Amazônia são coordenados pela Coordenadoria de Pesquisa, do Departamento Especial da Amazônia, da CEPLAC, e desenvolvidos em cooperação com a EMBRAPA, do Ministério da Agricultura, através de uma rede de estações e campos experimentais:

- A. No Amazonas — Estações Experimental do Rio Negro e Campo Experimental de Manaus.
- B. No Pará — Estação Experimental de Altamira, Campo Experimental de Belém, Campo Experimental de Cameté e Centro de Introdução de Theobroma da Amazônia.
- C. Em Rondônia — Estação Experimental de Ouro Preto.
- D. Em Mato Grosso — Estação Experimental de Alta Floresta.
- E. No Maranhão — Estação Experimental de Santa Inês.

A pesquisa e a experimentação na Amazônia objetivam à criação e adaptação da tecnologia de produção do cacau e à produção de sementes geneticamente melhoradas, para fins de expansão e desenvolvimento da cacauicultura nessa região. Para dar o apoio técnico-científico necessário à consecução desses objetivos, a Coordenadoria de Pesquisas, juntamente com as unidades experimentais sob sua jurisdição, realiza estudos e pesquisas nas áreas de agrologia, entomologia, fitopatologia, genética, solos e nutrição mineral do cacauieiro.

Desde 1971 a equipe de pedologia do CEPEC, com a adesão mais recente de especialistas do Departamento Especial da Amazônia, vem procedendo de forma sistemática ao levantamento dos solos de uma área de quase cinco milhões de hectares, nos Estados de Rondônia, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Goiás. Como resultado desse trabalho, verificou-se que

aproximadamente 1.300.000 hectares de terra teriam elevado potencial para produção de cacau, assim distribuídos: 750 mil hectares em Rondônia, 120 mil no Pará, 150 mil em Mato Grosso, 80 mil no Maranhão e 180 mil em Goiás.² Com base nesses estudos e conciliando critérios agrônômicos e sócio-econômicos, a CEPLAC, através do DEPEA, caracterizou os chamados pólos cacauzeiros, "áreas de clima adequado para a cultura de cacau, com solos de fertilidade natural capaz de prescindir do uso de doses maciças de fertilizantes e corretivos, localizadas em áreas objeto de programas de desenvolvimento e de investimento por parte do Governo Federal e/ou Estadual".²

Na área da Agrologia são realizados estudos sobre a fenologia de essências florestais para uso no sombreamento e como quebra-vento nas lavouras de cacau. Embora os resultados não sejam conclusivos, estão sendo distribuídas sementes de algumas das essências florestais que se mostraram promissoras em outras regiões.

Os trabalhos de pesquisa entomológica dirigem-se para o estudo das principais pragas do cacauzeiro na Amazônia e o seu combate. Outros esforços se concentram no estudo da epidemiologia e no controle da doença "Vassoura de Bruxa", não somente por ser ela o mais sério fator limitante da potencialidade da cacauicultura na Amazônia, como também porque medidas acauteladoras se fazem necessárias para impedir sua introdução na região cacauzeira da Bahia. Os estudos epidemiológicos visam ao melhor conhecimento dos períodos vegetativos do agente causador da doença e da variabilidade da incidência desta com vistas à maior eficácia dos métodos de controle. A constatação da existência de antagonismo entre o fungo responsável pela doença, o *Crinipellis pernicioso*, e o fungo *Dactylium sp.* abriu um novo e interessante campo de pesquisa visando ao controle biológico desse agente patogênico, bem como de outros fungos nocivos ao

cacauzeiro. Paralelamente procede-se à avaliação dos métodos de controle, sob o ponto de vista da efetividade econômica.

O programa de melhoramento genético do cacauzeiro tem como linha mestra a obtenção de germoplasma resistente à doença "Vassoura de Bruxa". As numerosas introduções de material genético coletado em expedições na Amazônia brasileira ou originário de outros países — Equador, Trinidad e Tobago e Costa Rica são avaliados para uso na criação e seleção de material híbrido e para a produção de sementes melhoradas. Nos campos de sementes mantidos pelo DEPEA já foram produzidos aproximadamente 18 milhões de sementes, que são usadas na formação de cultivos comerciais nos diversos pólos cacauzeiros da Amazônia.²

5. A pesquisa para diversificação agropecuária no sudeste da Bahia

A pecuária de carne é, depois do cacau, a atividade de maior expressão econômica do sudeste da Bahia, onde ocupa aproximadamente 2,5 milhões de hectares de pastagens. Por isso a CEPLAC estabeleceu, em 1974, a Granja Experimental Carlos Brandão na área do CEPEC e a Estação de Zootecnia de Itaju do Colônia, a fim de realizar pesquisas destinadas a gerar subsídios tecnológicos para a melhoria da produção animal na região.

Em 1975, um diagnóstico da situação da pecuária nas regiões sul e sudeste da Bahia revelou que era baixa a produção das pastagens e deficiente o seu manejo, e que os rebanhos, na sua maioria, eram mestiços de raças zebuínas, holandesas e outras. Em vista dos problemas detectados, o programa de pesquisa da pecuária concentrou-se na melhoria dos pastos, no controle da cigarrinha das pastagens e no melhoramento e manejo do rebanho.

Várias espécies de gramíneas e legumi-

nosas forrageiras foram trazidas do exterior e de outras regiões do País e submetidas a provas de campo em várias localidades. Com base nesses estudos, foi promovida a multiplicação e distribuição das espécies recomendadas, para uso pelos agricultores. Paralelamente, importantes estudos sobre a cigarrinha das pastagens e os seus danos vêm sendo realizados, tendo em vista orientar os métodos para combatê-la.

Ainda no campo da pecuária, são mantidos os serviços de inseminação artificial, para melhorar os plantéis leiteiros, e distribuídos bezerros puros por cruzamento entre mestiços europeus e zebus. Melhor notável da produção de leite foi obtida graças à suplementação mineral do pastoreio e ao controle de parasitos intestinais do gado.

A superfície total do Polígono do Diagnóstico abrange cerca de nove milhões de hectares, dos quais apenas 550 a 600 mil são ocupados por cacau. Existem, pois, grandes espaços com solos de média e baixa fertilidade aptos para a exploração de outras atividades agropecuárias adaptadas aos vários tipos de terreno e clima. Essa constatação tem a ver com o fato de que a economia do sudeste baiano é essencialmente dependente de um produto agrícola de exportação, o cacau, sujeito às flutuações do mercado internacional e à influência das condições climáticas, situações que escapam ao controle de seus produtores e exportadores. Desta forma, para superar a debilidade característica de uma economia monocultora, a CEPLAC vem apoiando um programa de diversificação agrícola. Tendo presente não só o potencial econômico de diversos produtos de exportação para o fortalecimento da economia da região cacauzeira, como também o próprio empenho em incrementar a disponibilidade de produtos básicos de subsistência, a custos mais acessíveis, e apoiar a diversificação agrícola da região, o CEPEC iniciou em 1968-1969 um programa de pesquisas sobre a matéria.

No programa de diversificação está

prevista a realização de pesquisas envolvendo culturas de ciclo longo (dendê, borracha, cravo-da-índia, côco, banana, guaraná, piaçava, essências florestais e árvores frutíferas); culturas temporárias (arroz, feijão, milho e mandioca); pecuária de corte e leite e pequenos animais, bem como piscicultura, exploração de camarões criados em cativeiro e cultivos com potencial energético, estes incluídos mais recentemente. Para esse fim, os agrossistemas caracterizados no Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacauzeira podem contribuir com subsídios à adequada regionalização das atividades de diversificação.²⁸ Na execução desse programa de pesquisa deverá desenvolver-se uma ação coordenada entre o CEPEC e os órgãos de pesquisas que, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), trabalham com alguns dos produtos componentes do plano de diversificação, cabendo ao CEPEC a pesquisa relacionada com os demais itens.

De 1968 a 1971 foram realizadas pesquisas com culturas temporárias, particularmente para introdução e ensaio de variedades de milho, feijão e mandioca. As melhores variedades foram recomendadas para uso pelos agricultores e sementes selecionadas foram distribuídas. Esse programa de cultivos alimentares esteve paralisado durante vários anos, mas foi reativado em 1980, em consequência da grande elevação dos custos dos alimentos, agravados pelo acentuado aumento dos fretes para trazer produtos de fora da região. Por outro lado, era preciso atender ao interesse demonstrado pelos pequenos produtores por esse tipo de exploração agrícola.

Mediante convênio firmado entre a CEPLAC, a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) e o Ministério da Agricultura, e mais tarde a EMBRAPA, foi desenvolvido um programa de pesquisa sobre a seringueira na Estação Experimental Djalma Bahia, em Una, Bahia. No momento, existem 161 clones no banco de germoplasma de seringueira e mais

186 em jardins de multiplicação, além de 130 espécimes provenientes de polinizações controladas, cujo comportamento está sendo avaliado. Com base em dados experimentais foram identificados os clones com melhor produção de látex e excelente vigor. Entre os métodos de coleta do látex, o CEPEC comprovou experimentalmente que a sangria por punctura dá maior rendimento do que os métodos tradicionais, passando a recomendar o seu uso pelos produtores de borracha. Também foram realizados estudos sobre a epidemiologia do "Mal da Folha" para orientar a execução dos programas de controle da doença. A biologia da praga mais séria da seringueira, o "Mandarová", foi estudada e várias inseticidas ensaiados a fim de determinar as épocas mais propícias à maior eficiência dos métodos de combate recomendados.

O fator limitante da expansão e da rentabilidade da cultura do dendezeiro tem sido a falta de material genético de alto valor produtivo. Em 1974, o CEPEC iniciou um programa de seleção de matrizes locais e introdução de cultivares procedentes do exterior — Malásia, Costa do Marfim e Zaire, a fim de formar um banco de germoplasma para a obtenção de híbridos com alto índice de produtividade. Ensaios de competição em matéria de adaptação e produção são realizados para a seleção do material genético mais promissor. Grandes quantidades de sementes, obtidas das plantas-mães de diversos tipos, são produzidas e distribuídas juntamente com sementes híbridas introduzidas para atender aos pedidos dos agricultores e expandir a cultura do dendezeiro.

O côco é um produto tradicional cultivado especialmente numa estreita faixa costeira da Bahia. No momento, as áreas cultivadas são relativamente pequenas, alcançando cerca de 15.600 hectares.

Existem, porém, grandes possibilidades da sua expansão em áreas afastadas da orla marítima, conforme comprovado pelo CEPEC em ensaios de campo, nos quais híbridos importados da Costa do Marfim mostraram maior precocidade em solos argilosos do que em solos de textura arenosa. Em vista do potencial do côco para a ocupação racional e econômica de grandes áreas de solos arenosos e de tabuleiros no litoral baiano, o CEPEC iniciou, em 1973, um programa de pesquisa na Estação Experimental Gregório Bondar, em Belmonte, onde foi instalado um campo de matrizes anãs e gigantes destinadas à produção de híbridos. Com o estabelecimento de campos de propagação da variedade "Anão Amarelo", da Malásia, a Estação Experimental Lemos Maia estará produzindo, a partir de 1985, umas 500 mil sementes híbridas por ano, obtidas com a polinização entre seleções das variedades "Gigante" local, "Gigante" da África e "Anã Amarela" da Malásia. Esse volume deverá aumentar substancialmente com a produção de sementes em outro campo de propagação plantado com a variedade "Anão Vermelho", da República dos Camarões. Como parte do programa de melhoramento do côco estão sendo selecionadas e avaliadas plantas promissoras das variedades gigantes locais.

Outros trabalhos de melhoramento genético são levados a efeito mediante a observação fenológica de espécimes de pimenta-do-reino, guaraná e cana-de-açúcar procedentes de diversas regiões produtoras. Levantamentos da flora silvestre da Bahia e do Espírito Santo são feitos com vistas a selecionar essenciais florestais quanto a tipo de copa, características de produção de madeira e uso comercial, visando ao seu aproveitamento para quebra-vento e sombreamento nos cauais.



Nos seus dezenove anos de existência, o Centro de Pesquisas do cacau logrou tornar-se um dos mais conceituados centros de pesquisa tropical no mundo, desenvolvendo um trabalho profícuo na geração de tecnologias e conhecimentos científicos sobre o cacau, que dão base à expansão e melhoramento da cacauicultura e aos melhores índices de produtividade obtidos com cacau no mundo. As maiores contribuições práticas se relacionam com a seleção e multiplicação de híbridos de alta produtividade; a produção de vultosas quantidades de sementes selecionadas sob rigoroso controle genético; o conhecimento dos solos e recomendações para o uso eficiente dos fertilizantes e corretivos; o melhor manejo das plantações, sobretudo a redução do sombreamento dos cacauais; as recomendações e métodos de combate às principais pragas e doenças do cacau, como a podridão parda do cacau, bem como os estudos sobre a “Vassoura de Bruxa do Cacau”, na Amazônia.

Por outra parte, a acumulação de conhecimentos científicos sobre o cacau e o maior domínio dos problemas que condicionam a rentabilidade da economia cacauera deram base segura para a formulação do programa “Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional – 1976/1985” – PROCACAU que, apoiado pela própria pesquisa, vem sendo desenvolvido com êxito pela CEPLAC, com a perspectiva de que

o Brasil venha a assumir a hegemonia mundial na produção de cacau.

A ênfase na busca de tecnologias tem sido no sentido do aumento na produtividade, centrando-se as pesquisas em problemas relevantes do cacau. Todavia, o grande incremento no custo dos insumos e a baixa nos preços do cacau têm contribuído para que a relação custo x benefício no uso das tecnologias geradas seja cada vez menos favorável. Por isso, a busca de alternativas mais viáveis para manter a alta produtividade do cacau a menor custo constitui uma das preocupações mais imediatas da CEPLAC.

Para uma maior eficiência da pesquisa será desejável que a sua programação e administração sejam feitas segundo um conceito sistêmico ou interdisciplinar, procurando-se maior identificação com os problemas de interesse mais imediatos da economia cacauera e regional e evitando-se duplicidade de enfoque no seu tratamento.

Constituindo-se o cacau o sustentáculo da economia do sudeste da Bahia e por certo das novas áreas de fronteira agrícola na Amazônia, todos os esforços devem ser envidados e todo o apoio deve ser proporcionado para que os trabalhos de pesquisa sejam mantidos em elevado nível científico, condizente com a problemática cacauera e agropecuária nas áreas de influência da CEPLAC.

1. A evolução de um modelo de assistência técnica

Nos seus esforços iniciais de racionalização da cacauicultura, a CEPLAC procurou apoiar e fortalecer os serviços de assistência técnica aos agricultores que atuavam na região cacaueira da Bahia e do Espírito Santo. Para esse fim, tal como havia sido feito em relação aos serviços de pesquisa, foram estabelecidos convênios de cooperação com o Instituto de Cacau da Bahia, com o Serviço de Extensão Agrícola Cacaueira — Projeto ETA—35, e com a Junta de Combate às Doenças e Pragas do Cacau, do Ministério da Agricultura, na Bahia. Mais tarde, foi apoiado o Projeto ETA—21 para pro-

ver atividades de extensão cacaueira no Estado do Espírito Santo.

Apesar de todos os esforços, já no ano de 1960 se fazia sentir a fragilidade das instituições envolvidas, que não puderam corresponder aos objetivos que a CEPLAC se propunha alcançar através desses convênios. Problemas de ordem estrutural, administrativa e sobretudo financeira, associados a um distanciamento do principal órgão gerador de tecnologia, o Instituto de Cacau da Bahia, através da antiga Estação Experimental de Água Preta, em Uruçuca, restringiam a atuação dessas instituições. Tais problemas viriam a agravar-se, impedindo que os serviços de extensão e assistência técnica apresentassem realizações concretas

e desfrutassem de imagem e conceito favoráveis perante os produtores de cacau.

Como foi dito no Capítulo III, após três anos de infrutíferos esforços no sentido de implementar tais convênios, o Governo Federal imprimiu novos rumos à CEPLAC com a entrada em vigor do Decreto nº 1960, de 27 de dezembro de 1962, que a autorizava a criar o CEPEC. Entre outras atribuições, cabia ao CEPEC promover a difusão dos resultados das pesquisas, observações e trabalhos experimentais realizados, assim como divulgar matérias de interesse da cacauicultura. Estava, pois, assentada a base legal que levou à concepção da assistência técnica, mas propriamente extensão agrícola, para as áreas cacauceiras da Bahia e do Espírito Santo e, posteriormente, da Amazônia.

Assim foi estruturada e posta em funcionamento a nova unidade da CEPLAC, o Departamento de Crédito e Extensão Rural – DECEX, organizado dentro das linhas básicas e dos padrões vigentes do Sistema Brasileiro de Extensão Rural. A estrutura orgânica do DECEX, muito simples, contava com uma diretoria composta de engenheiros agrônomos e pessoal administrativo, assim como com escritórios regionais e unidades locais. Destaca-se, entre suas características, a vinculação administrativa de todas as equipes de extensão com as superintendências regionais de crédito da CEPLAC, sediadas em Itabuna, Ipiáú, Canavieiras e Ubaitaba, na Bahia, e Linhares, no Espírito Santo.

Em 1964 foram instalados os primeiros 21 escritórios locais, nas sedes dos principais municípios produtores de cacau, cabendo-lhes contribuir para:

- a. a elaboração e execução de planos e programas ajustados à realidade das regiões produtoras de cacau, mediante o desenvolvimento de estudos para facilitar a identificação de suas necessidades básicas;
- b. o aumento da produção e da produtividade da lavoura cacauceira, através da motivação dos produ-

- res para a introdução e o uso intensivo de novas práticas tecnológicas;
- c. a melhoria dos processos de exploração agropecuária, graças a uma adequada assistência técnica e à participação em programas de desenvolvimento e capacitação de mão-de-obra rural;
- d. o desenvolvimento econômico das regiões produtoras de cacau, através do incentivo aos agricultores para nelas introduzirem novas atividades agropecuárias adequadas às condições prevaletentes;
- e. o desenvolvimento das comunidades rurais nas regiões produtoras de cacau.

A partir daí, a CEPLAC passou a atender decididamente àquilo que, na opinião de José Haroldo Castro Vieira, era o “básico e permanente gerador de toda a economia agrícola — a planta”. Com a instalação de escritórios locais de extensão na zona cacauceira, a CEPLAC foi crescendo em dimensão e consolidando sua institucionalização, que, de resto, já recebera um grande impulso com a criação do CEPEC.

Nessa fase, o DECEX adotou uma estratégia de ação voltada para os produtores, através do trabalho extensionista de formação de grupos de agricultores

Nos primórdios da extensão cacauceira, o extensionista enfrentava grandes dificuldades



nas comunidades, encontros freqüentes com lideranças locais, instalação de áreas de demonstração de resultados e atividades preliminares com a juventude rural, além de estudos básicos da realidade rural para permitir aos escritórios de extensão desenvolverem programas mais adequados.

A transferência de tecnologia era feita por meio de visitas individuais às fazendas, das demonstrações de métodos e, sobretudo, dos chamados "cursos volantes", programados e realizados a nível de campo pelas equipes sediadas na Chefia, com o apoio das unidades locais.

Ainda no ano de 1964, para marcar a presença da extensão rural, foi lançada uma campanha de combate às pragas do cacaueteiro, então um dos maiores proble-

mas enfrentados pelos agricultores, com esta característica muito especial: a ação direta dos extensionistas junto aos agricultores, administradores e operários rurais. Iniciava-se, assim, um grande esforço concentrado entre a pesquisa, a extensão e o crédito, que juntamente com outros serviços prestados pela CEPLAC promoveria a recuperação da economia cacaueteira. A partir de 1964, a curva de produção de cacau no Brasil inverte sua tendência e, desde então, vem crescendo firme e continuamente.

A revenda de insumos estimula a racionalização da cacauicultura na Bahia e no Espírito Santo

Insumo Ano	Adesivo (litros)	Herbicida (litros)	Corretivos (toneladas)	Fungi- (tone- das)	Inseti- cidas (tonela- das)	Fertili- zantes (tone- ladas)
1965	—	—	—	11	693	—
1966	—	4.960	7	10	919	32
1967	—	5.420	321	9	1.007	157
1968	—	7.177	1.202	35	2.481	1.890
1969	—	5.793	5.080	40	3.169	6.300
1970	—	9.915	9.027	54	7.728	18.035
1971	—	8.712	7.048	101	2.758	19.556
1972	2.829	9.897	8.459	116	4.679	32.012
1973	7.684	12.342	9.741	126	4.206	39.126
1974	10.295	16.207	7.271	127	4.327	30.181
1975	10.361	13.026	7.375	233	4.257	17.221
1976	13.320	15.161	7.852	419	6.641	23.899
1977	84.099	26.688	14.141	953	8.234	39.735
1978	233.011	32.582	22.943	1.900	9.581	60.849
1979	210.367	34.000	16.965	1.882	10.053	43.322
1980	123.081	57.494	15.038	1.123	9.969	33.366
1981	59.710	49.970	18.010	1.221	7.445	26.286

FONTE: DIMAT (CEPLAC)

Para tal resultado, cumpriu relevante função o serviço de revenda de insumos e materiais agrícolas, implantado pela CEPLAC desde os primeiros trabalhos em extensão, permitindo que se levasse aos produtores a tecnologia adequada a preços mais acessíveis. A experiência da época mostrava que uma das causas do inexpressivo uso de insumos e materiais agrícolas na lavoura cacaujeira advinha, em boa parte, da dificuldade para encontrá-los.

A disponibilidade de insumos agrícolas a custos acessíveis é fator importante para a racionalização da cacauicultura.



À medida que aumentava o seu conhecimento sobre a região, os problemas agrícolas e os produtores, relativamente a hábitos, costumes, tradições e crenças, o DECEX adaptava sua linha de ação e a metodologia de trabalho, assim como estabelecia metas e definia projetos, às vezes introduzindo profundas modificações nos conceitos de extensão rural geralmente aplicados no País. Um fato, porém, era marcante. O Departamento adotara, desde seu início, uma linha de trabalho altamente flexível, o que permitia correções e ajustamentos em todos os setores, sem maiores problemas funcionais ou burocráticos.

Já no ano seguinte, 1965, desmembava-se do DECEX a parte relativa ao crédito. Reunindo o pessoal das superintendências regionais, foi instituído o Departamento de Crédito e Incentivos – DECRI, com o qual o Departamento de Extensão, agora sob a sigla DEPEX, mantinha estreitas ligações, quer na programação, quer no acompanhamento, controle e inovação do crédito desenvolvido com os recursos próprios da CEPLAC.

De posse de um conhecimento mais profundo sobre a área de ação, o DEPEX continuou a adaptar sua metodologia. Os “cursos volantes” foram substituídos pelos TIC’s – Treinamento Intensivo de Cacaucultores e pelos TIO’s – Treinamento Intensivo de Operários, que se constituíram nos principais meios de divulgação e transferência de tecnologia, dotados de conteúdo programático semelhante ao dos cursos volantes, mas planejados e executados pelas equipes locais.

Nessa mesma época, também teve início o “Encontro de Técnicos e Agricultores”, com o objetivo de congregar os produtores em torno de um grande evento. Esse Encontro passou a realizar-se sempre no Dia Internacional do Cacau (primeiro domingo de junho), com uma programação variada combinando atividades técnico-agronômicas e sociais. Como até hoje se faz, escolhia-se nessa oportunidade o Cacaucultor do Ano e promovia-se a Festa do Cacau, com a co-

roação de sua rainha. Tais eventos serviam fundamentalmente para difundir tecnologia, congregar produtores e, sobretudo, identificar a CEPLAC como instituição.

Recebendo anualmente centenas de adesões de agricultores, a extensão acreditava estar no caminho certo da recuperação da economia cacauêira. Por isso, não hesitava em expandir seus serviços e metas. Ao ampliar o programa, eliminar linhas de trabalho, receber o apoio da pesquisa e acumular conhecimentos minuciosos sobre a região e os produtores, o Departamento de Extensão adotou um novo enfoque: a massificação das práticas agrícolas aplicadas à lavoura do cacau, tendo em vista reduzir o tempo de transferência de tecnologia e adoção das práticas pelos produtores. Novas campanhas foram realizadas: a de controle da "podridão parda" dos frutos do cacauêiro, em 1967, e a de adubação de cacauais, em 1970.

A partir daí a extensão segue uma linha de assistência técnica mais voltada para a produção e produtividade da lavoura, cujos resultados levariam a CEPLAC e a região cacauêira a profundas transformações.

Os recursos orçamentários, antes suficientes para custear a instituição, adquirir insumos modernos e distribuir financiamentos agrícolas, não mais são suficientes para atender à demanda gerada, forçando a CEPLAC a estabelecer novos vínculos institucionais: com o Banco do Brasil, para financiamento de custeio e de investimentos, e com a Cooperativa Central dos Produtores de Cacau, para a aquisição de fertilizantes e outros insumos já largamente consumidos na região. Essa política de ação despertou o interesse de empresas de fertilizantes do sul do País, que instalaram em Ilhéus misturadoras das fórmulas recomendadas pela CEPLAC.

Por sua vez, nos programas de extensão passam a ser incluídas atividades incomuns aos tradicionais serviços extensionistas, porém de alto significado para

a penetração da assistência técnica e dos insumos modernos. Essas atividades de apoio, sob a forma, por exemplo, de construção de pontes e estradas rurais, eram executadas pela CEPLAC, por intermédio do seu Departamento de Extensão, com a colaboração dos produtores. Serviam, também, para firmar a instituição e a própria extensão rural.

Conquistada a confiança dos produtores, nos quais faz nascer a esperança de recuperação da economia cacauêira, através dos métodos adotados, a extensão volta-se para o atendimento de outra categoria de mão-de-obra, os operários rurais, assalariados, encarregados da execução das práticas agrícolas a nível de imóvel rural. Através de convênios da CEPLAC com instituições do Governo Federal, promove um programa arrojado de treinamento de mão-de-obra, com vistas à melhoria da execução da tecnologia recomendada, bem como à semiprofissionalização e ao aumento de renda desse segmento da população.

Se em 1960, conforme comentava o Dr. Paulo de Tarso Alvim, a "região produtora de cacau da Bahia encontrava-se, infelizmente, entre as mais atrasadas do mundo no que se referia à tecnologia de produção de cacau", já em 1977, o Chefe de Programas de Treinamento e Extensão Agrícola da FAO, Dr. Pierre Sam, afirmava ser o Brasil "o país mais avançado entre os produtores mundiais, no que tange à pesquisa, assistência técnica e extensão agrícola do cacau".⁵⁰

A partir de 1974, com outra reestruturação da CEPLAC, as tarefas de extensão ganham novas diretrizes. Seus objetivos são ampliados, sua estrutura operacional é modificada e sua linha de ação bem mais definida. A nível de produtor, prossegue a busca de mudança de atitude e comportamento, e a nível de fazenda ou imóvel rural, o aumento da rentabilidade das atividades agropastoris, pelo crescimento da produtividade e da produção.

A experiência acumulada nos trabalhos de assistência técnica à cacauicultura

ra levou o DEPEX, em 1975, a assumir definitivamente o programa de diversificação agropecuária da região, o qual se constitui numa atividade de apoio à cacauicultura que não só gera novas fontes de riqueza agrícola, como contribui para reduzir a quase absoluta dependência econômica do cacau.

Cumpridas as etapas de conhecimento da região e dos agricultores e de massificação das práticas agrícolas, que se refletiram na inversão da curva de produção do cacau, o DEPEX procura no momento oferecer aos produtores uma assistência oportuna, adequada, suficiente e sobretudo de alta qualidade, cuja meta é o aperfeiçoamento e manutenção dos índices técnicos desejáveis para as atividades agropecuárias que compõem seu programa de ação.

Hoje, os objetivos da extensão rural, bem definidos e específicos, procuram:

- a. aumentar a rentabilidade da agropecuária regional;
- b. proporcionar aos produtores rurais os conhecimentos tecnológicos e gerenciais necessários à recuperação e desenvolvimento da agropecuária, enfatizando a cacauicultura;
- c. intensificar e estimular a adoção de práticas agrícolas e insumos modernos para o aumento da produtividade da agropecuária;
- d. orientar a melhoria da qualidade do cacau, a fim de atender às exigências do mercado internacional;
- e. orientar a programação e aplicação do crédito com vistas a acelerar a introdução de mudanças tecnológicas e o aumento do nível de capitalização das empresas.

Para dar cumprimento às responsabilidades implícitas em seus objetivos, o DEPEX reestruturou suas ações, regionalizou os programas e passou a assistir, na área compreendida pelo Polígono do Diagnóstico Sócio-Econômico, a toda a agropecuária, numa ação integrada que permite ao agricultor receber assistência técnica canalizada por uma única fonte.

A partir, portanto, da estrutura sim-

ples implantada em 1964 com ações típicas de extensão rural, o DEPEX evoluiu, aperfeiçoou seu modelo operacional, fugiu a conceitos convencionais de assistência técnica, adaptou e concentrou ações na conquista de índices técnicos de produtividade e na elevação da produção física do cacau.

2. O funcionamento do modelo

No momento, a extensão rural está voltada para um modelo orgânico mais complexo, apesar da permanência de algumas características da estrutura original, tais como os assistentes técnicos e os agrônomos regionais e locais. Existe hoje um Conselho de Extensão, a nível de Chefia, que define e orienta os programas, as ações e as atividades gerais do Departamento. Alguns assistentes técnicos, que antes trabalhavam na sede do DEPEX, localizam-se nas divisões de extensão onde assessoram as equipes das unidades operativas, os escritórios locais. O agrônomo regional fica, então, liberado para funções de execução, controle, avaliação, acompanhamento e administração dos programas.

O Escritório Local de Extensão é o elo de ligação entre a CEPLAC e o produtor



Uma característica relevante da estrutura organizacional da extensão e a descentralização das ações administrativas e financeiras do Departamento, assim como a existência de, no máximo, cinco escritórios locais por divisão de extensão, com um contingente de funcionários de aproximadamente 35 pessoas. Isso permite a presença permanente do agrônomo regional e dos assistentes junto às equipes dos escritórios locais.

Em contraste com a situação de desamparo em que se encontrava a lavoura cacaueteira em 1957, quando foi criada a CEPLAC, a cacauicultura da Bahia e do Espírito Santo contava em 1980 com um serviço de extensão composto de 179 profissionais de nível superior (agrônomos, veterinários, zootecnistas, engenheiros florestais, economistas e técnicos de planejamento), 280 técnicos de nível médio (técnicos agrícolas e práticos agrícolas), 258 funcionários de apoio administrativo e 73 funcionários de apoio operacional (técnicos de manutenção), totalizando 790 funcionários.

Além da ênfase no número expressivo de integrantes do quadro de pessoal da CEPLAC, cumpre que se faça menção à sua qualidade, posto que a capacitação e supervisão consoante um plano de desenvolvimento de recursos humanos é objeto de permanente preocupação da instituição.

Com a descentralização dos recursos humanos, cerca de 94 por cento dos elementos do Departamento de Extensão (DEPEX) estão sediados nos escritórios regionais e locais distribuídos nos municípios produtores de cacau da Bahia e do Espírito Santo. Nestes municípios a execução dos programas do DEPEX se faz através de uma estrutura organizacional formada por uma Chefia, situada na sede da Coordenação Regional, da CEPLAC, em Ilhéus, e por uma rede de 12 divisões de extensão que coordenam 60 escritórios locais, além de 2 escritórios especiais (Ver Anexo I).

A CEPLAC não atua diretamente nos municípios de Itapetinga, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Cândido Sales, Encruzilhada, Manuel Vitorino, Planalto, Poções e Vitória da Conquista, que embora compreendidos no Polígono do Diagnóstico são municípios não-produtores de cacau. Todavia, desde 1972, encontra-se em vigor um convênio com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER—BA) para a prestação de serviços de extensão em cul-

turas diversas do cacau e em pecuária nos municípios citados.

Para dar cumprimento ao Programa de Diversificação Agropecuária, a assistência técnica no campo da pecuária (bovinocultura, suinocultura, piscicultura e avicultura) é prestada através dos escritórios locais de Ipiaú, Itagibá, Dário Meira, Laje, Mutuípe, Ubaíra, Itapitanga, Gongogi, Ibicaraí, Florestal Azul, Ibicuí, Itororó, Potiraguá, Itabuna, Itaju do Colônia, Pau-Brasil, Eunápolis, Itamaraju, Guaratinga, Itapebi, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto, Itanhém, Lajedão, Mucuri e Ibirapuã.

As atividades de extensão em culturas de ciclo longo (côco, dendê, cravo-da-índia, pimenta-do-reino, maracujá e mamão) são desenvolvidas por intermédio dos escritórios locais de Ubaitaba, Ilhéus, Una, Canavieiras, Belmonte, Santa Luzia, Eunápolis, Teixeira de Freitas e Ibirapoã.

Os agricultores que se dedicam às culturas temporárias (feijão, milho, mandioca, arroz, melancia e melão) e à horticultura são assistidos pelos escritórios locais de Itororó, Ibicuí, Floresta Azul, Buerarema, Itaju do Colônia, Camacã, Mascote, Eunápolis, Itamaraju, Guaratinga, Itapebi, Prado, Teixeira de Freitas, Ibirapoã, Medeiros Neto, Itanhém, Lajedão e Mucuri.

No Estado do Espírito Santo, os serviços de extensão do DEPEX são prestados por intermédio do Escritório Especial de Extensão de Linhares, que assiste os caucicultores dos municípios de Aracruz, Colatina, Ibirapuã, Linhares e São Mateus.

Cada escritório de extensão e assistência técnica possui uma estrutura operacional formada por uma equipe de agrônomos ou veterinários (nível superior) e de técnicos agrícolas (nível médio), sempre na proporção de um profissional de nível superior para dois técnicos de nível médio. É também norma do serviço que o profissional de nível superior seja sempre o responsável pela condução do escritório a nível local.

Via de regra, o escritório local de extensão tem como área de jurisdição não

só o município em que está sediado, como outros limítrofes, total ou parcialmente, tendo em conta as distâncias a serem percorridas e as facilidades de acesso para o maior ou menor grau de atendimento do agricultor.

3. A metodologia da assistência técnica

A transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais necessários à recuperação e desenvolvimento da agropecuária, com ênfase no cacau, é levada a efeito pela ação extensionista desenvolvida nas comunidades, junto a seus líderes, produtores e administradores rurais, bem como aos operários de campo, que constituem o público do trabalho extensionista, procurando modificar a atitude e o comportamento das pessoas ligadas ao processo produtivo do setor agropecuário. Dentro, pois, dessa visão é que se leva aos homens do campo o conhecimento técnico e gerencial capaz de tornar os produtores receptivos às inovações tecnológicas e aptos para executarem corretamente as práticas agrícolas indicadas para suas explorações agropecuárias.

O programa de extensão é elaborado anualmente, com base nas diretrizes dadas pela Secretaria-Geral da CEPLAC. Cabe ao DEPEX estabelecer as prioridades, regionalizar os programas, quantifi-

O extensionista reúne-se com os produtores e líderes locais para discutir problemas e transferir inovações tecnológicas

car as metas e definir a filosofia de trabalho e as estratégias de ação, tendo em conta os problemas prioritários da lavoura e os interesses mais imediatos dos produtores.

O escritório local de extensão constitui a unidade operativa da extensão em contato direto com o produtor dentro do seu universo econômico e social. Dessa forma, cada escritório local desenvolve seu plano de ação a nível de comunidade, de produtor e da unidade de produção, dentro de sua área de trabalho.

Por um lado, o agricultor é estimulado a estabelecer contato com a extensão através de uma programação dirigida que inclui os meios de comunicação de massa (rádio, jornais e televisão), reuniões, entrevistas individuais, cartas ou circulares, e demonstrações. Por outro lado, a pressão dos problemas que ocorrem em sua lavoura (incidência de pragas, doenças do cacau e baixa produtividade) leva-o a entrar em contato com a extensão. Em todos os casos, durante esse primeiro contato, um fluxo de informações agricultor-técnico e de recomendações técnico-agricultor é estabelecido em torno de um objetivo único: a solução do problema.

Em consequência desse contato, uma das primeiras iniciativas da extensão é a visita à fazenda, para dimensionar os problemas detectados. Nessa oportunidade, o extensionista não só analisa os aspectos agrônômicos da lavoura, como também procura fazer um diagnóstico mais completo possível do imóvel e das necessidades do produtor. Via de regra, a unidade produtiva é submetida a uma análise específica, em vista da diversidade, magnitude e natureza dos problemas peculiares a cada propriedade. Nos casos, porém, de problemas comuns (ataque de pragas, surtos de doenças, substituição de áreas decadentes), a ação extensionista é generalizada. Esta adquire características de agressividade nas campanhas de motivação, em que são empregados todos os meios de comunicação existentes, inclusive demonstrações práti-



cas. A introdução de tecnologias de uso mais rotineiro, como o combate a pragas, o controle da "podridão parda", o manejo do sombreamento, os tratos culturais, a adubação e a metodologia de renovação de cacauais, tem resultado de bem sucedidas campanhas de demonstração.

Com base no inventário feito e havendo interesse por parte do produtor, o extensionista elabora um plano para a propriedade como um todo, em que são estabelecidas soluções a curto, médio e longo prazo, com as respectivas implicações financeiras. Em geral, a aplicação de insumos modernos e tratos culturais são as medidas recomendadas a curto e médio prazo. A expansão da área plantada e a renovação de cacauais velhos ou antieconômicos são recomendadas a longo prazo. A implantação de novas áreas de cultura do cacau e a renovação de cacauais de baixa produtividade, juntamente com a ampliação e reforma das instalações de beneficiamento do cacau, são aspectos importantes considerados no plano para a melhoria físico-econômica do imóvel rural.

O crédito provido pela rede bancária constitui importantíssimo elemento de apoio no trabalho de extensão, por estimular o produtor a adotar as tecnologias recomendadas e permitir-lhe modernizar seu cultivo. Para tanto, os recursos dos financiamentos são liberados à medida que as etapas do plano elaborado pelo serviço de extensão são executadas pelo agricultor sob a supervisão e orientação direta do escritório local de extensão da CEPLAC.

Por sua vez, a preocupação em estimular as ações grupais tem sido constante, sobretudo quando os pequenos produtores estão envolvidos, embora sem negligenciar os contatos individuais. Acorde com essa orientação, a extensão realizou, no ano de 1980, quase 6.400 demonstrações em grupo, com mais de 25.600 participantes, das quais cerca de 90 por cento se relacionam com o cultivo do cacau. Também foram realizadas 158

excursões a áreas cultivadas em unidades de produção tecnicamente assistidas pelo Departamento de Extensão e ao Centro de Pesquisas do Cacau, com a participação de 1.811 pessoas, assim como 380 palestras reuniões, assistidas por 11.717 pessoas.

Face às características próprias da região e de suas atividades agropecuárias, os contatos individuais, quer nas visitas às fazendas, quer nas demonstrações, são de fundamental importância, em virtude da vinculação entre o uso da tecnologia e a aplicação do crédito rural. Em 1980, os escritórios de extensão realizaram 60.650 visitas a propriedades. A análise do objetivo das visitas por atividade trabalhada mostra que perto de 49.000 foram feitas para implementar o uso de tecnologia no cultivo do cacau. Nestas, os extensionistas procuram desenvolver outras ações, de modo a tornar mais produtivos os contatos. Assim, em 1980 foram realizadas quase 20.000 demonstrações individuais, das quais 83 por cento destinadas ao ensino das práticas recomendadas para o cultivo do cacau, vindo a seguir as ações voltadas para a pecuária bovina (12%).

Em 1980, embora sem uma programação definida, foram desenvolvidas ações com cultivos alimentares, sobretudo milho, feijão, mandioca e hortaliças, que exigiram dos extensionistas a elaboração de pacotes tecnológicos e o estabelecimento de orçamentos analíticos para obtenção de crédito. Foram realizadas ações grupais, sobretudo com pequenos proprietários, visando a divulgar a nova atividade, ao mesmo tempo que eram direcionadas algumas práticas mais simples, como a utilização de sementes melhoradas e a adoção de espaçamento.

Dentro ainda das ações grupais é oportuno ressaltar o trabalho desenvolvido com os pequenos produtores, hoje agrupados em 50 núcleos com um total de 654 famílias, onde paralelamente às atividades agrícolas é feito um trabalho de caráter social, sob a forma de vacinação, instalação de filtros, melhoria da

alimentação e cuidados com a saúde e higiene.

Anualmente o DEPEX promove uma "Semana do Fazendeiro" em Uruçuca, em colaboração com a Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC, à qual comparecem mais de mil fazendeiros, e outra em Linhares, Espírito Santo. Nesses eventos não somente são prestadas informações aos produtores sobre aspectos da produção de cacau e seu processamento para o mercado, como lhes é dada oportunidade de conhecerem novos equipamentos e insumos para uso nas fazendas.

Ao promover treinamento intensivo de mão-de-obra rural, o DEPEX atinge anualmente milhares de trabalhadores. A finalidade desse treinamento é o aumento da rentabilidade econômica dos empresários agrícolas, a promoção dos trabalhadores (melhoria da renda e da qualidade de vida) e a elevação do seu nível de capacitação.

4. O apoio ao pequeno produtor

O Programa Integrado de Promoção dos Pequenos Produtores Rurais da Re-



gião Cacaueira da Bahia, estruturado no segundo semestre de 1978, iniciou efetivamente seus trabalhos de campo em 1979, tendo por meta a assistência aos bolsões de Maroim, Guaratinga e Itamarí e a consecução dos seguintes objetivos:

- promover o crescimento da renda real dos pequenos produtores através do aumento da produção e da melhoria dos índices de produtividade dos fatores de produção;
- dar à população rural melhor nível de vida, pela modificação gradativa dos hábitos relacionados com saúde, higiene, nutrição e educação;
- direcionar para as áreas selecionadas ("bolsões") recursos básicos de caráter sócio-econômico, visando à fixação e valorização dos pequenos produtores rurais.

Nesse programa, a exploração agrícola, especialmente o cultivo do cacaueiro, faz parte de um processo mais amplo em que se integram e interrelacionam os problemas não só de produção, mas de infra-estrutura econômica e social, assim como de pesquisa, assistência técnica, crédito, mercado, etc. Nas áreas de formação de novos plantios de cacau os pequenos produtores recebem orientação no sentido de usarem frações das mesmas em cultivos de ciclo curto (feijão, milho, mandioca, etc.), a fim de diminuir os custos de implantação e manutenção da área, no primeiro ano, e utilizar os produtos na alimentação familiar. Apesar do início recente da atividade, constata-se significativo incremento no uso de todas as práticas, tanto no que se refere ao número de empresas quanto à área trabalhada, o que parece evidenciar resposta positiva à ação extensionista.

O crédito rural orientado, uma atividade-meio para a adoção de tecnologias, tem permitido maior utilização da força de trabalho do pequeno produtor na própria empresa e demonstrado bom de-

Os pequenos produtores são orientados pelos extensionistas para o melhor aproveitamento de suas terras

sempenho, com um índice de contratação de recursos da ordem de 80 por cento das operações encaminhadas aos agentes creditícios. É extremamente expressiva a aceitação, por parte desses produtores, do uso do crédito agrícola.

À vista da realidade em que vivem os pequenos produtores, o DEPEX e o DEADE, em convênios da CEPLAC com entidades federais e estaduais, procuram assisti-los nas seguintes áreas:

- **Legalização fundiária** (processamento de requerimentos, medições, saneamento de processos e expedição de títulos de domínio);
- **Saúde** (abastecimento de água, instalações sanitárias, construção de unidades de saúde e uso de água potável);
- **Educação escolar** (construção e recuperação de prédios escolares);
- **Alimentação** (distribuição de sementes para a produção de hortaliças, feijão, milho e outras).

Nas atividades executadas em 1980 junto a essas comunidades incluem-se a manutenção e estruturação de grupos de pequenos agricultores; o cadastramento de produtores no Banco do Brasil para fins de acesso ao crédito, a inscrição de pessoas físicas na Receita Federal e a realização de uma campanha de vacinação em alguns pólos de bolsão Maroim.

Nas áreas dos bolsões Itamarí, Maroim e Guaratinga, sete unidades locais atuam no Programa. Entre os métodos adotados na assistência aos pequenos produtores destacam-se os grupais, sob a forma de reuniões, excursões e demonstrações coletivas, das quais participaram mais de 4.000 pessoas.

Para reforçar esses métodos de pequeno alcance, usam-se ainda os meios de comunicação de massa, tais como rádio, jornal e literatura de cordel. O programa radiofônico diário "De Fazenda em Fazenda", por exemplo, com duração de uma hora, dirigido aos pequenos produtores do bolsão Maroim, conta com excelente audiência, fato que levou o DEPEX a considerar a expansão do programa de rádio a outras áreas.

5 A assistência técnica na Bahia e no Espírito Santo

Embora em anos mais recentes a CEPLAC também venha atuando na área de diversificação agropecuária, com a conseqüente ampliação do seu espectro de ação e atenção em matéria de culturas, clientes e áreas geográficas, os exemplos mais marcantes de suas realizações relacionam-se com o cacau.

Esses resultados tornam-se mais patentes com o passar dos anos, ao se comparar a rentabilidade alcançada nas áreas cacauzeiras assistidas pela extensão com o universo e as áreas não assistidas. Em 1980, os serviços de extensão assistiram a 84 por cento da área plantada, a 82 por cento da área em produção e a 91 por cento do volume de produção. Quanto ao rendimento, foi alcançada a produtividade de 720,9 kg/ha nas áreas assistidas, enquanto que nas não assistidas o rendimento foi da ordem de 318,8 kg/ha. Nesse mesmo ano, a extensão atendeu a 17.894 unidades produtoras de cacau, equivalentes a 79,4 por cento do total de unidades.

Área	ÁREA - (ha)		Produção (ton)	Produtividade (kg/ha)	Índice
	Plantada	Em Produção			
Área universo	594.581	460.907	300.000 ¹	650,8	100
Área assistida	501.166	380.584	274.390 ²	720,9	111
Área não assistida	93.415	80.323	25.610	318,8	49

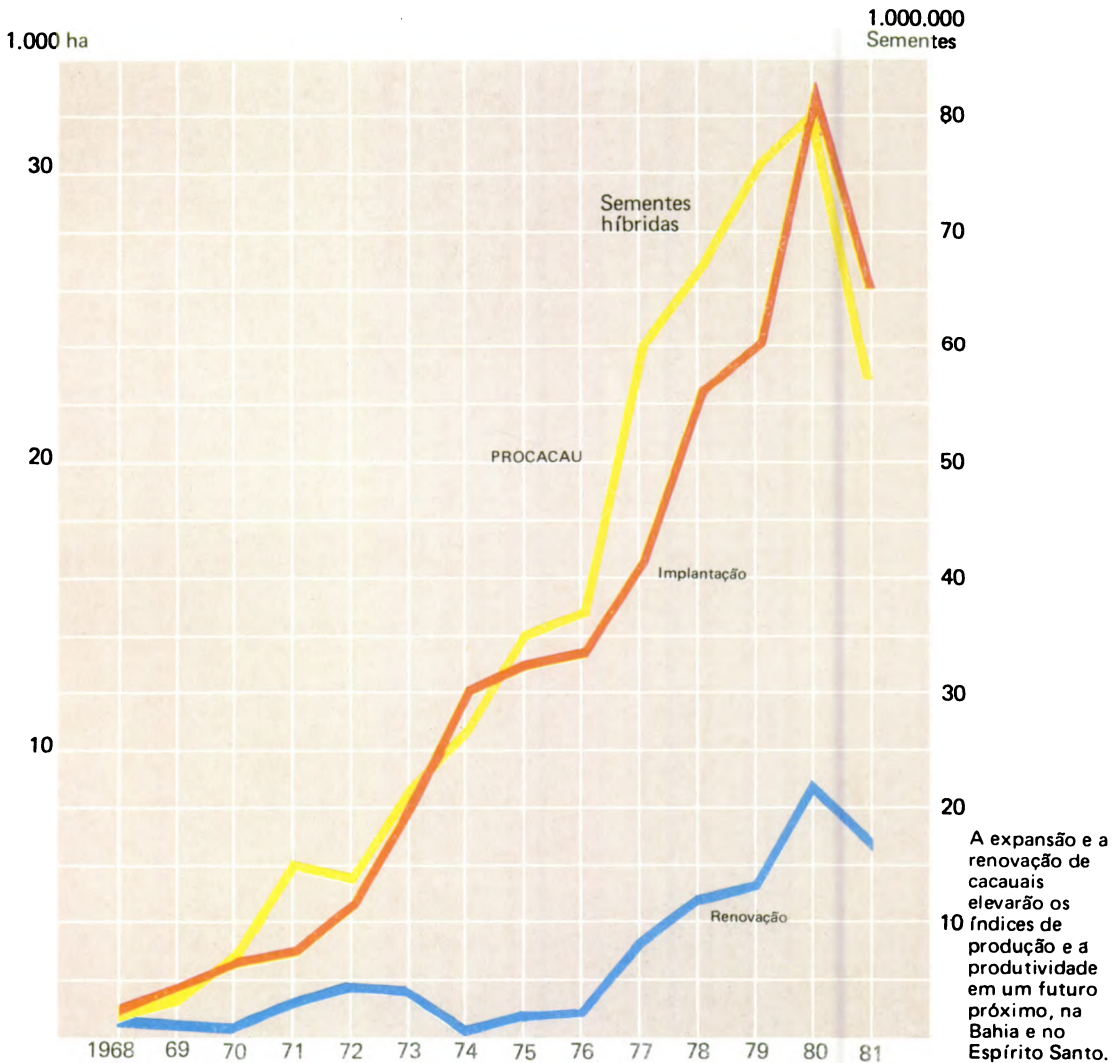
1. Estimativa de Gill & Duffus - Boletim 293, dezembro de 1980.
2. Estimativa feita pelos escritórios locais nos imóveis trabalhados.
Fonte - DEPEX - Relatório 1980

Os índices de produtividade do cacau são bem maiores nas unidades de produção assistidas pela CEPLAC, na Bahia e no E. Santo.

Na Bahia e no Espírito Santo, o aumento da produção entre 1968 e 1980 foi da ordem de 200 por cento, ou seja, uma evolução de 111.300 toneladas para 331.000 toneladas em onze anos. Nesse mesmo período, a implantação de cacauais novos abrangeu aproximadamente 168 mil hectares, passando de 1.300 ha/ano em 1968 para 33,2 mil in-

corporados em 1980 e 25,9 mil em 1981, sendo que somente no período PROCACAU (1976-1981) foram implantados 135,8 mil hectares de cacauais novos. A renovação de cacauais, por sua vez, foi menos significativa, ao passar de 1.100 hectares/ano em 1967 para 8.950 hectares/ano em 1980 e 7,1 mil em 1981, perfazendo o total de 38,8 mil hectares, dos quais 30,8 mil correspondem ao período PROCACAU (1976-1981).

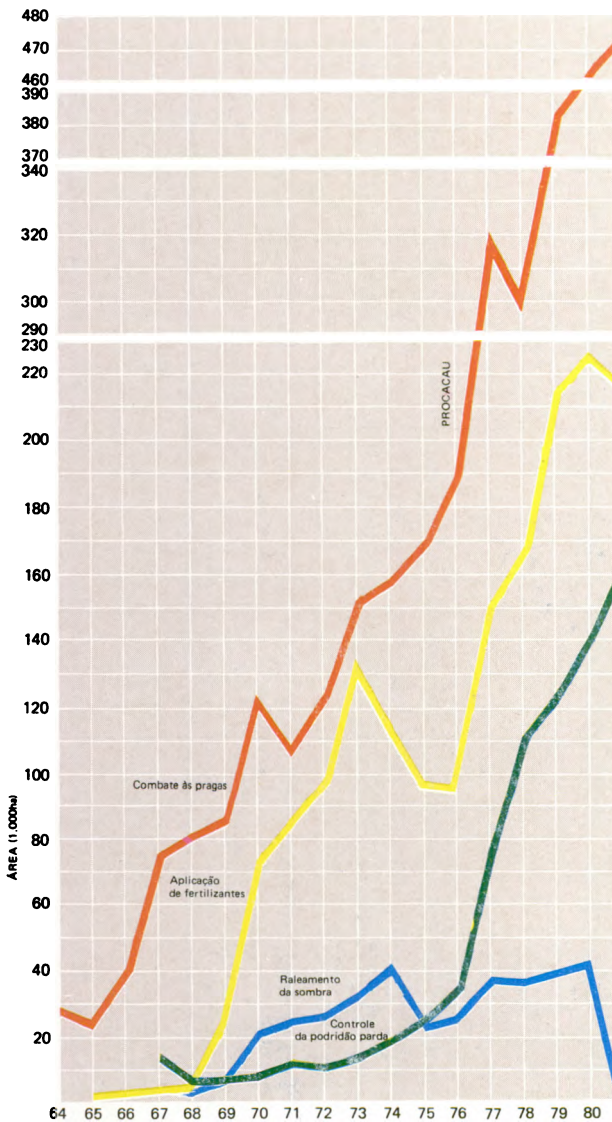
Para apoiar o grande impulso de implantação e renovação de cacauais, a CEPLAC aumentou muito expressivamente o volume de sementes melhoradas distribuídas aos produtores que, do nível de 200.000 sementes em 1966, ascendeu ao de 80,6 milhões em 1980 e 53 milhões em 1981, perfazendo o total de 507,1 milhões de sementes distribuídas, das quais 321,5 milhões se deram no período PROCACAU (1976-1981). A adoção de tecnologias racionali-



zadas na produção de cacau também foi expressiva no período. A adubação foi praticada em 225.440 hectares no ano de 1980 e 213.936 em 1981, contra apenas 2.300 em 1967. A prática de combate a pragas tem sido amplamente aceita na região por serem muito significativos os seus retornos. Em 1965, esse combate era feito em 22.000 hectares, enquanto que em 1981 a área tratada alcançou 474.504 hectares. O controle de doenças do cacau, sobretudo a "podridão parda", que em 1967 era feito numa área de 11.700 hectares, cobriu 161.224 hectares em 1981.



O combate às doenças e pragas do cacauero é a prática mais difundida, face a seus retornos econômicos



FONTE: CEPLAC/DEPEX

As práticas tecnológicas são grandemente estimuladas pela CEPLAC na Bahia e no Espírito Santo.



O controle do sombreamento tem grande impacto na produtividade do cacaveiro

Uma prática de grande impacto para a melhoria da produtividade é o raleamento da sombra, executado desde 1967 em áreas que totalizam 365 mil hectares de plantações de cacau onde foram consumidos 150 mil litros de arboricidas aplicados para eliminar as árvores de sombra excedentes.

Na pecuária bovina, o DEPEX já atende, no sul da Bahia, a 44 por cento da área ocupada com pastagem e a 52 por cento do rebanho total. São envidados grandes esforços para a formação e recuperação de pastagens, a introdução de reprodutores e matrizes, assim como a construção de currais e estábulos. Observa-se especialmente que a área trabalhada pelo DEPEX cresceu 53 por cento no período 1978-1980, e o rebanho das propriedades, 78 por cento, com um acréscimo da ordem de 17 por cento na capacidade de suporte.



A pecuária é a segunda atividade de maior importância econômica no Sudeste da Bahia

A produtividade do dendezeiro tem sido melhorada com a assistência da CEPLAC

Na área de diversificação agrícola, embora a ação da CEPLAC tenha sido menos intensiva, constata-se que as propriedades trabalhadas pelo DEPEX apresentam índices de produtividade bem superiores à média, os quais crescem ainda mais quando confrontados com os obtidos nas empresas não atendidas pela extensão. Em 1980, por exemplo, a produtividade da cultura do dendê nas plantações assistidas pelo DEPEX foi 62 por cento superior à alcançada nas plantações não assistidas, enquanto em relação à pimenta-do-reino o aumento foi de 74 por cento.



DISCRIMINAÇÃO	Medida	Quantidade
ASSISTÊNCIA À PECUÁRIA		
- Empresas assistidas	Unidade	1.925*
- Área trabalhada	Hectare	5.844.293
- Operários treinados	Unidade	10.978
- Formação de pastagens	Hectare	132.705
- Introdução de reprodutores matrizes	Unidade	103.554
- Financiamentos assistidos - valor dos projetos	Cr\$ milhões	769
ASSISTÊNCIA À PIPERICULTURA		
- Empresas assistidas	Unidade	285*
- Área trabalhada	Hectare	6.707
- Operários treinados	Unidade	3.360
- Implantação de novas áreas	Hectare	1.783
- Financiamentos assistidos - valor dos projetos	Cr\$ milhões	85
ASSISTÊNCIA AO CULTIVO DO COCO		
- Empresas assistidas	Unidade	71*
- Área trabalhada	Hectare	14.370
- Operários treinados	Unidade	723
- Implantação de novas áreas	Hectare	1.553
- Financiamentos assistidos - valor dos projetos	Cr\$ milhões	27

* Média anual do período 1974 - 1980

DISCRIMINAÇÃO	Medida	Quantidade
ASSISTÊNCIA AO CULTIVO DO CRAVO-DA-ÍNDIA		
- Empresas assistidas	Unidade	127*
- Área trabalhada	Hectare	6.070
- Operários treinados	Unidade	685
- Implantação de novas áreas	Hectare	946
- Financiamentos assistidos	Cr\$	
- valor dos projetos	milhões	10.6
ASSISTÊNCIA À HEVEICULTURA		
- Empresas assistidas **	Unidade	134*
- Área trabalhada **	Hectare	59.374
- Operários treinados	Unidade	1.061
- Implantação de novas áreas	Hectare	4.857
- Financiamentos assistidos	Cr\$	
- valor dos projetos	milhões	205
- Área pulverizada por helicóptero	Hectare	25.055
ASSISTÊNCIA À DENDEICULTURA		
- Empresas assistidas	Unidade	64*
- Área trabalhada	Hectare	16.664
- Operários treinados	Unidade	367
- Implantação de novas áreas	Hectare	965
- Financiamentos assistidos	Cr\$	
- valor dos projetos	milhões	4,8
- sementes importadas	sementes	500.000

A diversificação agropecuária recebe o estímulo da CEPLAC na Bahia.

* Média anual do período 1974-1980

** Dados até 1979, em virtude do encerramento do convênio com a SUDHEVEA.

Fonte - CEPLAC - Parecer sobre o projeto de lei do Senado Federal nº 178/81

6 A assistência técnica na Amazônia

Enquanto se desenvolviam os primeiros trabalhos da CEPLAC na Bahia e no Espírito Santo, no extremo norte do País, na grande Região Amazônica, a cultura do cacau vivia da lembrança de não só ter produzido o principal artigo de exportação nacional no período 1730–1822, como também as primeiras sementes que, introduzidas no sul da Bahia, possibilitaram a formação da riqueza atual dessa região.

O papel da CEPLAC como agente direto da assistência técnica na região foi assumido parcialmente em 1970, com a constituição do Serviço de Assistência Técnica Creditícia de Cametá, no Estado do Pará (ASTECCA), que incentivou a implantação e o desenvolvimento de 800 hectares de cacauais, arrasados pelas grandes enchentes que alagaram a região em 1978.

Também em 1970 era elaborado pela Secretaria de Agricultura do Estado do Pará, com a colaboração da CEPLAC, o "Programa Inicial do Projeto Cacau no Pará 1971–1974". A implantação desse Programa coube àquela Secretaria até o ano de 1974, a partir do qual o Serviço de Extensão da Associação de Crédito e Assistência Rural do Pará (ACAR–Pará) assumiu a responsabilidade de prover assistência técnica à cacauicultura nesse Estado, através de um Convênio que assegurava o apoio financeiro da CEPLAC.

Para impulsionar a cacauicultura na Amazônia, a CEPLAC foi buscar em suas fileiras o agrônomo Frederico Monteiro Álvares-Afonso, a quem foi delegada essa importante missão pioneira na vastidão amazônica. A ele coube coordenar os estudos sobre a viabilidade do cultivo racional do cacau no então Território de Rondônia, que com a maior urgência de-

via ser social e economicamente integrado no contexto nacional e, além disso, assumir a responsabilidade da execução do programa do cacau na Região Amazônica.

Com base no relatório preliminar elaborado por Álvares-Afonso, em 1971 a CEPLAC estabelece em Rondônia um programa de assistência técnica direta à implantação da cacauicultura, apoiando o Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

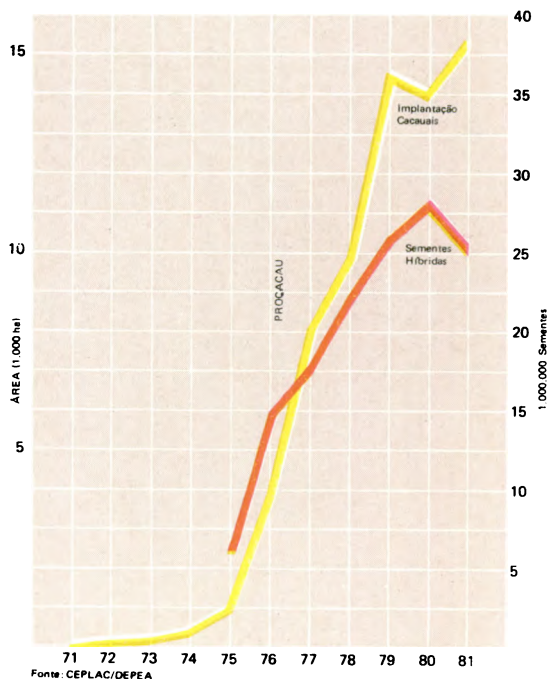
Em 1974–1975 é criado e implantado o Programa Especial da Amazônia, que passa a constituir uma unidade administrativa dentro do programa da CEPLAC na Região. A partir daí a lavoura cacauera da Região Amazônica começa a receber o apoio do crédito. Mais recentemente, o DEPEA passou a assistir também os cacauicultores dos Estados do Maranhão, Acre e Mato Grosso. Em 1979–1980, os trabalhos de assistência técnica subcontratados com a EMATER-Pará e a EMATER-Amazonas passaram a ser controlados e executados diretamente pela CEPLAC, tal como já era feito em Rondônia.

As características do trabalho do DEPEA no seu segmento da Amazônia são muito diferentes daquelas de que se reveste a ação extensionista na Bahia e no Espírito Santo, embora, tal como ocorre nesses dois Estados, o Serviço de Extensão da CEPLAC na Amazônia também opere em articulação com a rede de estações experimentais da entidade aí localizadas. Na Região Amazônica, entretanto, a extensão assiste exclusivamente à cultura do cacau, fomentando e prestando assistência técnica para sua implantação. Por outro lado, as grandes dimensões da região e a dispersão de seus pólos cacaueros impõem a utilização de instrumentos e métodos orgânico – administrativos específicos.

Até 1980, a CEPLAC já havia apoiado a incorporação de 4.962 produtores à cacauicultura nacional, através do Programa Especial para a Amazônia. Estes cul-

tivam áreas implantadas com cacau da ordem de 68.141 hectares, assim distribuídas: 24.375 no Pará, 32.893 em Rondônia, 2.459 no Amazonas, 5.665 em Mato Grosso, 2.535 no Maranhão e 215 no Acre. Desse total, 66 mil hectares foram implantados a partir de 1976, com o início do PROCACAU. A implantação de cacauais na Amazônia recebeu forte estímulo com a distribuição de sementes híbridas produzidas pela CEPLAC, que do nível de 6,8 milhões em 1975 passou ao de 28,5 milhões em 1980, elevando o total para 106 milhões de sementes de alto valor genético distribuídas.

Como só recentemente houve um grande impulso na implantação de novos cacauais, que não alcançaram ainda o nível de plena produção, não se registraram até agora grandes aumentos de produção. Entretanto, a produção total da região, que no período 1969–1978 foi de 1.500 a 2.000 toneladas/ano, passou para



A CEPLAC promove a expansão da cacauicultura na Amazônia, distribuindo, para isso, sementes de alto valor genético.

5.373 toneladas em 1980 e 8.836 toneladas em 1981, indicando incremento das safras graças à entrada gradual em produção das novas lavouras instaladas.

Quanto aos insumos tecnológicos, pode-se dizer que seu emprego é mais recente, uma vez que somente a partir de 1978–1979 entraram em produção as novas plantações de cacau às quais são necessários. Apesar disso, em 1980 procedeu-se ao controle de doenças em 25.409 hectares; à adubação em 4.599; ao combate a pragas em 35.521, ao raleamento da sombra em 19.282, à calagem em 1.178 e à poda em 25.470.

Na Amazônia, o Serviço de Extensão do DEPEA conta com um contingente de 236 funcionários, compreendendo 52 agrônomos, 70 técnicos agrícolas, 88 funcionários de apoio administrativo e 26 de apoio operacional. Tal como na Bahia e Espírito Santo, há grande descentralização desses recursos humanos, o que assegura a presença efetiva da extensão junto ao produtor, através dos escritórios regionais e locais sediados nos pólos cacauzeiros, coordenados pelas divisões federativas do Pará, Rondônia, Amazonas, Maranhão, Acre e Mato Grosso.

A execução dos programas de extensão do DEPEA nos 48 municípios produtores de cacau da Amazônia é feita através de uma estrutura funcional, composta da Coordenadoria, sediada em Be-

lém, e de seis divisões federativas que coordenam as atividades de oito escritórios regionais. Estes, por sua vez, supervisionam os trabalhos de vinte escritórios locais de extensão com jurisdição nos municípios produtores de cacau (Ver Anexo II).

O volume de trabalho realizado nas zonas de produção de cacau no País mostra a importância irrefutável da contribuição que a CEPLAC, em seus vinte e cinco anos de vida, tem prestado através dos serviços de extensão, com o apoio da pesquisa e do crédito, no sentido de valorizar uma região que já foi foco de discórdia e desequilíbrio econômico e social, recuperar uma cultura de primordial importância econômica, preservar o valor do homem que cultiva o cacau e outros produtos, acentuar a importância da tecnologia, infundir em grande parcela da população confiança num futuro melhor por meios organizados de reivindicação e trabalho, assim como renovar a confiança do País em seus próprios valores.

Os dados estatísticos sobre a evolução da assistência técnica à cacauicultura brasileira no período 1974-1980 permitem visualizar-se o grande avanço tecnológico da cacauicultura nacional, que hoje já apresenta os maiores índices mundiais de produtividade e dentro em breve poderá assumir a liderança da produção cacauzeira mundial.

INDICAÇÕES	Medida	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Implantação de cacauais	ha	12.711	16.207	17.509	24.544	32.333	39.135	47.295	41.307
Renovação de cacauais	ha	634	962	990	3.380	4.921	5.497	8.952	7.057
Empresas assistidas	Empresa	10.367	11.271	12.337	13.845	17.302	19.141	23.812	27.230
Combate às pragas	ha	157.780	169.800	189.000	323.400	295.545	406.325	502.676	525.956
Controle de doenças	ha	19.890	26.179	34.394	76.500	110.802	131.430	176.354	186.868
Adubação	ha	114.766	97.100	96.056	149.700	165.807	218.095	230.048	222.560
Correção de solos	ha	8.709	7.948	11.205	17.100	15.401	25.702	32.258	27.990
Raleamento da sombra	ha	41.945	21.555	23.956	37.700	30.434	58.412	29.451	2.325
Produção de sementes melhoradas	1.000 sementes	33.000	40.000	41.000	63.000	70.000	83.000	87.000	82.870
Classificação de cacau	mil sacos de 60 kg	2.561	4.108	3.523	2.367	4.149	7.303	4.236	3.056
Operários treinados	operários	11.299	11.623	14.746	19.001	21.610	33.985	29.789	49.386

A CEPLAC realiza grandes esforços para a expansão e a racionalização da cacauicultura nacional.

A adoção pelos produtores das tecnologias geradas pelo CEPEC e transferidas pelo DEPEX tem contribuído para elevar acentuadamente os índices de produtividade, sendo hoje rotineiro o uso dessas práticas tecnológicas em grande proporção das unidades de produção. Também a distribuição gratuita de sementes híbridas produzidas sob rigoroso controle genético constitui um valioso elemento de estímulo e êxito na ampliação e melhoria da cacauicultura.

O suprimento de insumos e materiais agrícolas postos a disposição dos produtores em tempo hábil e a preço subsidiado, através do serviço de revenda propiciado pela CEPLAC, tem sido um fator de grande relevância para a racionalização das práticas culturais.

É interessante destacar que a partir de 1976, com o início da execução do programa "Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional 1976/1985" - PROCACAU, houve um grande incremento das atividades de extensão e foi acelerado o processo de desenvolvimento da cacauicultura, pondo em relevo a importância de haver um programa com metas bem definidas.

Por outro lado, no tocante à diversificação agropecuária, não se registram índices tão expressivos, o que se pode atribuir, em grande parte, à falta de uma clara decisão política sobre um maior envolvimento da CEPLAC neste setor e de um programa em que se definam as estratégias a seguir no tocante à pesquisa, a extensão e o crédito, bem como as metas a alcançar. Por falta dessa definição de política de diversificação agropecuária no sudeste da Bahia, há uma grande carência de informações tecnológicas e de apoio do crédito, travando a ação dos agentes de extensão que juntamente com os

agricultores não se sentem suficientemente confiantes e estimulados a trabalharem mais intensamente em cultivos diversos do cacau.

A circunstância de que a pesquisa e a extensão agrícola estejam integradas dentro de um mesmo organismo — a CEPLAC permite que os conhecimentos científicos e os procedimentos metodológicos obtidos com base nos resultados das pesquisas sejam mais prontamente transmitidos aos agricultores pelos técnicos da extensão, ao mesmo tempo que estes retroalimentam o setor de pesquisas com os problemas encontrados no campo ou sentidos pelos produtores. Também, o apoio do crédito para a execução dos projetos elaborados pelo DEPEX e contratados pelos produtores com os agentes financeiros tem sido um valioso mecanismo para o desenvolvimento da cacauicultura.

A estratégia básica do processo de extensão tem sido a de promover o aumento da produção, com ênfase no trabalho com produtores médios, tendo em conta a maior capacidade de resposta à inovações tecnológicas. Atualmente também vem sendo dada atenção aos aspectos de produtividade e qualidade, com o objetivo de melhorar os retornos econômicos do produtor e aumentar os volumes de exportação de cacau. Esta estratégia também é de interesse da própria instituição, posto que os seus serviços são financiados com a taxa de retenção que incide sobre o valor do cacau exportado.

Mais recentemente, tem havido um maior envolvimento de pequenos produtores que, concentrados em bolsões, vêm recebendo assistência técnica e financeira mais específica, bem como o apoio para o desenvolvimento de infraestruturas, com um caráter mais social.

ANEXO I

CEPLAC

DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA BAHIA E ESPÍRITO SANTO

1981

- Divisão de Extensão de Ubaitaba, com os escritórios de Ubaitaba, Ubatã, Ibirapitanga, Gongogi e Itapitanga.
- Divisão de Extensão de Gandu, com os escritórios de Gandu., Itamari, Lage, Mutuípe, Ubaíra e Teolândia.
- Divisão de Extensão de Ipiaú, com os escritórios de Ipiaú, Ibirataia, Barra do Rocha, Jequié e Jitaúna.
- Divisão de Extensão de Itagibá, com os escritórios de Itagibá, Itagi, Aiquara e Dário Pereira.
- Divisão de Extensão de Valença com os escritórios de Valença, Ituberá, Camamu, Taperoá e Nilo Peçanha.
- Divisão de Extensão de Itabuna, com os escritórios de Itabuna, Buerarema, Juçari (Distrito de Itabuna) e Itajú do Colônia.
- Divisão de Extensão de Ibicaraí, com os escritórios de Ibicaraí, Coaraci, Floresta Azul, Itororó e Ibicuí.
- Divisão de Extensão de Ilhéus, com os escritórios de Ilhéus, Itajuípe, Uruçuca e Barro Preto.
- Divisão de Extensão de Camacã, com os escritórios de Camacã, Santa Luzia (Distrito de Canavaieiras), Pau Brasil e Mascote.
- Divisão de Extensão de Una, com os escritórios de Una, Canavieiras, Arataca (Distrito de Una) e Belmonte.
- Divisão de Extensão de Eunápolis, com os escritórios de Itapebi, Guaratinga, Itamaraju, Prado e Eunápolis (Povoado dos Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália).
- Divisão de Extensão de Teixeira de Freitas, com os escritórios de Mucuri, Medeiros Neto, Itanhém, Lagedão, Ibirapuã e Teixeira de Freitas (Distrito de Alcobaça).
- Escritório Especial de Salvador, com os escritórios de Salvador e Santo Amaro, no Recôncavo Baiano.
- Escritório Especial de Linhares, no Estado do Espírito Santo.

ANEXO II

CEPLAC DEPARTAMENTO ESPECIAL DA AMAZÔNIA REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA AMAZÔNIA 1981

MUNICÍPIOS DE JURISDIÇÃO

- Divisão do Amazonas
Escritório Regional de Manaus Manaus, Manacapuru, Manicoré.
Escritório Regional de Itacoatiara Itacoatiara, Antazes, Parintins e Uruará.
- Divisão de Mato Grosso
Escritório Regional de Alta Floresta Alta Floresta (parcial).
Escritório Local de Alta Floresta Alta Floresta (Distrito de Paranaíba).
Escritório Local de Paranaíba
- Divisão do Maranhão
Escritório Local de Santa Inês Santa Inês, Arari, Bom Jardim, Pio XII,
Pindaré Mirim, Santa Luzia, Monção,
Victória do Mearim e Olho D'Água das Cunhas.
- Divisão do Acre
Escritório Local de Rio Branco Rio Branco e Senador Guiomard
- Divisão de Rondônia
Escritório Regional de Ariquemes; Ariquemes (parcial).
Escritório Local de Ariquemes
Escritório Regional de Ouro Preto
Escritório Local de Ouro Preto Ouro Preto d'Oeste.
Escritório Local de Cacoal Cacoal.
Escritório Local de Jarú Jarú.

- Divisão do Pará
 - Escritório Regional de Belém
 - Escritório Local de Santa Isabel
 - Escritório Local de Castanhal
 - Escritório Local de Tomé-Açu
 - Escritório Local de Cametá;
 - Escritório Regional da Transamazônica
 - Escritório Local de Altamira
 - Escritório Local de Brasil
 - Escritório Local de Pacal
 - Escritório Local de Transamazônica
 - Escritório Regional do Baixo Amazonas
 - Escritório Local de Alenquer
 - Escritório Local de Monte Alegre
 - Escritório Local da Rurópolis
 - Presidente Médici
 - Escritório Local de Itaituba
- Santa Isabel, Santo Antônio do Tauá, Benevides e Ananindeua.
 Castanhal, Inhangapi, S. Francisco do Pará, Igarapé-Açu.
 Tomé-Açu.
 Cametá, Macajuba, Limoeiro do Ajuru e Baião.
- Altamira, Senador José Porfírio e Portel.
 Altamira (parcial), Prainha e Porto de Moz.
 Prainha (parcial).
 Prainha (parcial).;
- Alenquer.
 Monte Alegre.
- Santarém e Oeiras.
 Itaituba.

1 A educação no processo de inovação tecnológica

Reconhecendo que capital, tecnologia e recursos naturais são elementos inertes sem a presença de recursos humanos capacitados para utilizá-los com eficácia, a CEPLAC logo se apercebeu da necessidade de dar ao campo da educação seu apoio e serviço, sob uma concepção de múltiplas facetas. Coerente com essa orientação, tem cumprido, através de suas ações, uma função de grande alcance para a região.

A atuação da CEPLAC na área da educação visa ajudar a formação do capital humano que a região requer para promover e acelerar seu processo de desenvolvimento. A seu ver, os recursos des-

tinados à educação representam um verdadeiro investimento, pelo importante papel que esta desempenha nas mudanças de comportamento e atitudes do homem do meio rural, ao motivar e facilitar a adoção de novas tecnologias no processo produtivo, e preparar, no sentido mais amplo, a população rural para a aceitação das mudanças profundas que a transformação de uma agricultura tradicional introduz na sociedade rural fundamentalmente conservadora.

Os produtores de cacau, por exemplo, para adotarem as novas tecnologias e ampliarem a fronteira agrícola, defrontaram-se com o problema da falta de recursos humanos qualificados e experimentados tanto a nível médio como de

trabalhadores de campo, sem que tivessem condições de preparar esse contingente humano. Necessidade idêntica foi sentida pelos agricultores empenhados em outros tipos de produção agropecuária. Quando a CEPLAC iniciou as atividades do programa de diversificação agropecuária, de imediato evidenciou-se a necessidade de preparar pessoal nas técnicas do manejo apropriado da agricultura e da pecuária, pois a falta de recursos humanos constituía uma barreira na aplicação das tecnologias geradas no Centro de Pesquisas do Cacau.

2. As escolas médias de agropecuária

A contribuição da CEPLAC na área educacional tem sido de grande importância para a região, com resultados expressivos no ensino informal, para treinamento de mão-de-obra, e no formal, especialmente nos níveis médio e superior. Sua atuação varia da ação direta, através dos cursos oferecidos nas escolas médias de agropecuária regional, à indireta, mediante os convênios mantidos com várias instituições públicas e privadas em apoio à educação média e superior na região.

Anteriormente à criação da CEPLAC, o ETA, o ICB e o IICA haviam firmado, no mês de junho de 1956, o Convênio ETA-25, para a criação de um Centro de Treinamento de Capatazes na Estação Experimental de Uruçuca. Nesse Centro eram oferecidos cursos intensivos de quinze dias de duração, para treinamento em práticas culturais, sanidade vegetal e processamento do cacau. Esse Projeto receberia mais tarde o apoio financeiro da CEPLAC para a intensificação de suas atividades de treinamento. Todavia, por não terem sido satisfatoriamente dinamizadas suas ações, o projeto acabou sendo encampado pela própria CEPLAC.

A EMARC - Uruçuca é importante Centro de Ensino profissionalizante e de qualificação de mão-de-obra

Em julho de 1964, o Secretário-Geral da CEPLAC, Carlos Brandão, e o Coordenador do CEPEC, Paulo de Tarso Alvim, na qualidade de assessores da Delegação do Brasil, participaram da reunião da Aliança dos Países Produtores de Cacau realizada em Lomé, no Togo. Terminada a reunião, Brandão e Alvim seguiram viagem para Nigéria, Costa do Marfim e Gana, a fim de visitarem seus serviços de pesquisa e extensão do cacau que se encontravam em estágio mais avançado do que seus congêneres brasileiros. Entre as visitas realizadas, destacou-se a que foi feita a uma escola vocacional de nível médio, situada em Bunso, perto de Tafo, em Gana, onde se desenvolvia intenso programa de treinamento de centenas de pessoas, compreendendo funcionários e pessoal de campo, nas medidas de erradicação da doença "Swollen Shot" do cacau e no controle de uma séria praga do cacauzeiro — o capsídeo. Essa visita causou a ambos grande impressão, levando a que Carlos Brandão tomasse imediatamente a decisão de transformar a Estação Experimental de Uruçuca no que viria a ser a Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira (EMARC). Assim é que no mês de setembro daquele ano já se desenvolviam os planos nesse sentido, vindo a Escola a ser inaugurada no dia 9 de maio de 1965.



Em função da análise das necessidades mais imediatas de mão-de-obra qualificada, foram oferecidos inicialmente os cursos de Administrador de Fazenda, de um ano de duração, de Prático Agrícola, de dois anos, e de Técnico Agrícola, de três anos.

Com base na Lei 5.692/71, da Educação Nacional, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia e a CEPLAC assinaram um protocolo para a implantação da reforma do ensino na área de influência do Polígono Sócio-Econômico da Região Cacaueira. A partir daí, a EMARC passou a funcionar como Centro Profissionalizante e de treinamento de mão-de-obra, atuando em dois níveis básicos:

1. **Ensino profissionalizante** — Neste nível a Escola é para a região um centro profissionalizante interescolar, proporcionando habilitações cujo mercado na região ou no País seja favorável.
2. **Qualificação de mão-de-obra** — Em regime de treinamento intensivo, do tipo atualização — preparação — reciclagem, neste nível a Escola identifica-se para a região como centro de treinamento que qualifica mão-de-obra para atender às necessidades mais urgentes da área.

Em consequência dessa reforma, o Curso de Técnico Agrícola passou a denominar-se Curso de Técnico em Agropecuária. Em 1974 foi criado o Curso de Técnico em Agrimensura e, a partir desse ano, o programa de treinamento de mão-de-obra rural antes oferecido pelo Departamento de Extensão passou a ser ministrado pela EMARC. Com o desenvolvimento da região, surgiram indústrias processadoras de alguns produtos do setor primário, as quais também se defrontaram com o problema da falta de recursos humanos qualificados na região. Essa situação levou a que fosse criado na EMARC, em 1975, o Curso de Técnico em Alimentos.

Atendendo solicitação do Governo da Bahia, motivada pela experiência e os bons resultados alcançados pela EMARC, em 27 de fevereiro de 1980 foi celebrado um contrato de comodato entre o Governo do Estado da Bahia e a CEPLAC, no qual esta assumiu o compromisso de implantar as escolas agrotécnicas construídas pelo Estado em Valença, Itapetinga e Teixeira de Freitas, que, juntamente com a de Uruçuca, passaram a funcionar com a denominação de Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC-EMARC. Para programar e coordenar as atividades de treinamento formal e não-formal de recursos humanos da competência das EMARC's, foi criado o Departamento de Educação — DEPED, que assim completou o tripé pesquisa-extensão-educação na estrutura da CEPLAC.

As EMARC's desenvolvem suas atividades ao longo de duas grandes linhas: o ensino profissionalizante a nível de segundo grau e a qualificação de mão-de-obra agrícola para o meio rural.

Os cursos profissionalizantes são oferecidos nas áreas de Agropecuária, Agrimensura e Tecnologia de Alimentos. Des-



Grande número de jovens da região tem oportunidade de se capacitar no campo da agropecuária

de 1975 esses cursos são objeto de grande interesse na região, elevando-se grandemente o número de candidatos inscritos. Em 1980 foram matriculados 885 alunos nesses cursos, sendo 419 na EMARC-Uruçuca, 107 na EMARC-Valença, 177 na EMARC-Itapetinga e 182 na EMARC-Teixeira de Freitas. As matrículas nos três cursos profissionalizantes totalizaram 718 no curso de Agropecuária; 144 no de Agrimensura e 23 no de Tecnologia de Alimentos. Dos alunos matriculados, 86 por cento procederam do sudeste da Bahia; no que respeita a seus pais, 46 por cento exerciam atividade diretamente ligada à agricultura. A quase totalidade dos alunos que frequentaram as EMARC's procedia de famílias de baixa renda, o que acentuou o benefício social proporcionado pela atuação da CEPLAC nessa área.

Nos cursos profissionalizantes, além de receberem aulas teóricas, os alunos desenvolvem trabalhos práticos no campo, em programas agrícolas orientados para lhes dar habilidades complementares à aprendizagem e proporcionar resultados financeiros através da comercialização dos produtos. Estes incluem mudas de cacau, cravo-da-índia, coco, plantas orna-

mentais, aves e suínos, geléias, doces e conservas. No cumprimento das atividades curriculares, os alunos concluintes dos cursos profissionalizantes participam de estágios supervisionados nas fazendas de cacau, em várias empresas e na própria CEPLAC, a fim de adquirirem experiência prática, facilitando assim sua incorporação ao mercado de trabalho.

No período 1965-1980, a EMARC-Uruçuca formou 1.193 técnicos, com maior incidência no Curso de Agropecuária, no qual 880 (74%) foram diplomados, enquanto que 201 (17%) receberam diplomas de Agrimensura e 112 (9%) graduaram-se em Tecnologia de Alimentos.

Um levantamento feito em 1980 sobre a localização profissional dos técnicos formados pela EMARC-Uruçuca no período 1967-1979, revelou que 422 deles, ou seja, 45 por cento, trabalhavam na CEPLAC, 113 seguiam curso superior e os demais executavam tarefas ligadas ao setor agrícola em grande número de instituições. Em 1965-1966, a CEPLAC absorveu cerca de 77 por cento desses técnicos, que não encontravam oportunidade de trabalho na região. É auspicioso notar que hoje a situação é bem diversa, pois embora o número de egressos das EMARC's venha aumentando, a maioria incorpora-se ao mercado de trabalho da região graças à tecnificação da economia cacauzeira e de outras atividades agropecuárias promovidas pela CEPLAC.

Nos cursos de menor duração e de nível inferior aos de formação de técnicos, a EMARC-Uruçuca treinou, no período 1965-1980, 28 auxiliares técnicos em agricultura e em pecuária, 93 práticos agrícolas e 425 administradores de fazenda.



Os estudantes realizam trabalhos práticos para completar sua aprendizagem

Além das metas de formação de técnicos a nível de 2º grau nas habilitações profissionalizantes para o setor primário da economia, as EMARC's desenvolvem o treinamento de mão-de-obra na sede das escolas e também nos chamados pólos de treinamento distribuídos em diversos municípios da Bahia e do Espírito Santo. Os treinamentos oferecidos em cursos práticos têm duração de cinco dias e são realizados por equipes volantes, contando com a participação do pessoal dos escritórios locais de extensão. Incluem treinamento na produção de cacau, borracha, dendê, coco, guaraná, pimenta-do-reino, cravo-da-índia, reflorestamento, pecuária e mecanização agrícola.

No período 1974-1980, foram treinados administradores de fazenda, operários rurais e fazendeiros, num total de 48.714 pessoas, das quais 40.921, ou seja, 84 por cento, receberam treinamento na produção de cacau, correspondendo o segundo maior índice à pecuária, as duas atividades prioritárias na região.

No período 1965-1980 receberam a assistência educacional das EMARC's 72.749 pessoas, assim distribuídas:

● Técnicos formados	
Agropecuária	880
Agrimensura	201
Alimentos	112
● Suplência profissionalizante em agropecuária	71
● Auxiliares técnicos em agricultura e em pecuária	28
● Práticos agrícolas	93
● Administradores de fazenda	425
● Participantes da "Semana do Fazendeiro"	8.415
● Formação profissional rural	54.841
● Outros programas de melhoria de recursos humanos	7.754
TOTAL	72.820

No mesmo período, a EMARC-Uruçuca realizou ou apoiou outras atividades de aprimoramento de recursos humanos que envolveram quase cinco mil pessoas. Tais

atividades incluíram dinâmica de grupo, aperfeiçoamento da administração sindical, técnicas didáticas, enfermagem e aperfeiçoamento de instrutores do MOBRAL, entre outras.

A "Semana do Fazendeiro", anualmente promovida na EMARC-Uruçuca, tem a finalidade de melhorar o nível empresarial existente na região, mediante a divulgação da moderna tecnologia agrícola, o intercâmbio entre agricultores e técnicos, o estímulo à agroindústria, assim como a exposição e demonstração de equipamentos especializados. Aos fazendeiros e técnicos reunidos são oferecidas palestras, consultoria técnica sobre inovações tecnológicas voltadas para as principais explorações econômicas regionais, orientação na área de educação para o lar e visitas às dependências da CEPLAC, numa verdadeira festa de confraternização.

Para a realização da Semana, o Departamento de Educação — DEPED conta com o apoio integral dos demais departamentos da CEPLAC, particularmente do DEPEX e do CEPEC. Em 1965 participaram apenas 94 produtores, enquanto nos últimos anos já se registraram até 1.500 pessoas nesses encontros, cujo total de participantes, no período 1965-1980, foi de 8.415.

Paralelamente à ação desenvolvida pelo Departamento de Educação, através das EMARC's, o Departamento de Extensão realiza atividades de treinamento para a qualificação de mão-de-obra, em caráter informal, durante as visitas de rotina dos extensionistas às propriedades assistidas pela CEPLAC. O Departamento de Educação, através de suas EMARC's, participa dos convênios da CEPLAC com várias instituições, entre as quais as seguintes: SENAR, SESEB, POLONORDESTE, SUDENE, IBDF, SUDHEVEA, FESPI, Instituto Baiano do Fumo, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia e Universidade Federal da Bahia.

No final de 1978, a CEPLAC firmou convênio com o Serviço Nacional de For-

mação Profissional Rural (SENAR), do Ministério do Trabalho, para capacitação de produtores e trabalhadores rurais vinculados ao cultivo do cacau na Amazônia, com a finalidade de proporcionar maior apoio de mão-de-obra capacitada, tendo em vista a consecução dos objetivos de desenvolvimento da cacauicultura naquela região. Assim, com o apoio da Divisão de Mão-de-Obra da EMARC-Uruçuca, e com recursos financeiros do SENAR, o Departamento Especial da Amazônia (DEPEA) ofereceu cursos rápidos e práticos, orientados para a produção de cacau (formador de cacauais, combatador de pragas, controlador da "Vassoura de Bruxa", podador de cacaueiro e beneficiador de cacau).

3 A universidade da região cacaueira

Durante muitos anos manteve-se latente o anseio generalizado no sentido de se contar com uma universidade na região, onde três faculdades funcionavam em precário estado. No primeiro Congresso Brasileiro de Cacau, realizado em julho de 1967, esse anseio tomou forma com a aprovação de uma proposta de criação da Universidade de Santa Cruz, a situar-se na região cacaueira da Bahia.

No início dos anos setenta, o Governo da Bahia criou, por lei, a Universidade Estadual do Sul da Bahia, que não pôde se materializar por não estar o Governo Estadual em condições de implantar e manter uma nova universidade.

Apoiando a FESPI, a CEPLAC dá importante contribuição para a melhoria do nível cultural da região cacaueira da Bahia



A idéia da criação da universidade recebeu de imediato o apoio da CEPLAC, que alocou recursos financeiros para sua construção. Foi adotada a estratégia de aproveitar, unificar e fortalecer as faculdades existentes nas cidades de Ilhéus e Itabuna. No dia 2 de setembro de 1973, era criada a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI), formada pela Faculdade de Direito de Ilhéus, pela Faculdade de Filosofia e Letras de Itabuna e pela Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna. A FESPI, que surgiu da necessidade de superar problemas educacionais da maior região produtora de cacau do Brasil, constitui-se hoje no mais importante empreendimento educacional de nível superior da região, desempenhando importante papel na formação profissional de centenas de jovens sul-baianos.

O apoio da CEPLAC consiste no suprimento de recursos financeiros para a construção do campus da Universidade de Santa Cruz, localizado na vila de Salobrinho, na Rodovia Ilhéus-Itabuna, com capacidade prevista para 3.500 alunos. Desde 1972 a CEPLAC contribuiu com cerca de 200 milhões de cruzeiros (em valores constantes de 1980) para a construção da Universidade.

No momento, a FESPI oferece cursos de Administração, Ciências (licenciatura em 1º grau), Direito, Economia, Estudos Sociais, Filosofia, Letras e Pedagogia, correspondendo a maior procura de vagas aos cursos de Direito, Administração e Economia. No período 1974-1980, o total de estudantes matriculados elevou-se a 16.492, dos quais 2.001 foram diplomados. Na sua quase totalidade os alunos procediam da subárea cacauzeira da Bahia, com grande contingente oriundo dos municípios de Itabuna e Ilhéus.

Além de contribuir para a formação de pessoal de nível superior, a CEPLAC, juntamente com a FESPI e outras entidades, desenvolve importantes projetos comentados a seguir:

Em 1978, em convênio com a CE-

PLAC, a FESPI lançou o Projeto Tosta Filho para dar aos estudantes uma aprendizagem direta da realidade econômica e social da região cacauzeira, através da prática orientada de prestação de serviços relacionados com seus cursos e os interesses sócio-econômicos da região. Um tipo de Projeto Rondon regional, no sentido de integrar a FESPI com os problemas de desenvolvimento local e regional. Desde seu início, 278 estudantes já participaram desse programa, que recebeu da CEPLAC ajuda financeira superior a 11 milhões de cruzeiros (de 1980).

Outro projeto de extensão desenvolvido com o apoio da CEPLAC é o Projeto Porto Seguro, cujo objetivo é a restauração e preservação do patrimônio histórico das cidades de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. A finalidade do projeto é apoiar, desenvolver e difundir a cultura científica, literária e artística dentro de um plano integrado dessas duas cidades. Desde 1978 a CEPLAC contribuiu com mais de 13 milhões de cruzeiros (de 1980) para esse projeto.

Expressivo apoio financeiro da CEPLAC também é dado a um convênio especial para a ampliação e a especialização do quadro de pessoal docente e administrativo da FESPI. Desde o estabelecimento do convênio, em 1978, muitos docentes foram beneficiados. Professores das áreas de Administração, Economia e Direito participaram de cursos de especialização realizados em 1978; quatro professores foram encaminhados em 1979 para cursos de mestrado, seis participaram do mesmo ano de um curso de Didática para professores de ensino superior realizado na Universidade Católica de Minas Gerais e cinco saíram em 1980 para cursos de mestrado, todos patrocinados por recursos que somam 19 milhões de cruzeiros (de 1980), proporcionados pela CEPLAC. Além de possibilitar o aperfeiçoamento do corpo docente, o apoio da CEPLAC permitiu a contratação de vários professores, todos com título de pós-graduação, contribuindo

para melhorar o nível de ensino da FESPI.

Apoiando o ensino superior, a CEPLAC proporciona oportunidades para a formação profissional de jovens na região cacauzeira da Bahia.

CURSO	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	TOTAL
Administração	—	—	—	—	—	58	40	98
Ciências	77	55	45	41	27	29	20	294
Direito	27	33	41	49	65	68	49	332
Economia	27	29	40	51	24	14	40	225
Estudos Sociais	49	27	32	32	21	11	20	192
Filosofia	12	25	13	2	3	3	6	64
Letras	35	75	41	17	33	18	18	237
Pedagogia	43	79	150	102	67	57	61	559
TOTAL	270	323	362	294	240	258	254	2.0001

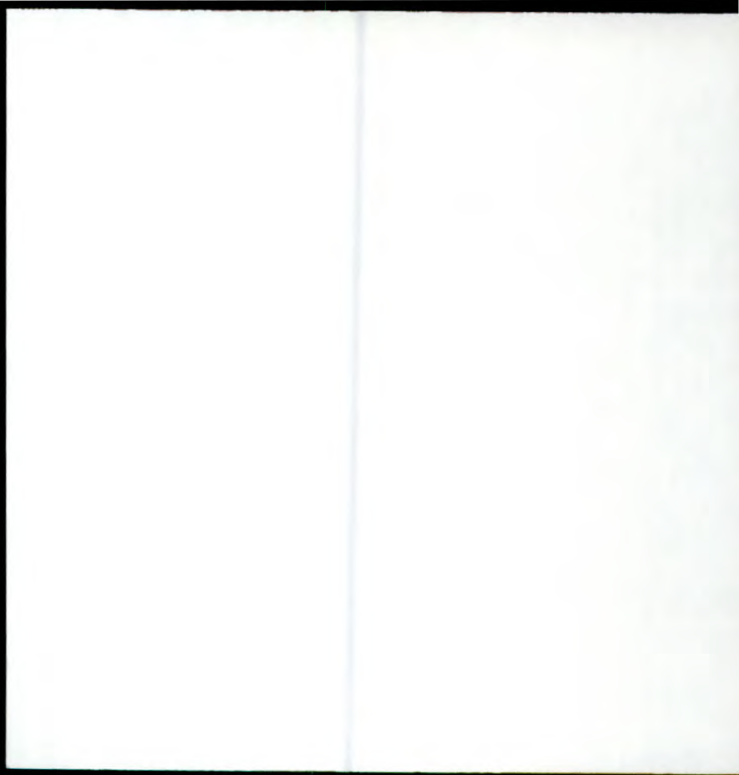
FONTE: FESPI, relatórios anuais.

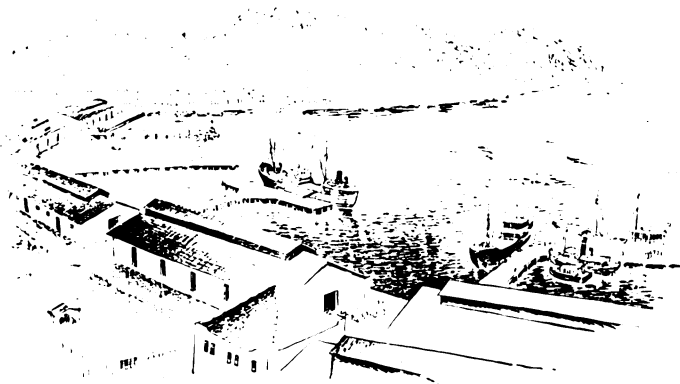
O Projeto de Atividades Culturais Cacau (PACCE), criado em 1974 através de um convênio entre a CEPLAC, o Instituto de Cacau da Bahia, a COPERCA-CAU, o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau e a Universidade de Santa Cruz, com o objetivo de localizar, incentivar e promover os valores culturais e artísticos do sul da Bahia, foi dinamizado com o apoio da CEPLAC. Esta colabora ainda com dois outros programas: apoio às atividades de pesquisa e implan-

tação e operação de um Centro Comunitário de Saúde da FESPI.

O apoio da CEPLAC à criação da Universidade de Santa Cruz foi imprescindível à sua concretização. A FESPI está longe de ser uma universidade consolidada, mas a sua instituição, o impacto da abertura de novos horizontes para a juventude da sua área de influência e o apoio ao desenvolvimento econômico e sócio-cultural da região já são muito positivos.







Como parte integrante do modelo de fortalecimento da cacauicultura, os esforços da CEPLAC no setor da educação são direcionados prioritariamente ao ensino a nível de 2º grau profissionalizante, na Bahia, bem como o treinamento da mão-de-obra por meio de cursos de curta duração. Estes esforços constituem importantes formas complementares de ação para o alcance dos grandes objetivos de desenvolvimento da economia cacauieira propiciando a formação de mão-de-obra qualificada e capacitando o trabalhador rural para a execução mais eficiente das práticas agrícolas envolvidas nas tecnologias transferidas para o aprimoramento da cacauicultura e a diversificação agropecuária.

A realização anual da Semana do Fazendeiro na Bahia é um evento de grande importância, possibilitando o encontro de técnicos e especialistas da CEPLAC com um grande número de

produtores para o intercâmbio de informações sobre problemas e avanços tecnológicos, em um ambiente de conagraçamento.

A Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI), que foi implantada e funciona com o apoio da CEPLAC, oferece a um grande número de jovens da região cacauieira a oportunidade de realizarem cursos de nível universitário.

Ainda, no tocante ao ensino primário, a CEPLAC apoia a construção e a recuperação de prédios escolares.

Todos esses esforços em prol da difusão do ensino no meio rural têm, por outra parte, um apreciável impacto social, por contribuírem para a melhoria dos níveis de renda do homem do campo com reflexos no bem-estar da família rural.

ESFORÇO CONJUGADO FAZ CRESCER A PRODUÇÃO

8

1 Aumenta a produção

Desde o início, as diretrizes básicas que traçaram o rumo das ações da CEPLAC deram sua maior ênfase à produção. Sobrepondo-se à questão de preços ou às estratégias de comercialização, o estudo da planta e o aumento da produção de cacau têm constituído o empenho máximo da instituição. Como o cacau é produto de cultivo permanente, sujeito a flutuações de preço no mercado internacional, a estratégia da CEPLAC tem-se orientado para a manutenção e crescimento do nível de produção e produtividade, como a mais segura forma de garantir o máximo de benefício para as regiões produtoras e para o País. Assim, a análise da evolução e comportamento

da produção brasileira de cacau mostra claramente os resultados das ações da CEPLAC e seu impacto na economia caçueira do País. Tal análise aponta resultados positivos e dignos do conceito de que goza a CEPLAC, de uma instituição eficiente, responsável pela transformação de um processo produtivo agrícola tradicional e problemático num moderno empreendimento agrícola.

Sob esse aspecto, o reflexo das ações da CEPLAC pode ser sentido nestes três resultados: o aumento do volume da produção; os incrementos por hectare, ou seja, melhores índices de produtividade, e a incorporação de novas áreas plantadas ou renovadas nas regiões produtoras de cacau.

Em 1957-1958, nos primórdios da CEPLAC, a produção brasileira de cacau totalizava 160 mil toneladas, ascendendo, porém, no ano agrícola internacional de 1959-1960, a 198 mil toneladas. A seguir, em consequência da combinação de fatores climáticos desfavoráveis, preços baixos e decadência da lavoura, a produção entrou em baixa, a qual culminou, no ano de 1962-1963, no índice de apenas 111 mil toneladas. No que se refere

Ano	Bahia	Brasil	Mundo	Relação Brasil/Mundo
1950-51		155	813	19
1951-52		56	652	9
1952-53		140	811	17
1953-54	160	163	788	21
1954-55	137	139	815	17
1955-56	165	168	855	20
1956-57	155	158	911	17
1957-58	156	160	786	20
1958-59	168	171	923	19
1959-60	181	198	1.053	19
1960-61	116	122	1.189	10
1961-62	110	116	1.140	10
1962-63	105	111	1.176	9
1963-64	117	123	1.234	10
1964-65	113	116	1.508	8
1965-66	165	170	1.226	14
1966-67	167	172	1.351	13
1967-68	136	144	1.354	11
1968-69	157	165	1.242	13
1969-70	193	201	1.435	14
1970-71	173	182	1.499	12
1971-72	156	167	1.583	11
1972-73	150	162	1.398	12
1973-74	233	246	1.448	17
1974-75	255	273	1.548	18
1975-76	239	258	1.510	17
1976-77	216	234	1.339	17
1977-78	265	283	1.503	19
1978-79	296	314	1.480	21
1979-80	278	294	1.616	18
1980/81*	333	354	1.666	21

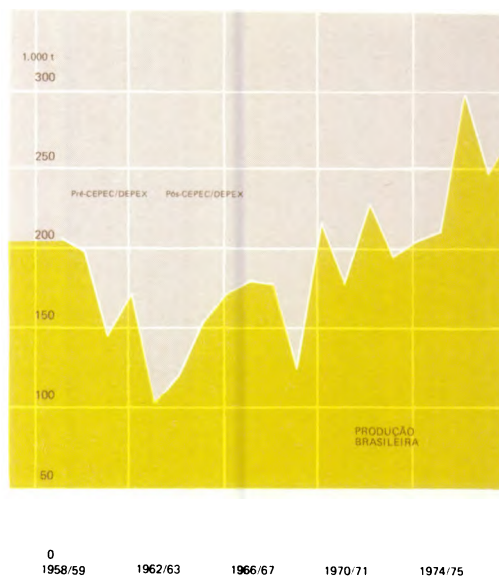
FONTE: Gill & Duffus. Cocoa Statistics.

*Estimativa

A produção de cacau no Brasil atinge os seus maiores níveis com o apoio da CEPLAC.

à participação da cacauicultura brasileira na mundial, observou-se idêntico fenômeno. Nos anos cinquenta ela representava cerca de 20 por cento da produção mundial; no ano de 1964-1965 baixou para apenas 8 por cento, antes de retornar ao nível dos 20 por cento em fins da década de 1970.

Embora os anos iniciais da instituição fossem caracterizados pela assistência financeira à recomposição de dívidas, des-



FONTE: "Cacau Informe Econômico - Vol. II nº IV CEPLAC, Abril 1980"

A ação da assistência técnica da CEPLAC faz tornar nitidamente ascendente a curva de produção de cacau.

de o início, o objetivo da CEPLAC visava ao melhoramento do processo produtivo. No primeiro relatório anual da instituição, de 1957, Tosta Filho já dizia que se buscava "uma solução que não fosse apenas de caráter transitório ou de emergência, mas que se constituísse em uma série de medidas de profunda repercussão para a solidificação da situação econômica futura da grande lavoura baiana".⁷ Daí a elaboração do Plano visando, de um lado, a regularizar a situação financeira dos lavradores e, do outro, ao melhoramento estrutural da lavoura, com a restauração de plantações decadentes, aperfeiçoamento dos processos culturais, renovação ou fornecimento de equipamento garantidor do melhor produto.

Uma vez consolidados os serviços de extensão e pesquisa da CEPLAC nos anos sessenta, o processo de declínio da produção cacauífera inverteu-se, registrando-se hoje níveis inéditos de produção, que se traduzem em importante fonte de divisas para o País. O significado econômico desse aumento pode ser medido pelo valor das exportações de cacau, que, da média anual de US\$ 94,7 milhões no período 1951-1955, ascendeu a US\$ 725,5 milhões no período

1976 - 1980, depois de ter baixado até 48,6 milhões no período 1961 - 1965.

A contribuição da atividade cacauieira para o produto interno líquido do setor agrícola mostra comportamento semelhante. No período 1951-1955 a cacauicultura representava 1,75 por cento do produto total do setor, caiu para 1,15 por cento do período 1961-1965 e chegou ao nível de 3,44 por cento no quinquênio 1976-1980, praticamente o dobro do que representava na época pré-CEPLAC.

Utilizando-se a média móvel de três anos de produção, a fim de eliminar em parte os distúrbios de anos excepcionais, pode-se comparar as tendências da produção brasileira com as do resto do mundo. Desde o ano de criação da CEPLAC (ano agrícola de 1957-1958) até o pe-

Ano	Em 1.000 t				
	Brasil	Costa do Marfim	Nigéria	Gana	Mundo
1957-58	167	58	120	246	873
1958-59	180	55	127	264	921
1959-60	167	71	166	340	1.055
1960-61	148	79	183	393	1.127
1961-62	118	93	190	429	1.168
1962-63	119	95	197	430	1.183
1963-64	119	117	199	479	1.306
1964-65	139	120	234	475	1.323
1965-66	156	137	250	455	1.362
1966-67	164	137	230	407	1.310
1967-68	161	147	233	381	1.316
1968-69	170	158	218	392	1.344
1969-70	183	169	241	382	1.392
1970-71	183	196	262	424	1.506
1971-72	170	196	268	425	1.493
1972-73	192	205	237	411	1.476
1973-74	227	211	223	382	1.465
1974-75	259	227	215	375	1.502
1975-76	255	234	198	365	1.466
1976-77	258	255	195	328	1.451
1977-78	277	282	169	279	1.441
1978-79	297	330	170	269	1.534
1979-80	304	343	153	270	1.550

FONTE: Gill & Duffus, *Cocoa Statistics*, April 1980.
(Média móvel de três anos)

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de cacau.

riodo 1979-1980, a média móvel trienal da produção brasileira aumentou 82 por cento, de 167 mil para 304 mil toneladas. No mesmo período, a produção mundial aumentou 78 por cento, incremento semelhante ao brasileiro.

Antes de entrar nos detalhes da ex-

periência brasileira para aumentar o rendimento de suas áreas produtoras, é oportuna uma apreciação do papel dos preços internacionais no comportamento da produção brasileira de cacau. A influência desses preços é inegável. No período 1950-1967 houve alguns anos de grande variação no preço pago ao produtor brasileiro, embora com tendência para queda gradual, correspondendo a 556 cruzeiros constantes de 1980 o preço médio naquele período.

A partir de 1968 os preços internacionais cresceram sensivelmente com repercussões diretas no preço pago ao produtor brasileiro. O preço máximo foi atingido em 1977, quando a produção mundial caiu em virtude das menores safras de Gana e Nigéria, principalmente, enquanto a procura mundial permanecia alta, contribuindo para que o preço da arroba de cacau chegasse ao recorde de 2.664 cruzeiros (em valores constantes) e a média dos anos 1968-1980 ficasse em Cr\$ 1.190/arroba, mais do dobro da média dos anos 1950-1967.

Os preços registrados no período 1968-1980, justamente o de maior aumento da produção e de firme atuação da CEPLAC, com todas as suas ações em pleno vigor, foram os maiores jamais vistos. Esse quadro dificulta a formulação de uma hipótese sobre o que teria acontecido na ausência da CEPLAC, por não existir experiência anterior semelhante.

Afigura-se claro, entretanto, que a receptividade dos produtores às ações da CEPLAC também foi positivamente influenciada pelos altos preços pagos pelo produto. Mas uma lavoura extrativista em fase de declínio, como se apresentava a cacauicultura antes da CEPLAC, não teria tido condições de valer-se da tecnologia ou do conhecimento necessário para tirar proveito da alta dos preços e aumentar a produtividade. Por outro lado, se no período de maior aumento da produção os preços ao produtor se tivessem mantido no nível dos anos anterior-

res, é indubitável que o aumento registrado teria sido menor, com ou sem a ação da CEPLAC, mas se esta não existisse, também é inegável que a elevação dos preços não teria resultado no grande aumento de produção registrado.

Em recente estudo de avaliação dos benefícios da atuação da CEPLAC para a lavoura cacaueteira e o País, sua Assessoria Econômica assim sintetizou suas conclusões:

A. Em relação à lavoura:

a. a produção total no período pós-CEPLAC atingiu 4,919 milhões de toneladas, com um superávit estimado em 1,521 milhão de toneladas em relação à produção estimada da região sem o apoio da CEPLAC, significando, em média, o incremento de 66 mil toneladas anualmente;

b. esse aumento de produção permitiu que fossem auferidas, no período 1957-1958 e 1979-1980, receitas totais da ordem de US\$ 7,966 bilhões (valor constante de 1980), sendo que US\$ 2,832 bilhões podem ser considerados receitas adicionais, representando um incremento médio anual da ordem de US\$ 123,16 milhões;

c. comparando-se os aumentos das receitas líquidas do produtor com as deduções conseqüentes da aplicação da cota de contribuição destinada a manter os serviços da CEPLAC, concluiu-se que para cada dólar contribuído pela lavoura houve um retorno médio de 3,35 dólares (valor constante de 1980), o que significou a recuperação do capital inicial e mais 2,35 dólares.

B. Em relação ao País:

a. graças ao aumento da produção, o Brasil pôde elevar as exportações de cacau do nível de 116 mil toneladas/ano (média de 1947-1948 a 1956-1957) para o de 177 mil toneladas/ano (média de 1957-1958 a 1979-1980). perfazendo a exportação global de 3,895 milhões de toneladas no período, já incluído nesse

volume o incremento total de 1,343 milhão de toneladas, ou seja, 61 mil toneladas em média por ano, em comparação com o período pré-CEPLAC;

b. a receita total das exportações de cacau atingiu US\$ 9,502 bilhões (valor constante de 1980), dos quais 38,6 por cento, ou seja, US\$ 3,665 bilhões, corresponderam aos incrementos decorrentes do esforço conjunto produtores/CEPLAC, representando um aumento médio anual de US\$ 166,6 milhões;

c. considerando os incrementos nos volumes e valores da exportação, assim como os valores da cota de contribuição, para cada dólar contribuído pela lavoura e aplicado na CEPLAC houve não apenas a recuperação do capital representado pela cota, como também um adicional de 3,37 dólares (valor constante de 1980) para o País, o que dá uma relação média custo/benefício de 4,37 dólares para o período 1958-1959 a 1979-1980;

d. vale ressaltar que as relações custo/benefício estimadas para o período refletem apenas os efeitos diretos da evolução da produção e da exportação do cacau e levaram em conta todos os custos da CEPLAC, inclusive as aplicações em outras atividades, os investimentos e inversões, a formação do patrimônio, etc. Isso significa que as aplicações canalizadas para as áreas de diversificação agropecuária, fortalecimento da infra-estrutura e formação de patrimônio originaram benefícios econômicos e sociais que podem ser considerados subprodutos gratuitos dos resultados obtidos com o cacau, que não foram economicamente quantificados nesse estudo, mas que, sem dúvida, representam aplicações de alto interesse econômico e social;

e. o patrimônio da CEPLAC, se atualizados seus valores, deve aproximar-se muito do tributo da lavoura à cota de contribuição, representando mais uma garantia de retorno para o capital aplicado;

f. por outro lado, com o incremento

de US\$ 3,665 milhões de receitas oriundas das exportações, infere-se que os Estados e municípios produtores foram amplamente beneficiados, principalmente sob a forma de aumento de suas rendas;

g. também os setores comercial e industrial puderam, através da maior oferta de matéria-prima, desenvolver-se e crescer quantitativa e qualitativamente;

h. como se vê, a cota de contribuição e a CEPLAC têm sido, para os produtores e para a Nação, um instrumento gerador de rendas e benefícios coletivos.

2 Melhora a produtividade

Para melhor entender o expressivo aumento da produção brasileira de cacau no período de atuação da CEPLAC, é interessante separar o incremento da produção resultante da expansão da fronteira agrícola cacauzeira do acréscimo oriundo de maior rendimento por hectare. Este acréscimo, no caso brasileiro, representa a fonte principal do incremento de produção obtido graças ao aumento da produtividade de áreas velhas, plantadas antes da criação da CEPLAC.

Os dados anteriores a 1965 sobre a área plantada não são muito fidedignos, situação que torna as estimativas de produtividade mais difíceis. Mesmo assim, há indicadores que permitem uma análise histórica dos rendimentos de áreas produtoras de cacau. Segundo o PROCACAU, na Bahia a produtividade no triênio 1935-1938 foi de 510 kg/ha; no período 1945 - 1946 a 1947-1948 foi de 316 kg/ha e no de 1955-1956, de 419 kg/ha. Essas estimativas harmonizam-se com a informação constante dos Anuários Estatísticos do Brasil, do IBGE, que indicam para o triênio 1955-1957 uma produtividade de 433 kg/ha. Segundo o IBGE, a produtividade das áreas cacauzeiras da Bahia caiu paulatinamente a partir de 1954, até o nível mais baixo já alcançado de 304 kg/ha em 1962. A partir

de 1963, a produtividade começa a subir, atingindo o seu rendimento máximo, de 751 kg/ha, em 1979.

Ano	Bahia	kg/ha Brasil
1962	315 ¹	310 ¹
1963	312	305
1964	336	316
1965	366 ²	351
1966	392	351
1967	356	337
1968	386	367 ²
1969	385	383
1970	470	465
1971	449	447
1972	471	475
1973	463	455
1974	547	531
1975	577	560
1976	612	596
1977	602	589
1978	669	652
1979	698	663
1980	721 ³	675

FONTE: Elaborado com dados de:
 1. "Anuários Estatísticos do Brasil" - IBGE, kg/ha área cultivada
 2. CEPLAC/SECRE - "PROCACAU: Avaliação dos Primeiros cinco anos, kg/ha de área em produção (AAB)
 3. CEPLAC/ASSEC.

Os expressivos índices de produtividade resultam da tecnificação da cacauicultura nacional, com base no trabalho de pesquisa e extensão da CEPLAC.

Utilizando a média móvel de três anos, vê-se que a produtividade do cacau na Bahia, que no período correspondente a 1962 foi de 315 kg/ha, subiu para 721 kg/ha em 1980, o que dá um incremento de produtividade igual a 129 por cento. No mesmo período, a produtividade no Brasil aumentou 118 por cento, de 310 kg/ha para 675 kg/ha.

O incremento da produtividade em mais de 100 por cento em dezoito anos é resultado em grande parte, do impacto dos esforços envidados pela CEPLAC nos campos da pesquisa, treinamento e assistência técnica para modernizar um processo produtivo antes caracterizado pelo extrativismo.

A elevação dos índices de produtividade nas áreas cacauzeiras do Brasil suplantou o aumento registrado em todos os principais países produtores, sendo o nível absoluto de rendimento por hectare também de todos o mais alto. Segundo

informações da FAO, a Costa do Marfim conseguiu aumentar sua produtividade em 93 por cento no período 1965-1980 (utilizando também média móvel de três anos), ao evoluir de 316 kg/ha para 610 kg/ha. O mesmo fez Gana, em 76 por cento, passando da média de 174 kg/ha no período 1953-1957 para a de 307 kg/ha em 1972, embora a partir de 1973 baixasse de novo, registrando 180 kg/ha em 1979. Nos Camarões também houve um aumento significativo, de 63 por cento, com a evolução de 214 kg/ha em média no período 1961-1965 para 348 kg/ha em 1979.

Tal como foi observado a respeito do volume de produção, o caso brasileiro torna-se ainda mais notável por representar grande aumento de produtividade após uma tendência para declínio que se manteve por muitos anos. Ao contrariar a tendência histórica de decadência da lavoura cacaueteira brasileira, invertendo esse processo e alcançando índices de produtividade inéditos nos países com grandes áreas em produção, o caso brasileiro merece uma análise mais profunda para explicar o fenômeno, cujo resultado aponta os esforços e êxitos da CEPLAC. Levando a moderna tecnologia ao campo e gerando novas tecnologias de produção, afigura-se claro que a CEPLAC é responsável pelas profundas mudanças no processo produtivo que motivaram o aumento extraordinário de rendimento por hectare de cacau. Esta interpretação é fortalecida pela análise do aumento de produtividade registrado nas áreas plantadas antes da CEPLAC e que por ela foram assistidas.

Com base nos indicadores da área total em produção e da produtividade das novas áreas plantadas com a tecnologia criada ou divulgada pela CEPLAC, é possível estimar a produção oriunda das áreas novas e velhas e, por conseguinte, a produtividade das áreas existentes anteriormente às atividades de pesquisa e extensão da CEPLAC.

Um levantamento feito pelo DEPEX, com base em 3.026 observações, revelou a produtividade dos novos cultivos por idade das plantações. Segundo esses dados, os cacauais novos entram em produção no terceiro ano de campo com um pequeno rendimento de 10,5 kg/ha. Quando atingem a idade de 11 anos, a produção estabiliza em 1.320 kg/ha, que, comparada com a dos plantios velhos, indica uma produtividade aproximadamente 100 por cento maior.

Embora a área que foi implantada e renovada seja muito ampla, a grande maioria do cacau produzido na Bahia ainda provém de áreas plantadas antes dos anos sessenta. Em 1970, representava mais de 99 por cento da produção total e, em 1980, cerca de 87 por cento. Comparados os rendimentos da área velha com os da área total em produção, observa-se que a pequena produtividade dos plantios novos em suas primeiras safras faz baixar a média da área total. Com o passar dos anos, a situação deverá inverter-se, com a produtividade média destes elevando-se a níveis superiores aos registrados nas plantações velhas.

3 O cacau em expansão

Em 1976 a CEPLAC lançou o PRÓ-CACAU, programa que tem por meta expandir a área de cultivo do cacau no Brasil em um total de 351,3 mil hectares (sendo 170 mil na Amazônia) e renovar 98,7 mil hectares na Bahia e no Espírito Santo até 1985, para elevar a produção de cacau a 700 mil toneladas na última década do século XX. Essa meta deverá ser alcançada tanto com o aumento da produtividade nas áreas plantadas anteriormente ao PROCACAU, como com a alta produtividade das áreas em expansão e as renovadas na Bahia e no Espírito Santo e das novas áreas sendo implantadas na Amazônia. Seguindo essa programação, a área de plantio tem se expandido muito nos últimos anos. Estima-se que em 1965 existiam 400 mil hecta-

res ocupados com cacau na Bahia e o total de 415,8 mil hectares no Brasil. Em 1981, essas áreas ampliaram-se para 576,6 mil hectares na Bahia e 679,1 mil no Brasil, representando um incremento

Anos	Área ocupada		Relação Bahia/Brasil (%)
	Bahia	Brasil	
1965	400.000	415.841	96,2
1966	400.150	422.848	94,6
1967	402.241	425.310	94,6
1968	403.259	426.628	94,5
1969	404.032	428.337	94,3
1970	405.561	430.899	94,1
1971	408.309	435.172	93,8
1972	412.587	439.810	93,8
1973	419.748	448.192	93,7
1974	431.693	462.017	93,4
1975	444.556	476.851	93,2
1976	457.053	494.360	92,5
1977	472.755	518.904	91,1
1978	493.886	551.237	89,6
1979	517.193	590.372	87,6
1980	548.751	637.667	86,1
1981	576.600	679.070	84,9

FONTE: CEPLAC/ASSEC - PROCACAU. Avaliações 1976-1980 e 1976-1981 (versões preliminares).

Com a implementação do PROCACAU, a área de cultivo do cacau vem tendo grande expansão.

de 44 por cento na Bahia e 63 por cento no Brasil. Todavia, em virtude da existência de novos plantios, por expansão ou renovação de cacauais, as áreas em produção correspondem a 446,1 mil e 500,7 mil hectares, respectivamente, na Bahia e no Brasil.

A implantação de 263,3 mil hectares no Brasil e a renovação de quase 31,0 mil hectares de cacaueiros decadentes na Bahia e no Espírito Santo bem refletem o sucesso dos esforços da CEPLAC no sentido de melhorar o perfil da lavoura cacauieira e assegurar altos níveis de produção e produtividade no futuro.

A maior taxa de crescimento da área plantada fora da Bahia tem feito com que a porcentagem correspondente a este Estado, na área total ocupada com cacau no Brasil, venha decrescendo historicamente, baixando de 96 por cento em 1965 para 85 por cento em 1981. Além da expansão da cacauicultura no Recôncavo

do Baiano, uma área não tradicional de produção, as áreas de maior expansão localizam-se no Espírito Santo e na Amazônia, particularmente em Rondônia e no Pará. No Espírito Santo a área ocupada cresceu de 16.212 hectares em 1967 para 25.500 em 1981, representando um incremento de 57 por cento no período.

O resultado mais notável das ações da CEPLAC dirigidas para o aumento da área de produção de cacau no Brasil gerou-se nas regiões cacauíferas da Amazô-

Anos	Área	
	ocupada (ha)	em produção (ha)
1966	6.857	—
1967	6.857	—
1968	6.859	—
1969	6.860	6.857
1970	6.878	6.857
1971	8.257	6.859
1972	8.430	6.860
1973	8.708	6.878
1974	9.191	8.257
1975	10.327	8.430
1976	14.279	8.708
1977	22.362	9.191
1978	32.292	10.327
1979	47.366	14.279
1980	61.471	22.362
1981	76.920	32.292

FONTE: CEPLAC/ASSEC - PROCACAU Avaliações 1976/1980 e 1976/1981 (versões preliminares)

A expansão do cultivo do cacau na Amazônia teve início com a implantação do PROCACAU em 1976

na. Em 1966 o cacau ocupava uma área de 6.857 hectares na região, sem registros fidedignos de produção. Quinze anos depois, em 1981, já existiam 76.920 hectares plantados com cacau, dos quais apenas 32.292 ha estavam produzindo. Merece destaque o fato de que correspondeu ao quinquênio 1976-1981, refletindo o apoio do programa PROCACAU, a intensificação do cultivo de cacau na Região Amazônica, com 60.669 novos hectares plantados.

Os dados indicam que os resultados econômicos da produção dessas novas áreas somente se acentuarão nos próximos anos, à medida que a idade de plena produção dos cultivos for atingida. Não há dúvida, porém, de que resultados muito expressivos serão obtidos durante muitos anos, em consequência da ação da

CEPLAC nos seus primeiros 25 anos de vida.

4 Seis anos de PROCACAU

Uma avaliação dos primeiros seis anos de implementação do PROCACAU, feita pela Assessoria Técnica da CEPLAC, dá uma visão do grande impulso havido no fortalecimento da economia cacauera no período 1976-1980, com o apoio da CEPLAC consubstanciado nos seguintes resultados:

- a produção brasileira de cacau teve um acréscimo de 41 por cento, passando da média anual de 207,7 mil toneladas (1971 - 1976) para a de 292,8 mil (1976-1981);
- a produtividade elevou-se 29,7 por cento, de 489 kg/ha (1971-1976) para 634 kg/ha (1976-1981), esta a maior do mundo entre os principais países produtores de cacau;
- a área cultivada cresceu 42,4 por cento, de 476,8 mil hectares em 1975 para 679,0 mil em 1981, refletindo o acréscimo de 202,2 mil hectares;
- a área em desenvolvimento expandiu-se 287 por cento, ao evoluir de 50,6 mil hectares em 1975 e alcançar, em 1981, 196,1 mil (mais 145,5 mil hectares);
- a área em produção elevou-se 16,7 por cento, de 428,8 mil hectares para 500,7 mil (mais 71,9 mil hectares);
- a Bahia implantou 131.646 novos hectares, e renovou 30.185 hectares;
- o Espírito Santo implantou 3.979 novos hectares e renovou 622 hectares;
- a Amazônia implantou 66.543 novos hectares;
- a receita de exportação cresceu 4,2 vezes, alcançando US\$ 4,228 bilhões em 1976-1981, refletindo um incremento de US\$ 3,228 bilhões no total, ou US\$ 704,7 milhões na média/ano;
- a participação do setor cacau na pauta de exportação brasileira evoluiu de 3,2 para 5,2 por cento, o que representa 62,5 por cento de aumento até 1980;
- a produção crescente das novas áreas

poderá proporcionar, até o final da década, receitas médias adicionais de US\$ 537 milhões por ano, dependendo, evidentemente, dos preços no mercado internacional;

- o investimento dos produtores deverá produzir ingressos líquidos cada vez maiores, esperando-se, a partir de 1990, uma receita líquida de US\$ 357,27 milhões por ano;
- a expansão da atividade cacauera fez com que fossem gerados entre 34.000 e 37.000 empregos permanentes na Bahia e no Espírito Santo e entre 10.000 e 15.000 na Amazônia (total de 44.000 a 52.000), além de 33.000 empregos temporários em todo esse universo de trabalho;
- a taxa interna de retorno anual do capital investido e do custeio foi estimada em 20,3 por cento para o País;
- a produção de chocolate sob todas as formas (estimulada por campanhas publicitárias com a participação da CEPLAC) cresceu 60 por cento, de 75.800 para 122.000 toneladas.
- o consumo **per capita** de chocolate passou de 688 gramas em 1976 para 1.034 gramas em 1981, apresentando evolução de 50 por cento;
- o consumo interno de cacau cresceu 79 por cento, passando de 25.260 para 45.200 toneladas;
- a receita auferida pelo consumo interno correspondeu a cerca de US\$ 521 milhões, o que eleva o incremento, durante o quinquênio (1976 - 1980) de US\$ 2,618 bilhões para aproximadamente US\$ 3 bilhões (no quinquênio 1971-1975 o mercado interno gerou aproximadamente US\$ 200 milhões de receita);
- os 202.200 hectares implantados nos últimos seis anos. (1976-1981) equivalem a mais de 50 por cento da implantação feita nos 200 anos de cacauicultura baiana (400.000 hectares), desde que se plantou o primeiro cacauero em Canavieiras, fato que muito dignifica os cacauicultores e demonstra a perpetuidade da fibra dos pioneiros: a História se repete

sob outra forma.

As duas séries de dados apresentados prestam-se à reflexão sobre o trabalho altamente positivo da CEPLAC nestes dois períodos distintos: desde sua fundação e nos últimos seis anos.

5 A produção diversificada

Com o passar dos anos, face à consolidação dos serviços de pesquisa e extensão e à importância cada vez maior da CEPLAC no processo de desenvolvimento da região, a instituição conscientizou-se da necessidade de diversificar a base da economia regional para torná-la menos dependente de um só produto, o cacau, sujeito às flutuações do mercado internacional. Para apoiar esse processo inovador, instalou em 1966 uma granja experimental, destinada a fomentar a diversificação de culturas na região. Também criou o Setor de Diversificação de Culturas que originalmente deu ênfase a culturas de ciclo curto.

A partir de 1972 o programa de diversificação da CEPLAC recebeu impulso mais firme, orientado para a expansão da área plantada com outras culturas permanentes, tais como seringueira, cravo-da-índia, pimenta-do-reino, guaraná, dendê e coco, além da pecuária bovina.

Os bons preços do cacau e a tradição monocultora têm dificultado a obtenção de maiores resultados. Entretanto, graças às ações da CEPLAC existe hoje uma base firme para melhor desenvolver essas culturas em futuro próximo. No caso da seringueira, por exemplo, desde 1972 a CEPLAC, por seus próprios meios ou em convênio com a SUDHEVEA, incentivou e orientou o plantio de 6.717 hectares novos e a recuperação de 8.215 hectares de seringais em estado de abandono. A partir de 1980, a SUDHEVEA assumiu a responsabilidade direta desses serviços. Além da seringueira, as culturas de dendê, cravo-da-índia e pimenta-do-reino são as mais destacadas em termos de área plantada.

Em 1979, com o apoio do IICA e a colaboração de várias entidades estaduais



A cultura do guaraná está sendo estimulada para responder à demanda da indústria de refrigerantes.

e federais, a CEPLAC elaborou o Programa Regional de Desenvolvimento da Pecuária Bovina, para elevar, de maneira sistemática, os índices de produtividade da segunda atividade econômica de maior importância na região.

A CEPLAC vem dando grande apoio à atividade pesqueira artesanal através da assistência aos pequenos pescadores orga-

O cravo-da-índia é uma das culturas de maior interesse na diversificação agropecuária.



nizados em cooperativas de pesca. Dada a importância da pesca como fonte complementar de proteína para a população da região, a CEPLAC também vem desenvolvendo trabalhos de pesquisa na Estação Experimental de Piscicultura localizada no CEPEC, bem como a produção e distribuição de alevinos selecionados para o povoamento de lagos e açudes, com o fim de estimular a prática da piscicultura em águas interiores nas fazendas de cacau. No ano de 1981, foram distribuídos 250 mil alevinos, que permitirão aos agricultores, com a orientação do DEPEX, produzirem apreciável quantidade de pescado para reforçar a precária dieta alimentar.

Um programa de cultivo racional de

camarões, em escala comercial, para o abastecimento interno e exportação, compreendendo a pesquisa, a produção de post-larvas e assistência técnica, está sendo instalado pela CEPLAC, com o fim de promover o surgimento e o fortalecimento de empresas privadas dedicadas à exploração do camarão.

Embora os resultados ainda sejam relativamente modestos, as iniciativas da CEPLAC na área de diversificação agropecuária mostram o compromisso da instituição com o desenvolvimento equilibrado da região, meta que exigirá uma concentração de esforços de pesquisa, extensão e treinamento de recursos humanos.



Os resultados da ação da CEPLAC dirigida para o aumento da produção cacauceira no País são relevantes e são frutos dos seus esforços nos campos da pesquisa, da extensão e da educação, com o apoio da assistência creditícia. Tal incremento se deve, em grande parte, à grande elevação dos índices de produtividade registrados no período pós-CEPLAC, superiores aos mais altos rendimentos obtidos nos principais países produtores. É digno de nota o fato de que grande parte do aumento de produção alcançado tenha resultado da maior produtividade das áreas plantadas com anterioridade ao programa de expansão e renovação da cacauicultura, encetado pela CEPLAC, evidenciando

o êxito do grande esforço de recuperação de uma lavoura antes decadente, tida como sem futuro.

Os avanços havidos na área da genética permitiram a produção em grande escala de sementes híbridas que estão sendo distribuídas pela CEPLAC e plantadas nas áreas tradicionais de produção de cacau da Bahia e do Espírito Santo, e na Amazônia. Desde 1966 mais de 270.000 hectares foram implantados ou renovados com o plantio de cacauzeiros de alta produtividade, que, racionalmente cultivados, assegurarão, em futuro próximo, altos índices de produção, colocando o Brasil na posição de maior produtor de cacau no mundo.

1 A comercialização por cooperativas

As ações da CEPLAC para gerar tecnologia e levá-la ao campo refletiram-se de maneira marcante na capitalização crescente do setor agrícola e representam uma reação significativa do cacauicultor no sentido de melhorar os níveis de produtividade e produção. Por sua vez, as exportações de cacau constituem importante fonte de divisas para o País. Com o aumento da produção, o Brasil pôde aproveitar o período de preços altos iniciado em 1973. De fato, o valor das exportações de cacau passou da média de US\$ 96 milhões no período 1956–1960 à de US\$ 723 milhões no período 1976–1980.

Historicamente, porém, a contribuição do setor agrícola ao valor total do produto interno do País vem decrescendo. No período 1956–1960, por exemplo, o setor agrícola contribuiu com 22,5 por cento do PIB, enquanto no quinquênio 1976–1980 sua contribuição foi de apenas 11 por cento. A lavoura cacauieira, entretanto, conseguiu manter sua participação relativa no produto nacional, devido ao incremento da produção e aos bons preços, apesar da taxa elevada de industrialização registrada no País nas décadas de sessenta e setenta.

Todavia, do ponto de vista dos produtores, o esforço para produzir mais e melhor não se justifica isoladamente da possibilidade de retornos compensadores

sob a forma de preços compatíveis com a modernização do setor. Conseqüentemente, da racionalização do processo produtivo que a CEPLAC impulsionou adveio a necessidade de apoio ao processo de comercialização do produto no mercado.

Ainda que sem um envolvimento direto na comercialização do cacau, a CEPLAC empreendeu ações específicas de apoio a essa atividade através do sistema cooperativo e participando de uma indústria de processamento do cacau. Nesse sentido, vem estimulando a participação ativa do Sistema

rações realizadas com a intermediação de cooperativas.⁴⁶

Comparando individualmente as doze praças dotadas de cooperativas com as que não as têm, viu-se que, das 336 comparações feitas, em 34 casos apenas, houve preços menores pagos pelas praças com cooperativas. Os preços médios destas praças foram, na sua quase totalidade, superiores aos das praças sem cooperativas. As diferenças observadas variaram em até 40 por cento no ano agrícola estudado, indicando que a comercialização por cooperativa via de regra é mais vantajosa para os produtores.⁴⁶

ANOS	Produção Total da Bahia	(sacos de 60 kg)	
		Venda pela COPERCACAU Quantidade	(%)
1968/69	1.767.808	47.150	2,67
1969/70	3.277.899	51.683	1,58
1970/71	2.626.929	109.275	1,16
1971/72	3.455.033	441.450	12,78
1972/73	2.885.640	403.419	13,98
1973/74	3.080.996	393.568	12,77
1974/75	3.128.215	394.872	12,62
1975/76	4.527.201	731.979	16,16
1976/77	3.587.423	485.123	13,52
1977/78	3.989.198	450.417	11,29
1978/79	4.329.417	594.355	13,73
1979/80	5.386.782	789.788	14,66

A comercialização através do sistema COPERCACAU permite ao produtor beneficiar-se dos preços reais de mercado para o cacau.

Cooperativo COPERCACAU no processo de comercialização, para assegurar que sejam repassados ao produtor preços reais de mercado. No momento, as cooperativas comercializam em torno de 800 mil sacos de cacau, correspondentes a aproximadamente 15 por cento da produção.

Uma análise de mais de 40.000 contratos de venda de cacau na safra de 1978–1979 revelou que, sem falar dos benefícios auferidos pelos não associados, somente os produtores cooperados obtiveram uma renda real adicional de cerca de Cr\$ 400 milhões, graças às ope-

2 A CEPLAC e a industrialização do cacau

Em função do aumento da produção e do interesse das cooperativas tanto em conhecer os custos da industrialização do cacau e as particularidades da venda de seus produtos semi-industrializados no mercado internacional, como em ter uma opção de comercialização, surgiu em 1966 um movimento para a criação de uma indústria de derivados do cacau. Nesse sentido foram dados os primeiros passos para a constituição de uma empresa, através de subscri-

ção de capital, aquisição de um terreno em Itabuna e instalação de um escritório na cidade de Salvador, encarregado de proceder à sua legalização e buscar a tecnologia mais conveniente à industrialização de cacau na região. Essa primeira tentativa, entretanto, não produziu os resultados desejados.

Em 1968, a COPERCACAU e a CEPLAC iniciaram o estudo das perspectivas da produção e comercialização do cacau, a curto, médio e longo prazo, analisando a situação dos mercados interno e externo e suas possíveis repercussões em preços, qualidade, etc. Desse estudo, concluiu-se pela conveniência de promover a venda de produtos industrializados ou semi-industrializados no mercado internacional.

Com base na situação analisada e sob a liderança da COPERCACAU, optou-se por reativar o Projeto ITAISA e iniciar a busca de tecnologia apropriada no mercado internacional. Foi escolhida a firma francesa Cacau Barry S.A., pelas garantias oferecidas por sua experiência no mercado internacional de derivados do cacau e pela viabilidade de adaptação de sua tecnologia, já aplicada em alguns países africanos. Em 1974, o Conselho de Administração da COPERCACAU começou a trabalhar no novo projeto, que foi apresentado à Cacau Barry S.A. e à SUDENE. Sua concepção previa que 60 por cento do capital fosse nacional e 40 por cento, estrangeiro.

Tendo a Cacau Barry aceito o projeto, a SUDENE, a CEPLAC, o Instituto de Cacau da Bahia e o Governo do Estado deram forte apoio à empresa nascente, a Itabuna Industrial S.A. (ITAISA), permitindo que o projeto se transformasse em realidade. Simultaneamente definiu-se que a formação do capital seria assim distribuída: 40 por cento para a COPERCACAU; 11 por cento para a CEPLAC; 5 por cento para o Instituto de Cacau da Bahia; 4 por cento para pequenos investidores (todos produtores de cacau), sob

a forma de ações para compor a participação nacional, e 40 por cento para a Cacau Barry S.A.

A importância desse projeto justifica-se fundamentalmente pela possibilidade de serem alcançados os seguintes resultados: incremento do valor agregado da economia cacauzeira; maior participação e controle por parte dos produtores no processo de industrialização e comercialização do cacau; redução da vulnerabilidade da economia cacauzeira e, conseqüentemente, das regiões produtoras de cacau à flutuação de preços no mercado internacional, e melhor acompanhamento do setor industrial cacauzeiro, por parte do Governo, em termos de custos de produção e conhecimento tecnológico para o País, com vistas ao estabelecimento de políticas de desenvolvimento da economia cacauzeira. Nos objetivos: do empreendimento é prevista a industrialização de 30 mil toneladas de cacau/ano, sob a forma de manteiga, massa, licor e torta.

No momento, a ITAISA, inaugurada em julho de 1981 na cidade de Ilhéus, dispõe de capacidade instalada de 12.000 toneladas, equivalente a 40 por cento da capacidade total prevista, a ser completada no prazo de dois anos e meio.

Além de sua participação direta no processo de industrialização do cacau na região cacauzeira da Bahia, sob a forma de investimentos, a CEPLAC contribuiu, através de seus programas de renovação, implantação e melhoramento dessa lavoura, para a criação do parque industrial do cacau, pois os aumentos de produção e o melhoramento da qualidade do produto foram fatores de incentivo à instalação das indústrias processadoras de cacau. Hoje, várias indústrias exportam produtos semi-elaborados tais como massa, manteiga e torta, e oferecem produtos finais ao mercado interno — cacau em pó e chocolate. Esse desenvolvimento industrial representa um fator muito

positivo para a melhoria da qualidade e o aumento da produção de cacau, assim como para o desenvolvimento econômico e social da região.

A CEPLAC também trabalha na busca de alternativas de usos industriais do cacau para futuramente oferecer aos industriais tecnologias apropriadas à elaboração de outros produtos finais. Concretamente, esse trabalho envolve pesquisa e experimentação nas seguintes linhas industriais: preservação do mel de cacau; sistemas eficientes e eficazes de armazenamento do mel de cacau, padronização da geléia de cacau, análise físico-química e sensorial da geléia e do mel de cacau; análises microbiológicas, e destilados e fermentados — aguardentes, runs, vinagres, vinhos, etc. Desempenha, assim, destacado papel de apoio à iniciativa dos produtores no sentido de promover e impulsionar o processo de agroindustrialização de um produto da maior transcendência econômica e social para a região cacaueira. Também elaborou e fará implementar um programa agroindustrial mais amplo, com dez perfis de projetos para a industrialização de produtos agropecuários diferentes do cacau, o que sem dúvida contribuirá para expandir e dinamizar a indústria e a diversificação agropecuária da região, tendo em vista atenuar a alta vulnerabilidade da economia de monocultura.

A política da CEPLAC nesse sentido reveste-se do caráter de motivação e incentivos, para que sejam os próprios produtores os responsáveis diretos pelo desenvolvimento integral da agropecuária em todas as fases (produção, comercialização e industrialização), visando à sua maior participação nos benefícios gerados.

3 A CEPLAC e a melhoria da qualidade do cacau

Inicialmente, a CEPLAC atendia aos aspectos relacionados com a produção

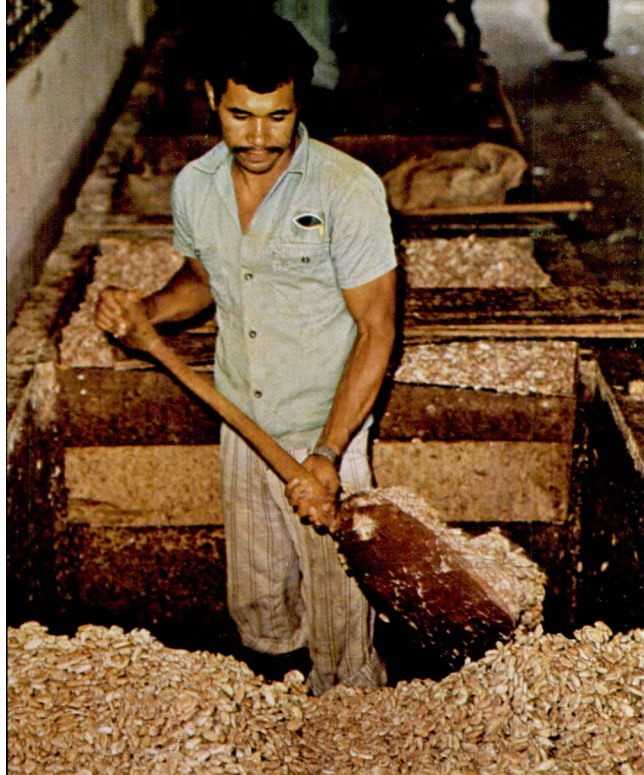
com a única finalidade de elevar a produtividade, ampliar a fronteira agrícola e renovar as plantações decadentes, desse modo aumentando o volume das safras. As exigências do mercado internacional, entretanto, induziram-na a ocupar-se dos aspectos qualitativos, não só no tocante ao fator genético para obter híbridos e variedades com possibilidades de oferecer um produto de melhor qualidade, como, também, no relativo ao beneficiamento, padronização e classificação do cacau produzido.

Além disso, no passado eram um tanto freqüentes as queixas sobre o cacau do Brasil e a devolução de remessas por parte de indústrias estrangeiras, em virtude dos baixos padrões de qualidade. Amiúde as reclamações se fundamentavam nos fatores que afetam notadamente a qualidade do produto, como cheiro de fumaça, ardosia, acidez, sementes violetas, escória e mofo, que caracterizam, no entender dos industriais, um produto de qualidade inferior, inadequado para certos processos de fabricação e passíveis de rejeição.

Como a qualidade do cacau depende, em grande parte, de uma multiplicidade de fatores intrínsecos, a CEPLAC vem desenvolvendo pesquisas genéticas para a obtenção de novos clones, em que são levados em conta o sabor da amêndoa, bem como o teor e a consistência da manteiga, fatores básicos para maior aceitação do produto pelos fabricantes de chocolate, particularmente no exterior.

3.1 Fermentação do cacau

Alguns problemas que prejudicam a qualidade do cacau brasileiro resultam de fermentação deficiente, causada tanto pelo sistema utilizado como pela duração do processo e pelo equipamento disponível na região cacaueira para essa operação.



A boa qualidade do cacau depende, em grande parte, de um adequado processo de fermentação.

Tendo em vista evitar a perda de mercados internacionais, a CEPLAC começou a estudar e pesquisar os sistemas de fermentação, analisando os diversos fatores que podem influir na boa qualidade do cacau e seus derivados. Ao mesmo tempo, testou vários sistemas utilizados

em outros países onde não ocorrem os problemas de qualidade detectados no Brasil. O objetivo básico dessa pesquisa é o aprimoramento do processo de fermentação, com a finalidade de obter um produto de melhor sabor, isento de odores estranhos, e simultaneamente reduzir o tempo de fermentação.

Através de pesquisas e testes de sistemas de fermentação foi possível produzir inovações muito úteis, de fácil adaptação e aplicação a nível de produtores. Sua difusão está sendo feita na região, com satisfatória acolhida pelos cacauicultores.

3.2 Secagem do cacau

A qualidade do cacau também pode ser afetada pela operação de secagem. Temperaturas altas ou secamento muito rápido influem nas transformações químicas que continuam a produzir-se no decorrer dessa operação, ou as amêndoas podem mofar durante a armazenagem, devido a excesso de umidade.

A secagem lenta ao sol é reconhecida como a melhor, além de proporcionar às amêndoas aquele marrom característi-



A secagem do cacau também influi na qualidade do produto.

co exigido na comercialização do cacau. Da secagem bem feita depende a integridade das amêndoas, garantia de baixo índice de quebras, isenção de odores estranhos (cheiro de fumaça) e armazenamento seguro e mais prolongado.

Um dos problemas mais sérios ligados à qualidade do cacau no Brasil, especialmente na região cacauzeira da Bahia, é sua impregnação com cheiro de fumaça, cuja causa fundamental é a má utilização dos secadores tradicionais. Um levantamento feito na região revelou que a grande maioria deles apresenta escapamento de fumaça que, atingindo as amêndoas, afeta seriamente a qualidade do produto.

Essa constatação levou a CEPLAC a melhorar a infra-estrutura dos secadores tradicionais — as barcaças — e a dispensar maior atenção às pesquisas sobre secagem, especificamente ao estudo dos secadores tubulares amplamente difundidos na região. Deste trabalho emanou a recomendação de modificação no sistema de secagem, de fácil introdução e pequeno custo adicional. Através de ajustes e controles foi possível impedir o escapamento de fumaça no processo de secagem. Além de evitar a contaminação com fumaça e assegurar a qualidade do produto, também se obteve maior eficiência mediante a redução do tempo de secagem e do consumo de lenha.

Como o secador tubular tem custo elevado, a CEPLAC estudou alternativas mais econômicas. Foi produzido um modelo mais eficiente e mais barato, o secador de plataforma CEPEC, a ser dentro em breve difundido, já que foi testado com resultados muito satisfatórios.

3.3 Armazenagem do cacau e seus derivados

Em princípio, o armazenamento não melhora a qualidade do cacau. Entretanto, um bom sistema de armazenagem é condição indispensável à garantia da boa conservação do produto e da manu-

tenção dos padrões de qualidade por mais tempo.

A CEPLAC sentiu a necessidade de estabelecer um programa abrangente de pesquisa sobre o armazenamento do cacau e seus derivados, após fazer um levantamento dos problemas existentes na região cacauzeira, que se resumem em insuficiente capacidade instalada, instalações e equipamentos inadequados, sistemas de operação imperfeitos, altos custos e escassez de pessoal qualificado.

Através do Serviço de Extensão, a CEPLAC está levando os resultados de suas pesquisas aos produtores e comerciantes de cacau na região, a fim de evitar, no futuro, sérios estrangulamentos da economia cacauzeira, uma vez que a partir de 1993—1994 se prevê uma produção de 700 mil toneladas, dentro das metas do PROCACAU. É necessário, portanto, contar com maior capacidade de armazenamento, que atualmente já é deficitária, não tendo acompanhado o crescimento da produção.

Até agora a CEPLAC obteve resultados muito satisfatórios nos seguintes aspectos:

a. tecnologias de armazenamento que permitem a conservação da integridade do cacau até por um ano, tendo presente a eventual necessidade de armazená-lo por períodos mais longos que os habituais;

b. melhoramento altamente significativo da tecnologia ligada a projetos de construção e equipamentos;

c. possibilidades de implantação de sistemas alternativos de armazenamento, viáveis do ponto de vista técnico e econômico.

As normas técnicas para o armazenamento convencional e a conservação do cacau ainda não produziram o desejado impacto, a nível de produtor, devido aparentemente à dificuldade em oferecer um esquema de extensão conveniente. A nível de intermediário, mais propriamente

de cooperativas e do ICB, a CEPLAC tem desenvolvido e apoiado uma série de projetos de armazéns, dentro das referidas normas.

A CEPLAC propõe-se, pois, a realizar campanha dinâmica no sentido de melhorar e aumentar a capacidade e a qualidade do armazenamento, de acordo com as necessidades da produção crescente de cacau na região, respondendo às exigências técnicas e de manipulação econômica do produto e seus derivados.

3.4 Classificação do cacau

No passado, a rejeição do cacau brasileiro pelo mercado internacional, por encontrá-lo de baixo padrão, levou o Governo Federal a exigir maior rigor na sua classificação, que antes era feita pelos próprios comerciantes e exportadores.

O estabelecimento de normas técnicas para a padronização dos produtos de exportação e o controle e supervisão da classificação são da responsabilidade do Conselho de Comércio Exterior. Sendo, porém, a CEPLAC o órgão especializado mais indicado para exercer tal atividade, foi convidada a participar da elaboração dos padrões de classificação. Simultaneamente foi-lhe confiada pela Resolução nº 56, de 1970, a responsabilidade de sua aplicação.

O bom desempenho dessa função levou a CEPLAC a estabelecer os mecanismos necessários nos terminais de comercialização do produto, especialmente nos portos de exportação, e a adotar procedimentos adequados à garantia de eficiência na classificação do cacau, de acordo com as normas e padrões estabelecidos pela Resolução nº 42 de 14/11/1968, emanada do Conselho de Comércio Exterior, que entraram em vigor em 1º de abril de 1969. Esse trabalho vem sendo feito em cinco portos de exportação — Salvador, Ilhéus, Belém, Manaus e Vitória — e em quatorze outros importantes

centros de produção e comercialização — Ilhéus, Itabuna, Camacã, Gandu, Ipiáú, Itamaraju, Itapebi, Ubaitaba, Ubatã, Ibicaraí, Eunápolis, Itajuípe, Canavieiras e Ibirapitinga.

Para bem cumprir essa missão, a CEPLAC capacitou e treinou adequadamente tanto o seu pessoal como o pessoal de empresas comercializadoras de cacau e de empresas industriais da região, do Brasil e até mesmo de outros países. No período 1974—1980, foi classificado um total de 21.729.270 sacos de 60 kg nos Portos de Salvador, Ilhéus, Manaus e Vitória.

Com base nas informações extraídas da classificação do cacau, a CEPLAC considerou de vital importância o trabalho a nível do produtor, no sentido de orientá-lo sobre as melhores técnicas de beneficiamento, de modo a permitir-lhe oferecer um produto padronizado com alto índice de “qualidade superior” e reduzir ao mínimo as qualidades inferiores, “abaixo do padrão” e “refugo”.

É importante notar que nos últimos anos diminuíram as queixas por parte dos consumidores, o que reflete a melhor aceitação do cacau brasileiro nos mercados nacionais e internacionais. Entretanto, para que sejam alcançados resultados mais auspiciosos, é necessário que, além de medidas preventivas, seja oferecido aos produtores um incentivo que os estimule a aplicarem as normas técnicas recomendadas pela CEPLAC para o processamento do cacau. O incentivo mais eficaz seria um preço diferenciado pago ao produtor segundo a qualidade do cacau. Infelizmente, porém, os produtores ainda não têm como fazer com que os compradores levem em conta a qualidade do cacau e paguem um preço justo.

Sem se envolver diretamente no processo de comercialização do cacau, a CEPLAC vem estimulando essa atividade através do apoio ao Sistema Cooperativo COPERCACAU, para que preços reais de mercados sejam repassados aos produtores. Ainda com o intuito de possibilitar a incorporação de um valor agregado à economia cacaueira, a CEPLAC estimulou e deu ajuda financeira para a criação de uma indústria de produtos semi-manufaturados de

cacau.

Esforços vem sendo realizados pela CEPLAC para melhorar a qualidade do cacau, com o fim de que sejam asseguradas maior aceitação e melhor cotação do cacau brasileiro nos mercados internacionais. Todavia a falta de incentivo de preço diferenciado pago ao produtor segundo a qualidade do cacau não os estimula a aplicarem as normas técnicas recomendadas pela CEPLAC para o seu processamento.

1 Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau

Quando a CEPLAC assumiu funções mais amplas de que as de simples composição de dívidas, teve início o processo de sua institucionalização. Impôs-se, então, a necessidade de imprimir certo ordenamento às manifestações e reivindicações que alguns "líderes espontâneos" avocavam para si, em nome da classe, contribuindo para a confusão e o entrelcho de interesses.

Assim, no início de 1963 foi convocada pelo Secretário-Geral da CEPLAC,

Carlos Brandão, uma reunião em Itabuna, das onze associações rurais existentes na região, a fim de "constituir um órgão representativo da lavoura cacaueira para disciplinar a comunicação desta com o Governo Federal".^{35/} Em 28 de junho de 1963 era assinado o Decreto nº 52.190 estabelecendo o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (CCPC), cuja assembléia de instalação se realizou no dia 14 de setembro de 1963.

Na qualidade de órgão máximo de representação dos cacauicultores, o CCPC constitui-se na liderança da classe.

De acordo com seu Regimento, aprovado pelo Conselho Deliberativo da CEPLAC e retificado pelo Ministério da Agricultura, o CCPC tem por objetivo assistir à CEPLAC no seu relacionamento com os produtores de cacau, representar a lavoura cacauaieira perante os órgãos governamentais, integrar o Conselho Deliberativo da CEPLAC e atuar no sentido de fortalecer as atividades sindicais-rurais nas regiões cacauaieiras do País.³³

No começo, o CCPC não foi bem aceito pelos produtores como porta-voz da classe, até que no I Congresso Brasileiro do Cacau, realizado em julho de 1967 em Itabuna, foi aprovada entusiasticamente uma moção reconhecendo-o como o legítimo corpo representativo dos cacauicultores com poderes para representar a lavoura no âmbito de suas atribuições, falar por ela e reivindicar junto à CEPLAC e outros órgãos federais, estaduais e municipais tudo que fosse de real interesse para a lavoura cacauaieira.³² A partir daí, o CCPC foi crescendo à medida que novos sindicatos se formavam, até chegar aos 90 sindicatos que hoje integram esse corpo colegiado.

Em 1973, como as instalações que o CCPC compartilhava com uma divisão da CEPLAC já não eram suficientes para abrigar os seus serviços, foi solicitada a ajuda financeira da CEPLAC, para construção de uma sede própria. A proposta nesse sentido submetida à aprovação do Conselho Deliberativo da CEPLAC encontrou forte oposição, sob a justificativa de ser "muito ambiciosa e mesmo faraônica para a instituição".³⁶ Foi usado então um estratagema para conseguir que a construção do edifício sede do CCPC fosse aprovada. No dia 3 de julho de 1973, o Presidente Emílio Garrastazu Médici, em visita à cidade de Porto Seguro, foi agraciado com a primeira comenda de "Amigo do Cacau", instituída pelo CCPC para homenagear personalidades por relevantes serviços prestados à economia cacauaieira.³⁴ Após a entrega da comenda foi-lhe mostrada uma fotografia da maquete do edifício sede, sobre a qual o Presidente Médici escreveu "Lindo Projeto", ao assiná-lo. O Governador do Estado, Antonio Carlos Magalhães, presente à cerimônia, assinou-a também. Cópias dessa fotografia foram feitas e distribuídas a todos os membros do Conselho Deliberativo da CEPLAC, que finalmente aprovou o projeto.³⁶

No dia 20 de novembro de 1977 era inaugurada a nova sede do CCPC, um majestoso edifício localizado na cidade de Itabuna, no qual funcionam a administração, as assessorias técnicas e jurídica, a biblioteca e os serviços médicos e odontológicos para pequenos produtores. Há também um auditório para reuniões do Conselho.³⁴

Os gastos com a manutenção e funcionamento do CCPC são custeados por recursos financeiros da CEPLAC, o que



A sede do CCPC é um dos majestosos edifícios da cidade de Itabuna, Bahia.

tem provocado sérias críticas, por considerar-se que essa dependência financeira pode tolher a ação objetiva do CCPC como órgão representativo da economia cacauera. Este, entretanto, foi gradativamente atuando como um fator de integração das diversas instituições que atuam na região, papel parcialmente desempenhado sob a forma de sua representação nas várias entidades. O CCPC faz parte dos corpos diretores do ICB e da CEPLAC e se faz representar na COPERCAU, SULBA, FESPI e no PACCE.³⁴ Algumas vezes, também complementa a ação da CEPLAC através de convênios com outras entidades para serviços específicos. Por exemplo, num convênio com várias redes de televisão mantém os produtores diariamente informados sobre o preço do cacau. Também promove atividades culturais na região, por intermédio do PACCE, estabelecido em 1974 pelo CCPC com o apoio da CEPLAC, do ICB, da COPERCAU-CENTRAL e da Universidade Santa Cruz, que é a sede do Projeto. Essa é, pois, outra forma de impacto indireto da CEPLAC na região.³⁴

Atuando em outra área, o CCPC presta serviços jurídicos aos sindicatos, em aspectos tais como "rescisão de contratos de trabalho, instauração de inquéritos, contestação de ações, defesas em audiências trabalhistas, celebração de convênios, assinatura de contratos, contratação de empreitadas, interposição de recursos e outros".³⁴

Os interesses dos produtores de cacau e de outros produtos são defendidos no foro político do CCPC e depois reivindicados junto às instituições pertinentes. Alguns desses interesses relacionam-se com as condições do comércio internacional do cacau, tendo o CCPC participado das negociações para o Acordo Internacional do Cacau. Também exerceu pressão política no sentido da eliminação da taxa diferencial entre o cacau industrializado e o cacau **in natura**.

Preocupado com os problemas da re-

gião, tais como falta de telefones, estradas, médicos e escolas, escassez de trabalho e ocorrência de enchentes, o CCPC tem participado na busca de suas soluções. Além disso, tem permanente interesse pela CEPLAC, a qual tem defendido com veemência nas tentativas feitas para absorvê-la ou destruir sua credibilidade.

O treinamento de líderes sindicais e a formação de uma patrulha mecânica para a construção de estradas são aspectos de desenvolvimento regional de interesse do CCPC, que tem pressionado a CEPLAC no sentido de ampliar seu campo de ação³⁴. Entre esta e o CCPC existe contínua interação, que se processa através dos agentes de extensão, da participação da CEPLAC em comitês específicos do CCPC e de seu apoio especial a programas e assuntos de interesse deste, a exemplo do que vem ocorrendo com o sistema COPERCAU.

Com o passar dos anos o CCPC transformou-se numa organização muito maior e mais complexa do que a originalmente idealizada pela CEPLAC, que o havia concebido como um corpo consultivo para o desenvolvimento de seus programas. À medida que o CCPC cresce e se torna cada vez mais exigente em relação à CEPLAC, para esta será cada vez mais difícil atender a seus interesses, podendo surgir divergências.

2 Sindicatos rurais patronais

Através do Setor de Assistência aos Sindicatos, o CCPC já conta com a filiação de 90 sindicatos rurais patronais, que congregam dezenove mil membros na Bahia, Espírito Santo, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. Grande parte da assistência por ele prestada aos sindicatos consiste em ajudá-los a estabelecer suas sedes, contratar médicos, dentistas e professores para seus programas de assistência social, bem como adquirir o equipamento necessário. Auxilia também no



A sede dos sindicatos rurais é construída com a ajuda financeira da CEPLAC.

trabalho de legalizar documentos para seus membros, manter a escrituração mercantil e providenciar o treinamento necessário à gestão dos sindicatos.

É interessante ressaltar que, embora se trate de sindicatos patronais, grande esforço vem sendo feito no sentido de atender às necessidades médicas e odontológicas dos trabalhadores rurais, em convênios com a CEPLAC, o INAMPS (FUNRURAL) e o ICB. Nesse sentido, os sindicatos oferecem espaço para consultório ou ambulatório e algumas vezes facilitam a moradia, como forma de atrair médicos e dentistas para a área rural.

Cerca de 70 por cento dos sindicatos rurais têm sua sede própria graças ao apoio da CEPLAC, enquanto 75 por cento oferecem serviços médicos e odontológicos em suas comunidades e 30 por cento mantêm serviço de ambulâncias. Os serviços médicos e dentários dos sindicatos são bem conhecidos e reputados na região, mas somente 15 por cento dos sindicatos mantêm escola primária.



Os sindicatos rurais oferecem serviços médicos para os pequenos produtores, trabalhadores rurais e suas famílias, com o apoio da CEPLAC.

3 Sistema cooperativista

3.1 Sistema COPERCAU na Bahia

Como primeiro passo para a implementação de um sistema de cooperativas, a CEPLAC procedeu em 1978 ao estudo de quinze cooperativas então existentes a fim de identificar seus principais problemas e analisar as soluções concebidas por seus dirigentes e membros. A falta de assistência técnica e financeira era o maior problema sentido por ambos os grupos, destacando-se também a dificuldade para a obtenção de insumos agrícolas e para a comercialização do cacau. Outros problemas inerentes às próprias cooperativas foram assinalados, tais como:

- a. insuficiente cobertura geográfica para servir a toda a região cacauzeira;
- b. crescimento desordenado das cooperativas sem prévio incentivo à participação em estudos cooperativos;
- c. número pequeno de gerentes treinados;
- d. falta de participação do quadro social e falta de conhecimento sobre a orientação das cooperativas;
- e. distorções na comercialização dos produtos;
- f. ausência de estímulo para o apoio das instituições de crédito às cooperativas, e
- g. reduzido número de fontes de crédito disponíveis para expandir a integração vertical das cooperativas.³⁷

Esse estudo também permitiu constatar que apenas 56,2 por cento das cooperativas "reuniam condições para atendimento do seu quadro social, em conformidade com a demanda sempre crescente de serviços".³⁷

Concluído o estudo preliminar, foi implantado o Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacauzeira da Bahia



A cooperativa central do Sistema COPERCAU tem sede na cidade de Ilhéus, Bahia.

(COPERCAU), cujos objetivos, em resposta a alguns dos problemas identificados, são estes:

- a. cobrir a região cacauzeira com serviços de cooperativismo;
- b. promover a integração entre as cooperativas e as instituições governamentais e privadas atuantes na área;
- c. aprimorar a estrutura organizacional das cooperativas;
- d. capacitar recursos humanos;
- e. difundir e promover o cooperativismo na região cacauzeira;
- f. doutrinar e educar líderes e produtores da região sobre cooperativismo.

O sistema está integrado por três subsistemas, que têm como funções principais as seguintes:

- a. **Subsistema básico**
NÍVEL I — **Produtores rurais** — usuários dos serviços, participantes em atividades de produção e consumo.
NÍVEL II — **Cooperativas singulares e escritórios recebedores** — contratação e recebimento do produto; assistência econômica, técnica e

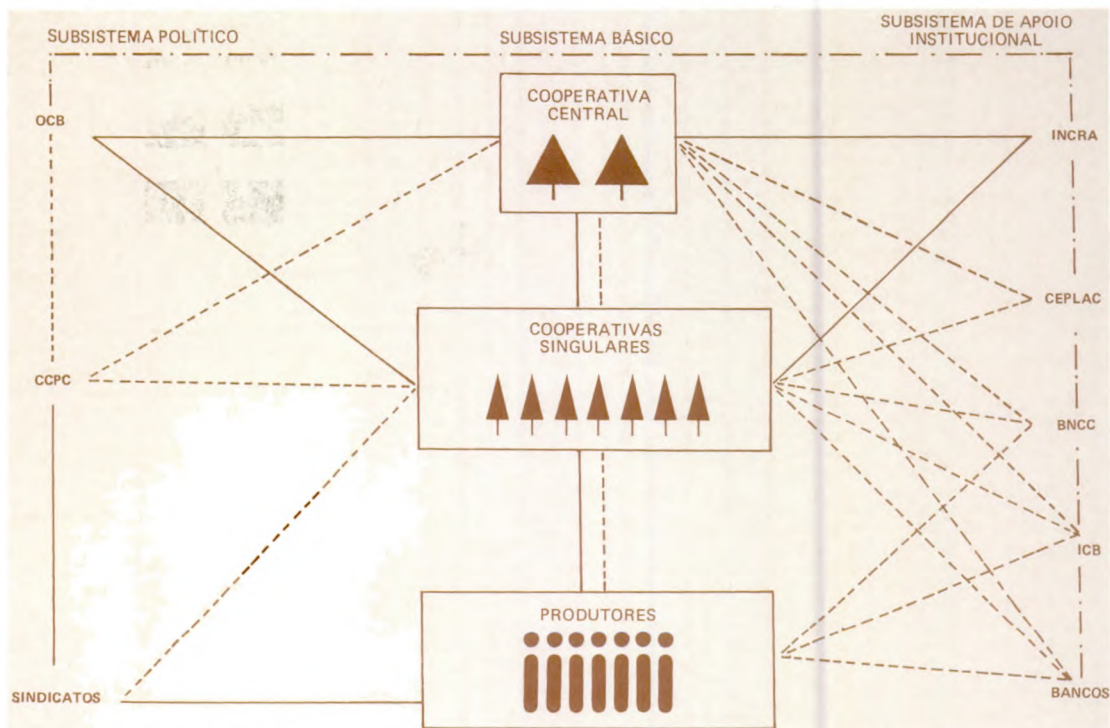
social ao produtor; distribuição de insumos e repasse de créditos bancários.

NÍVEL III – Cooperativa Central – vendas e compras conjuntas; industrialização da produção e de insumos; transporte, seguros, etc..

c. Subsistema de apoio político

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras – órgão de representação do sistema.

CCPC – Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau – órgão de representação dos produtores para



FORNTE: COPERCACAU, 1978

O Sistema COPERCACAU, instituído com o apoio da CEPLAC, fortaleceu o cooperativismo no Sudeste da Bahia.

b. Subsistema de apoio institucional

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – assistência ao cooperativismo e a outras atividades, na qualidade de órgão de apoio ao desenvolvimento regional.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – órgão executivo federal.

BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo – assistência creditícia às cooperativas.

ICB – Instituto de Cacau da Bahia – órgão estadual de apoio à cacauicultura.

BANCOS OFICIAIS E PRIVADOS – fornecedores de crédito e repassadores de recursos às cooperativas.

apoio político às reivindicações cooperativas da área.

SINDICATOS RURAIS – responsáveis pelo apoio à articulação entre cooperativas e produtores ⁸.

Está assim configurado o modelo que vem sendo lentamente desenvolvido com a concepção básica de que somente através da integração a economia cacaueira terá condições de usufruir as vantagens do cooperativismo.

O quadro social das cooperativas singulares ou locais compõe-se de produtores que possuem imóvel rural localizado na área de ação de sua cooperativa, residem ou têm domicílio nessa mesma

área, e têm ou venham a ter, no município onde se localizar a cooperativa, o ponto de convergência de seus negócios como produtor rural.³⁷ Somente cooperativas singulares podem filiar-se à Cooperativa Central – a COPERCACAUCENTRAL. Por isso, a Assembléia Geral desta é composta do presidente de cada uma das cooperativas filiadas e de mais dois delegados de cada cooperativa. Entretanto, ainda existem membros individuais cuja admissão na COPERCACAUCENTRAL precedeu a implantação do sistema integrado. Em vista disto, a Assembléia Geral ainda conta com um representante desse grupo até que o mesmo desapareça. O Conselho Deliberativo da COPERCACAUCENTRAL é composto de seu presidente e de três membros da Diretoria Executiva, eleitos pela Assembléia Geral.³⁷

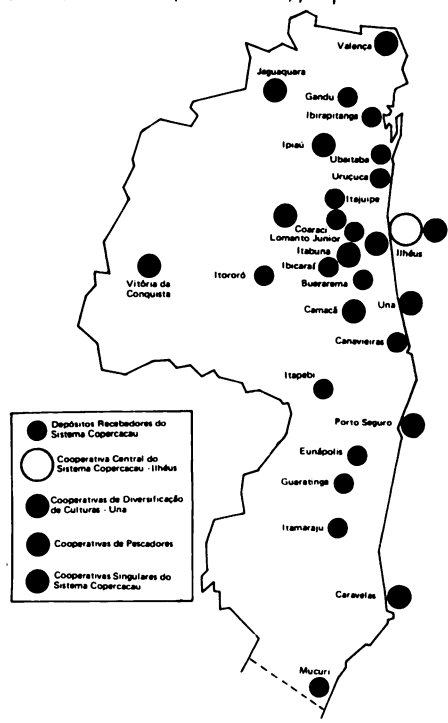
No momento, o subsistema básico compõe-se de:

- a. Uma cooperativa central:
 - Cooperativa Central de Cacau (COPERCACAUCENTRAL), em Ilhéus.
- b. Sete cooperativas singulares:

- Cooperativa dos Fazendeiros de Cacau da Bahia (COFABA), em Itabuna;
 - Cooperativa Grapiúna de Criadores de Bovinos (COOGRAP), em Itabuna;
 - Cooperativa Agrícola Camacã (COCAM), em Camacã;
 - Cooperativa Agrícola Ilhéus (ILHÉUS), em Ilhéus;
 - Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (COOPMAC) em Vitória da Conquista;
 - Cooperativa dos Cacaucultores de Ipiá (COCIP), em Ipiá;
 - Cooperativa Agrícola Mista de Batéia (COAMB), em Jaguaquara.
- c. 24 escritórios recebedores, localizados nos principais municípios da região cacauceira onde não existe cooperativa singular.³⁷

Afora as cooperativas que fazem parte do Sistema COPERCACAUCENTRAL, outras também recebem assistência da CEPLAC, como por exemplo as vinculadas ao Programa Especial da Pesca e a Cooperativa Mista de Una (CAMUR), que além do

A CEPLAC estimula e apóia o movimento cooperativista no sudeste da Bahia



cacau atua na comercialização de produtos de diversificação, tais como pimenta-do-reino e cravo-da-índia, e ainda mantém um entreposto em Taperoá, onde presta serviço aos produtores dessa área.

A CEPLAC, por intermédio de sua Divisão de Cooperativismo, vem estimulando sistematicamente o desenvolvimento das cooperativas, dando para isso o necessário apoio técnico. Dentre os serviços que presta, cede gerentes e outros técnicos às cooperativas durante as fases de sua implantação e desenvolvimento, até que estas treinem ou contratem seus próprios gerentes. No momento, a CEPLAC vem intensificando o treinamento de pessoal das próprias cooperativas, ao invés de emprestar seu pessoal para administrá-las.

As cooperativas, por sua vez, são instaladas com base em estudos de viabilidade realizados pela CEPLAC, seja por solicitação de produtores, seja por sua própria iniciativa. Em ambos os casos, a CEPLAC procura envolver a representação local, em reuniões nas quais participam agentes de extensão, produtores e políticos locais, a fim de obter o apoio de pelo menos duas instituições que atuam na área.⁴⁶

Através de sua Divisão de Cooperativismo, a CEPLAC atua junto às cooperativas, não só apoiando sua administração e operações, como ajudando-as a criar políticas de apoio a nível nacional e prestando assistência técnica no sentido de atender a necessidades específicas. Com base nas necessidades das cooperativas tem havido certa concentração de esforços no treinamento de gerentes, em cursos de que participa pelo menos um representante de cada cooperativa. No período 1974—1979 foram treinados 413 líderes, administradores e funcionários de cooperativas.

Com a finalidade de reduzir o custo de fertilizantes e de calcário consumidos na região cacauceira, a CEPLAC estimulou e

apoiou a aquisição, pela COPERCACAU-CENTRAL, de uma indústria de fertilizantes — a COPERFÉRTIL, em Ilhéus, bem como da COPERCAL, em Itaimbé, para a exploração de calcário utilizado na correção de solos.⁴⁶

3.2 Sistema COPERCACAU na Amazônia

Também na Amazônia a CEPLAC vem proporcionando apoio ao cooperativismo, porém de forma diferente da adotada na Bahia. Quando se iniciaram suas ações na Amazônia, havia ali grupos de agricultores organizados em torno de cooperativas dedicadas à comercialização dos produtos locais. Algumas delas, como a CIRA-PICOP — Cooperativa Integrada de Reforma Agrária do Projeto Integrado de Colonização de Ouro Preto, foram criadas por iniciativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; outras, como a COMTA — Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, surgiram do esforço espontâneo de agricultores, no caso, pipericultores japoneses. Todavia, assim que aqueles agricultores cooperados começaram a plantar cacau, suas cooperativas logo se interessaram pelo produto.

Como as dificuldades enfrentadas por essas cooperativas situavam-se principalmente no âmbito da infra-estrutura e das informações de mercado, a CEPLAC orientou suas ações nessa direção. Recursos do POLAMAZÔNIA foram então captados para construir armazéns para estocagem da produção e centrais de beneficiamento, que constituíram uma experiência pioneira em Rondônia. Tanto as centrais como os armazéns, uma vez construídos, foram colocados pela CEPLAC à disposição das cooperativas, que estão operando o beneficiamento e o armazenamento da produção.

No que tange à escassez de informações sobre o mercado cacauceiro, numa experiência de colaboração com as

cooperativas, a CEPLAC instalou em Belém um serviço de informações que passou a divulgar para toda a Amazônia as cotações do cacau, a nível do mercado internacional, e os respectivos preços ao produtor, a nível interno.

Reconhecendo ainda a necessidade de proceder à integração dos agricultores cooperados da Amazônia, tanto entre eles mesmos como com os da Bahia, a CEPLAC estudou várias alternativas nesse sentido, decidindo-se por um sistema empresarial com a participação da COPERCAU e das diversas cooperativas existentes na Amazônia. Assim, a CEPLAC, cinco cooperativas da Amazônia, COPERFRONT – Cooperativa Mista Nova Fronteira, CAMTA – Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, COPAMAR – Cooperativa Agropecuária Mista de Ariquemes, CIRAMA – Cooperativa Integral de Reforma Agrária de Monte Alegre e CIRA-OP – Cooperativa Integral de Reforma Agrária de Ouro Preto, juntamente com a COPERCAU-CENTRAL fundaram em 1980 uma empresa, com sede em Belém, para comercializar o cacau produzido na Amazônia. Apesar de tratar-se de sociedade anônima, a empresa recebeu o nome de COPERCAU-AMAZÔNIA S.A., à vista do bom conceito que o nome COPERCAU goza no País e no exterior.³⁹

4 Cooperativas de pesca

O trabalho de apoio às cooperativas de pesca teve sua origem no Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira, que revelou a presença de cerca de dez mil pequenos pescadores na área costeira, a qual não só é imprópria para a produção de cacau como tem menos infraestrutura que o restante da região.

Empírica e carente de uma tecnologia mínima, a pesca artesanal não passava de uma atividade pouco rentável. Os pescadores ficavam à mercê de uma cadeia de



O cooperativismo pesqueiro é apoiado pela CEPLAC.

intermediários que envolviam o produtor com o fornecimento de insumos a custos elevados e recebiam a produção a preços baixos também por eles estipulados.

Com base nesse estudo preliminar e em convênio com a SUDENE, a CEPLAC e a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia elaboraram o programa "Apoio ao Cooperativismo Pesqueiro", no qual a CEPLAC se comprometeu a prover a necessária infra-estrutura, representada por câmaras frigoríficas, transporte refrigerado, sede das cooperativas, material de pesca e fábricas de gelo.¹⁸

Por faltar aos pescadores a necessária experiência em administração de cooperativas, a CEPLAC cede pessoal habilitado para organizá-las e iniciar suas operações, sobretudo porque o funcionamento das cooperativas de pesca envolve a utilização de uma infra-estrutura cara e complexa. Dessa forma, a CEPLAC provê recursos administrativos, de infra-estrutura técnica e financeiros para impulsionar os trabalhos das cooperativas de pesca, cuja criação tem estimulado.¹⁸

Quando a CEPLAC iniciou seus traba-

Ihos com as cooperativas de pesca, já existia a Cooperativa Mista dos Pescadores de Valença (COPEVA). Em 1977, com o apoio da CEPLAC, foram dinamizadas a Cooperativa Mista dos Pescadores do Extremo Sul da Bahia (COPEBA), em Caravelas, e a Cooperativa Mista dos Pescadores do Sul da Bahia (COPE-SULBA), em Porto Seguro. Em 1980, foi estabelecida a Cooperativa Mista dos Pescadores de Ilhéus (COOPERI), ainda em fase de estruturação, perfazendo o total de quatro cooperativas de pesca hoje existentes.

A análise da atuação da CEPLAC, no período 1976—1980, no apoio ao cooperativismo pesqueiro, revela expressiva contribuição para a evolução da pesca no sul da Bahia, que poderá ser medida pelos seguintes parâmetros: o número de associados evoluiu de 208 em 1976 para 464 em 1980; a produção em 1976 foi de nove toneladas, contra 375 em 1980; paralelamente, o faturamento aumentou de 761 mil cruzeiros para 24 milhões, enquanto o fornecimento de insumos, que era de 243 mil cruzeiros, passou para 17 milhões, gerando grandes benefícios para os associados. Também com o apoio da CEPLAC e da SUDENE foi introduzido o uso do crédito pesqueiro, que tem possibilitado a adoção de novas técnicas de pesca, bem como a aquisição e reforma de embarcações. Quando necessário, a CEPLAC colabora na elaboração de projetos de custeio ou investimentos e

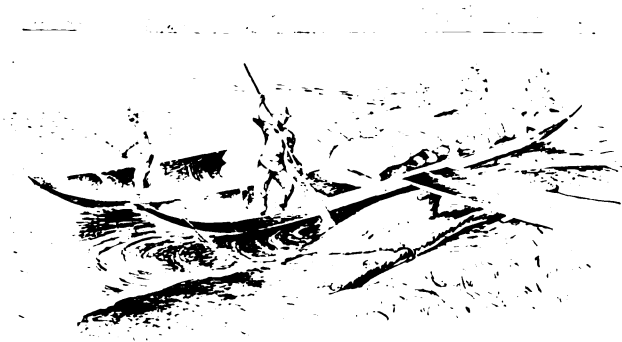
provê assistência técnica para a execução dos mesmos.

5 Cooperativas de eletrificação rural

No campo da energia elétrica, a CEPLAC apóia a Cooperativa de Eletrificação Rural da Região Cacaueira (CERCA), formada por 313 membros, que trabalha em toda a região cacaueira no sentido de aumentar sua rede elétrica. No momento, existem somente 2.177 quilômetros de linhas elétricas nas áreas rurais da região, havendo estimativas de que mais 5.000 quilômetros serão necessários para atender à demanda mínima de eletricidade nessa área.

O êxito que as cooperativas têm alcançado na região, com o apoio técnico, administrativo e financeiro da CEPLAC, pode ser avaliado pelo número crescente de solicitações dirigidas à sua Divisão de Cooperativismo por grupos de interessados na instalação de cooperativas, inclusive de médicos e professores.

Não obstante a ampla demonstração do papel positivo desempenhado pelas cooperativas na região, sua população pouco sabe sobre os objetivos dessas instituições. Também, não só é pequena a participação dos produtores nas cooperativas, como os próprios cooperados pouco participam nas atividades. Esses aspectos constituem grandes desafios para a CEPLAC no seu trabalho de promoção do cooperativismo.



Os esforços realizados no sentido de fortalecer o associativismo rural, organizando as lideranças da lavoura e promovendo a participação mais ativa dos produtores no processo de desenvolvimento da cacauicultura, constitui uma importante contribuição da CEPLAC, particularmente no sudeste da Bahia.

Com a criação do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau foram unificadas as lideranças dispersas, tornando a voz da lavoura mais forte e acatada nas suas reivindicações e no processo decisório. Criado por iniciativa da própria CEPLAC e mantido por esta, dentro de uma estratégia de cooptação, o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau, goza, todavia, de suficiente autonomia para influir nas políticas e programas da CEPLAC, sendo o seu voto no Conselho Deliberativo da CEPLAC considerado como de qualidade embora não o seja legalmente.

Com a organização e fortalecimento do Sistema COOPERCACAU, a CEPLAC vem estimulando o movimento cooperativista, proporcionando aos produtores de cacau um mecanismo de conjugação de esforços em torno de interesses econômicos comuns, dando-lhes maior capacidade de negociação na comercialização do produto e fortalecendo sua infra-estrutura econômica.

Além de apoiar o Sistema COOPERCACAU, a CEPLAC vem assistindo a cooperativas de pesca, de comercialização de produtos de diversificação agropecuária e de eletrificação rural.

Não obstante haver muitas indicações do papel positivo das cooperativas, ainda existe pouco conhecimento de muitos produtores sobre os objetivos dessas instituições, havendo, também, pouca participação dos cooperados nas reuniões das cooperativas. Estes aspectos constituem grandes desafios para a CEPLAC no seu trabalho em cooperativismo.

1 Metodologia de ação

Embora seus esforços e investimentos se concentrem nos seus fins mais imediatos de geração de tecnologia e assistência técnica para o fortalecimento da economia cacaueteira, a CEPLAC vem desenvolvendo ações de apoio destinadas a proporcionar condições de infra-estrutura adequadas às regiões produtoras de cacau da Bahia e do Espírito Santo e a melhorar o nível de vida da população, notadamente a do meio rural.

Assim, com base no Decreto nº 73.960, de 18 de abril de 1974, participa mediante convênios com Estados, municípios e órgãos federais, em diferentes programas de fortalecimento da

infra-estrutura regional. À semelhança da diversificação agropecuária, este é um objetivo complementar, cuja maior ou menor ênfase depende da disponibilidade de recursos. Nessa área a CEPLAC atua como agente catalizador e de apoio, estimulando e capitalizando os investimentos dos órgãos federais, estaduais e municipais.

As ações de infra-estrutura da CEPLAC iniciaram-se em 1968. Sua participação nesses programas vem crescendo anualmente, em função do melhor conhecimento da problemática regional e das necessidades sentidas. Para melhor direcionar as aplicações dos recursos públicos com a participação da CEPLAC, foi criado em 1978 o Departamento de

Apoio ao Desenvolvimento (DEADE). Este realiza estudos básicos e setoriais, elabora projetos, estimula a captação de recursos e os repassa a outras instituições para fins de ajuda no financiamento dos projetos, cuja execução acompanha.

Até 1980 foi aplicado, em termos de valores constantes desse ano, o total aproximado de 2,8 bilhões de cruzeiros, assim distribuídos em números redondos: educação — 315 milhões; eletrificação rural — 380 milhões; estradas e pontes — 1.365 milhões; saúde e saneamento básico — 365 milhões; Porto de Ilhéus — 190 milhões; telecomunicação — 26 milhões; entidades de assistência social — 85 milhões; drenagem — 43 milhões; aeroportos — 19 milhões; infra-estrutura urbana — 25 milhões.

2 Ações setoriais

Os projetos cooperativos desenvolvidos incluem o apoio de infra-estrutura nas áreas de educação, eletrificação rural, construção de estradas e pontes, drenagem, telecomunicações, aquisição de equipamentos e construção ou reforma de prédios para hospitais e centros de saúde regionais; pequenos projetos de tratamento e distribuição de água para o abastecimento de comunidades rurais; unidades sindicais e instituições de bem-estar social.

As estradas e pontes constituem um segmento dos mais importantes, porque permitem incorporar ao processo produtivo da região extensas áreas de terras férteis, aptas para o cultivo do cacau e outras lavouras, facilitam o escoamento da produção e levam às fazendas os insumos e a assistência técnica necessários para melhorar o rendimento de suas lavouras. Por outro lado, o melhoramento das vias de acesso contribui para aumentar em muito o valor da terra, valorizando significativamente o patrimônio dos produtores beneficiados.

Outros efeitos importantes dos programas de rodovias vicinais são os benefícios sociais implícitos na construção ou melhoria dessas estradas. Por facilitar o acesso da população rural aos serviços de educação e saúde, as estradas representam uma necessidade primordial para o desenvolvimento rural da região. A construção e recuperação de rodovias permitem maior intercâmbio e comunicação comercial entre a cidade e o campo, minorando seu isolamento e marginalização, fatores que levam ao êxodo rural e limitam o bem-estar de sua população. Daí a atenção especial que a CEPLAC dispensa ao fortalecimento da rede de estradas vicinais, seja por meio de convênios, seja diretamente pela patrulha mecanizada de sua propriedade.

Via de regra, as estradas construídas pelas patrulhas motomecanizadas não passam de ramais rodoviários curtos que interligam fazendas ou dão acesso às pequenas comunidades periféricas. As obras de maior porte e a conservação dos trechos rodoviários são em geral executadas através de convênios.

As pontes também são objeto de interesse da CEPLAC, visto que pela ausência de obras de arte algumas estradas poderão ser subutilizadas ou mesmo tornar-se inúteis. A construção de pontes é feita diretamente pela CEPLAC, por meio de sua patrulha motomecanizada, ou em convênio com o Instituto de Cacau da Bahia, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Bahia (DERBA) e o Consórcio Rodoviário Intermunicipal do Estado da Bahia.

Assim é que, dentro dessa programação, foram construídos e conservados, até 1980, 7.500 quilômetros de estradas vicinais na Bahia e 1.347 no Espírito Santo, e construídos 3.500 metros de pontes.

Através da atuação do DEADE, na qualidade de agente catalizador do desenvolvimento rural, e com a ajuda da

As estradas vicinais são indispensáveis para o escoamento da produção e a integração sócio-econômica.



SUDENE, da Secretaria de Transportes e Comunicação do Estado da Bahia, do Ministério dos Transportes, através do GEIPOT, do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia e do IICA, além da colaboração especial das prefeituras municipais e de sindicatos rurais da região, a CEPLAC elaborou um Estudo Básico para um Programa Regional de Estradas Vicinais, que apontou a necessidade de serem construídos 1.134 quilômetros e recuperados 3.315 quilômetros de estradas vicinais na região. Com base nesse estudo, foi preparado um projeto para a construção de 1.700 quilômetros de estradas, já havendo recursos para as obras de construção de 505 quilômetros, que estão sendo executadas com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do BNDE, do DNER e do Governo do Estado da Bahia, participando a CEPLAC com pequena parcela.

Na área de eletrificação rural, todo o trabalho da CEPLAC se desenvolve atra-

vés de convênios. Estes, na Bahia, são mantidos com a Companhia Baiana de Eletrificação Rural (COBER) e Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA), e no Espírito Santo, com a Espírito Santo Companhia de Eletrificação S.A. — ESCELSA. É grande a importância desse subprograma para a melhoria das condições de vida do homem rural, dado o conforto advindo do uso da eletricidade, que além de contribuir para fixar a mão-de-obra na região permite a modernização de algumas atividades rurais e o surgimento de pequenas agroindústrias. Até 1980 foram construídos 1.300 quilômetros de linhas troncos na Bahia e 457 quilômetros no Espírito Santo, que correspondem a aproximadamente 20 mil quilômetros de linhas terminais.

Em esforço conjunto da CEPLAC e da COBER e contando com a colaboração da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural da Bahia e Sergipe — FECOERBASE, de prefeituras municipais e do IICA, foi elaborado o Programa



A eletrificação contribui para a modernização das atividades rurais e o bem-estar do homem do campo

Regional de Eletrificação Rural, cuja meta é promover a elevação do nível tecnológico da economia cacauceira e melhorar as condições de vida no meio rural da região sudeste da Bahia, através da implantação de sua rede elétrica rural. Nesse programa está prevista a implantação de 5.620 quilômetros de linhas troncos que beneficiarão 13.204 empresas agropecuárias. No momento, apenas 1.509 propriedades são servidas por eletricidade, correspondendo a 1.500 quilômetros de rede elétrica. Dando cumprimento a esse programa, estão sendo construídos 305 quilômetros de linhas troncos, com o apoio do BID-GEER, a um custo estimado de Cr\$ 256,6 mi-

lhões, participando a CEPLAC com Cr\$ 30 milhões.

A partir do ano de 1926 e durante poucas décadas a exportação de grande parte do cacau baiano era feita pelo Porto de Ilhéus, localizado na foz do Rio Cachoeiras, chegando a ultrapassar, a partir de 1945, o volume exportado pelo Porto de Salvador. Com o passar dos anos houve o assoreamento da barra, que impediu o acesso ao porto. Os vapores de longo curso eram forçados a executar as operações de carga e descarga fora da barra, em mar aberto, sendo o cacau transportado até os navios em chatas ou alvarengas, o que não só onerava pesadamente o custo do produto exportado,

como expunha a grandes riscos o sistema de embarque. Diante dessas dificuldades, a produção cacauera foi sendo desviada para o Porto de Salvador, notadamente o cacau proveniente dos municípios localizados na área norte da região cacauera, o que também resultava oneroso, devido ao custo do transporte terrestre.

Ante a perspectiva de grande crescimento da produção cacauera e tendo presente a localização estratégica de Ilhéus, a recuperação do seu porto em benefício da exportação do cacau e do desenvolvimento industrial da região cacauera tornou-se vital. Participando com uma contribuição no valor de Cr\$ 7 milhões, no período 1968/1970, a CEPLAC atuou como agente catalizador na construção do novo porto pelo Governo Federal, cujo valor total ascendeu a Cr\$ 80 milhões.

O Porto do Malhado, localizado na enseada das Trincheiras, na cidade de Ilhéus, foi inaugurado no dia 30 de novembro de 1971. Hoje, é o maior centro exportador da Bahia, em termos de valor exportado. Através dele é escoada grande parcela da produção de cacau e derivados, responsável por cerca de 70 por cento do valor da balança comercial do Estado da Bahia. Recentemente, o Porto do Malhado foi reconhecido pelo IBC como o corredor de exportação do café produzido no pólo Vitória da Conquista, situado a 280 quilômetros da cidade de Ilhéus. Também grandes volumes de fertilizantes, combustível e gás liquefeito de petróleo, e produtos diversos são importados através dele, para consumo na região e áreas circunvizinhas.

Com a entrada em operação do Porto do Malhado, várias indústrias se instala-

O porto do Malhado é hoje o maior centro de exportação da Bahia



ram na região, levando à necessidade de se implantarem áreas industriais nas cidades de Ilhéus e Itabuna. Neste esforço foi pioneiro o Distrito Industrial de Ilhéus, com mais de quinze indústrias montadas que garantem mais de 1.550 empregos diretos. O parque agroindustrial de cacau tem capacidade de moagem de 75 por cento da produção. Nele também funcionam outras indústrias de diversas linhas de produtos, representados por madeira, inseticida, frangos de corte, sacaria plástica, cerâmica e ladrilhos, mistura de fertilizantes, moagem e torrefação de café, chapas, lastros e estruturas em ferro, mármore e concreto pré-misturado.

Mais recentemente foi instalado o Centro Industrial de Itabuna, no qual funcionam uma fábrica de leite em pó, com capacidade para produzir 300 mil litros diários, já havendo planos de expansão, e outra de derivados de cacau, que prevê o processamento de 18 mil toneladas/ano destinadas à produção de 10 mil toneladas/ano de semi-manufaturados (manteiga de cacau, licor, torta e chocolate em pó).

A participação da CEPLAC na construção do porto foi muito oportuna, pois ao permitir a reativação e conclusão das obras que se encontravam paralisadas por falta de recursos federais, trouxe grandes benefícios para a atividade da praça comercial de Ilhéus e da região como um todo.

Atuando em campo totalmente oposto, a CEPLAC empenha-se também em melhorar as condições de assistência médica ao pequeno produtor e ao trabalhador rural. Nesse sentido, mantém convênios com as Secretarias de Saúde dos Estados da Bahia e do Espírito Santo para construção, ampliação e melhoramento de ambulatórios, hospitais e postos de saúde. Além disso, mediante convênios com a Secretaria do Bem-Estar Social da Bahia, dá apoio às instituições benefi-

centes que se dedicam à solução dos problemas de saúde das crianças e dos idosos carentes.

No período 1968—1980 a CEPLAC contribuiu para a recuperação de 73 hospitais na região cacaueira. Colaborou com recursos financeiros na construção de 14 centros de tuberculose, 21 postos odontológicos e 4 laboratórios clínicos. Também foram beneficiadas 27 entidades assistenciais, a maioria de amparo à velhice, ao menor abandonado e às crianças excepcionais.

Nos seus esforços de apoio ao saneamento básico, a CEPLAC vem realizando importantes obras de drenagem, com a ajuda do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, tendo em vista sanear e recuperar áreas agrícolas imprestáveis, para seu futuro aproveitamento. Nas obras de dragagem já foram movimentados cerca de dez milhões de me-

A Santa Casa da Misericórdia de Itabuna foi reformada e ampliada com a ajuda da CEPLAC.



tros cúbicos de terra, prevendo-se a recuperação de 13.550 hectares para atividades agropecuárias. Por outro lado, com o apoio da Secretaria de Saúde, estão sendo implantados nas vilas e povoados sistemas de abastecimento de água e instalações sanitárias.

A CEPLAC também vem prestando apoio às comunidades da região com vistas à melhoria dos seus sistemas de telecomunicação. Através de convênio com a TELEBAHIA, apóia a implantação de sistemas telefônicos em vários municípios e mediante convênios com a CISBATEL — Consórcio Intermunicipal Sul-baiano de Televisão desenvolve esforços no sentido de melhorar a captação de imagem e som pelas repetidoras de sinal de TV instaladas na região cacauceira, beneficiando as áreas urbanas e rurais de 27 municípios.

Além dessas ações desenvolvidas em convênio, a CEPLAC iniciou em 1979 um serviço próprio de comunicação rural, via sistema radiofônico, instalando para esse fim, em sua Divisão de Comunicação (DICOM), uma central produtora de programação radiofônica destinada ao homem do campo. Através desse programa transmitido diariamente pela Rádio Jornal de Itabuna, são prestadas ao agricultor informações técnicas relacionadas com a lavoura do cacau e outros cultivos da região, e respondidas as consultas sobre os mais variados assuntos tais como cotações de preços e educação cooperativista, entre outros.

Como parte do Programa de Assistência Técnica e Financeira aos Agricultores, a CEPLAC, por intermédio do DEPEX, desenvolve uma linha de trabalho voltada para o fortalecimento da infra-estrutura predial das fazendas, dentro da qual a construção de casas para trabalhadores rurais é prioritária.

Ao lado desse trabalho, cujo alcance social é de altíssima relevância por permitir ao operariado rural dispor de moradia digna e com isso contribuir para fixar o homem no campo, a partir de 1979 a CEPLAC passou a desenvolver um tra-

balho complementar de construção de núcleos habitacionais para trabalhadores agrícolas, ou comunidades onde estes se concentram.

Tendo em vista proporcionar aos sindicatos rurais patronais dos municípios produtores de cacau condições físicas



Vários povoados e vilas contam hoje com sistema de abastecimento de água.

para promoverem suas atividades, a CEPLAC vem custeando a aquisição, construção, reforma e ampliação de sedes para unidades sindicais. Esse trabalho de infra-estrutura permitiu ao Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau desenvolver serviços de assistência médica e odontológica nas sedes dos sindicatos, extensivos aos trabalhadores rurais. No período 1979—1981 houve 1,4 milhão de atendimentos. Por sua vez, até 1980, foram construídas 65 sedes de sindicatos e parques de exposição na Bahia e uma sede no Espírito Santo.

Paralelamente ao trabalho que a CEPLAC promove para o desenvolvimento de recursos humanos nos níveis médio e superior, grande apoio é dado à instrução primária mediante o fortalecimento da infra-estrutura da rede de ensino na região.

Através de convênios com as Secretarias de Educação da Bahia e do Espírito Santo, são canalizados recursos da CEPLAC para a construção, ampliação e recuperação de unidades escolares nos diferentes municípios produtores de cacau, cabendo às prefeituras a manutenção e funcionamento das escolas cons-

truídas. No meio rural a ênfase é dada principalmente à rede de primeiro grau, embora a ajuda a algumas unidades de segundo grau esteja prevista. Até 1980, um total de 164 escolas na Bahia e 76 no Espírito Santo foram dotadas de instala-

ções adequadas com o apoio financeiro da CEPLAC. Também a construção da infra-estrutura predial da Universidade Santa Cruz vem sendo custeada quase que integralmente com recursos da CEPLAC.

Realizações até 1980	Bahia	Espírito Santo
Construção de campus universitário	01	—
Educação (escolas rurais)	164	76
Estradas vicinais	4.729 km	1.347 km
Pontes	3.486 m	—
Saúde - hospitais recuperados	73	03
serviços de água	120	—
Bem-estar social (entidades filantrópicas ampliadas)	27	—
Eletrificação rural	1.300 km	457 km
Saneamento — dragagem (extensão)	9.430 m	147 km
Telecomunicação (municípios)	27	15
Aeroportos (reconstrução com melhoramento)	02	—
Sedes sindicatos rurais	65	—
Infra-estrutura portuária	01	—
Associação de classe	03	—

A CEPLAC coopera para melhorar a infra-estrutura na região cacauzeira da Bahia e do Espírito Santo

FONTE: CEPLAC/DEADE/DINCE.

Não obstante a economia cacauzeira gerar vultosas somas de recursos financeiros, as áreas produtoras de cacau da Bahia e do Espírito Santo carecem de condições de infra-estrutura adequadas para proporcionar um melhor nível de vida às populações e favorecer a integração econômica e social do meio rural. Por isso, a CEPLAC vem envidando esforços de cooperação técnica e financeira com entidades federais, estaduais e municipais, particularmente no Estado da Bahia, visando à implementação de programas de desenvolvimento da infra-estrutura básica, bem como para a captação de recursos destinados a tal fim.

O relacionamento da CEPLAC com o Governo do Estado da Bahia tem permitido que este, com o apoio de recursos financeiros repas-

sados pela CEPLAC, realize um maior número de obras de infra-estrutura e de interesse social da região cacauzeira, e que a própria CEPLAC atenda aos interesses dos produtores de cacau e aos seus objetivos de fortalecimento da economia cacauzeira.

Todavia, a falta de uma decisão de política pelo corpo de direção superior da CEPLAC quanto ao grau de envolvimento e a forma de participação neste setor tem contribuído para entravar uma ação mais positiva, por não contar com uma definição de estratégias de ação, com base em programas integrados de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura regional, a serem conduzidos em forma coordenada, em cooperação com as entidades governamentais e outras pertinentes.

1 Posse da terra – retrospectiva histórica

Para bem compreender a atuação da CEPLAC no que diz respeito à posse da terra, é preciso, antes de tudo, traçar um rápido esboço do processo histórico da legalização de terras públicas no Brasil.

Com o seu descobrimento em 1500, a terra brasileira foi tomada em nome da Coroa Portuguesa, à qual passou a pertencer de direito. Como Portugal estava interessado principalmente na exploração do comércio marítimo com as Índias, mas não queria deixar ao abandono a terra recém-descoberta, dividiu-a em capitâneas hereditárias, mediante a doação de grandes extensões a fidalgos e altas personalidades da Corte.

Todas as regalias foram concedidas a esses donatários, inclusive o poder de tributar o uso das terras e transmiti-las por herança a seus sucessores. Não lhes interessando, porém, deixar a Corte e, à falta de notícias sobre a existência de ouro, prata ou pedras preciosas nos seus domínios, muitos dos donatários sequer tomaram posse do que lhes fora doado enquanto as poucas capitâneas que aqui se instalaram, excetuadas as de Santo Amaro, em Pernambuco, e São Vicente, no litoral paulista, acabaram por fracassar.

Diante do insucesso dessa primeira tentativa de colonização, a Coroa Portuguesa resolveu assumir a função que efetivamente lhe cabia e, através de ajustes

com os sucessores dos donatários, retomou o domínio desses feudos.

Para proceder à nova experiência de colonização, partindo do litoral para o interior do Brasil, o Governo Português, apoiado nas Ordenações Filipinas e Afonsinas, no Código Manoelino e na Carta Régia de 27 de dezembro de 1695, concedeu pequenas, médias e grandes extensões territoriais, estas últimas denominadas sesmarias. Os que as recebiam eram obrigados a cultivá-las e a defendê-las dos aborígenes e estrangeiros, sob pena de as perderem.

Com o advento do movimento migratório interno, historicamente denominado de Entradas e Bandeiras, provocado pela notícia da existência de ouro e pedras preciosas, não mais foram concedidas as cartas de sesmaria, não só porque podiam tornar-se óbice àquela imigração, como interessava vivamente a Portugal ampliar sua conquista, desrespeitando o limite hipotético traçado pelo Tratado de Tordesilhas firmado com a Espanha. Desse modo, caiu em tal desuso a concessão de sesmarias que, pouco antes de proclamada a independência do Brasil, foi ela extinta pelo Príncipe Regente Dom Pedro. No Império, porém, foi promulgada a Lei nº 601, de 16 de setembro de 1850, reorganizando a propriedade imobiliária no País, um verdadeiro monumento legislativo cujos princípios até hoje são válidos.

Com a proclamação da República, foi introduzido o sistema de Governo Federativo. A Constituição Republicana de 1891 declarava no seu artigo 64 que "as terras devolutas passariam aos Estados Federados, cabendo à União somente a porção do território que fosse indispensável à defesa das fronteiras, fortificações, construções e estradas de ferro federal".

Com base nessa disposição constitucional, o Estado da Bahia promulgou a Lei nº 198, de 1897, regulamentada pelo

Decreto nº 18, de 19 de dezembro de 1897, na qual foram fixados conceitos emanados de princípios estabelecidos na antiga Lei Imperial. Caberia ao Estado promover a regularização fundiária das terras públicas legitimamente possuídas e ocupadas, bem como estabelecer normas e condições para a ocupação daquelas ainda devolutas. Foram assim admitidas a revalidação, a legitimação e a venda das terras mansa e pacificamente ocupadas com cultivos, assim como reconhecido o domínio particular, desde que cumpridas certas formalidades legais, inclusive a medição e demarcação das áreas pretendidas. Posteriormente, promulgou também o Decreto-Lei nº 633, de 5 de novembro de 1945, que pouco alterou a legislação anterior.

Em 1971, o Governo da Bahia, com o intuito de uniformizar e atualizar a legislação, criou uma comissão formada por representantes do Governo Estadual, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste do Brasil e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, incumbida de apresentar projetos de emenda aos instrumentos legais em vigor, com vistas a uma regularização fundiária mais perfeita.

Como fruto do trabalho dessa comissão, depois de longos debates tanto parlamentares como jornalísticos, pois os interesses envolvidos eram grandes, foram promulgadas a Emenda nº 3, de 29 de novembro de 1971, pela Mesa da Assembléia do Estado da Bahia, a Lei nº 3.038, de 10 de outubro de 1972, e o Decreto nº 23.401, de 13 de abril de 1973, que regulamentou aquela Lei.

Em decorrência desses diplomas legislativos foi criado o Instituto de Terras da Bahia — INTERBA, órgão de programação especial da administração centralizada, diretamente subordinado à Secretaria de Agricultura, encarregado de executar a política estadual de disposição de

terras públicas. Finalmente, em 12 de dezembro de 1975 foi promulgada a Lei nº 3.442, que introduziu algumas alterações e modificações na citada Lei nº 3.038.

Feito esse rápido histórico da evolução das terras públicas no Brasil e, especificamente, na Bahia, bem como dos instrumentos legais que as regularizam, cabe agora analisar os motivos que levaram a CEPLAC a colaborar na regularização fundiária da área sob sua jurisdição, ou seja, no sul e parte do sudeste do Estado da Bahia.

2 Regularização fundiária das terras do cacau

Como já foi acentuado em outros capítulos, dedicou-se a CEPLAC nos seus primeiros anos de vida à ingente tarefa de recompor a difícil e complexa situação financeira em que se encontravam os cacauicultores, através do refinanciamento de seus débitos.

Entretanto, pela legislação brasileira, somente a hipoteca, garantia real oponível a terceiros, assegura ao credor o retorno de seu capital, quando da concessão de financiamentos a longo prazo. Além disso, para que um imóvel seja oferecido em garantia hipotecária, o Código Civil Brasileiro dispõe que o seu possuidor também seja o seu proprietário, isto é, o detentor do seu domínio, e que sobre o mesmo não recaia qualquer gravame de inalienabilidade.

No tocante a tal gravame, quase sempre inserido em cláusula testamentária ou em escritura de doação, nada se podia fazer, a menos que o cacauicultor oferecesse um imóvel urbano para ser hipotecado, ou, em última instância, para não ser excluído totalmente dos benefícios governamentais, garantisse o financiamento por nota promissória de sua emissão, na qualidade de mutuário, avaliada por pessoas idôneas, mas com seu

prazo de vencimento reduzido de oito para dois anos, no máximo. Muitas vezes, porém, os candidatos a mutuário só detinham a posse de suas propriedades. Não haviam ainda adquirido do Estado da Bahia o seu domínio, porque seus antecessores ou eles mesmos jamais o haviam requerido. Outras vezes, tomada tal providência e medido e demarcado o imóvel, as dificuldades de locomoção e até mesmo de comunicação faziam com que os processos ficassem paralisados no então Departamento de Terras da Secretaria de Agricultura.

Tendo em vista beneficiar um universo maior de mutuários, a CEPLAC procurou contornar tais dificuldades, deferindo financiamentos com o prazo de dois anos, prorrogável por mais dois, para que nesse ínterim os lavradores adquirissem os títulos da terra e, conseqüentemente, pudessem hipotecar os imóveis, beneficiando-se do prazo máximo de oito anos para o resgate dos débitos.

Consciente do problema e pretendendo ajudar os lavradores, assim como resguardar melhor os financiamentos já concedidos, a CEPLAC firmou em 1964 um convênio com o Departamento de Terras da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, mediante o qual assumiu o papel de intermediária entre o posseiro e o Estado, tendo em vista acelerar os processos de compra de terra na zona cacaueira. Também criou uma linha de financiamento específico para a medição e titulação de terras, garantido por nota promissória devidamente avaliada, vencível no prazo de dois anos, com juros de 7 por cento e comissão de 1 por cento, anuais, a fim de facilitar ainda mais a legalização da propriedade em sua área de ação.

Com a criação do INTERBA e a conseqüente extinção do Departamento de Terras, a partir de 1975 foram firmados convênios entre a CEPLAC e o Governo da Bahia, com a alocação de recursos de

ambas partes, para melhor aparelhar as agências de terras localizadas na região cacaueteira, sem que entretanto sofresse solução de continuidade a assistência dada pela CEPLAC na aceleração dos processos de compra de terras ali situadas.

No período 1964—1980 foi feita a legalização fundiária de 186.951 hectares de terras, mediante a entrega de 2.657 títulos de propriedade.

Como a legalização fundiária é essencial para que o pequeno cacauicultor tenha acesso ao crédito rural e disponha do necessário apoio financeiro para a adoção de práticas racionais de cultivo em suas lavouras, os aditivos aos convênios firmados entre a CEPLAC e o Governo da Bahia orientaram-se em 1979 e 1980 para a legalização das áreas ocupadas por esses produtores, sendo seu executor o INTERBA, diretamente assistido pelo

Departamento de Extensão da CEPLAC. Em conformidade com esses aditivos, cabe ao INTERBA proceder à medição das áreas pertencentes aos pequenos produtores, por indicação da CEPLAC, correndo as despesas com este serviço e a compra das terras por conta dos recursos alocados nos citados aditivos, e correspondendo aos posseiros ajudar com seus familiares nos trabalhos de campo. Naqueles dois anos de atividade, 45 pequenos produtores tiveram suas terras legalizadas, num total de 880 hectares.

Com seu apoio à regularização fundiária, a CEPLAC vem contribuindo de maneira efetiva para não só facilitar ao pequeno produtor o acesso ao crédito rural a longo prazo, como coibir a proliferação de questões judiciais e policiais oriundas da luta pela posse da terra, desse modo estendendo sobre toda a região cacaueteira da Bahia a almejada paz social.

A legalização fundiária é um requisito essencial para que haja posse e domínio da terra e esta possa ser oferecida como garantia real nas operações de financiamento. Neste sentido, a CEPLAC mantém convênio com o Governo do Estado da Bahia para acelerar o andamento dos processos de regularização fundiária e criou uma linha de crédito específica para financiar

a medição e titulação de terras.

Desta forma, mediante a intermediação para a legalização de terras, a CEPLAC vem habilitando um grande número de pequenos agricultores para a obtenção de financiamentos a longo prazo, contribuindo, assim, para a paz social na região cacaueteira da Bahia, com a diminuição de ações possessórias e de querelas pela terra.

ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO

1. ALENCAR, M. H. Aspectos da concentração da produção de cacau e da estrutura fundiária na região cacauzeira da Bahia. Brasil. Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacauzeira. Centro de Pesquisas do Cacau. Comunicação Técnica nº 37. 1979.
2. ALVARES-AFONSO, F.M.O Cacau na Amazônia-Brasil. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauzeira. Centro de Pesquisas do Cacau. Boletim Técnico nº 66. 1979.
3. ALVIM, P.T. Problemas técnicos da cacauicultura baiana (Relatório de viagem). Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas. Lima. 1960.
4. ALVIM, P.T. e ROSÁRIO, M. Cacau. Ontem e Hoje. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauzeira. Brasil. 1972.
5. BAHIA (BRASIL), INSTITUTO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA BAHIA. A zona cacauzeira. Publicações da Universidade da Bahia, 9 (7). 1960.
6. BRANDÃO, C. Reforma do Instituto de Cacau da Bahia. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauzeira. Brasil. 1961.
7. BRASIL. COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUZEIRA. Relatórios Anuais. 1957; 1958; 1962; 1963/64; 1965/68; 1969; 1971; 1972/73.

8. _____ . Grupo de Trabalho do Cacau. Relatório Geral. 1962.
9. _____ . Refinanciamento de Dívidas dos Produtores de Cacau. Relatório Final. 1973.
10. _____ . Anuário Estatístico do Cacau. 1977.
11. _____ . Cacau no Espírito Santo. 1978.
12. _____ . Metodologia de Extensão.
13. _____ . DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO. Desempenho da Programação. Relatório Anual. 1980.
14. _____ . CENTRO DE PESQUISAS DO CACAU. Avaliação da área para efeito de desapropriação. Anexo ao Plano de Execução nº 2. 1963.
15. _____ . _____ . Informação Agrícola. Vários anos.
16. _____ . DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO. Relatórios Anuais 1975, 1979 e 1980.
17. _____ . _____ . DIVISÃO DE COOPERATIVISMO. Avaliação do Sistema Cooperativo Integrado da Região Cacaueira da Bahia. Sistema COPERCACAU. 1980.
18. _____ . _____ . _____ . Assistência técnica à pesca artesanal do Sul da Bahia, 1981. (Mimeog.).
19. _____ . _____ . DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURA E INCENTIVOS TÉCNICOS. Arquivos-Convênios e dados estatísticos.
20. _____ . DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. Relatório Anual. 1980.
21. _____ . ESCOLA MÉDIA AGROPECUÁRIA REGIONAL DA CEPLAC. Relatórios Anuais 1976, 1977, 1978 e 1979.
22. _____ . _____ . Semana do Fazendeiro. Diálogo de Treze Anos. 1978.
23. _____ . _____ . 15 anos de educação integrada na agricultura. 1980
24. _____ . SECRETARIA-GERAL. Informe Econômico. Vários números.
25. _____ . _____ . PROCACAU. Diretrizes para expansão da caucicultura nacional. 1977.
26. _____ . _____ . PROCACAU. Avaliação dos primeiros cinco anos. Versão preliminar. 1980.
27. _____ . _____ . Cacau 1957/1980, CEPLAC e Lavoura. Trabalho de Benefícios. 1981.
28. _____ e INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS. Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira. 3 (1976); 8 (1975); 11 (1976); 13 (1976); 14 (1976).
29. BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA. Anuário Estatístico do Brasil. Vários anos.
30. BRASIL. INSTITUTO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA BAHIA. A Zona Cacaueira. Publicações da Universidade da Bahia. Salvador-Bahia. 9(7) 1960.
31. BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO e REFORMA AGRÁRIA. Vademecum Agrário. 6 volumes.
32. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA. Anais do I Congresso Brasileiro do Cacau. Rio de Janeiro. 1967.

33. CONSELHO CONSULTIVO DOS PRODUTORES DE CACAU, Regimento. Itabuna. 1978.
34. _____. Relatórios. 1972 a 1980.
35. _____. Informativo. Outubro, 1980.
36. _____. Informativo. Julho, 1981.
37. COOPERATIVA CENTRAL DO CACAU LTDA. Projeto de Implantação do Sistema Integrado da Região Cacaueira. Sistema COPERCACAU. Ilhéus. 1978.
38. _____. Relatório Anual. Vários anos.
39. _____. COPERCACAU IV. Julho, 1981.
40. CORRÊA, P. Dicionário de Plantas Úteis do Brasil.
41. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Production Yearbook. Vários anos.
42. GARCEZ, A.N.R. Cacau: Quase meio século de relações. 1930-1975. Brasília. CEPLAC. 1977.
43. _____. Instituto de Cacau da Bahia. Meio século de história. Brasília. CEPLAC. 1981.
44. GILL and DUFFUS. Cocoa Market Report. London.
45. _____. Cocoa Statistics. London. April 1981.
46. NASCIMENTO, F. R. Diferenciais de preços no mercado interno do cacau. Uma análise da atuação de cooperativas. Tese de mestrado em Economia Rural. Universidade Federal de Viçosa. Brasil. 1981.
47. PEREIRA FILHO, C. Ilhéus, terra do cacau. Editora Andes. Bahia. 1959.
48. PREBISH, R. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus problemas. CEPAL. Boletín Técnico Económico de América Latina. 7 (1). Santiago, Chile. 1962.
49. ROSÁRIO, M. *et al.* Cacau. História e evolução no Brasil e no mundo. Brasil. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. 1978.
50. SANTOS, G. B. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC): um caso de desenvolvimento institucional. Tese de mestrado em Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública. Rio de Janeiro. Brasil. 1979.
51. SILVA, P. The present status of the cacao industry in Bahia, Brazil. Bank of Brazil. Rio de Janeiro. 1957 (Mimeog.).
52. TOSTA FILHO, J. I. Cacau. Manjar dos deuses. Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia. Brasil. 1953.
53. _____. Brazil's cocoa economy and marketing policy. Bank of Brazil. Rio de Janeiro. 1957 (Mimeog.).
54. _____. Análise das exportações brasileiras outras que não o café. Carteira de Comércio Exterior. Banco do Brasil. Rio de Janeiro. 1958.
55. _____. Comercialização do cacau e produtos derivados. Carteira de Comércio Exterior. Banco do Brasil. Rio de Janeiro. 1960.
56. U.S. DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Foreign Agricultural Service. Circular-Cocoa, Washington, D.C. November 1980.
57. VIEIRA, J. H. C. CEPLAC: Uma experiência nova na agricultura brasileira. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Brasília. 1978.

58. _____. Foram mais felizes e rentáveis os tempos pré-CEPLAC? (Entrevista). Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Brasília. 1981.
59. _____. Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado Federal nº178/81, de 23/06/81, do Senador Luiz Viana Filho. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Brasília. 1981.



